UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA GLÓRIA DA SILVA

**PRONATEC FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO**

SÃO PAULO (SP)

2019

SANDRA MARIA GLÓRIA DA SILVA

**PRONATEC FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO**

Versão Corrigida

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes

SÃO PAULO (SP)

2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

G586p Glória da Silva, Sandra Maria
Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) no
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo: um estudo de caso / Sandra Maria
Glória da Silva; orientadora Carmen Sylvia Vidigal
Moraes. -- São Paulo, 2019.
350 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
Estado, Sociedade e Educação) -- Faculdade de
Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Qualificação profissional. 2. Implementação de
cursos Pronatec FIC. 3. Perfil de alunos. 4.
Permanência e evasão escolar. I. Vidigal Moraes,
Carmen Sylvia, orient. II. Título.

SILVA, Sandra Maria Glória da. **Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**: um estudo de caso. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes
(Orientadora)

Julgamento: _____

Faculdade de Educação da Universidade de
São Paulo – USP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Ana Paula de Oliveira Corti

Julgamento: _____

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo – IFSP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Celso João Ferretti

Julgamento: _____

Centro de Estudos Educação e Sociedade –
CEDES

Assinatura: _____

Prof. Dr. Dante Henrique Moura

Julgamento: _____

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

Assinatura: _____

Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos

Julgamento: _____

Faculdade de Educação da Universidade
Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e EPSJV

Assinatura: _____

Às gerações futuras.
Para que tenham esperança
e acreditem que todas as coisas podem ser mudadas.

AGRADECIMENTOS

Por mais que a jornada seja longa e em alguns momentos pareça solitária, ao agradecer, percebemos que jamais estivemos sozinhos!

Agradeço à Maria, minha mãezinha querida, e à espiritualidade amiga por me acompanhar e orientar sempre.

Sou imensamente grata à minha querida orientadora Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, com quem tive a honra e a alegria de conviver durante esses anos. Primeiro, conheci a autora dos textos sobre Educação Profissional que li durante o Mestrado. Naquela época, eu jamais imaginei que teria a oportunidade de conhecê-la pessoalmente e muito menos que ela seria minha orientadora. Depois, conheci a pessoa maravilhosa que escreveu todos aqueles textos! Muito obrigada pela maneira respeitosa e segura com que conduziu o processo de orientação.

Aos professores que, em meio a tantos compromissos, aceitaram o convite para compor a banca. Agradeço pela generosidade em dedicar parte do tempo de vocês à minha formação.

Ao Prof. PhD Pierre Canisius Kamanzi pela acolhida durante a realização do doutorado sanduíche na Universidade de Montreal (UdeM – Quebec, Canadá) e ao *Fonds de Recherche du Quebec* pela bolsa de estudos.

Às pessoas que me apoiaram durante minha estadia em Montreal, especialmente à Sirleia Rosa, ao Sr. Mohammed, à Sra. Amina e seus adoráveis filhos. Aos amigos da residência estudantil por me ajudarem a aprimorar o francês e por me ensinarem a andar na neve. Aos colegas da UdeM, especialmente Josephine, Fabrício Valentim, Cibelle, Mario e Oriana. À equipe de funcionários da UdeM, especialmente Sra. Claudine Jomphe e Sra. Louise.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação da FEUSP pelas excelentes reflexões e trocas de experiências.

Aos professores do Núcleo de Estudos em Língua Estrangeira (Nele) pelas aulas fantásticas e pelas bolsas de estudos em idiomas.

À Capes pela bolsa de estudos concedida durante oito meses. O período foi curto, mas fundamental para que eu conseguisse me manter sem interromper a pesquisa até tomar posse no serviço público federal.

Às pessoas que me ajudaram quando mais precisei e asseguraram minha permanência no doutorado custeando despesas pessoais até eu conseguir essa bolsa de estudos. Que vocês sejam abundantemente recompensadas por esse gesto de generosidade!

Às amigas Nivea e Flavia Meny por me darem um computador quando o meu estava por um fio.

Aos sujeitos da pesquisa pela gentileza em conceder entrevistas mesmo com a agenda cheia de compromissos. Agradeço especialmente aos alunos egressos por terem atendido minha ligação e me dado a oportunidade de explicar a sua importância na pesquisa.

À Michelli Daros e Neila Drabach, por compartilharem o edital do concurso público do IFSP. Às colegas que compartilharam suas experiências sobre os processos seletivos na Rede Federal. À Profa. Gabriela Arduino por me acolher em Avaré enquanto eu aguardava a liberação do meu primeiro salário.

Aos colegas do IFSP *campus* Avaré pelo apoio e colaboração durante a fase final da escrita da tese.

Aos amigos irmãos Ingrid, Abelardo, Sandra Barros, Alexandre Gomes, por me ajudarem em diversos momentos fundamentais.

Aos funcionários da FEUSP pela gentileza e prestatividade no desempenho de suas funções. Aos recepcionistas do Crusp pelas amistosas conversas e pelo apoio de sempre.

Aos familiares que acompanharam de perto a minha trajetória, que me viram mudar de cidade, de estado, de país e, por causa deles, jamais me senti sozinha. Agradeço especialmente aos meus pais Antonio e Elza por terem me educado com simplicidade e sabedoria.

Serei eternamente grata à minha irmã Gabriela por me acompanhar nos bastidores e sempre me dizer que eu conseguiria.

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o próprio conceito de qualificação torna-se degradado juntamente com a deterioração do trabalho, e o gabarito pelo qual ele é medido acanhou-se a tal ponto que hoje o trabalhador é considerado como possuindo uma ‘qualificação’ se ele ou ela desempenhem funções que exigem uns poucos dias ou semanas de preparo; funções que demandem meses de preparo são consideradas muito exigentes, e a função que exija preparo por período de seis meses a um ano, tais como as de programador de computador, inspiram um paroxismo de pavor (BRAVERMAN, 1981, p. 375).

A transformação da humanidade trabalhadora em uma ‘força de trabalho’, em ‘fator de produção’, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas do trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modos inumanos, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam (BRAVERMAN, 1981, p. 124).

Porque a escola socialista, quando surgir, surgirá necessariamente como uma escola completa, tenderá a abraçar imediatamente todos os ramos do humano saber. Será uma necessidade prática e será uma exigência ideal. Não são já agora alguns operários, aos quais a luta de classes deu um senso novo de dignidade e de liberdade que, quando leem os cantos dos poetas e ouvem os nomes dos artistas e dos pensadores, se perguntam com pesar: ‘Por que a escola não ensinou essas coisas também a nós?’ (GRAMSCI, 1955, p. 119¹ apud SILVEIRA, 2015 p. 558).

¹ GRAMSCI, Antonio. *L'Ordine Nuovo*: 1919-1920. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.

RESUMO²

SILVA, Sandra Maria Glória da. **Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: um estudo de caso.** 2019. 350 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A pesquisa que deu origem a esta tese tem por objetivo apreender a maneira pela qual o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) se materializou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho, considerando-se as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014. Optou-se pelo estudo de caso como estratégia de investigação por considerá-lo apropriado à análise de fenômenos sociais complexos e por possibilitar a apreensão de características holísticas do fenômeno estudado (YIN, 2001). A pesquisa baseou-se no levantamento e análise de dados quantitativos provenientes do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) – total de alunos matriculados, número de concluintes e de não concluintes, sexo, idade, escolaridade, cor da pele –; e dados qualitativos, como documentos textuais (indicadores sociais e educacionais, legislações governamentais, publicações do IFSP) e fontes orais (relatos de servidores municipais, coordenadores de cursos Pronatec, supervisores pedagógicos, professores e alunos egressos). A análise dos resultados se norteou por referencial teórico que busca evidenciar as contradições existentes no fenômeno estudado, a historicidade, as relações entre o geral e o particular. Pressupondo-se que tudo está em movimento, em constante interação, sustenta-se a tese de que o formato do programa federal analisado foi condicionado ao contexto social no qual foi implementado pela ação dos sujeitos que nele atuaram. Nessa perspectiva, verificou-se que o processo de implementação ocorreu em meio a dúvidas sobre o funcionamento do Programa, tensões em relação aos prazos a serem cumpridos, às metas a serem atingidas e aos desafios a serem superados. No decorrer desse processo, as diretrizes do Pronatec incidiram sobre as instituições visando conformá-las segundo suas orientações. No entanto, essa tentativa de conformação foi permeada por contradições dialéticas, pois os contextos institucionais não são estáticos, mas dinâmicos; as equipes de trabalho são compostas por sujeitos históricos portadores de vontades, visões de mundo, ideais, concepções e princípios distintos. Portanto, ambos (contextos e sujeitos) também induziram mudanças no Programa. Constatou-se a existência de diferentes perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC. Esses perfis variaram conforme o curso ofertado, o turno (manhã, tarde ou noite), a região onde o curso foi ministrado (zona urbana ou zona rural), o Ministério demandante (MTE, MDS ou MDA). Entre os principais motivos levantados, pelos quais 57% do total de alunos matriculados não concluíram os cursos, destacam-se, em ordem de maior para menor recorrência: conseguir emprego; não ter com quem deixar os filhos; transporte público precário ou inexistente.

Palavras-chave: Qualificação profissional. Implementação de cursos Pronatec FIC. Perfil de alunos. Permanência e evasão escolar.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ABSTRACT

SILVA, Sandra Maria Glória da. **Pronatec Initial and Continuing Education (FIC) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo: a case study.** 2019. 350 p. Doctoral dissertation (Doctorate in Education), School of Education, Postgraduate studies Program in Education, University of São Paulo, 2019.

The research that led to this doctoral dissertation aims to learn how the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec) in the modality Initial and Continuing Education (FIC) materialized at the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP) in the campi Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo and Sertãozinho considering the possible relationships between the courses offered, the local productive arrangements, the profiles of students enrolled and the number of graduates and nonconclusivers in the period from 2012 to 2014. We chose the case study as a research method because we consider it appropriate for the analysis of complex social phenomena, and because it allows for the apprehension of holistic characteristics of the phenomenon studied (YIN, 2001). The research was based on the survey and analysis of quantitative data from Sistec, the National Information System of Vocational and Technological Education, (total number of students in the course, number of graduates and non-graduates, gender, age, education, and skin color); and qualitative data, such as textual documents (social and educational indicators, government legislation, and IFSP publications), and oral sources (reports from public servers, Pronatec course coordinators, pedagogical supervisors, teachers, and former students). The analysis of the results was guided by a theoretical reference that seeks to highlight the contradictions existing in the phenomenon studied, the historicity, the relationships between the general and the particular. Assuming that everything is in movement, in constant interaction, the thesis is sustained that the format of the analyzed federal program was conditioned to the social context in which it was implemented by the action of the subjects who acted in it. Throughout this process, Pronatec guidelines influenced the contexts in which they were implemented by shaping the actions of the work teams. However, this attempt of regulation was full of dialectical contradictions, since contexts are not static but dynamic, and work teams are made of historical subjects with different desires, worldviews, ideals, conceptions, and principles. Therefore, both contexts and subjects also produced changes in the Programme. As far as the students enrolled in Pronatec FIC courses are concerned, there were different profiles, which varied according to the course that was offered offered, the shift (morning, afternoon, or evening), the region where the it happened (urban or rural area), and the requesting ministry – the Ministry of Labour and Social Welfare (MTE), the Ministry of Social Development (MDS), or the Ministry of Agrarian Development (MDA). Some of the reasons why 57% of the total enrolled students did not graduate are, from most common to least common reasons: getting a job; having no one to leave the children with; poor or non-existent public transport.

Keywords: Professional qualification. Implementation of Pronatec FIC courses. Students profile. Permanence and dropout.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos <i>campi</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2019)	37
Figura 2 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec Reitoria.....	268
Figura 3 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec reitoria <i>campus</i> com Financeiro descentralizado e com equipe Pronatec Financeiro sem perfil Siafi	269
Figura 4 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec reitoria <i>campus</i> com Financeiro descentralizado e com equipe Pronatec Financeiro com perfil Siafi.....	270

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estados com maior número de matrículas em cursos Pronatec.....	34
Gráfico 2 - Matrículas em cursos Pronatec FIC em 25 <i>campi</i> do IFSP (2014)	36
Gráfico 3 - Total de recursos transferidos por Rede de Ensino (2011-2014)	74
Gráfico 4 - Repasses do governo às universidades federais (2008-2018)	85
Gráfico 5 - Taxas de desemprego, segundo tipo, no 1º semestre de cada ano. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2019)	101
Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados, segundo setor de atividade. Região Metropolitana de São Paulo, junho 2019	102
Gráfico 7 - Se os egressos foram consultados sobre que cursos eles gostariam de fazer	168
Gráfico 8 - Matrículas em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)	178
Gráfico 9 - Distribuição por sexo em relação ao total de matrículas em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014).....	179
Gráfico 10 - Faixas etárias de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)	180
Gráfico 11 - Autodeclaração de cor da pele dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)	182
Gráfico 12 - Escolaridade declarada por alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014).....	183
Gráfico 13 - Diferentes origens, diferentes perspectivas: o que os jovens que estavam saindo do Ensino Médio em 2017 estavam fazendo em 2018.....	187
Gráfico 14 - Escolaridade mínima exigida para matrícula em cursos Pronatec FIC	190
Gráfico 15 - Escolaridade declarada por egressos de cursos Pronatec FIC no ato da matrícula	217
Gráfico 16 - Grau de escolaridade das mães dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho ..	218

Gráfico 17 - Grau de escolaridade dos pais dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho...	219
Gráfico 18 - Comparação entre escolaridade declarada por egressos no ato da matrícula e durante pesquisa	224
Gráfico 19 - Afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018	258

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão de literatura sobre Pronatec	32
Quadro 2 – Articulação entre objetivos e questões dos roteiros de entrevistas.....	42
Quadro 3 – Articulação entre objetivos da pesquisa e perguntas respondidas por egressos...	44
Quadro 4 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por município.....	51
Quadro 5 - Apresentação de servidores municipais sujeitos da pesquisa	54
Quadro 6 - Apresentação de professores sujeitos da pesquisa	56
Quadro 7 - Apresentação de supervisores, coordenadores e diretores sujeitos da pesquisa	60
Quadro 8 - Apresentação de egressos sujeitos da pesquisa	63
Quadro 9 - Modalidades de demanda Pronatec	92
Quadro 10 - Dados administrativos dos <i>campi</i> lócus da pesquisa.....	98
Quadro 11 - Dados socioeconômicos dos municípios Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho	111
Quadro 12 – Membros do Comitê Gestor Municipal do Pronatec em São Paulo (2014).....	119
Quadro 13 – Desafios vivenciados durante o processo de implementação de cursos Pronatec FIC nos <i>campi</i> lócus da pesquisa (2012-2014).....	121
Quadro 14 – Eixos dos <i>campi</i> lócus da pesquisa	131
Quadro 15 - Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Presidente Epitácio em 2012.....	132
Quadro 16 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Sertãozinho em 2012.....	133
Quadro 17 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Avaré em 2012.....	134
Quadro 18 - Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Registro em 2013.....	135
Quadro 19 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> São Paulo em 2013.....	136
Quadro 20 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Sertãozinho em 2013.....	147
Quadro 21 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Sertãozinho 2014.....	149
Quadro 22 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> São Paulo em 2014.....	151
Quadro 23 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Avaré em 2013.....	154
Quadro 24 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Avaré em 2014.....	154
Quadro 25 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Presidente Epitácio 2013...	157

Quadro 26 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Presidente Epitácio em 2014.....	158
Quadro 27 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP <i>campus</i> Registro 2014.....	160
Quadro 28 - Elementos que contribuíram para a escolha de cursos Pronatec FIC ofertados em cinco <i>campi</i> do IFSP (2012-2014).....	166
Quadro 29 – Perfis socioeconômico, profissional e educacional de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP.....	189
Quadro 30 - Distribuição de matriculados em cursos cuja escolaridade mínima exigida era superior a escolaridade que eles possuíam.....	191
Quadro 31 - Perfis de alunos concluintes	207
Quadro 32 - Egressos contatados por curso e por <i>campus</i>	215
Quadro 33 - Escolaridade declarada por egressos no ato da matrícula e durante a pesquisa.....	222
Quadro 34 - Experiência profissional de egressos e cursos nos quais se matricularam.....	233
Quadro 35 – Profissões exercidas por egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> lócus da pesquisa (2012-2014).....	235
Quadro 36 – Causas de não conclusão em cursos Pronatec FIC - percepção de coordenadores, supervisores e docentes (2012-2014).....	246
Quadro 37 - Justificativas apresentadas por alunos que não concluíram os cursos, todos os <i>campi</i> (2012-2014).....	247
Quadro 38 – Ações didático-metodológicas visando assegurar a permanência e o êxito.....	276
Quadro 39 – Motivos pelos quais houve atrasos no repasse do auxílio financeiro.....	263
Quadro 40 - Ações institucionais visando assegurar a permanência e o êxito.....	283
Quadro 41 - Ações extrainstitucionais visando assegurar a permanência e o êxito.....	289

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014 (R\$).....	74
Tabela 2 - Distribuição de turmas ofertadas por ano e por <i>campus</i> (2012-2014).....	124
Tabela 3 - Repasse de recursos do FNDE para execução de cursos Pronatec FIC no IFSP (2012-2014) R\$.....	141
Tabela 4 - Distribuição de matrículas por eixo tecnológico, curso e sexo (2012-2014).....	204
Tabela 5 - Alunos matriculados e situação ao final do curso, por <i>campus</i> (2012-2014).....	206
Tabela 6 - Perfil socioeconômico dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)	216
Tabela 7 - Relação entre tipo de vínculo empregatício, função exercida e curso realizado pelos dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos <i>campi</i> Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014).....	232

LISTA DE SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CATe	Centros de Apoio ao Trabalhador e Empreendedor de São Paulo
CEU	Centro Educacional Unificado
CEFET-SP	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
CFCCT	Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNAEJA	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTEE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino
Consad	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CPS	Centro Paula Souza
Cras	Centros de Referência de Assistência Social
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Dsei	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EACH	Escola de Artes, Ciências Humanas e Humanidades
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Profissional
Etec	Escola Técnica Estadual
ETFSP	Escola Técnica Federal de São Paulo
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FecomercioSP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
FIC	Formação Inicial e Continuada
Fundam	Fundação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural da Alta Mogiana
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MP	Medida Provisória
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAT	Postos de Atendimento ao Trabalhador
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Proeja-FIC	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Pronatec-EJA	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Educação de Jovens e Adultos
Pronatec-FIC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Formação Inicial e Continuada
PRX	Pró-Reitoria de Extensão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Saresp	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SDTE	Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento e Empreendedorismo
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMTE	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SNA	Serviços Nacionais de Aprendizagem
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SNS	Serviços Nacionais Sociais
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Sinasefe	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,

	Profissional e Tecnológica
Sistec	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO	67
1.1 Alinhamento do Pronatec aos princípios neoliberais	69
1.2 Críticas ao projeto de lei que deu origem ao Pronatec.....	82
2 IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS PRONATEC FIC OFERTADOS PELO IFSP ...	95
2.1 Caracterização dos <i>campi</i> selecionados para pesquisa e de seus respectivos municípios	95
2.2 Processo de implementação de cursos Pronatec FIC: desafios vivenciados e estratégias de superação	112
2.3 Definição dos cursos Pronatec FIC: projetos em disputa	165
3 ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PRONATEC FIC: PERFIS E TRAJETÓRIAS.....	177
3.1 Perfil ou perfis? Quem são os alunos matriculados em cursos Pronatec FIC	188
3.2 Situações ao final dos cursos e perfis de alunos concluintes.....	206
3.3 Egressos de cursos Pronatec FIC	213
4 ENTRE A MATRÍCULA E O CERTIFICADO: MOTIVOS DE CONCLUSÃO E NÃO CONCLUSÃO DE CURSOS PRONATEC FIC.....	241
4.1 Causas de não conclusão em cursos Pronatec FIC: percepção das equipes pedagógicas e justificativas apresentadas por alunos não concluintes.....	242
4.2 Ações adotadas para prevenir a não conclusão de cursos	271
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS	301
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos egressos	330
APÊNDICE B – Questionário para alunos egressos de cursos Pronatec FIC no IFSP.	331
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido para servidores municipais e servidores do IFSP	333
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista apoio administrativo e apoio financeiro	334
APÊNDICE E – Roteiro de entrevista coordenação de cursos FIC institucionais	335
APÊNDICE F – Roteiro de entrevista coordenação geral do Pronatec no IFSP	336
APÊNDICE G – Roteiro de entrevista coordenadores adjuntos Pronatec.....	338
APÊNDICE H - Roteiro de entrevista Direção de Unidade <i>campus</i> São Paulo	340
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista diretoria de Educação Básica e coordenação de cursos Proeja FIC	341

APÊNDICE J – Roteiro de entrevista diretoria de Políticas Educacionais	343
APÊNDICE K – Roteiro de entrevista professores	344
APÊNDICE L – Roteiro de entrevista servidores municipais.....	345
APÊNDICE M - Roteiro de entrevista supervisores pedagógicos	346
ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da EACH/USP	347
ANEXO B – Autorização da Comissão de Ética em pesquisa da FEUSP	349
ANEXO C – Autorização do IFSP para realização da pesquisa.....	350

INTRODUÇÃO

As escolas técnicas federais criadas no início do século XX, originalmente para “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual”³ (BRASIL, 1909), tornaram-se centros de excelência em Educação Profissional e os processos seletivos para admissão de novos alunos ficam cada vez mais concorridos e rigorosos. Consequentemente, alunos com trajetórias escolares descontínuas, com formação insuficiente para obter aprovação nesses exames, como os que compõem o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não se sentem aptos a pleitear uma vaga em escolas federais e acreditam que esse tipo de escola não é para eles.

Na primeira década do século XXI, após intensas mobilizações sociais, a EJA foi priorizada em um programa federal de Educação Profissional e Tecnológica (MOLL et al., 2010; MORAES, 2013a). Trata-se do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído, em 2005, pelo Decreto nº 5.478 e alterado, em 2006, pelo Decreto nº 5.840. Por meio do Proeja, o governo federal determina que as escolas da Rede Federal atendam o público da EJA. Essa determinação provocou mudanças no perfil do público atendido, gerou debates em torno do direito desses jovens e adultos trabalhadores à Educação Profissional, confrontou a cultura das escolas federais (OLIVEIRA; MACHADO, 2012; PAIVA, 2012).

Com base em estudo sobre a implementação do Proeja nos Institutos Federais do Espírito Santo e de Goiás, Oliveira e Machado (2012, p. 128-129) destacam que esse

³ Apesar de as escolas federais terem esse objetivo, havia, no estado de São Paulo, outras escolas de formação profissional com objetivos distintos. Em 1873, foi fundado o Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular – iniciativa privada composta por donos de grandes propriedades, principais fazendeiros paulistas e famílias detentoras de títulos de nobreza e grande capital. Esse Liceu teve por objetivo inicial oferecer cursos noturnos gratuitos cujos conhecimentos seriam “indispensáveis ao cidadão e ao operário” (*O Correio Paulistano*, Editorial, ‘Um apelo à iniciativa privada’ apud MORAES, 2003, p. 94). O Liceu de Artes e Ofícios, embora seja mantido pela Propagadora, “não mais se apresenta como medida de assistência social aos pobres, aos menores órfãos, abandonados ou expostos, mas como uma empresa da iniciativa privada destinada a cumprir dois objetivos simultâneos e complementares: atender às demandas de um mercado de trabalho em construção, qualificando e encaminhando cidadãos livres às diversas profissões, o que – por sua vez – só poderia ser realizado na medida da sujeição do povo aos princípios da moral social” (MORAES, 2003, p. 95). Em 1911, foram criadas as Escolas Profissionais do Estado visando atender aos operários e seus filhos. “Enquanto o Liceu formava, basicamente, mestres para o setor da construção civil e mobiliário, os cursos das escolas oficiais eram mais diversificados, dirigindo-se a vários ramos da indústria. Nesse sentido, as iniciativas de controle do Estado sobre o mercado de força de trabalho vêm complementar as realizações da iniciativa privada. Apresentam a mesma concepção de qualificação profissional, organizando-se como escolas profissionais completas, nos moldes propostos por Victor Della Vos, visando a formação do trabalhador integral. Os métodos de ensino correspondentes, associados às outras estratégias ideológicas, de forte conteúdo nacionalista, visavam moralizá-lo e ajustá-lo à sociedade de classes” (MORAES, 2003, p. 422-423).

Programa foi desafiador e colocou em pauta a “democratização da escola pública de qualidade” para “sujeitos das camadas populares, os quais passam a se reinserir então numa escola que se elitizou ao longo dos anos, tornando-se inacessível para estes sujeitos”. Silva, D. (2015a, p. 2) assinala que também houve resistência ao Proeja no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRN) ao afirmar que “[...] até hoje o IFRN, Câmpus Natal/Central⁴ não oferece cursos nessa modalidade. Isso porque, para alguns professores [...], trabalhar com EJA no IFRN compromete a qualidade da educação ofertada”.

Conclusão semelhante foi obtida por Franzoi, Silva e Costa (2013, p. 1) em pesquisa realizada em Institutos Federais no Rio Grande do Sul. Na perspectiva dessas autoras, houve resistência à proposta do Proeja, pois se pressupunha que “a entrada deste público nas escolas federais prejudicava a excelência”. A respeito desse assunto, Ciavatta (2012a) afirma que

[...] há uma cultura institucionalizada nos institutos federais que, contraditoriamente, nascem para atender à formação dos trabalhadores pobres e transfiguram-se em espaços de excelência que vivem um estranhamento diante do público-alvo de sua ação formadora atual, ou daquele que o deveria ser (CIAVATTA, 2012a, p. 139).

No entanto, conforme assinala Paiva (2012, p. 49), “assumir que o público da EJA não é, e nunca foi, aluno da rede federal [...] implicava um exercício de autocritica que os servidores não pareciam dispostos a realizar”. Ao oferecer formação profissional e elevação de escolaridade para jovens e adultos que apesar de não terem usufruído plenamente o direito à educação fazem parte da população economicamente ativa (PEA), o Proeja atendeu uma reivindicação de setores vinculados aos trabalhadores (sindicatos, entidades do movimento popular, centros de estudos e pesquisa sobre educação de adultos etc.) e avançou no âmbito da equidade e justiça social (MORAES, 2013a; PAIVA, 2012; ZANARDINI; LIMA FILHO; SILVA, 2012). Apesar das divergências que esse Programa causou no interior dos IFs, “um número significativo de gestores e professores identificou-se com a proposta e, motivado pela participação em ações de pesquisa e formação⁵, trabalhou pelo sucesso na sua implementação” (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 2).

⁴ Em consulta realizada no site do IFRN, verificou-se que a oferta se concentrou nos *campi* do interior. Exceção feita ao *campus* Natal Zona Norte.

⁵ A Setec/MEC investiu na formação de professores e pesquisadores visando consolidar o Proeja como política pública de Estado. Por isso, foram ofertados Cursos de Especialização em Proeja para professores da Educação Básica, “articulação institucional com vista a cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do Proeja; c) fomento para linhas de pesquisa em educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional” (BRASIL, 2007, p. 61-62).

Mesmo com todo investimento realizado visando torná-lo política pública de Estado⁶, o Proeja não conseguiu atingir esse intento. “A mudança da coordenação do Programa na [Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica] Setec provocou perdas de várias ordens e, de certa maneira, alguns recuos no avanço político que vinha sendo conquistado” (PAIVA, 2012, p. 51). Nessa direção, Franzoi, Silva e Costa (2013, p. 2) assinalam que o Proeja, após vigorar por seis anos, vivenciou um processo de refluxo e “uma instabilidade dos atores responsáveis por sua implementação, em grande parte pela ênfase, ou quase exclusividade, dada ao Pronatec, que entrou em vigor em 2011 e ganhou corpo nos Institutos Federais no ano de 2012”.

Diferentemente do Proeja, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua versão original, não priorizou a integração entre Educação Profissional (EP) e EJA. Em vez disso, preconizou a relação direta entre formação profissional e inserção no setor produtivo sem deixar claro para o público-alvo do Pronatec que – como afirmam Paro (2001) e Moraes e Lopes Neto (2005) – a escola não é responsável por criar empregos. Sabe-se que a geração de empregos depende, entre outros fatores, da associação de políticas macroeconômicas governamentais e empresariais, políticas de bem-estar social e do paradigma técnico-produtivo (HIRATA, 1999, p. 13; POCHMANN, 1998, p. 128). A educação desvinculada de políticas de geração de emprego não assegura a inserção profissional do aluno, embora possibilite-lhe ampliar sua área de atuação (FERRETTI; SILVA JUNIOR, 2000; MORAES, 2001; PARO, 2001).

Alinhando-se com concepções neoliberais típicas de políticas educacionais dos anos de 1990 (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013; LIMA FILHO, 2012; MORAES, 2013a; MOURA, 2012; SALDANHA, 2012), o Pronatec rompe com a perspectiva de educação omnilateral, tal como apresentada nos Documentos Base do Proeja, e focaliza uma formação

⁶ Importa distinguir política de Estado de política de governo. Dalila Andrade Oliveira considera que “políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade” (OLIVEIRA, 2011, p. 329). Em consonância com Oliveira (2011), Paulo Roberto Almeida esclarece que as políticas de governo podem “expressar tão somente a vontade passageira de um governo ocasional, numa conjuntura precisa, geralmente limitada no tempo, da vida política [...], o que a coloca na classe das orientações passageiras ou circunstanciais” (ALMEIDA, 2009, p. 1). Por outro lado, as políticas de Estado “possuem um caráter mais permanente, ou sistêmico, do que escolhas de ocasião ou medidas conjunturais para responder a desafios do momento”. A tramitação dessas políticas “dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar” (ALMEIDA, 2009, p. 1).

aligeirada, curta e norteadas por interesses empresariais (CNTE, 2011). Além disso, “destina grande aporte de recursos públicos para o setor privado” e “reforça a falsa ideia da relação entre qualificação profissional e empregabilidade” (CONTEE, 2011, p. 1-2).

Desde a tramitação do Projeto de Lei nº 1.209/2011, o Pronatec tem recebido várias críticas de educadores, pesquisadores, entidades e sindicatos educacionais (ANPED, 2011, 2012; CIAVATTA; RAMOS, 2011; CNTE, 2011; CONTEE, 2011; LIMA FILHO, 2012; MOURA, 2012; SALDANHA, 2012; SINASEFE, 2012). Os principais aspectos apontados foram a utilização de recursos públicos para financiar cursos em instituições privadas e a pouca atenção destinada à integração entre EP e EJA. Diante desses e de outros fatores, a Lei nº 12.513 foi alterada pela Medida Provisória 593, de 05 de dezembro de 2012. Posteriormente, essa medida provisória foi convertida na Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013. Entre as diversas modificações realizadas, destaca-se a oferta de cursos técnicos e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) integrados na modalidade EJA.

Em 07 de março de 2013, o Ministério da Educação (MEC) expediu a Portaria nº 168⁷, que dispõe sobre a Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec. Diferentemente das duas⁸ que a precederam, essa Portaria apresenta orientações para a oferta de cursos técnicos concomitantes, integrados e subsequentes na modalidade EJA, por meio da Bolsa-Formação Estudante. Conforme disposto no Art. 27 dessa Portaria,

a oferta de cursos técnicos nas formas concomitante ou integrada, na modalidade EJA, rege-se, complementarmente ao disposto no art. 18 desta Portaria, pelo Decreto nº 5.840, de 2006, e por orientações do Documento Referência Pronatec Educação de Jovens e Adultos, elaborado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013h, p. 9).

Em atendimento ao exposto nesse artigo, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secadi) e da Setec, elaborou o Documento Referência Pronatec EJA, em parceria com “especialistas de instituições ofertantes da Bolsa-Formação e da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)” (BRASIL, 2013c, p. 3). Neste Documento, explicitam-se orientações pedagógicas, curriculares e operacionais de cursos de FIC e cursos técnicos na modalidade EJA no âmbito do Pronatec. O texto resultante desse trabalho conjunto foi apresentado e

⁷ Em 13 de agosto de 2015, esta Portaria foi revogada pela nº 817.

⁸ Portaria MEC nº 185, de 13 de março de 2012, e Portaria MEC nº 1.569, de 03 de novembro de 2011.

discutido no Seminário “Proeja no Pronatec”⁹, ocorrido entre os dias 14 a 16 de maio de 2013, em Brasília. Participaram desse evento

representantes das secretarias estaduais de educação, secretarias estaduais de ciência e tecnologia, conselhos e instituições públicas de Educação Profissional e Tecnológica, Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), Serviços Nacionais Sociais (SNS), fóruns estaduais de EJA e Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2013c, p. 3).

Os membros da equipe que elaborou o Documento Referência interpretaram “a base legal da educação de jovens e adultos e do Pronatec, discutiram concepções, princípios, diretrizes e perspectivas do Proeja e sistematizaram informações com vistas à implementação do Pronatec EJA, no âmbito da Bolsa-Formação” (BRASIL, 2013c, p. 1).

Por meio da nota informativa nº 12, divulgada em 15 de julho de 2013, o MEC esclarece:

o Pronatec EJA consiste na oferta gratuita de cursos técnicos nas formas integrada e concomitante e de cursos de formação inicial e continuada, articulados à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, por intermédio da Bolsa-Formação, na perspectiva de fortalecer e ampliar a articulação entre educação profissional e elevação de escolaridade (BRASIL, 2013b, p. 1).

Esses cursos, embora pertençam ao Pronatec, são regidos, entre outros dispositivos legais, pelo Decreto que instituiu o Proeja. Conforme disposto no art. 42 da Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, “os cursos na modalidade EJA ofertados por meio da Bolsa-Formação submetem-se à Lei nº 9.394, de 1996, ao *Decreto nº 5.840, de 2006*, às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e a orientações complementares a serem expedidas pela SETEC-MEC” (BRASIL, 2015, p. 11 grifo nosso).

Registra-se a ausência do Documento Referência Pronatec EJA nessa Portaria. Salienta-se que ao excluir esse documento ignorou-se todo o esforço de construção coletiva de uma proposta orientadora para execução de cursos Pronatec EJA. No entanto, os motivos pelos quais esse documento deixou de ser considerado não foram explicitados oficialmente. Supõe-se haver tensões políticas entre aqueles que desejam a manutenção de concepções e princípios do Proeja, ainda que subsumido ao Pronatec, e os que almejam romper com tais diretrizes.

⁹ Os vídeos das apresentações realizadas nesse seminário estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=24ZOZ7SN86w>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Realizou-se um levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁰ tomando-se como ponto de partida o ano em que o Pronatec foi instituído. No período de 2011 a 2019, 137 produções (27 teses e 110 dissertações) apresentaram o termo Pronatec no título, resumo ou palavras-chave. Desse conjunto, foram desconsideradas 27 produções: 10 dissertações, por estarem registradas duas vezes na plataforma, 3 teses e 14 dissertações, por não tomarem o Pronatec por tema de pesquisa. Entre as 110 dissertações e teses sobre o Pronatec, selecionaram-se 21 para análise,¹¹ por contemplarem temas relacionados à pesquisa apresentada nesta tese, quais sejam, a constituição política do Pronatec e concepção de qualificação profissional que ele preconiza (BEZERRA, 2015; LEMOS, 2016; MARTINS, 2015; QUEIROZ, 2015; RAMOS, 2014; SANTIAGO, 2015; SILVA, D., 2015b); o processo de implementação do Programa em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (COSTA, 2019; LAURENTINO, 2017; PEREIRA, 2016; RIBEIRO, 2017; RUGGIERO, 2016); os perfis de alunos matriculados (DOMINGUES, 2016; SILVA, M., 2016; SILVA, P., 2016); e a evasão e permanência nos cursos (BASSO, 2014; CARVALHO, 2015; DIAS, 2015; JARDIM, 2016; TROGIANI et al., 2012; SILVA, M., 2015). Por meio dessa análise, foi possível identificar perguntas ainda não realizadas e relações a serem exploradas.

Na perspectiva dos autores das produções analisadas, o Pronatec é uma política de governo que expressa e legitima a política de Estado capitalista, pois prioriza interesses da iniciativa privada na constituição do Programa, financiando cursos em instituições privadas com recursos públicos (BEZERRA, 2015; RAMOS, 2014; SILVA, D., 2015). De acordo com Lemos (2016, p. 9), esse Programa é uma “estratégia do capital em crise”, que assegura sua reprodução por meio de investimento de recursos públicos na iniciativa privada e formação da classe trabalhadora de acordo com a lógica do mercado. Conforme assinala Martins (2015, p. 102), o Pronatec resulta de “ações organizadas pelo capitalismo internacional em conjunto com a burguesia nacional” e “se articula visceralmente ao desenvolvimento do capitalismo no país, o que significa compromisso com a manutenção de uma sociedade dividida entre classes”.

A respeito da concepção de qualificação profissional norteadora desse Programa, de acordo com Bezerra (2015) e Ramos (2014), ela é voltada aos interesses do setor produtivo, pois prioriza a formação profissional aligeirada sem elevar a escolaridade dos alunos. Nesse

¹⁰ Esse levantamento foi realizado em 30/06/2016 e atualizado em 19/09/2019. Utilizou-se a palavra *Pronatec* como chave de busca.

¹¹ Entre as quais, há uma tese (BASSO, 2014).

sentido, o Programa alinha-se às orientações do Banco Mundial e da Confederação Nacional das Indústrias (QUEIROZ, 2015) e contribui para acentuar a dualidade estrutural (SILVA, D., 2015). Além disso, enfatiza a adaptação e consenso dos trabalhadores em torno do projeto de sociedade neoliberal (BEZERRA, 2015), “[...] responsabiliza o próprio trabalhador pelo seu desemprego e, ou, pelo seu autoemprego em postos de trabalho precarizados” (SANTIAGO, 2015, p. 7) e contribui para a “[...] reprodução das desigualdades classistas, não resolvendo, como bradam seus criadores, os problemas de acesso da classe trabalhadora e da juventude ao emprego digno e à garantia de direitos” (MARTINS, 2015, p. 102).

Por meio das pesquisas consultadas, notou-se que a implementação do Pronatec em Institutos Federais teve algumas características semelhantes. Laurentino (2017) e Pereira (2016) afirmam que no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), *campus* Picuí, e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *campus* Vitória de Santo Antão, houve problemas no processo de divulgação dos cursos e esclarecimento dos alunos a respeito dos mesmos (PEREIRA, 2016) e as informações divulgadas alcançavam públicos limitados e insuficientes (LAURENTINO, 2017).

Uma das situações mais recorrentes foi a demora no repasse de recursos financeiros por parte do Governo Federal, o que ocasionou atraso no pagamento de auxílios estudantis e inviabilizou a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social. Além de comprometer a aquisição de materiais didáticos, equipamentos de proteção individual (EPI) e insumos para a realização dos cursos (COSTA, 2019; LAURENTINO, 2017; PEREIRA, 2016; RIBEIRO, 2017; RUGGIERO, 2016).

Em relação aos desafios vivenciados no decorrer do processo de implementação, os autores destacaram o prazo reduzido para articular a abertura de cursos (RUGGIERO, 2016), a falta de “informações detalhadas sobre os processos a serem adotados pelo ofertante” (COSTA, 2019, p. 7), pouca clareza em relação às metas a serem atingidas (RUGGIERO, 2016), inexistência de estratégias de capacitação de agentes implementadores e de processos avaliativos internos (LAURENTINO, 2017). No que se refere ao público atendido, os autores destacaram a heterogeneidade no perfil dos alunos (RUGGIERO, 2016), a falta de integração pedagógica entre as escolas estaduais e Instituto Federal na realização de cursos Técnicos Concomitantes (PEREIRA, 2016), os alunos vivenciaram dificuldades na utilização do transporte escolar e no recebimento dos auxílios estudantis (PEREIRA, 2016), elevados índices de não conclusão dos cursos (RIBEIRO, 2017), baixa inserção profissional dos egressos na área do curso realizado (PEREIRA, 2016).

Os autores das produções analisadas consideram que, apesar das dificuldades vivenciadas, houve aspectos favoráveis à implementação do Programa, tais como: a experiência prévia do Instituto Federal nas áreas dos cursos ofertados possibilitou utilizar infraestrutura e profissionais pertencentes à instituição (COSTA, 2019; RUGGIERO, 2016); certo grau de autonomia e descentralização concedida aos gestores locais para tomar decisões (LAURENTINO, 2017); e “[...] esforço e atuação ativa dos agentes implementadores para articular juntos aos parceiros demandantes a oferta dos cursos (RUGGIERO, 2016).

Na percepção de Costa (2019), o principal ganho advindo da oferta de cursos Pronatec no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) foi o aumento na procura por cursos regulares oferecidos nesse instituto. A autora considera que por meio desse Programa os professores puderam incentivar os alunos a retomar os estudos.

Os estudos sobre perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec assinalaram a participação de pessoas de diversas idades, inclusive idosos, e o predomínio de jovens do sexo feminino, com Ensino Médio completo ou em curso, provenientes de escolas públicas. Em relação à situação ocupacional desses alunos, os autores destacam que esse público, em sua maioria, era constituído por estudantes que não compunham a renda familiar como também desempregados que exerciam ocupações informais (DOMIGUES, 2016; SILVA, M., 2016; SILVA, P. 2016).

Os autores que se dedicaram ao estudo da evasão escolar¹² em cursos Pronatec a consideraram um fenômeno complexo e multifacetado porque envolve questões de ordem pessoal, familiar, socioeconômica, institucional entre outras que estão inter-relacionadas (TROGIANI et al., 2012; JARDIM, 2016; SILVA, M., 2015). Carvalho (2015, p. 48) optou pelo termo abandono escolar, pois a ambiguidade que o permeia parece indicar que tanto a escola abandonou o aluno quanto este abandonou aquela. Na perspectiva dessa autora, a responsabilidade pelo insucesso escolar não seria atribuída “exclusivamente ao aluno ou exclusivamente a fatores externos, como é definido pelo conceito de evasão”.

Foram apresentados diferentes motivos pelos quais os alunos não concluíram os cursos. Embora as pesquisas tenham sido realizadas em diferentes regiões do Brasil, houve motivações coincidentes. Supõe-se que essas convergências decorrem da semelhança de perfis socioeconômico, educacional e profissional do público prioritário do Programa, ou seja, desempregados, beneficiários de programas de transferência de renda, pessoas que ainda não concluíram a Educação Básica etc.

¹² Optou-se por manter a terminologia utilizada pelos autores das produções analisadas.

Entre as mulheres, as justificativas de não conclusão de cursos referem-se a: não ter com quem deixar os filhos pequenos durante o horário das aulas e interdição por parte do esposo ou companheiro (DIAS, 2015); dedicação ao trabalho doméstico e cuidados com a prole (SILVA, M., 2015). Situação semelhante não foi identificada entre os homens, o que sinaliza a preponderância da cultura do patriarcado¹³ e da divisão sexual do trabalho em detrimento do apoio às mulheres que desejam usufruir o direito à educação.

Nessa direção, as produções acadêmicas analisadas evidenciam que pessoas desempregadas tendem a sair de cursos diurnos tão logo consigam emprego (DIAS, 2015), pois a oferta de cursos nesse período dificulta a permanência de estudantes trabalhadores devido ao conflito de horários (CARVALHO, 2015). Além disso, os autores elencaram outros aspectos que contribuem para elevar os índices de evasão, tais como, poucas oportunidades de inserção profissional na área do curso, problemas pessoais, familiares e de saúde, dificuldade de aprendizagem (CARVALHO, 2015); sistema de transporte deficitário (DIAS, 2015); práticas pedagógicas não condizentes com especificidades de alunos que estavam há muitos anos sem estudar ou que possuíam lacunas na formação básica (CARVALHO, 2015); metodologia das aulas e nível de exigência dos professores não serem adequados a cursos FIC (DIAS, 2015); pouco interesse dos estudantes pelo curso realizado em decorrência da “falta de informação e conhecimento sobre o Programa e, sobretudo, a respeito do curso que iria estudar” (DIAS, 2015, p. 85); atraso na assistência estudantil inviabilizando a permanência de alunos que não podiam pagar as passagens de ônibus para frequentar as aulas (DIAS, 2015).

Ao analisar aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de alunos matriculados em cursos Técnicos Pronatec ofertados pelo Senac/SC, Basso (2014, p. 13) considera que a permanência está relacionada “à satisfação, à integração, ao desenvolvimento psicossocial e cognitivo e ao comprometimento com a profissão e o curso”. Entre os aspectos contextuais mencionados pela autora, destacam-se o ambiente familiar favorável aos estudos, o apoio de professores e colegas, a qualidade do curso e de estratégias autorreguladas de aprendizagem. Embora a dimensão socioeconômica dos alunos não tenha sido priorizada nesse estudo, Basso (2014) aponta dificuldades financeiras, mudanças de cidade e gratuidade do curso como variáveis intervenientes na permanência deles nos cursos.

¹³ Cisne e Santos (2018, p. 43) esclarecem que o patriarcado é uma formação social caracterizada pela autoridade do pai e do poder masculino. Expressa ainda a dominação masculina que, na maioria das vezes, se torna sinônimo de opressão feminina. Esse sistema pode ser perpetuado tanto por homens quanto por mulheres sendo que elas dele não se beneficiam, pois “[...] a lógica que estrutura o patriarcado é de privilégio e dominação masculinos relacionados à subalternização e à invisibilização das mulheres e do que é associado ou considerado e identificado como feminino, a exemplo das travestis e das mulheres transexuais”.

Com o intuito de atenuar o abandono escolar nos cursos de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão ofertados pelo Pronatec FIC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *campus* Campo Largo, Carvalho (2015) afirma que foram implementadas as seguintes ações: viabilização de local e profissionais na instituição para que as alunas pudessem deixar seus filhos enquanto frequentassem as aulas; formação continuada para professores e gestores vinculados ao Programa, mudanças na ementa do curso, acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, monitoramento e avaliação de ações implementadas.

Com o propósito de identificar artigos relacionados ao objeto de pesquisa, realizou-se consulta ao portal de periódicos da Capes, à *Scielo* e ao *Google Acadêmico* utilizando-se o termo Pronatec como chave de busca. Após seleção prévia por meio da leitura dos títulos e resumos, conferiu-se relevo a 32 estudos que tiveram o Pronatec por foco investigativo. A análise desses textos possibilitou identificar treze diferentes temáticas de pesquisa referentes ao Pronatec, as quais são expostas no quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Revisão de literatura sobre Pronatec

Qtd.	Temas	Autores
10	Alinhamento do Pronatec com transformações no capitalismo	(MATOS; LIMA, 2016) (MELO; MOURA, 2016) (SILVA; MOURA; SOUZA, 2018) (NASCIMENTO, 2017) (RAMOS; STAMPA, 2015) (RAMOS, 2015) (VASCONCELOS; AMORIM, 2018) (RAMOS; STAMPA, 2016a) (VENTURA; LESSA; SOUZA, 2018) (RAMOS; STAMPA, 2016 b)
6	Inserção profissional de egressos	(BARBOSA FILHO; PORTO; LIBERATO, 2016) (BENINI; CECCHIN, 2016) (CAMARA, 2018) (SILVA et al., 2018) (BIAVATTI; DEITOS, 2019) (CARMO; LORETO; BRAGA, 2019)
3	Contradições na democratização do acesso à Educação Profissional	(RAMOS; STAMPA, 2015) (LIMA et al., 2018) (OLIVEIRA; SILVA, 2019)
2	Concepções e princípios do Pronatec	(MACHADO; GARCIA, 2013) (VIEIRA; REIS; SOBRAL, 2017)
2	Pronatec e direito à educação	(CRUZ; CARNEIRO; NETO, 2014) (LIMA; PACHECO, 2017)
2	Avaliação do Programa	(FEGER et al., 2015) (JANUZZI, 2016)
1	Implementação do Pronatec	(DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015)
1	Políticas públicas, cidadania e comunicação	(ALMEIDA; SOUZA, 2015)

Continua...

Continuação

Qtd.	Temas	Autores
1	Perfil de alunos matriculados	(COSTA; ARAÚJO; ALVES, 2016)
1	Inclusão social mediada pelo Pronatec	(ALMEIDA; FREIRE, 2015)
1	Desenvolvimento docente e qualidade do Pronatec	(DALLANORA; BRUNO, 2015)
1	Formação Profissional de pessoas com deficiência	(MATTJE; SANTOS, 2018)
1	Evasão em cursos subsequentes e concomitantes	(OLIVEIRA; FERREIRA; SILVA, 2019)
32	Total de produções analisadas	

Fonte: Elaboração da autora.

Entre os artigos analisados há poucas pesquisas sobre implementação do Pronatec (DEITOS; LARA; ZANARDINI, 2015), perfis de alunos matriculados (COSTA; ARAÚJO; ALVES, 2016), formação profissional de pessoas com deficiência (MATTJE; SANTOS, 2018) e evasão (OLIVEIRA; FERREIRA; SILVA, 2019). Entre as 32 produções analisadas, 15 foram pesquisas documentais e bibliográficas, 5 abordaram cursos Pronatec Técnico e 11 focalizaram cursos de Formação Inicial e Continuada (CRUZ; CARNEIRO; ARRAIS NETO, 2014; ALMEIDA; SOUZA, 2015; ALMEIDA; FREIRE, 2015; COSTA; ARAÚJO; ALVES, 2016; BARBOSA FILHO; PORTO; LIBERATO, 2016; BENINI; CECCHIN, 2016; CAMARA, 2018; MATTJE; SANTOS, 2018; SILVA et al., 2018; BIAVATTI; DEITOS, 2019; CARMO; LORETO; BRAGA, 2019). Com base nesses estudos, verificou-se que algumas dimensões do Pronatec foram menos investigadas, tais como: processo de implementação do Programa, perfis de alunos matriculados e de egressos, evasão e permanência, entre outras. Constatou-se também que esses temas, quando pesquisados, não foram relacionados entre si. Entende-se que a relação entre eles é enriquecedora e possibilita perceber um pouco mais a complexidade do fenômeno investigado.

Entre esses 32 artigos e as 110 dissertações e tese consultadas, não houve estudos sobre os cursos Pronatec FIC ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), o que justifica a escolha desse instituto como campo de pesquisa. Soma-se a isso o protagonismo do IFSP no quantitativo de unidades de oferta – entre as 644 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2016a), 37¹⁴ são do IFSP e estão localizadas em diversas regiões do Estado

¹⁴ São 37 *campi* em funcionamento e um em fase final de implantação. Em 28 de setembro de 2017, foi publicada a Portaria MEC nº 1.244 que autorizou o funcionamento do *campus* São José do Rio Preto. Esse *campus* está sendo instalado no prédio do então Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento para o

(INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2016, p. 49); bem como a liderança do estado de São Paulo no total de matrículas em cursos Pronatec. No período de 2011 a 2016, São Paulo ficou em primeiro lugar no quesito total de matrículas em cursos Pronatec, com 1.452.583 alunos matriculados entre os 9.503.063 em todo o País. Em segundo lugar ficou Minas Gerais (947.632), Rio Grande do Sul (537.979), em terceiro, Bahia (534.147), em quarto, e Pernambuco (486.497), em quinto (BRASIL, 2016b), conforme exposto no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Estados com maior número de matrículas em cursos Pronatec

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2016b).

Em vista disso, a pesquisa que deu origem a esta tese foi norteadada pela preocupação de apreender a maneira pela qual o Pronatec FIC se materializou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) considerando-se as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014. Esse triênio foi o recorte temporal da pesquisa por corresponder aos anos nos quais o IFSP ofertou cursos pelo Pronatec¹⁵. Optou-se por restringir a pesquisa aos cinco *campi* onde houve maior número de

Magistério (CEFAM). Em 2018, foram realizadas quatro audiências públicas para escolha dos eixos tecnológicos e dos cursos a serem ofertados. O início das atividades está previsto para 2020 (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2019a).

¹⁵ De acordo com o Coordenador Geral-4 São Paulo, em 2015 os cursos pactuados não foram ofertados devido à insegurança orçamentária decorrente do atraso no repasse de recursos. A verba chegou ao IFSP no final do segundo semestre daquele ano.

matrículas em 2014, a saber, Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho. Entre as 5364 matrículas realizadas naquele ano, 3105 (58%) foram nesses *campi*, conforme exposto no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 - Matrículas em cursos Pronatec FIC em 25 *campi* do IFSP (2014)

Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo/PRX (2014a, p. 2).

A escolha desses *campi* como locus de pesquisa se justifica ainda pelo fato de essas unidades do IFSP estarem situadas em diferentes regiões do estado de São Paulo, o que possibilitou analisar como o Pronatec FIC se materializou em cada município considerando-se as especificidades regionais, os cursos demandados, os perfis do público atendido e as condições objetivas de oferta desses cursos, tais como disponibilidade de salas nos *campi*, vocação econômica dos municípios, parceria entre as Prefeituras e o IFSP etc.

Figura 1 - Mapa dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2019)

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (2019b).

Durante o ano de 2012, a Pró-Reitoria de Extensão do IFSP atuou na implementação de cursos Pronatec FIC em todos os *campi* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2012). Além das atividades desenvolvidas no âmbito do Pronatec, o IFSP ofertou cursos Proeja FIC e cursos Técnicos de Nível Médio integrados Proeja (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2016, p. 2). De acordo com o relatório de pactuação anual do Pronatec elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão (PRX) do IFSP, em 2014 houve 5364 alunos

matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados em 25 *campi* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO/PRX, 2014a, p. 2).

O objetivo mais amplo da pesquisa¹⁶ consiste em analisar o processo de implementação dos cursos Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os procedimentos e critérios para definição dos cursos escolhidos, tendo em vista a vocação econômica de cada município e a experiência do IFSP. Propõe-se examinar as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014. Com essa perspectiva, pretende-se:

- Investigar o processo de implementação do Pronatec FIC nos municípios de Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os arranjos produtivos locais, as demandas de cursos apresentadas pelas prefeituras municipais e as possibilidades de atendimento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
- Identificar os perfis socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC.
- Analisar o fluxo de alunos no período e comparar os perfis de estudantes concluintes e não concluintes.
- Identificar aspectos que favoreceram a permanência e aqueles que contribuíram para a não conclusão em cursos Pronatec FIC.

Supõe-se que o processo de implementação de cursos Pronatec FIC, as tensões e disputas por vagas não se deram da mesma maneira em todos os municípios. Sabe-se que este Programa tem diretrizes comuns, mas ele não se efetiva de maneira isolada dos contextos

¹⁶ A pesquisa foi desenvolvida assegurando-se os princípios éticos constantes da Resolução nº 4.871 de 22 de outubro de 2001 do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. Por ser uma pesquisa que envolve seres humanos, foram respeitados também os princípios das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Princípios esses estabelecidos nas declarações e convenções sobre Direitos Humanos e na Constituição Federal. A pesquisa foi autorizada pela Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação do *campus* São Paulo, aprovada pela Comissão de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Artes, Ciências Humanas e Humanidades (EACH/USP), conforme o parecer nº 2.059.604. O projeto que deu origem a esta pesquisa foi cadastrado na Plataforma Brasil, em 15 de março de 2017, com o título *Pronatec FIC: relação entre qualificação profissional e perfil do público atendido* e recebeu o número CAAE 67087317.4.0000.5390. A pesquisa realizada contou com financiamento da Capes no período de 03/2018 a 10/2018. Em respeito às regras dessa agência de fomento, a doutoranda solicitou o cancelamento da bolsa em virtude de ingresso no serviço público federal com jornada de trabalho de 40h semanais.

político, econômico, social e das condições objetivas de implementação (infraestrutura física, corpo docente, equipe de apoio e outros).

Parte-se do pressuposto de que o Pronatec foi implementado por sujeitos históricos inseridos em contextos que foram modificados pela intencionalidade governamental, mas que, reciprocamente, atuaram sobre ela e a modificaram. Por isso, considerou-se importante examinar como esses sujeitos superaram os desafios surgidos ao longo do processo de implementação, especialmente na fase inicial, e identificar os ajustes que conseguiram realizar no Programa visando adequá-lo à realidade local.

Entende-se que a implementação de uma política ou programa é o momento em que ela se materializa em constante interação com o contexto no qual se dá essa implementação. Nesse processo, aparecem limitações, desafios a serem superados, embates entre o ideal e o real. As equipes responsáveis pela implementação de uma política vivenciam situações que seus idealizadores desconhecem, porque estão em lugares diferentes e consequentemente têm visões distintas. Os prazos para implantação são definidos desconhecendo-se especificidades locais, como falta de transporte público, acesso precário à Internet, dúvidas sobre o funcionamento do programa etc. Essas equipes, diante da tarefa a ser cumprida, empenham-se em atender ao que lhes foi proposto considerando a realidade que elas vivenciam.

Pressupondo-se que tudo está em movimento, em constante interação, sustenta-se a tese de que o formato do programa federal analisado foi condicionado ao contexto social no qual foi implementado pela ação dos sujeitos que nele atuaram. Nessa direção, foi necessário apreender a forma particular de realização do escopo e diretrizes do Programa, os quais estabeleceram o público ao qual se destina, os objetivos a serem atingidos, os prazos a serem cumpridos, a carga horária dos cursos, a dotação orçamentária, o tipo de curso a ser ofertado (Técnico ou FIC), a composição das equipes, a duração da jornada de trabalho docente e de membros da equipe de apoio, os resultados esperados.

Observa-se nesse processo que a presença maior ou menor da sociedade civil organizada, de sua capacidade de mobilização, interfere e pode alterar as condições locais de desenvolvimento do Programa. As inúmeras alterações no texto da Lei nº 12.513, desde sua aprovação em 2011, evidenciam o resultado dessas mobilizações. Outra evidência encontrada foi a tentativa de interferir nas demandas relacionadas aos arranjos produtivos locais e à falta de infraestrutura para oferta de cursos previstos no Guia Pronatec de Cursos FIC (BRASIL, 2013d). No *campus* Registro, situado no Vale do Ribeira, por exemplo, foram ofertados

cursos fora dos eixos tecnológicos¹⁷ do *campus* devido às mobilizações de trabalhadores do campo em articulação com a prefeitura local e as delegacias regionais do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em direção contrária, há o caso do Centro Paula Souza, cuja opção política foi a de executar paralelamente programas semelhantes: a instituição teve baixa adesão ao Pronatec porque priorizou o Via Rápida – programa estadual de qualificação profissional.

Na pesquisa que deu origem a esta tese, assume-se como referencial teórico-metodológico a perspectiva histórica e dialética na análise dos acontecimentos sociais com o objetivo de entender o movimento contraditório da realidade, os processos e as mediações, as relações existentes entre o geral e o particular (LEFEBVRE, 1983).

Optou-se pelo estudo de caso como estratégia de investigação por considerá-lo apropriado ao exame de “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Essa estratégia abrange três aspectos indispensáveis na análise de fenômenos sociais: a) lógica de planejamento – baseando-se em desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a pesquisa; b) diversificação de técnicas de coletas de dados – privilegiando a triangulação de dados e de sujeitos bem como valorizando o uso de várias fontes de evidências; c) abordagens analíticas específicas – uma vez que o fenômeno é analisado considerando-se o contexto no qual está inserido (YIN, 2005, p. 33).

A pesquisa realizada é um estudo de casos múltiplos em que “cada estudo de caso em particular consiste em um estudo ‘completo’, no qual se procuram evidências convergentes com respeito aos fatos e às conclusões para o caso [...]” (YIN, 2005, p. 71). Essas convergências ampliam as possibilidades de se ocorrer generalizações naturalísticas (STAKE, 2007), que ocorrem “[...] em função do conhecimento experiencial do sujeito, no momento em que este tenta associar dados encontrados no estudo com dados que são frutos das suas experiências pessoais” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19). Entende-se que essa estratégia, subordinada ao método escolhido, possibilitou atingir os objetivos propostos.

A pesquisa baseou-se no levantamento e análise de fontes primárias e secundárias. Utilizaram-se dados quantitativos provenientes do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) – total de alunos matriculados, número de concluintes e de não concluintes, sexo, idade, escolaridade, cor da pele; e dados qualitativos, como documentos textuais (indicadores sociais e educacionais, legislações governamentais,

¹⁷ “Eixo tecnológico é a distribuição de cursos em eixos temáticos com núcleo politécnico comum, fundamentado nas mesmas ciências, tornando o processo educativo sintonizado” (BRASIL, 2014a).

publicações do IFSP), e fontes orais (entrevistas concedidas por servidores municipais, coordenadores de cursos Pronatec, diretores, supervisores pedagógicos, professores e questionários respondidos por alunos egressos).

Os perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC bem como as taxas de conclusão e não conclusão foram identificados por meio de dados de matrícula lançados no Sistec e de relatos dos sujeitos da pesquisa. As planilhas com dados sobre cursos ofertados, total de alunos matriculados, situação dos alunos ao final dos cursos, grau de escolaridade, data de nascimento etc. referentes aos cinco *campi* foram obtidos junto ao MEC e ao IFSP no primeiro semestre de 2017. Posteriormente, essas planilhas foram complementadas com informações coletadas durante a pesquisa de campo por meio das fichas de matrículas impressas. Informações essas referentes, principalmente, ao cadastro em programas de transferência de renda, se o aluno morava em abrigo, estava em privação de liberdade ou residia em assentamento.

As causas de não conclusão foram averiguadas por meio de relatos dos sujeitos da pesquisa e de fichas de desligamento respondidas por telefone pelos estudantes e arquivadas nos *campi* selecionados. No *campus* São Paulo, além dessas fichas, a coordenadoria de extensão mantinha cadernos para registrar ocorrências diversas, tentativas de contatar os alunos que não compareciam às aulas e documentar ações relativas aos cursos Pronatec FIC. Esses cadernos também foram considerados fonte de dados. Os motivos pelos quais os alunos permaneceram nos cursos foram identificados com base nos relatos de coordenadores, supervisores e professores.

Os dados quantitativos obtidos por meio do Sistec e do questionário respondido pelos alunos egressos foram tabulados no Excel, apresentados em forma de gráficos e tabelas e examinados por meio da análise de relação entre variáveis (CAMPENHOUDT; MARQUET; QUIVY, 2017). Por exemplo, a variável *situação ao final do curso*¹⁸ foi relacionada à variável *situação ocupacional*.

As questões constantes dos roteiros de entrevistas foram elaboradas em consonância com os objetivos da pesquisa, tendo-se em vista o agrupamento das respostas em três grandes temas: processo de implementação e constituição do Pronatec como política nos municípios pesquisados; perfis do público atendido; e causas de conclusão e de não conclusão de cursos Pronatec FIC pelos alunos, conforme o exposto no quadro 2, a seguir.

¹⁸ De acordo com dados lançados no Sistec, a situação do aluno ao final do curso pode ser: concluído, reprovado, frequência inicial insuficiente, abandono, não compareceu. Esse assunto será tratado no capítulo *Alunos matriculados em cursos Pronatec FIC: perfis e trajetórias*.

Quadro 2 - Articulação entre objetivos e questões dos roteiros de entrevistas

Objetivos	Temas	Questões
1- Investigar o processo de implementação do Pronatec FIC nos municípios de Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os arranjos produtivos locais, as demandas de cursos apresentadas pelas prefeituras municipais e as possibilidades de atendimento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.	Processo de implementação, procedimentos e critérios para escolha dos cursos ofertados, mobilização do público-alvo.	<p>1.1 Como foi o processo de implementação do Pronatec pelo IFSP neste município? Que dificuldades surgiram e como elas foram superadas?</p> <p>1.2 Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocação econômica do município, demanda do público atendido, experiência do IFSP na área do curso etc.)?</p> <p>1.3 Como foi o processo de pactuação de vagas? Houve algum tipo de disputa por vagas entre o público vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e o público vinculado ao Ministério do Trabalho (MTE) por meio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT)? Foi possível atender a todos?</p> <p>1.4 De que maneira os alunos matriculados nos cursos foram mobilizados?</p>
2- Identificar os perfis socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC.	Perfis socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC	<p>2.1 Por meio do trabalho que você realizou junto aos alunos de cursos Pronatec FIC, foi possível identificar características dos perfis socioeconômico, profissional e educacional desses estudantes? De maneira geral, quais são essas características?</p> <p>2.2 Em que os alunos dos cursos Pronatec FIC se diferenciam dos alunos dos cursos técnicos e superiores (em relação à faixa etária, disponibilidade para estudar, interesse pelas aulas, participação, facilidade para aprender etc.)?</p>
3- Analisar o fluxo de alunos no período e comparar os perfis de estudantes concluintes e não concluintes.	Perfis dos alunos de cursos Pronatec FIC	3.1 Os alunos que permaneceram e concluíram os cursos possuíam algumas características capazes de diferenciá-los daqueles que não finalizaram os cursos? Se sim, quais seriam?
4- Identificar aspectos que favoreceram a permanência e aqueles que contribuíram para a não conclusão em cursos Pronatec FIC.	Evasão e permanência	<p>4.1 Foi possível realizar algum tipo de monitoramento ou acompanhamento dos alunos com várias faltas consecutivas? Quais foram as principais justificativas de faltas e as principais causas de evasão apresentadas por esses estudantes?</p> <p>4.2 Que medidas puderam ser implementadas pelo IFSP com o intuito de prevenir e reduzir a evasão em cursos Pronatec FIC?</p> <p>4.3 Houve algum atraso no repasse de verbas por parte do Ministério da Educação? Se sim, de que forma isso afetou a permanência dos alunos nos cursos?</p>

Fonte: Elaboração da autora.

As perguntas do questionário respondido por telefone pelos alunos egressos¹⁹ foram agrupadas em três seções: perfis socioeconômico, educacional e profissional, conforme exposto no quadro 3, a seguir. Entre as questões realizadas, três tiveram por finalidade balizar as respostas dos demais sujeitos da pesquisa. Duas delas referem-se ao processo de implementação de cursos Pronatec e uma diz respeito aos perfis dos alunos. Perguntou-se para os coordenadores, professores e servidores municipais: “De que maneira os alunos matriculados foram mobilizados” e para os egressos a pergunta realizada foi: “Como você soube do curso?”. A segunda questão feita aos coordenadores, professores e servidores municipais foi: “Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocação econômica do município, demanda do público atendido, experiência do IFSP na área do curso etc.)?” e perguntou-se para os egressos: “Em algum momento você foi consultado sobre os cursos que gostaria de fazer?”. Por fim, perguntou-se aos coordenadores, professores e servidores municipais: “Por meio do trabalho que você realizou junto aos alunos de cursos Pronatec FIC, foi possível identificar características dos perfis socioeconômico, profissional e educacional desses estudantes? De maneira geral, quais são essas características?”. Já para os egressos foram realizadas perguntas referentes ao grau de escolaridade, profissão, situação ocupacional, se possuem filhos etc.

¹⁹ Assim que o egresso atendia a ligação, era informado de que estava sendo contatado porque se matriculou em um curso pelo Pronatec, em 2014. Em seguida, era esclarecido sobre a finalidade da pesquisa, a garantia de anonimato e o uso acadêmico das informações prestadas. Após concordar em participar da pesquisa e consentir que as respostas fossem gravadas, ele respondia as perguntas constantes do questionário.

Quadro 3 - Articulação entre objetivos da pesquisa e perguntas respondidas por egressos

Objetivo: 1- Investigar o processo de implementação do Pronatec FIC nos municípios de Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os arranjos produtivos locais, as demandas de cursos apresentadas pelas prefeituras municipais e as possibilidades de atendimento pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.	
Temas	Questões
Processo de implementação do Programa	1) Você conhecia o Instituto Federal antes de se matricular no curso Pronatec? 2) Como você soube do curso? 3) Em algum momento você foi consultado sobre que cursos você gostaria de fazer? 4) Que ganhos o curso realizado pelo Pronatec trouxe para você?
Objetivo: 2- Identificar os perfis socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC.	
Temas	Questões
Perfil socioeconômico	5) Qual a sua idade? 6) Qual seu estado civil? 7) Você tem filhos?
Perfil profissional	8) Você conseguiu emprego na área do curso? 9) Atualmente você está trabalhando? a) Não. b) Sim. Com carteira assinada e exerço a função que aprendi no curso Pronatec FIC. c) Sim. Com carteira assinada e exerço função diferente daquela que aprendi no curso Pronatec FIC. Informe o nome da função que você exerce. d) Sim. Sem carteira assinada e exerço a função que aprendi no curso Pronatec FIC. e) Sim. Sem carteira assinada e exerço função diferente daquela que aprendi no curso Pronatec FIC. Informe o nome da função que você exerce. 10) Que profissões você já exerceu?
Perfil educacional	11) Qual o seu grau de escolaridade? 12) Você continuou seus estudos após a realização do curso Pronatec? Se não, por qual motivo? Se sim, que cursos realizou e em que instituição? 13) Qual o grau escolaridade de seus pais ou pessoas que exerceram esse papel?

Nota 1: Em pesquisa realizada pelo IBGE em 2010 sobre o perfil socioeconômico da população brasileira, o termo “socioeconômico” abrange indicadores referentes ao sexo, idade, escolaridade, cor da pele, escolaridade, situação ocupacional, renda, saúde, habitação etc. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), ou seja, o perfil socioeconômico engloba os perfis educacional e profissional. No entanto, optou-se por desmembrá-los neste quadro para explicitar a correspondência entre eles e as perguntas realizadas.

Nota 2: Não foram apresentados dados sobre a renda dos egressos porque nem todos concordaram em informá-la, mas pela ocupação que eles possuem é possível estimar a faixa salarial na qual se encontram.

Fonte: Elaboração da autora.

A relação entre objetivos, temas e questões também foi utilizada para nortear o agrupamento das respostas no processo de tabulação e a organização dos capítulos da tese. Na análise dessas respostas, procurou-se por núcleos de sentido, ou seja, palavras ou expressões que denotam a mesma ideia os quais dentro do contexto da entrevista fossem semelhantes e pudessem ser agrupados (BARDIN, 1988). Isso possibilitou identificar que situações, problemas, justificativas, características etc. foram mais recorrentes.

A análise das entrevistas foi realizada em dois momentos complementares: análise de ocorrências e análise de coocorrências (CAMPENHOUDT; MARQUET; QUIVY, 2017). No primeiro, elas foram examinadas individualmente para identificar as percepções dos sujeitos a respeito dos elementos intervenientes no processo de escolha de cursos e mapear temas que eles sinalizam ser importantes. No segundo, elas foram comparadas entre si para verificar as aproximações e distanciamentos entre esses temas, bem como as possibilidades de agrupamento em subcategorias de análise elencadas a partir da frequência com que esses temas apareceram nas entrevistas (BARDIN, 1988). Por fim, os relatos dos entrevistados foram cruzados com dados de matrículas dos alunos disponíveis no Sistec, documentos internos do IFSP, notas informativas expedidas pela Setec/MEC, fichas de matrículas impressas, formulários de encaminhamento dos Centros de Referência de Assistência Social e Postos de Atendimento ao Trabalhador, guias Pronatec de cursos FIC e legislação pertinente ao Programa.

De acordo com Faleiros (2004), políticas sociais compreendem um conjunto de programas e serviços em áreas essenciais como saúde, educação, moradia, previdência social etc. e têm por público-alvo a classe trabalhadora. Essas políticas aparentemente surgem como dádivas, mas relacionam-se tanto às “exigências do capital para se valorizar e reproduzir a força de trabalho” como às “lutas sociais e crises do capitalismo” (FALEIROS, 2004, p. 8). Nessa perspectiva,

as políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 2004, p. 8).

Diante do exposto, entende-se que o Pronatec pode ser considerado uma política social por oferecer cursos de formação profissional tanto FIC como Técnico para jovens e adultos que estão trabalhando ou que almejam conseguir emprego. Assim, importa explicitar

pressupostos a serem observados na condução de pesquisas sobre políticas sociais com base no materialismo histórico dialético.

Sabe-se que Marx “até o fim de sua vida quis escrever uma exposição da metodologia dialética, porém desapareceu sem ter realizado sua vontade” (LEFEBVRE, 1979, p. 30). Entretanto, por meio de sua obra podem ser observadas questões de método não como um manual a ser seguido, mas um balizador das escolhas metodológicas realizadas na condução da pesquisa.

O objetivo da análise na perspectiva materialista histórica dialética é ultrapassar a aparência dos fenômenos e tentar conhecer a essência que os constitui, mesmo que esse conhecimento seja parcial, porque a realidade é complexa, dinâmica, contraditória e não manifesta sua essência de imediato (LEFEBVRE, 1983). O processo de conhecimento ocorre por meio de sucessivas aproximações. Portanto, cada vez que o sujeito analisa o objeto considerando-o em seu contexto histórico, social, político mais ele se aproxima da essência que o constitui.

Na análise de fenômenos sociais pautados nessa linha investigativa, a concepção de neutralidade científica e as formalidades metafísicas são afastadas e o sujeito interage dialeticamente com o objeto. Nessa perspectiva, considera-se que “se o real está em movimento, então que nosso pensamento também se ponha em movimento e seja pensamento desse movimento. Se o real é contraditório, então que o pensamento seja pensamento consciente da contradição” (LEFEBVRE, 1983, p. 174).

O sujeito que almeja conhecer o fenômeno em questão não se contenta em descrevê-lo, mapeá-lo ou retratá-lo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011); ele o problematiza, ele o analisa no contexto histórico e político no qual foi engendrado, ele explicita as contradições e disputas por hegemonia em relação àquele fenômeno decorrentes das escolhas feitas por sujeitos históricos nele envolvidos.

Ao se historicizar um fenômeno, ou seja, ao situá-lo na totalidade social da qual se originou explicitando-se as mediações que o constituem (CIAVATTA, 2012b), rompe-se com

[...] as formas de positivismo que levam ao empirismo estreito da verdade dos pequenos fatos ou à perspectiva filosófica da generalidade abstrata e às tendências pós-modernas que cultivam os fragmentos e a história cultural dos fenômenos, independentemente de seus contextos, das condições em que são gerados (CIAVATTA, 2012b, p. 116).

Tratando-se mais especificamente da análise de políticas sociais sob o enfoque do materialismo histórico dialético, “[...] a condição histórica e social da política social deve ser

extraída do movimento da sociedade burguesa” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 38), porque a Burguesia desde que assumiu o poder deixou de ser revolucionária e se tornou conservadora. Por isso, ela almeja manter o modo de produção vigente, bem como a propriedade dos meios de produção e as diversas formas de geração de riqueza sob seu domínio (MARX; ENGELS, 1999). Nessa direção, a política social analisada não pode ser tomada como um acontecimento isolado e examinada em si mesma, ela precisa ser considerada em relação ao todo no qual se manifesta. Esse todo não significa toda a realidade da qual o fenômeno faz parte – algo que ainda é inacessível ao conhecimento humano –, mas a totalidade concreta:

um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação [...] no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saía constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1983, p. 35-36, grifo do autor).

Importa ainda explorar as contradições inerentes ao processo de elaboração e implementação de políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) sem se contentar em dizer que há contradições, mas “captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (LEFEBVRE, 1983, p. 238).

Paulo Netto (2003, p. 15) lembra-nos que o surgimento de protoformas de políticas sociais na Alemanha se deu uma década antes do falecimento de Marx e não fez parte da pesquisa dele. Em vista disso, recomenda que a análise de políticas sociais, na perspectiva do materialismo histórico dialético, considere “novos processos, novas realidades, novos fenômenos, que não foram contemplados na construção clássica da teoria marxista”. Ressalta também a importância de dialogar com outras vertentes teóricas que se dedicam à análise de políticas sociais “não para incorporar acriticamente as suas dimensões, o que nos levaria a uma postura claramente eclética [...], mas para apreender os problemas que eles capturam e oferecer-lhes um tratamento alternativo” (PAULO NETTO, 2003, p. 15). A respeito desse assunto, a argumentação do autor se desenvolve com base na concepção lukacsiana de ortodoxia:

Como velho marxista que sou, defendo concepções teóricas ortodoxas. E antes que vocês se cecem com esta afirmação, insisto em que ortodoxia não tem nada a ver com fundamentalismo ou dogmatismo. Ortodoxia significa apenas, e exclusivamente, rigor metodológico. Neste sentido, para nós marxistas de hoje, pensarmos a temática das políticas sociais, e mais especificamente a pesquisa sobre sua avaliação, é absolutamente fundamental manter uma interlocução e um diálogo com os pensadores não marxistas (PAULO NETTO, 2003, p. 15).

De acordo com Lukács,

um marxista ortodoxo sério poderia [...] rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar à sua ortodoxia marxista. O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro sagrado. E em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método* (LUKÁCS, 2003, p. 64, grifo do autor).

Tendo-se em vista essa concepção de ortodoxia e a recomendação feita por Paulo Netto (2003, p. 15) sobre o diálogo com outras vertentes teóricas, optou-se por incluir no processo de análise do Pronatec alguns elementos da abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (1992)²⁰. Esses elementos, subordinados ao referencial teórico-metodológico que orienta a pesquisa, contribuíram para analisar a atuação dos sujeitos no processo de implementação de políticas, pois, conforme assinalam Bowe, Ball e Gold (1992 apud MAINARDES, 2006, p. 53):

os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos. [...] A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa (BOWE; BALL; GOLD, 1992, p. 22 apud MAINARDES, 2006, p. 53).

Na perspectiva da abordagem do ciclo de políticas, durante o processo de implementação, a política é interpretada e recriada pelos sujeitos responsáveis por colocá-la em ação. No entanto, isso não significa que a política oficial ou prescrita foi distorcida, expressa as “[...] possibilidades de ajustamentos que são necessários para que as políticas

²⁰ BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992. No Brasil, um dos principais divulgadores dessa abordagem é Jefferson Mainardes (2006), que cursou doutorado no *Institute of Education – University of London*, sob orientação de Stephen Ball.

possam atender de forma mais satisfatória às necessidades e demandas dos sujeitos (usuários) da política” (MAINARDES; GANDIN, 2013, p. 157).

As intencionalidades que orientam as escolhas feitas pelos sujeitos estão em constante disputa tanto no “contexto de influência” como no “contexto da produção” e no “contexto da prática”. Esses são os principais contextos que constituem o ciclo de políticas os quais, conforme esclarece Mainardes (2006, p. 50), “[...] estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates”.

Ainda de acordo com Mainardes (2006, p. 51), é no “contexto da influência” que “normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos”. Nele também os

[...] grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política (MAINARDES, 2006, p. 51).

O ‘contexto da política’ baseia-se no pressupostos de que a política é representada por meio de diversas formas de textos políticos, a saber, ‘[...] textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc.’ (MAINARDES, 2006, p. 52).

Na perspectiva dos propositores dessa abordagem,

A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (MAINARDES, 2006, p. 52-53).

Já o contexto da prática “[...] é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Entre as características da abordagem do ciclo de políticas elencadas por Mainardes e Gandim (2013), destacam-se aquelas que mais se aproximam da perspectiva teórico-metodológica norteadora da pesquisa, quais sejam: a) historicidade e relação entre o geral e o particular – “Essa abordagem fundamenta-se na ideia de que as políticas nacionais ou locais estão relacionadas a tendências econômicas e políticas globais e, ao mesmo tempo, precisam

ser compreendidas historicamente” (MAINARDES; GANDIN, 2013, p. 154); b) perspectiva crítica:

O conjunto de ideias da abordagem do ciclo de políticas e as ideias atuais de Ball oferecem elementos para uma análise crítica das políticas educacionais, uma vez que Ball questiona o modelo neoliberal, privatista e excludente das políticas atuais e demonstra preocupação com as consequências negativas das políticas educacionais atuais para as classes sociais (MAINARDES; GANDIN, 2013, p. 156).

E c) atenção voltada para a ação dos sujeitos no contexto histórico no qual se inserem:

Esta abordagem, portanto, assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas (MAINARDES, 2006, p. 53).

Nessa direção, Paulo Netto (2003) afirma ser fundamental estudar a implementação de políticas sociais atentando-se para identificar “[...] forças e atores que a promovem ou a obstaculizam – porque uma política social, um projeto, um programa não se decidem apenas na sua formulação: *os seus implementadores têm um papel central na modalidade da sua efetivação*” (PAULO NETTO, 2003, p. 27, grifo nosso).

Na análise de fenômenos sociais, os sujeitos e as ações que eles realizam visando modificar a realidade na qual estão inseridos são elementos importantes. Entretanto, esses sujeitos estão inseridos e em constante interação com o contexto histórico, político, social, econômico que é capaz de interferir nessas ações, ora potencializando-as, ora atenuando-as ou inibindo-as. Portanto, como afirma Marx (2011, p. 25), “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita”.

Diante do exposto, apresentam-se os sujeitos que participaram da implementação do Pronatec nos cinco *campi* lócus da pesquisa e concordaram em relatar essa experiência, quais sejam, quatro coordenadores gerais do Pronatec no IFSP – entre eles um pró-reitor de extensão –, oito coordenadores adjuntos, seis supervisores pedagógicos, um coordenador de curso, 13 professores, 11 servidores municipais, quatro técnicos de apoio financeiro, três técnicos de apoio administrativo, um diretor de unidade, um diretor de políticas na Pró-Reitoria de Ensino (PRE), uma diretora de Educação Básica vinculada à PRE e 33 egressos de cursos Pronatec FIC, totalizando 86 sujeitos, conforme exposto no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Distribuição dos sujeitos da pesquisa por município

Município	Instituição	Qtd.	Função
Avaré	IFSP	1	Coordenador Adjunto Pronatec
Avaré	IFSP	2	Supervisores pedagógicos
Avaré	IFSP	1	Professor
Avaré	IFSP	1	Apoio administrativo
Avaré	IFSP	1	Apoio financeiro
Avaré	IFSP	15	Egressos de cursos Pronatec
Avaré	Prefeitura	1	Servidor Municipal
Subtotal		22	
Presidente Epitácio	IFSP	2	Coordenadores adjuntos Pronatec
Presidente Epitácio	IFSP	2	Supervisores pedagógicos
Presidente Epitácio	IFSP	1	Coordenador de curso
Presidente Epitácio	IFSP	3	Professores
Presidente Epitácio	IFSP	1	Apoio administrativo
Presidente Epitácio	IFSP	2	Apoios financeiros
Presidente Epitácio	IFSP	0	Egressos de cursos Pronatec
Presidente Epitácio	Prefeitura	2	Servidores municipais
Subtotal		13	
Registro	IFSP	1	Coordenador Adjunto Pronatec
Registro	IFSP	1	Supervisor pedagógico
Registro	IFSP	5	Professores
Registro	IFSP	1	Apoio administrativo
Registro	IFSP	1	Apoio financeiro
Registro	IFSP	2	Egressos de cursos Pronatec
Registro	Prefeitura	3	Servidores municipais
Subtotal		14	
São Paulo	IFSP	4	Coordenadores gerais Pronatec
São Paulo	IFSP	1	Coordenadora Adjunta Pronatec
São Paulo	IFSP	1	Supervisora pedagógica
São Paulo	IFSP	1	Diretor de unidade
São Paulo	IFSP	1	Diretor de políticas
São Paulo	IFSP	1	Diretora de Educação Básica
São Paulo	IFSP	2	Professores
São Paulo	IFSP	14	Egressos de cursos Pronatec
São Paulo	Prefeitura	4	Servidores municipais
Subtotal		29	
Sertãozinho	IFSP	3	Coordenadores adjuntos Pronatec
Sertãozinho	IFSP	2	Professores

Continua...

Continuação

Município	Instituição	Qtd.	Função
Sertãozinho	IFSP	2	Egressos de cursos Pronatec
Sertãozinho	Prefeitura	1	Servidor Municipal
Subtotal		8	
Total de sujeitos		86	

Fonte: Elaboração da autora.

Inicialmente, pressupôs-se que os contatos nas secretarias municipais pudessem ser intermediados por coordenadores adjuntos de cursos Pronatec nos *campi* lócus da pesquisa, tal como ocorreu em Avaré. No entanto, como houve diversas mudanças na coordenação do Pronatec nesses *campi*, e passaram-se quatro anos entre a última pactuação de cursos e a pesquisa de campo, nem sempre os novos coordenadores de extensão sabiam indicar as pessoas responsáveis pelo Pronatec na Prefeitura ou quando informavam essas pessoas já haviam mudado de setor ou até mesmo de secretaria municipal.

Percebeu-se também que alguns servidores municipais tinham receio de participar da pesquisa, pois temiam retaliações decorrentes de divergências partidárias. Embora o estudo não tivesse esse viés partidário, os servidores municipais de Registro, por exemplo, optaram por conceder entrevistas fora de seus locais de trabalho. Nesse município, o então coordenador de extensão havia assumido essa função recentemente e desconhecia toda a equipe responsável pelo Pronatec tanto na Prefeitura quanto no *campus*. Então, recorreu-se ao grupo de professores, e um deles se prontificou a intermediar o contato com a Prefeitura.

Geralmente, as secretarias municipais possuem sites nos quais são disponibilizados e-mails e telefones para contato. Recorreu-se a esses meios de comunicação, mas apenas em Presidente Epitácio e Sertãozinho eles foram eficazes. O que possibilitou o envio da documentação relativa à pesquisa e o agendamento das entrevistas sem depender do intermédio do IFSP. Nos demais municípios, os e-mails não eram respondidos e as chamadas telefônicas resultavam em respostas evasivas. As atendentes diziam desconhecer os membros da equipe responsável pelo Pronatec, encaminhavam a ligação para setores sem relação com o propósito da chamada etc.

Em São Paulo, o contato foi intermediado por um colega de doutorado que havia ocupado cargo comissionado na então Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Após entrevistar a pessoa por ele indicada, solicitou-se que ela indicasse outras pessoas que acompanharam a implementação do Programa e estariam dispostas em

participar da pesquisa. Essa estratégia foi fundamental, pois havia membros da equipe Pronatec que estavam em outras secretarias municipais e dificilmente seriam localizados.

As funções exercidas pelos servidores municipais sujeitos da pesquisa são diversas: supervisores, assessores, coordenadores, secretários e gestores. Optou-se por não mencioná-las individualmente no quadro 5, a seguir, para que a identidade deles fosse resguardada. A formação acadêmica deles foi reduzida ao essencial com esse mesmo propósito.

Quadro 5 - Apresentação de servidores municipais sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Formação	Secretaria à qual esteve vinculado(a)¹	Ano(s) de trabalho no Pronatec
Servidor municipal 1 São Paulo	Não informado	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo	2014
Servidora municipal 2 Presidente Epitácio	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	2012-2014
Servidor municipal 3 Presidente Epitácio	Não informado	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	2012-2014
Servidor municipal 4 São Paulo	Não informado	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	2012-2014
Servidor municipal 5 Registro	Engenheiro Agrônomo	Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente	2012-2014
Servidora municipal 6 São Paulo	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	2012-2014
Servidora municipal 7 Avaré	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	2012-2014
Servidor municipal 8 Registro	Engenheiro Agrônomo	Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente	2012-2014
Servidora municipal 9 Registro	Assistente Social	Não informado	2012-2014
Servidora municipal 10 São Paulo	Não informado	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo	2013-2014
Servidora municipal 11 Sertãozinho	Assistente Social	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2012-2014

Nota 1: Manteve-se o nome vigente no ano em que a entrevista foi realizada.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

Dos 13 docentes entrevistados, cinco são servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE) (Professor 2-Registro, Professor 6-Registro, Professor 8-Registro, Professora 9-Registro, Professor 11-São Paulo), seis são professores no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Professor 1-Registro, Professor 3-São Paulo, Professora 4-Sertãozinho, Professor 5-Avaré, Professor 10-Presidente Epitácio, Professora 13-Presidente Epitácio), um é Professor Substituto no EBTT (Professor 7-Presidente Epitácio) e um é Professor Externo (Professor 12-Sertãozinho), ou seja, contratado exclusivamente para lecionar em cursos Pronatec FIC.

Em 2014, a maioria desses docentes possuía aproximadamente dois anos de experiência no serviço público federal, exceto a Professora 4-Sertãozinho (sete anos), o Professor 11-São Paulo (cinco anos) e o Professor 5-Avaré (três anos), conforme se apresenta no quadro 6, abaixo.

Quadro 6 - Apresentação de professores sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Formação	Função exercida no IFSP	Ingresso no IFSP	Experiência no Proeja	Ano(s) de trabalho no Pronatec	Cursos nos quais lecionou
Professor 1- Registro	Bacharel em Ciências Contábeis e Mestre em Administração	Docente	2013 ²¹	Não	2013-2014	Agente de Cooperativismo, Auxiliar Administrativo, Almojarife e Vendedor
Professor 2- Registro	Técnico em Edificações	Técnico de Laboratório	2012	Não	2013	Pedreiro de Alvenaria
Professor 3- São Paulo ²²	Graduado em Engenharia de Telecomunicações, Especialista em EaD e mestrando em Engenharia Mecânica no IFSP <i>campus</i> São Paulo	Docente	2012	Não	2012-2014	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão
Professora 4- Sertãozinho	Mestra em História	Docente	2007	Sim ²³	2012-2014	Traçador de Caldeiraria, Soldador, Fotógrafo, Auxiliar Administrativo, Vendedor, Torneiro Mecânico e Auxiliar de Recursos Humanos ²⁴
Professor 5- Avaré	Engenheiro Agrônomo, Especialista em Didática e Metodologia de Ensino, Mestre e Doutor em Agronomia. Coursou o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes.	Docente	2011	Não	2012-2014	Agricultor Familiar, Horticultura, Agricultor Orgânico
Professor 6- Registro	Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Controladoria	Assistente em Administração	2012	Não	2012	Almojarife
Professor 7- Presidente Epitácio	Bacharel em Administração de Empresas Ênfase em Gestão. Coursou o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes.	Docente substituto	2012	Não	2012	Auxiliar de Eletricista, Desenhista da Construção Civil, Operador de Computador ²⁵

Continua...

²¹ Ingressou no IFSP em 2013 como Técnico em Administração e em 2015 foi aprovado no concurso para docente.

²² Ingressou no IFSP após trabalhar durante mais de uma década na indústria e ser instrutor no Senai. Atuou como supervisor e coordenador de cursos Pronatec.

²³ Desde 2008, leciona em cursos Proeja Técnico Integrado ao Ensino Médio

²⁴ Lecionou as disciplinas “Cidadania, Ética Profissional, Integração” e “Orientação Profissional” nos cursos mencionados.

²⁵ Lecionou a disciplina “Empreendedorismo” nos cursos mencionados.

Continuação

Sujeitos	Formação	Função exercida no IFSP	Ingresso no IFSP	Experiência no Proeja	Ano(s) de trabalho no Pronatec	Cursos nos quais lecionou
Professor 8-Registro	Técnico em Administração e graduando em Educação Física	Assistente de Alunos	2013	Não	2013-2014	Auxiliar Administrativo, Almoxarife e Auxiliar em Recursos Humanos
Professora 9-Registro	Licenciada em Letras Português-Inglês e Mestra em Políticas Públicas	Assistente de Alunos	2013	Não	2013-2014	Diversos ²⁶
Professor 10-Presidente Epitácio	Analista de Sistemas, Especialista em Segurança da Informação pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e Mestre em Computação	Docente	2013	Não	2013	Operador de Computador
Professor 11-São Paulo	Técnico em Eletrônica, em Eletrotécnica e em Informática, Analista de Sistemas pelo IFSP, especialista em Redes de Computadores com ênfase em Segurança da Informação, mestrando em Engenharia Mecânica no IFSP e graduando em Matemática na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)	Analista de TI	2009	Não	2013-2014	Programador Web
Professor 12-Sertãozinho	Bacharel e licenciado em Administração, possui MBA em TI, cursou o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes.	Docente externo	2012	Não	2012-2014	Operador de Computador e Agente de Informações Turísticas
Professora 13-Presidente Epitácio	Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Bacharela em Ciência da Computação	Docente	2012	Não	2012-2014	Operador de computador e Agente de Informações Turísticas

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

²⁶ Lecionou as disciplinas Língua Portuguesa e Inglês Básico em vários cursos.

Os docentes com experiência prévia na Educação de Jovens e Adultos, em cursos Proeja ou que concluíram o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes²⁷, planejaram aulas mais condizentes com os perfis de alunos com trajetórias escolares descontínuas, ou seja, priorizaram a articulação entre teoria e prática e incluíram revisões de conteúdos do núcleo comum – como Matemática e Língua Portuguesa, por exemplo – antes de iniciarem as disciplinas específicas do curso.

Já aqueles que não passaram por essa formação nem lecionaram para alunos da EJA ou do Proeja, inicialmente, planejaram aulas mais teóricas e menos teórico-práticas, com maior quantidade de conteúdos por aula, sem considerar a necessidade de recapitular conhecimentos básicos provenientes de disciplinas de formação geral. No entanto, após o contato com alunos no decorrer das primeiras aulas, perceberam a necessidade de ajustar o planejamento inicial e o fizeram com base tanto na troca de experiências entre colegas quanto no convívio com os alunos e nas formações continuadas promovidas por alguns coordenadores adjuntos²⁸.

Isso indica que embora a formação de professores não tenha sido contemplada pelo Pronatec ela é fundamental, especialmente para docentes que lecionaram em cursos FIC cujo público prioritário possui necessidades educativas específicas em decorrência dos anos fora da escola, da situação de vulnerabilidade social na qual a maioria se encontra e de lacunas na formação básica.

Conforme exposto no quadro 7, a seguir, apesar de a minoria dos coordenadores adjuntos e supervisores pedagógicos não ter experiência profissional relacionada à EJA ou ao Proeja, seis, entre eles, são Pedagogos (Supervisora pedagógica 2-Avaré, Supervisora pedagógica 3-Registro, Supervisora pedagógica 6-São Paulo, Coordenador Adjunto 3-Registro, Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio e Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio), dois concluíram a Formação Pedagógica de Docentes (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho e Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho) e uma é Especialista em EJA (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

Supõe-se que o convívio com alunos em situação de vulnerabilidade social, aliado ao diálogo com membros da equipe que possuem formação pedagógica, sensibilizou esses

²⁷ Os programas especiais de formação pedagógica de docentes foram criados para “suprir a falta nas escolas de professores habilitados, em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial” (BRASIL, 1997, p. 1). Ofertados por instituições públicas e privadas, esses programas habilitam bacharéis a lecionarem disciplinas no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e na Educação Profissional em nível médio cujas áreas estejam relacionadas à graduação cursada. Cabe à instituição ofertante “verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina para a qual pretende habilitar-se” (BRASIL, 1997, p. 1).

²⁸ Esse assunto será retomado na seção *Ações adotadas para prevenir a não conclusão de cursos*.

profissionais para as especificidades educacionais e sociais do público prioritário de cursos Pronatec FIC. Essa sensibilização se expressa por meio de seus relatos sobre os perfis dos alunos matriculados, as causas de não conclusão dos cursos e as medidas implementadas visando assegurar a permanência e o êxito discente.

Quadro 7 - Apresentação de supervisores, coordenadores e diretores sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Formação	Função exercida no IFSP	Ingresso no IFSP	Experiência no Proeja	Ano(s) de trabalho no Pronatec
Supervisora pedagógica 1-Presidente Eptácio	Não informado	Assistente de Alunos	2013	Não	2013-2014
Supervisora pedagógica 2-Avaré	Pedagoga, Especialista em Educação Especial	Técnica em Assuntos Educacionais	2014	Sim	2013-2014
Supervisora pedagógica 3-Registro	Pedagoga, Especialista em Ensino da Língua Portuguesa e Matemática, Especialista em Gestão Pública, Mestra em Ensino de Ciências e Matemática	Pedagoga	2012	Não	2014
Supervisor pedagógico 4-Presidente Eptácio	Não informado	Técnico em Contabilidade	2014	Não	2014
Supervisor pedagógico 5-Avaré	Licenciado em Letras (Português-Inglês), Especialista em Gestão e Supervisão Escolar	Técnico em Assuntos Educacionais	2011	Não	2012-2014
Supervisora pedagógica 6-São Paulo	Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em Educação: Linguagem, Alfabetização e Aprendizagem	Pedagoga	2014	Não	2014
Coordenador de curso 1-Presidente Eptácio	Não informado	Assistente de Alunos	2011	Não	2014
Coordenadora Adjunta 1-São Paulo	Psicóloga com ênfase em Gestão de Instituições Educacionais, Especialista em Educação de Jovens e Adultos	Coordenadora de Extensão	1991	Não	2013-2014
Coordenadora Adjunta 2-Avaré	Médica Veterinária, Mestra e Doutora em Medicina Veterinária, MBA em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais	Coordenadora de Extensão	2011	Não	2013-2014
Coordenador Adjunto 3-Registro	Pedagogo	Pedagogo	2012	Não	2012-2014

Continua...

Continuação

Sujeitos	Formação	Função exercida no IFSP	Ingresso no IFSP	Experiência no Proeja	Ano(s) de trabalho no Pronatec
Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho	Tecnóloga em Produção Sucroalcooleira, Licenciada pelo Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica (IFSP)	Assistente de Alunos	2013	Não	2014
Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio	Licenciada em Letras Português-Inglês, Pedagoga, Especialista em Tecnologia na Educação	Coordenadora de Extensão	2013	Não	2013-2014
Coordenadora Adjunta 6-Sertãozinho	Bacharel em Ciências Sociais, Especialista em Gestão em Comunicação Organizacional e Eventos, Licenciada em História, Mestranda em Educação Profissional	Diretora Adjunta de Extensão	2012	Não	2012
Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho	Bacharel em Administração, Ciências Contábeis, Gestão Pública, Matemática e com Formação Pedagógica (Educação Profissional); Especialista em Gestão Pública, Gestão Escolar e em Pedagogia Empresarial e Educação Corporativa; MBA em Gestão de Pessoas e MBA em Contabilidade Internacional, Controladoria e Finanças; Mestre em Tecnologia Ambiental; Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.	Analista de TI - Docente	2009	Não	2012-2014
Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio	Licenciada em História, Pedagoga, Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria, Mestra em Educação.	Técnica em Assuntos Educacionais	2011	Não	2012
Coordenadora geral 1-São Paulo	Não informado ¹	Assistente em Administração	Não informado	Sim	2012
Coordenadora geral 2-São Paulo	Não informado ¹	Técnica em Assuntos Educacionais	2008	Sim	2012-2013

Continua...

Continuação

Sujeitos	Formação	Função exercida no IFSP	Ingresso no IFSP	Experiência no Proeja	Ano(s) de trabalho no Pronatec
Coordenadora geral 3-São Paulo	Não informado ¹	Assistente em Administração	2014	Não	2014
Coordenador geral 4-São Paulo	Não informado ¹	Docente	2006	Sim	2013-2014
Diretor de unidade	Não informado ¹	Docente	2002	Sim	2013-2014
Diretor de políticas	Não informado ¹	Docente	2007	Sim	- ²
Diretora de Educação Básica	Não informado ¹	Pedagoga	2013	Sim	- ²

Nota 1: Optou-se por não mencionar a formação dos coordenadores gerais e diretores para que a identidade deles fosse preservada.

Nota 2: Esses diretores não atuaram na implementação do Pronatec.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

Entre os 33 egressos sujeitos da pesquisa, há representantes de distintas situações ao final do curso (frequência inicial insuficiente, abandono, concluída), o que possibilitou apreender diferentes perspectivas sobre as causas de conclusão e não conclusão dos cursos. Apesar de esse quantitativo de egressos ser inexpressivo quando comparado ao de matrículas²⁹, as faixas etárias, o sexo, a escolaridade bem como os cursos realizados expressam a heterogeneidade de perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados nos *campi* lócus da pesquisa³⁰.

Quadro 8 – Apresentação de egressos sujeitos da pesquisa

Código do (a) egresso (a)	Situação ao final do curso
Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egressa 2, Almoxarife, Avaré, 17 anos, Ensino Fundamental II incompleto	Abandono
Egresso 3, Almoxarife, Avaré, 20 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egressa 4, Almoxarife, Avaré, 34 anos, Ensino Fundamental II incompleto	Abandono
Egressa 5, Almoxarife, Avaré, 51 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egressa 6, Almoxarife, Avaré, 36 anos, Ensino Médio incompleto	Abandono
Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egressa 8, Almoxarife, Avaré, 32 anos, Ensino Superior completo	Concluída
Egresso 9, Almoxarife, Avaré, 21 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egressa 10, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egressa 11, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos, Ensino Fundamental I incompleto	Concluída
Egressa 12, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, Ensino Fundamental I incompleto	Concluída
Egressa 13, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egressa 14, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, Ensino Superior incompleto	Concluída
Egressa 15, Auxiliar Administrativo, Avaré, 38 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos, Ensino Médio incompleto	Concluída
Egresso 18, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 28 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 19, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 47 anos, Ensino Médio completo	Frequência Inicial Insuficiente
Egresso 20, Programador Web, São Paulo, 38 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos, Ensino Superior incompleto	Concluída

Continua...

²⁹ Conforme dados obtidos por meio do Sistec, houve 8534 matrículas em cursos Pronatec FIC nos *campi* lócus da pesquisa.

³⁰ Esse assunto será discutido no capítulo *Alunos matriculados em cursos Pronatec FIC: perfis e trajetórias*.

Continuação

Código do (a) egresso (a)	Situação ao final do curso
Egresso 22, Programador Web, São Paulo, 26 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos, Ensino Médio completo	Abandono
Egresso 24, Espanhol Intermediário, Sertãozinho, 16 anos, Ensino Fundamental completo	Frequência Inicial Insuficiente
Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 26, Programador de Sistemas, São Paulo, 29 anos, Ensino Superior completo	Concluída
Egresso 27, Programador de Sistemas, São Paulo, 34 anos, Ensino Técnico completo	Concluída
Egresso 28, Programador de Sistemas, São Paulo, 21 anos, Ensino Técnico completo	Concluída
Egresso 29, Programador de Sistemas, São Paulo, 33 anos, Ensino Médio incompleto	Concluída
Egresso 30, Programador de Sistemas, São Paulo, 19 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egresso 31, Programador de Sistemas, São Paulo, 19 anos, Ensino Médio incompleto	Frequência Inicial Insuficiente
Egresso 32, Instalador e reparador de computadores, São Paulo, 27 anos, Ensino Médio completo	Concluída
Egressa 33, Instalador e reparador de computadores, São Paulo, 16 anos, Ensino Médio completo	Concluída

Nota: A idade corresponde àquela que possuíam quando realizaram os cursos.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

Importa ressaltar alguns dos principais fatores intervenientes no andamento da pesquisa. O início do processo de obtenção dos dados foi demorado, porque o projeto de pesquisa passou pela análise de dois comitês de ética – o da EACH-USP e o do IFSP. Após a aprovação, outra dificuldade que surgiu foi a lentidão na resposta dos participantes tanto dos *campi* do IFSP como das Prefeituras em relação à disponibilidade para conceder a entrevista. Além disso, muitos servidores que atuaram na época em que os cursos Pronatec foram ofertados mudaram de *campus* e os novos colegas não sabiam quem eles eram. Fato semelhante aconteceu nas Prefeituras. Isso demandou esforço e tempo extra para identificar e localizar essas pessoas.

Nem todas as funções existentes nas equipes Pronatec nos *campi* puderam ser representadas na pesquisa porque ora as pessoas que exerceram essas funções alegavam não ter disponibilidade para participar por estar em licença capacitação, ter mudado de cidade, não dispor de tempo para conceder entrevista pessoalmente ou a distância; ora elas não consentiam a participação. Nesse caso, salienta-se que a participação é espontânea e prevaleceu o respeito ao direito de esses profissionais não participarem da pesquisa. Alguns alegaram não se recordar muito bem dos fatos ocorridos durante o período em que

trabalharam na oferta de cursos Pronatec, outros não tiveram boas experiências com o Programa e evitaram mencionar o que ocorreu.

Entre os membros de equipes Pronatec entrevistados, houve aqueles que não atuaram nos três anos nos quais os cursos foram ofertados (2012-2014), por isso responderam somente as questões que diziam respeito ao período no qual estiveram vinculados ao Programa. Os profissionais que começaram a atuar no Programa em 2014, por exemplo, não vivenciaram o processo de implementação e, por isso, não puderam responder as perguntas referentes a esse momento. Por outro lado, trouxeram informações importantes a respeito da expansão do Programa, as quais os profissionais que atuaram apenas em 2012, por exemplo, não tiveram condições de apresentar. Por meio do conjunto de relatos de profissionais que atuaram em diferentes etapas do processo foi possível delinear um panorama dos elementos priorizados na pesquisa.

Os dados de matrícula dos alunos foram obtidos por meio de duas fontes que se complementam: o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Nas planilhas obtidas pelo Sistec, havia as seguintes informações relevantes para a pesquisa: código de matrícula, nome do aluno, telefone, curso realizado e situação ao final do curso. Já nas planilhas enviadas pela Setec/MEC constavam apenas: grau de escolaridade, sexo, cor da pele, data de nascimento. Infelizmente, o código de matrícula não estava presente em ambas. Essas duas bases de dados foram interligadas por meio da data de nascimento disponibilizadas nas fichas de matrículas impressas. Estas estavam arquivadas nos *campi* onde os cursos foram ofertados. Isso tornou o processo de coleta de dados mais lento e trabalhoso.

Outro agravante foi o fato de o Sistec não gerar relatórios e os dados serem mostrados de acordo com o perfil do usuário no sistema, ou seja, para se ter acesso completo é preciso estar logado com a senha do reitor do IFSP. Isso gerou várias idas à Pró-Reitoria de Extensão do IFSP com o intuito de obter as planilhas que estavam faltando. Muitos dos participantes da pesquisa nos *campi* do interior não tinham mais acesso ao Sistec e não podiam, eles mesmos, baixar essas planilhas. Além disso, houve cursos ofertados em diversos equipamentos públicos (escolas municipais, centros culturais etc.) e para que as respectivas planilhas fossem localizadas era necessário saber o nome completo dessas instituições. Porém, a maioria dos sujeitos da pesquisa não sabia ou não se lembrava.

Este texto está organizado em quatro capítulos além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresentam-se em linhas gerais características de

políticas educacionais e de qualificação profissional em contextos neoliberais. Explicitam-se a ruptura do Pronatec em relação às concepções e princípios do Proeja e os investimentos de recursos públicos feitos por intermédio desse Programa na iniciativa privada.

No segundo, analisa-se o processo de implementação de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho, conferindo-se relevo aos principais desafios vivenciados ao longo desse processo, aos elementos e circunstâncias intervenientes na escolha/definição dos cursos ofertados, à relação entre as diretrizes e normas do Programa, às demandas sociais locais e à atuação dos sujeitos responsáveis por implementá-lo.

No terceiro, apresentam-se os perfis socioeconômico, profissional e educacional dos alunos matriculados; os índices de conclusão e de não conclusão no período em que os cursos foram ofertados; e comparações entre perfis de alunos concluintes e não concluintes. Delineiam-se ainda os perfis de egressos bem como a percepção deles em relação aos ganhos profissionais e educacionais advindos da realização desses cursos.

No quarto, expõem-se aspectos que favoreceram a permanência e aqueles que contribuíram para a não conclusão em cursos Pronatec FIC de acordo com a perspectiva de coordenadores, supervisores pedagógicos, professores e egressos.

1 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

Há convergência entre os Estados membros sobre a necessidade de uma maior implicação do setor privado nos sistemas de educação e/ou de formação profissional e na formulação de políticas de educação e de formação, para dar conta das necessidades do mercado e das circunstâncias locais, sob forma, por exemplo, de se encorajar a colaboração das empresas com o sistema de educação e formação e a integração, pelas empresas, da formação contínua nos seus planos estratégicos
(COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1993, p. 122 apud LAVAL, 2004, p. 5).

Este capítulo tem por finalidade esboçar características de políticas educacionais e de qualificação profissional criadas em contextos neoliberais. Parte-se do pressuposto de que políticas voltadas para a formação da força de trabalho tendem a ser disputadas tanto por empresários e agências multilaterais favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas como por educadores e entidades que atuam em defesa da educação pública, laica, gratuita e com qualidade social, e, nessa perspectiva, reivindicam a formação integral com vistas ao pleno desenvolvimento humano e à preparação para o mundo do trabalho. Pretende-se indicar que houve resistência ao Pronatec desde a tramitação do projeto de Lei nº 1.209/2011 e que essa resistência continuou durante o processo de sua implementação.

A epígrafe que abre este capítulo sintetiza os vínculos entre educação e economia vigentes no contexto neoliberal. Sob o argumento de proporcionar desenvolvimento econômico, a lógica empresarial é gradativamente implantada na escola e a competitividade se torna a força motriz da educação (TANGUY, 2016, 2017; LAVAL, 2004). Nesse sentido, há forte pressão do empresariado “para que a educação deixe de ser um direito público e passe a ser tratada como qualquer outro bem de consumo” (OLIVEIRA, 2003, p. 17). A lógica neoliberal é simples e perversa: “a educação, vista como um ‘serviço’ que se adquire, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização” (FREITAS, 2018, p. 29).

A educação sob a égide do capital deixa de ser um meio para a emancipação humana e se torna “[...] uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes” (SADER, 2008, p. 15). Os intelectuais comprometidos com o neoliberalismo criam e difundem teorias que visam socializar valores e ideologias do modo de produção vigente: empreendedorismo,

competências, empregabilidade etc. Segundo Freitas (2018), a obra *Democracia aprisionada*, de Nancy MacLean, sobre a ascensão da “nova direita” nos Estados Unidos³¹

[...] descreve o braço político do neoliberalismo, construído com base na atuação discreta de James Buchanan em seu *Center for Study of Public Choice*, financiado pelos irmãos Charles e David Koch, do setor petroquímico estadunidense³². Tinha como objetivo treinar uma nova geração de pensadores para lutar pelo livre mercado e pela retomada do liberalismo clássico, em contraposição às ameaças da planificação da economia postas pela social-democracia e pelo socialismo. O objetivo era organizar uma agenda e impulsionar discretamente um movimento político que formasse novas lideranças em postos de comando chave (FREITAS, 2018, p. 16-17).

Essa agenda neoliberal entrou em vigor nos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial e defendeu ideias que posteriormente difundiram-se em outros países³³ (FREITAS, 2018). Na perspectiva desse autor, “a ‘nova direita’ e seus aliados passam a implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação” (FREITAS, 2018, p. 22). Paralelamente, cria-se o discurso da empregabilidade para responsabilizar o trabalhador pelo sua própria inserção profissional e “[...] desenvolve-se um imaginário social legitimador de um individualismo violento (mascarado de empreendedorismo) que lança a juventude em um vácuo social, no qual conta apenas o presente, a ‘luta pela própria sobrevivência’” (FREITAS, 2018, p. 23-24).

Nessa direção, Ramos (2001) explica a relação entre a recomposição do capital e a responsabilização dos indivíduos pelo autoemprego e a função tanto da educação como da formação profissional nesse processo:

³¹ MACLEAN, Nancy. **Democracy in chains: the deep of radical right’s stealth plan for America**. New York: Penguin, 2017.

³² Segundo Castell (2018), os irmãos Koch também financiaram o Movimento Brasil Livre (MBL) no Brasil (Nota do autor). Nessa nota, Freitas (2018) se refere à entrevista concedida por Manuel Castells à *Revista Época*, “11 perguntas para Castells”, disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2018/06/os-fatores-das-cries-tem-sido-o-racismo-xenofobia-e-o-medo-de-perder-o-controle-diz-sociologo-manuel-castells.html>.

O MBL é um movimento político em favor do liberalismo econômico e do republicanismo. Fundado em 2014 por Kim Kataguirí (Deputado Federal DEM-SP), Renan Santos (Empresário filiado ao PSDB) e Fernando Holiday (Vereador DEM-SP), o MBL organizou manifestações em favor do impeachment de Dilma Rousseff, apoiou o Movimento Escola Sem Partido (COLZANI, 2018; ROSSI, 2016; MARTIN, 2014); realizou congressos dos quais participaram o então prefeito de São Paulo João Dória, a advogada Janaina Paschoal, o então Ministro da Educação Mendonça Filho, entre outros políticos favoráveis ao MBL (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016); publicou propostas políticas para o Brasil e o Manifesto por um Brasil Livre, disponíveis, respectivamente, em <https://mbl.org.br/propostas/> e <https://www.facebook.com/mblivre/photos/manifesto-por-um-brasil-livresomos-adultos-adolescentes-e-idosos-somos-brancos-n/272030822921068/> (COLZANI, 2018).

³³ Tais como a adoção do sistema de *vouchers* na educação proposta por Milton Friedman (FREITAS, 2018).

[...] as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorreram a partir da década de 70, como recomposição da crise capitalista, modificaram substancialmente o sentido dessa integração econômica que se fundamentava na certeza do emprego, motivada pela crença na relação linear escolaridade-formação-emprego. A escolaridade e a formação se transformaram, na verdade, numa aposta incerta, em que as perspectivas de emprego ou autoemprego dependem, exclusivamente, de atributos individuais. Nesse sentido, a importância da educação se deslocou do projeto de sociedade para o projeto das pessoas [...] (RAMOS, 2001, p. 244-245).

Freitas (2018) considera que nesse cenário de incertezas para os trabalhadores em decorrência de mudanças promovidas pelo neoliberalismo – perdas de direitos trabalhistas, mudanças nas regras de contratação, redução nas proteções e garantias sociais – eles acabam assimilando a ideologia da empregabilidade, do empreendedorismo e do autoemprego. Assim, “o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo. [...] Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado” (FREITAS, 2018, p. 24).

Conforme destaca Leite (1997, p. 64), a noção de empregabilidade entendida como a “capacidade da mão de obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida” tem sido mais útil em encobrir a realidade do mercado de trabalho do que em esclarecê-la, pois se baseia em pressupostos falsos. Nessa perspectiva, o desemprego é justificado pela reduzida falta de empregabilidade dos trabalhadores, isto é, por “inadequações dessa população às exigências de qualificação colocadas pelo novo paradigma produtivo”. Sem considerar, no entanto, “o desequilíbrio entre as dimensões da população economicamente ativa e as ofertas de trabalho no contexto das atuais relações de trabalho e de produção” (LEITE, 1997, p. 64). Assim, os trabalhadores são responsabilizados por sua inserção profissional em um mercado de trabalho competitivo desprovido de condições equânimes para competir. Dessa forma, a desigualdade de oportunidades é escamoteada e traduzida em incompetência ou inaptidão o sujeito levando-o a “aceitar qualquer condição de trabalho como forma de escapar ao desemprego” o que fortalece a tendência à precarização do trabalho (LEITE, 1997, p. 64).

1.1 Alinhamento do Pronatec aos princípios neoliberais

Para que o Pronatec possa ser situado em relação ao todo no qual se manifesta, importa considerar a inserção da economia brasileira no contexto econômico internacional.

Visando atingir esse objetivo, recorreremos ao conceito de “capitalismo dependente”, desenvolvido por Florestan Fernandes, ou seja, uma forma de capitalismo assumida em países de economia periférica e originada pelo capitalismo em sua fase monopolista. Com base em diversas obras desse autor (1968, 1973, 1974, 1980, 1985, 1995)³⁴, Miriam Limoeiro Cardoso (2006) esclarece que essa forma de capitalismo não decorre apenas de uma “dominação externa”, mas é constituída por relações entre classes sociais: as burguesias locais se articulam à burguesia internacional em prol de interesses comuns. Nessa perspectiva,

As burguesias locais são parceiras das burguesias hegemônicas. Como parceiras menores e subordinadas, mas parceiras, as chamadas burguesias ‘nacionais’ desempenham papel decisivo na articulação do capitalismo dependente com os centros mais dinâmicos da expansão capitalista. Desse modo, com a participação das classes sociais na análise, o conceito de capitalismo dependente permite produzir o ‘desmascaramento simultâneo’ da dominação imperialista e das burguesias ‘nacionais’ (Fernandes, 1995:143). Tendo compreendido a articulação das burguesias locais com a burguesia internacional, consegue-se entender a exacerbação da exploração capitalista do trabalho no capitalismo dependente (CARDOSO, 2006, p. 34).

Ao compreender a maneira como as burguesias locais se articulam à burguesia internacional, percebe-se “[...] *relações de dominação que se conjugam: dominação externa e dominação interna. A dominação externa é realizada por meio da dominação interna*, e esta se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população” (CARDOSO, 2006, p. 35, grifo da autora).

Essas relações de dominação conjugadas repercutem nos planos político, econômico, social e cultural. Florestan Fernandes assim esclarece esse processo:

a dominação econômica, sociocultural e política inerente ao imperialismo torna-se uma dominação total, que opera a partir de dentro dos países neocoloniais e dependentes e, ao mesmo tempo, afeta em profundidade todos os aspectos de sua vida econômica, sociocultural e política (FERNANDES, 1995, p. 139 apud CARDOSO, 2006, p. 35).

³⁴ FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Cap. I: Sociedade de classes e subdesenvolvimento.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Cap. II: Classes sociais na América Latina.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera. São Paulo: Hucitec, 1980. Cap. 6: Um ensaio de interpretação sociológica. p.75-83.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FERNANDES, F. **Em Busca do Socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. Parte do capítulo 2: Capitalismo dependente e imperialismo.

Por decorrência, a exploração é exacerbada, a democracia se torna restrita, e o Estado cada vez mais autocrático-burguês, tal como expressam Cardoso (2006) e Fernandes (1980):

No capitalismo subordinado ou dependente, a desigualdade que é própria do desenvolvimento capitalista se torna extremada: uma minoria social dominante retém para si todos os privilégios como se fossem direitos e exclui de todos os direitos a grande maioria da sociedade, como se isso fosse natural (CARDOSO, 2006, p. 35).

[...] a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma *democracia restrita* e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (FERNANDES, 1980, p. 77 apud CARDOSO, 2006, p. 36, grifo do autor).

Para explicar as relações entre os países na economia mundial – tendo por referência a repartição desigual do trabalho no mundo –, Pochmann (2001) pauta-se na concepção de economias centrais e periféricas. Nessa perspectiva,

O centro da economia mundial representa o *locus* do poder de comando, sendo predominante as atividades de controle do excedente das cadeias produtivas, bem como de produção e difusão de novas tecnologias. A periferia assume um papel secundário na estrutura de poder mundial, sendo *locus* subordinado às lógicas financeiras e creditícias, assim como na apropriação do excedente econômico e dependente na geração e absorção tecnológica (POCHMANN, 2001, p. 16).

Esse autor, ao apresentar os efeitos políticos, econômicos e sociais da globalização nos países periféricos, refere-se aos interesses da “minoridade privilegiada” e dos estrangeiros mencionados por Fernandes (1980):

Quanto mais dóceis os governos, e submissos à lógica de exploração intensiva de trabalho, mais dependentes são suas políticas macroeconômicas nacionais. De um lado, são colocados em marcha os programas macroeconômicos de integração subordinada e passiva, por meio da adoção de políticas neoliberais de liberalização comercial sem critério, de desregulamentação financeira, de enxugamento do Estado (desvios de funções e dilapidação do patrimônio), de desnacionalização econômica e de especialização produtiva. Com isso, pretende-se estimular a atração de investimentos estrangeiros, o que muitas vezes desincentiva o melhor aproveitamento das oportunidades nacionais (POCHMANN, 2001, p. 8-9).

De outro lado, são reformuladas as políticas sociais e trabalhistas, com vistas ao rebaixamento ainda maior do padrão de uso e remuneração do trabalho. As descentralização e a focalização do gasto social são medidas, em geral,

como formas de ajuste fiscal (contenção de recursos públicos), assim como a desregulação do mercado de trabalho serve de caminho para a flexibilização dos contratos, redução do poder sindical, retirada de direitos, corte de salários e substituição de custos empresariais por benefícios públicos de qualificação de mão de obra (POCHMANN, 2001, p. 9).

Nessas passagens, Pochmann (2001) sintetiza as principais pautas da agenda neoliberal, com a qual as burguesias locais e internacionais concordam. Embora esse texto tenha sido escrito há quase duas décadas, ainda permanece atual e parece explicar acontecimentos contemporâneos. De acordo com esse autor, essa “lógica de exploração intensiva de trabalho” em um contexto de economia globalizada repercute diretamente na organização da produção, dos postos de trabalho e da qualificação profissional no mundo.

No que se refere à distribuição dos postos de trabalho, os países de economia avançada investem em pesquisa visando gerar tecnologias, por decorrência

[...] as grandes corporações transnacionais centralizam grande parte do poder de criação e redirecionamento geográfico dos postos de trabalho de maior qualidade e remuneração, responsáveis pelas funções de comando e planejamento. Em contrapartida, a possibilidade de organização da produção em rede mundial motiva o deslocamento de parte do processo produtivo dos países ricos para os pobres, geralmente vinculado às atividades de execução e produção, que demandam ocupações mais simples e rotineiras (POCHMANN, 2001, p. 8).

O autor considera que essa forma de repartição do trabalho no mundo faz com que tanto a qualidade dos postos de trabalho como a absorção de trabalhadores no mercado interno não dependa “[...] exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento nacional e de sua forma de inserção na economia mundial” (POCHMANN, 2001, p. 14).

Se na divisão internacional do trabalho os países de capitalismo dependente realizam o trabalho simples³⁵ e os trabalhadores estão mais expostos à precarização disfarçada de

³⁵ Os conceitos “trabalho simples” e “trabalho complexo” foram desenvolvidos por Karl Marx para analisar o valor do trabalho no âmbito da divisão social do trabalho. Na perspectiva desse autor, o trabalho simples se caracteriza por sua natureza indiferenciada, podendo ser realizado por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, ou seja, é o dispêndio da força de trabalho “que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico” (MARX, 1996, p. 173). Por sua vez, o trabalho complexo é um trabalho qualificado realizado por trabalhadores especializados que passaram por formação longa e de custo elevado (GORENDER, 1996; LIMA; NEVES; PRONKO, 2008). A respeito desse assunto, Marx (1996, p. 314) assim se expressa: “O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples.” Ao abordar esses conceitos, Marx (1996, p. 173) salienta que o trabalho médio simples é socialmente determinado, isto é, pode alterar seu caráter “em uma sociedade particular”, “em diferentes países ou épocas

empreendedorismo, infere-se que a formação profissional tende a ser condizente com esse tipo de trabalho. Ramos (2012, p. 11) destaca que em países de capitalismo dependente “o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a formação intelectual de seus trabalhadores, não constituem princípios ordenadores”.

Diante do exposto, considera-se que o Pronatec expressou esse alinhamento da burguesia nacional, especialmente os grandes empresários, com a posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. Por isso, o Programa preconizou a formação para o trabalho simples – principalmente por meio de cursos de qualificação profissional curtos, isolados e desvinculados da elevação de escolaridade – orientada ao empreendedorismo e à empregabilidade.

No discurso de posse proferido em 1º de janeiro de 2011, a então presidenta Dilma Rousseff, ao anunciar a expansão do ProUni para o nível médio, sinalizou a priorização de interesses da iniciativa privada na elaboração de programas de formação profissional.

No ensino médio, além do aumento do investimento público vamos estender a vitoriosa experiência do ProUni para o ensino médio profissionalizante, acelerando a oferta de milhares de vagas para que nossos jovens recebam uma formação educacional e profissional de qualidade (BRASIL, 2011a).

No dia 29 de abril, o governo federal enviou para a Câmara dos Deputados um projeto de lei que propunha a criação do Pronatec. Programa que em quatro anos investiu 4,7 bilhões de reais provenientes dos cofres públicos em instituições privadas, principalmente nas integrantes do Sistema S.

culturais”. Nessa direção, Lima, Neves e Pronko (2008, p. 416) destacam que o caráter essencialmente prático do trabalho simples no início do capitalismo industrial foi gradualmente modificado no capitalismo monopolista que demandou “elementos teóricos gerais e básicos na sua execução”. Por decorrência, a oficina cedeu lugar à escola como locus privilegiado de formação. “A escola dividida em graus e modalidades é inerente à hierarquização que se estabelece na produção capitalista de mercadorias e da própria especificidade do trabalho na cultura urbano-industrial, de natureza flexível, baseado na variação do trabalho, isto é, na fluidez das funções e na mobilidade do trabalhador. Existe um patamar mínimo de escolarização para o ‘trabalho simples’ em cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção industriais, em cada formação social concreta. Existem também diferenciações na execução das atividades produtivas que exigem conhecimentos sistematizados (escolarizados) e diferentes experiências de trabalho e de vida.” (LIMA; NEVES; PRONKO, 2008, p. 417). Em estudo sobre o trabalho de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Ramos (2007, p. 47) questiona: “como não considerar complexo o trabalho do ACS?”. Na perspectiva dessa autora, o trabalho que esses profissionais realizam cotidianamente é complexo, pois atuam na “interface da assistência social, educação e meio ambiente, ‘desenvolvendo ações de promoção da saúde, privilegiando o acesso às ações e serviços de informação e promoção social e de proteção e desenvolvimento da cidadania, no âmbito social e da saúde’” (BRASIL, 2004, p. 8 apud RAMOS, 2007, p. 46). Nessa direção, Rose (2016) ao pesquisar o trabalho realizado por garçonetes, carpinteiros, encanadores, cabeleireiros, eletricitistas e soldadores nos Estados Unidos conclui que o exercício dessas profissões exige raciocínio, destreza e tomadas de decisão tão complexas quanto as de um médico cirurgião.

Tabela 1 - Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014 (R\$)

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por Rede de Ensino
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	0	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	0	0	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada	0	0	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: Brasil (2014a) FNDE data de referência maio/2014.

Gráfico 3 - Total de recursos transferidos por Rede de Ensino (2011-2014)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponíveis em Brasil (2014a).

Em conjunto, o Sistema S e a Rede Privada receberam 73% dos recursos destinados ao Pronatec, enquanto as redes Federal, Estadual e Municipal, juntas, receberam míseros 27%. Esse foi o “fomento e apoio” do governo federal à “expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica” anunciado entre os objetivos desse Programa.

Durante o discurso de lançamento do Pronatec, a parceria com os empresários por meio do Sistema S foi enaltecida e apresentada como garantia de que os jovens brasileiros teriam acesso à formação profissional de qualidade.

O outro grande pilar é uma *parceria muito importante feita* com a nossa... *com os nossos empresários*, porque o Brasil é um país de uma sofisticada indústria; é um país que tem, na sua indústria, uma qualidade muito especial. Poucos países do mundo podem contar, nessa parceria, com a qualificação do Senai e do Senac. Por isso, quando nós fizemos essa parceria com o Senai e com o Senac, com o segmento industrial brasileiro, o que nós estamos dizendo é o seguinte: *o Estado cumpre a sua parte e a iniciativa privada dá sua grande contribuição*, na medida em que a formação profissional dos nossos jovens é algo estratégico para o desenvolvimento e o crescimento econômico do país e para a oportunidade para milhões de famílias. Porque nós sabemos que, nas famílias, as mães e os pais se orgulham extremamente da formação profissional dos seus filhos. Porque nós estamos, assim, dando renda de qualidade para a família brasileira (BRASIL, 2011b, grifo nosso).

A respeito do compromisso do governo federal com a expansão da rede de escolas públicas estaduais e federais, a então presidenta afirmou que

[...] nós *estamos utilizando todos os instrumentos à disposição do governo federal*, para assegurar, também, uma parceria com os governos dos estados no que se refere à *expansão das escolas públicas estaduais*. *E, expandindo a rede federal*, algo que já tinha começado no governo do presidente Lula, porque o presidente Lula sempre teve uma profunda consciência da importância, na sua própria vida, da capacitação que ele teve no Senai. *E nós estamos expandindo e consolidando esse processo*, através das nossas 208 escolas técnicas federais (BRASIL, 2011b, grifo nosso).

Que instrumentos seriam esses? Que tipo de expansão da rede pública de ensino pode ser feito com a maioria dos investimentos sendo destinada à rede privada e, particularmente, ao Sistema S? O Pronatec foi uma política contraditória porque visou expandir a Rede Federal investindo recursos públicos na iniciativa privada. Ele reeditou características de programas como Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013) e Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (Pipmo) (MACHADO; GARCIA, 2013), cujo alinhamento com diretrizes empresariais e neoliberais é ponto pacífico entre pesquisadores.

Em 2012, o seminário “O Sinasefe debate o Pronatec”, promovido pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe)³⁶, contou com a presença de Dante Henrique Moura (IFRN) e Domingos Leite Lima Filho (UTFPR), os quais, naquela época, já alertaram para os retrocessos que esse Programa representaria para os trabalhadores.

³⁶ Este seminário foi realizado na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) durante o II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com notícia publicada pelo Sinasefe-SC (2012), Lima Filho alertou para o caráter privatista do Pronatec, criticou a priorização de cursos técnicos concomitantes e a oferta de cursos FIC com carga horária reduzida e desvinculados da Educação Básica e argumentou que esse Programa

[...] tangencia ou desconsidera problemas fundamentais da EPT [Educação Profissional e Tecnológica], tais como a formação integral dos estudantes, a integração com a educação básica com compromisso de elevação de escolaridade dos trabalhadores, a formação inicial e continuada de professores, o financiamento e a pesquisa (LIMA FILHO, 2012, Slide 23).

Na perspectiva de Lima Filho (2012), o Pronatec desvaloriza os profissionais da educação, intensifica a jornada de trabalho dos docentes e técnico-administrativos concursados, promove a precarização dos docentes considerados externos aos Institutos e desconsidera a importância da formação de professores para lecionar em cursos Pronatec. A precarização, intensificação e privatização do trabalho docente por meio da contratação de professores também foi assinalada por Moura (2012). A respeito desse assunto, Lima Filho (2012) assim se expressa:

- Bolsas de remuneração para professores e técnicos administrativos constituem uma terceira jornada para os profissionais dos IF (formas de fragmentação das carreiras, pagamento por atividades, precarização e intensificação do trabalho)
- Bolsas de remuneração para ‘externos’ são formas de precarização das relações contratuais e descaracterização da carreira
- Não são previstas ações de formação inicial ou continuada que considerem as características particulares dos cursos e educandos do Pronatec (LIMA FILHO, 2012, Slide 19).

Por fim, Lima Filho (2012) considera que a

expansão ‘desenhada’ ou ‘prometida’ induz a uma real expansão da rede privada de EPT, com financiamento público, mediante formas precárias e não integradas à educação básica. [...] Ao anunciar o atendimento de uma demanda social, o Pronatec parece cumprir um desiderato da política educacional: a cada vez que se amplia a oferta, se faz de forma desqualificada; nesse caso, a promessa de realização de um direito substantivo acaba se tornando a negação efetiva (LIMA FILHO, 2012, Slide 23).

Em consonância com Lima Filho, Dante Moura salientou que o Pronatec foi planejado visando priorizar o atendimento de demandas do Sistema S e, por isso, submeteu a educação

pública aos interesses do capital, baseou-se na aquisição de competências voltadas para a empregabilidade e ignorou a formação humana integral. Moura (2012, Slide 1) argumentou que o Pronatec juntamente com o Plano Nacional de Educação (PNE-2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM 2012) formaram uma tríade articulada “em detrimento da formação humana integral e a favor da submissão da Educação aos interesses do capital”. Nessa perspectiva, o autor apresentou diversas passagens desses documentos nas quais há menção explícita à parceria público-privada, à priorização de cursos técnicos concomitantes, à valorização da pedagogia das competências com ênfase no empreendedorismo e à “centralidade da educação profissional na dimensão econômica, tomando o mercado como instrumento regulador da sociabilidade humana” (MOURA, 2012, Slide 12).

As evidências apresentadas por Lima Filho (2012) e Moura (2012) apontam para a ruptura do Pronatec em relação às concepções e princípios do Proeja, especialmente por preconizar a formação técnica e a qualificação profissional sem elevação de escolaridade. Apesar disso, teve por público-alvo prioritário desempregados, beneficiários de programas de transferência de renda, trabalhadores rurais e piscicultores. Enfim, todos aqueles que não dispõem de recursos financeiros para pagar por cursos na iniciativa privada nem estão aptos a serem aprovados em processos seletivos das escolas técnicas da Rede Federal ou Estadual; que não podem realizar cursos técnicos subsequentes por não terem Ensino Médio completo; que dificilmente exercem ocupações formais.

Por outro lado, uma das principais contribuições trazidas pelo Proeja para esse público foi a possibilidade de concluir a Educação Básica e ter formação profissional com matrícula única, ou seja, fazendo um curso FIC ou Técnico integrado. Moraes (2013a) esclarece a função social e política do Proeja, especialmente para as pessoas que o cursaram na modalidade FIC:

Importa apenas afirmar a importância do Proeja FIC, que vem suprir a ausência histórica, em nosso país, de ensino que integre formação geral e formação profissional na escola básica de nível fundamental, possibilitando a construção de percursos formativos sustentados na concepção de eixos tecnológicos e a superação dos limites de uma formação restrita orientada pela Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) (MORAES, 2013a, p. 996).

Nessa direção, Zanardini, Lima Filho e Silva (2012, p. 7) destacam que o Proeja “[...] representou a oportunidade da volta à escola de jovens e adultos trabalhadores que já haviam

sido dela excluídos” e contribuiu para o resgate de uma dívida social com milhares de brasileiros que, embora participem da produção de riqueza, são marginalizados e privados do direito de estudar, “[...] sem mencionar as outras necessidades básicas de que carecem os trabalhadores” (ZANARDINI, LIMA FILHO; SILVA, 2012, p. 8). De acordo com esses autores, essa situação expressa a “[...] configuração do capitalismo subordinado e dependente [que] no Brasil produziu historicamente uma sociedade na qual a exclusão e a negação de direitos são marcas características” (Idem, p. 8).

O Proeja baseou-se em experiências na formação integral de trabalhadores desenvolvidas por escolas vinculadas aos sindicatos e entidades do movimento popular em diversas partes do Brasil (MOLL et al., 2010; MORAES, 2013b). Ao apresentar resultados obtidos por meio do projeto de pesquisa *Educação de adultos trabalhadores: metodologias de ensino-aprendizagem, itinerário formativo e capacitação de professores*³⁷, Moraes (2013b) explicita a intencionalidade política de experiências como essa que, após intensas lutas, subsidiaram a proposta do Proeja: “Esse projeto foi elaborado com o propósito de contribuir para a definição de práticas pedagógicas que pudessem servir como referência às políticas de Educação de Jovens e Adultos” (MORAES, 2013b, p. 21).

No âmbito desse projeto, realizou-se o Programa *Construindo o Saber – Educação de trabalhadores por trabalhadores*³⁸ que, conforme destaca Moraes (2013b), inovou ao “[...] associar resgate/elevação de escolaridade e preparação para o trabalho [no início dos anos 2000]. Esta concepção de educação de jovens e adultos, que visa integrar formação geral e formação profissional, irá constar, mais tarde no Proeja e no Proeja FIC”.

Com o intuito de implantar o Proeja e consolidá-lo em política pública de Estado, a Setec/MEC investiu em diversas ações desenvolvidas de maneira articulada. Entre elas, destacam-se: a) descentralização orçamentária para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; b) inserção contributiva para reduzir as causas da evasão dos alunos participantes do Proeja; c) elaboração de material educativo e documentos referenciais para o Proeja; d) investimento em linhas e grupos de pesquisa, vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, para fomento de pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos,

³⁷ De acordo com Moraes (2013 b, p. 21), esse projeto foi “financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), na linha Políticas Públicas e desenvolvido por um grupo de pesquisadoras da Faculdade de Educação da USP que, em cooperação com o Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIIEP) e com o Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP), realizou o Programa ‘Construindo o Saber – Educação de Trabalhadores por Trabalhadores’”.

³⁸ Este Programa foi desenvolvido em quatro municípios do estado de São Paulo (Limeira, Rio Claro e região, Franca e região, São Paulo) por meio de sindicatos que representavam várias categorias. Também fizeram parte desse Programa o Centro Educacional Comunitário São Paulo Apostolo, a Pastoral Operária Metropolitana e a Associação de Funcionários do Banespa (Afubesp) (MORAES, 2013b).

Ensino Médio e Educação Profissional, currículo integrado e outros temas ligados ao Programa; e) cursos de extensão para formação continuada de professores e gestores; f) cursos de pós-graduação *lato sensu* Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Especialização Proeja)³⁹ (BRASIL, 2007; BRASIL, 2011h).

Em face dos avanços e conquistas que o Proeja significou para a educação de jovens e adultos trabalhadores, bem como das ações e esforços realizados visando sua consolidação, a perda de protagonismo que ele teve no âmbito da Setec/MEC, após a criação do Pronatec, foi duramente criticada por diversos pesquisadores. Moura (2016) ressalta a influência de interesses econômicos nessa disputa:

[...] o projeto de formação humana integral previsto no Proeja é contrário aos interesses do capital, pois sinaliza para a emancipação humana. Dessa forma, como no interior do próprio estado, os interesses do capital são hegemônicos, as barreiras à consolidação do Programa como política pública educacional se fortalecem em detrimento de suas potencialidades formativas (MOURA, 2016, p. 378).

Vieira, Reis e Sobral (2017) explicitam os distintos projetos formativos em constante disputa no âmbito de políticas e programas de formação profissional para jovens e adultos:

[...] ficam evidentes duas grandes concepções que estão em permanente disputa: uma vinculada ao atendimento do capital, que enxerga a formação do trabalhador como formação de mão de obra para aumento da competitividade e produtividade econômica do país; e outra que busca a formação de um ser humano integral, baseada em um projeto de emancipação humana, que inclusive questiona a lógica de estruturação dual do modo de produção capitalista (VIEIRA; REIS; SOBRAL, 2017, p. 209).

Para Franzoi, Silva e Costa (2013) o Pronatec representou uma inflexão nas políticas de formação profissional, pois retrocedeu nos avanços conquistados em prol da educação de trabalhadores. Diferentemente do Proeja, desconsiderou a formação de professores voltada ao perfil do público prioritário e o investimento em pesquisa sobre formação profissional de

³⁹ Silva (2014) analisou 127 trabalhos de conclusão de curso (TCC) elaborados por professores matriculados no Curso de Especialização Proeja ofertado no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, entre 2007 e 2011. Esse estudo aponta os principais aspectos vivenciados por esses docentes durante diferentes fases do processo de implementação do Proeja, que se constituíram em seus temas de pesquisa, a saber: a) construção do currículo integrado; b) identidades de alunos matriculados em cursos Proeja e os motivos que os levam à evasão; c) profissionalização de jovens e adultos; d) especificidades educativas de jovens e adultos trabalhadores; e) relações de gênero, corporeidade e relações étnico-raciais na EJA/Proeja. Aborda também possíveis relações entre as concepções pedagógicas que nortearam o Proeja e aquelas expressas nesses trabalhos.

jovens e adultos. Nessa perspectiva, Drabach (2018, p. 91) considera que o Pronatec marcou um “desvio de rota” em relação às concepções e princípios do Proeja em decorrência da “disputa de hegemonia de dois diferentes projetos de formação profissional no interior das políticas de educação profissional lideradas por um mesmo governo”.

É consenso entre os autores que o Pronatec rompe com a concepção de educação que se baseia no trabalho como princípio educativo, na integração entre educação básica e educação profissional, norteadora do Proeja, e se alinha aos princípios neoliberais: empreendedorismo, empregabilidade, formação por competências.

Conforme assinalam Franzoi, Silva e Costa (2013), o Pronatec retrocede em relação ao Proeja, assemelhando-se ao Planfor tanto em termos de proposta formativa quanto na primazia do sistema privado em detrimento do público, o qual

[...] guarda muitas das fortes características das políticas do governo FHC. A concepção que pauta o Pronatec é a urgência de preparação para o mercado de trabalho, apoiado nos mesmos pressupostos do Planfor: a linearidade entre formação e colocação no mercado de trabalho; a estreita articulação entre público e privado, com ênfase no Sistema S; cursos de formação aligeirados, voltados estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 10).

Essas autoras alertam para o caráter emergencial do Pronatec e a ausência de perenidade típica de programas com esse perfil:

O ‘esquecimento’ do Proeja diante do Pronatec pode pôr a perder os ganhos que esse programa trouxe ao público da EJA, tanto em qualidade quanto em acesso às escolas federais onde antes não tinham vez nem lugar. [...] *o Pronatec possui caráter emergencial e pode ser substituído a qualquer tempo por um novo programa de governo para formação aligeirada de trabalhadores* (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 12, grifo nosso).

Moraes (2013a, p. 997) destaca o fortalecimento do Sistema S por meio de sua integração ao sistema federal de ensino, o que sinaliza protagonismo conferido pelo governo federal a esse Sistema e a tudo o que ele representa: “É importante salientar a mudança ocorrida no enquadramento institucional do Sistema ‘S’, que passa a integrar o sistema federal de ensino, mantendo, porém, autonomia para a criação de escolas e a oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica (MP n. 593/12)” (MORAES, 2013, p. 997).

Em decorrência de seu alinhamento com interesses de mercado, o Pronatec representa inúmeros riscos para a classe trabalhadora. Com base em Moraes (2013a, p. 996), infere-se

que um deles é a subversão de sentido de termos e expressões que podem indicar conquistas para os trabalhadores. Essa autora afirma que, “de acordo com esse programa, expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio significa promover a compra de vagas em instituições privadas”.

Melo e Moura (2016) consideram que essa expansão empreendida pelo Pronatec está articulada ao processo de privatização da Educação Profissional por meio do financiamento, com recursos públicos, da oferta, em instituições privadas, de cursos rápidos que preparam para a realização de trabalhos simples:

[...] há uma relação estreita entre o processo de expansão e a privatização da Educação Profissional por meio, principalmente, do Pronatec, pois há elevada oferta de matrículas através das parcerias público privadas com oferta abundante de cursos de curta duração e de baixa complexidade, que sinalizam para a dinamização de um mercado do campo da Educação Profissional e para a baixa qualidade dos cursos proporcionados à população pouco escolarizada (MELO; MOURA, 2016, p. 103).

Moraes (2013a) assinala ainda que em virtude da abrangência do Programa e do protagonismo a ele conferido pela Setec/MEC, a lógica privatista que o orienta tem avançado e prevalecido sobre a oferta de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, desarticulando concepções e princípios que a norteiam e levando-a a sucumbir por falta de recursos:

o Pronatec vem se consolidando como uma das principais políticas do atual governo, a revelia dos avanços sociais e da qualidade educacional traduzidas na concepção do Ensino Médio Integrado em seus diferentes tipos e modalidades, definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Parecer CNE/CEB n. 5, de 4/5/2011, e Resolução n. 2, de 30/1/2012). Sustentado nas concepções economicistas da Teoria do Capital Humano e baseado em um suposto ‘apagão’ de mão de obra, o Pronatec é hoje política emblemática do protagonismo atribuído, pelo governo federal, às instituições privadas na oferta dos cursos de educação profissional e tecnológica. Mas, por sua amplitude, o programa e a lógica do privado incidem sobre as escolas públicas de educação básica e na oferta pública de EJA, não só privando-as do financiamento público necessário a sua expansão e qualidade, mas, sobretudo, no que diz respeito às formas de gestão, às concepções de ensino e avaliação e, no caso da formação profissional, no sentido e na natureza da certificação profissional. Os riscos dessa ingerência no agravamento de distorções nos sistemas educativos brasileiros são evidentes, aprofundando práticas excludentes na educação e no trabalho, e impedindo o fortalecimento e a ampliação da escola unitária e democrática (MORAES, 2013a, p. 997).

1.2 Críticas ao projeto de lei que deu origem ao Pronatec

Um programa com esse perfil não foi aprovado sem resistência. Diversas entidades sindicais, associações de pesquisadores, deputados federais e senadores se manifestaram contra o Pronatec desde a tramitação do projeto de Lei nº 1.209, apresentado na Câmara dos Deputados no dia 29 de abril de 2011, cuja tramitação se deu em regime de urgência.

Conferiu-se relevou aos discursos proferidos pelo então deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP) por expressarem o combate aos princípios neoliberais e privatistas que orientaram esse Programa. Entre os principais pontos criticados, estão a transferência de recursos públicos para o setor privado e a afirmação de que a Rede Federal será expandida por meio desse investimento.

Em discurso proferido na sessão deliberativa, ocorrida dia 31 de agosto de 2011, Ivan Valente (PSOL-SP) afirma que a expansão do acesso à formação profissional apregoada pelo Pronatec é semelhante à expansão do Ensino Superior realizada pelo ProUni

[...] abriu-se uma enorme brecha de isenções fiscais para escolas particulares que estavam inadimplentes [...] e se patrocinam bolsas do mesmo formato, ou seja, transferência de recurso público para o setor privado ao invés de nós expandirmos a rede de ensino superior público com qualidade, ensino, pesquisa, extensão e assim por diante (BRASIL, 2011k).

No Pronatec, paralelamente à isenção fiscal, há o investimento em bolsas na iniciativa privada por meio do FIES empresa e de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob o argumento de que esses investimentos na qualificação profissional visam reduzir desempregos. Ivan Valente salienta que “[...] o desemprego não está ligado só à capacitação profissional. Isso é um sofisma. Está ligado claramente ao problema real que é a exploração econômica, que é o projeto de desenvolvimento econômico e assim por diante” (BRASIL, 2011k, p. 1).

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) conclui o discurso salientando que “não é obrigação do Estado formar profissionais para as empresas, mas sim formar para a cidadania, formar os profissionais brasileiros, o povo brasileiro, com direito à educação, como dever do Estado brasileiro”.

É evidente que estamos dando ao pobre a escola pobre – é disso que se trata –, com isenção de impostos, pagamento de bolsas, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e treinando, qualificando mão de obra para empresa. O papel do Estado não é esse! O papel do Estado é conferir educação com cidadania, e uma educação de âmbito profissional de

qualidade, para que o cidadão, sim, vá ver qual é a habilidade profissional e inserir-se no mercado de trabalho, e não a empresa determinar qual é a qualificação que o Estado vai pagar a ele (BRASIL, 2011j, p. 1).

[...] nós queríamos dizer que esta discussão sobre a empregabilidade e a capacitação profissional está enviesada, porque a qualificação profissional não resolve o problema do emprego. Ela pode ser um dos componentes da definição do emprego (O microfone é desligado) (BRASIL, 2011i, p. 1).

Só para concluir, eu queria colocar o seguinte: por isso nós entendemos que a expansão do ensino superior e a expansão do ensino técnico e tecnológico deveria se dar via rede pública, porque ela tem qualidade. O que vai acontecer aqui vai ser a transferência de 1 bilhão de reais para uma quantidade enorme de entidades que não estão preparadas para o ensino profissionalizante e menos ainda para o ensino técnico e tecnológico, cuja rede pública tem qualidade, assim como a universidade pública, que faz ensino, pesquisa e extensão. Então, quando o PSOL vota contra essa proposta, ele está dizendo à população que a nossa população, a nossa juventude tem direito à educação pública, gratuita e de qualidade, ao ensino médio de qualidade, ao ensino técnico e profissionalizante de qualidade. Por isso... (O microfone é desligado) (BRASIL, 2011i).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei nº 1.209/2011 foi para o Senado e recebeu no nome de Projeto de Lei da Câmara nº 78/2011. Durante a tramitação no Senado, foram propostas 27 emendas ao projeto, mas nenhuma delas foi aceita. Entre elas, destacam-se as emendas apresentadas pelos senadores do PSOL por tentarem retirar “[...] a participação do Sistema S e dos setores privados do Pronatec, com a justificativa de que a parceria público-privada contida no projeto contraria as propostas aprovadas na Conferência Nacional de Educação e a própria Constituição brasileira” (EPSJV/Fiocruz, 2011, p. 1)

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propuseram, cada um, 11 emendas ao projeto. Embora o conteúdo delas tenha sido o mesmo, eles as apresentaram individualmente, totalizando 22 emendas. Nas justificativas dessas emendas, eles argumentaram favoravelmente pela expansão da rede federal, pelo aumento de vagas e ampliação das redes estaduais e municipais via investimentos de recursos públicos nessas redes. Por isso, solicitaram que o inciso III Art. 4º fosse retirado, o qual assegura que o Pronatec seja desenvolvido por intermédio do “incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem” (BRASIL, 2011a). Essa proposta foi feita com base em uma das principais deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010, a saber, que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente em instituições públicas (BRASIL, 2010b, p. 107).

Nessa direção, propuseram que na redação do Art. 3º fosse mantida a afirmação “O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios” e que o seguinte trecho fosse suprimido: “com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem e instituições de educação profissional e tecnológica habilitadas nos termos desta Lei”. Dessa forma, eles visaram reforçar “a educação como direito do povo e obrigação do Estado Brasileiro” e “conformar o Pronatec em uma política pública de fomento a expansão da rede de formação profissional e tecnológica nas redes públicas federal, estadual e municipal” (BRASIL, 2011d, p. 1).

Esses senadores argumentaram ainda em favor da supressão do Art. 14 que condiciona o recebimento do Seguro-Desemprego à matrícula em cursos de qualificação profissional e cancela esse benefício para o desempregado que se recusar a aceitar oportunidade de trabalho cujas remuneração e qualificação sejam compatíveis com a ocupação anterior. Eles alegaram que esse dispositivo “tolhe o direito do/a trabalhador/a em avaliar as condições que envolvem a sua relação de emprego, o que é arbitrário e altamente questionável na seara trabalhista” (BRASIL, 2011f, p. 1).

Marinor Brito e Randolfe Rodrigues também se manifestaram contra a adesão de instituições privadas ao Fies para cursos técnicos de nível médio e cursos de formação inicial e continuada prevista no Art. 10 do então PLC 78/2011 e defenderam a supressão desse artigo. Na perspectiva desses senadores,

a ampliação do escopo legal sobre financiamento estudantil para possibilitar que as famílias obtenham crédito para financiar o ensino profissional de seus filhos é incorreta. A carga tributária altíssima não condiz com o abandono por parte do Estado de suas obrigações e o repasse destas para as famílias brasileiras. Os dados censitários mostram que as famílias que podem pagar pela educação de seus filhos já o fazem em nosso país. O segmento que está fora da escola ou que só possui acesso ao ensino médio propedêutico é composto pelas famílias que possuem poucas chances de financiar de forma direta a educação (BRASIL, 2011e, p. 1).

As proposições feitas pelos senadores do PSOL contrariaram os interesses privatistas que norteavam esse projeto de lei. Portanto, foram rejeitadas. Eles recomendaram, por exemplo, que o Sistema S, ao integrar a Rede Federal, fosse tratado como os outros setores privados e regulado pelo poder público (BRASIL, 2011g, p. 1). As outras emendas que eles apresentaram foram igualmente importantes. Entretanto, conferiu-se relevo àquelas que melhor demonstraram as disputas entre os interesses do setor privado e a luta pela educação profissional pública que tenha por princípio a formação integral de trabalhadores.

Após intensos debates na Câmara dos Deputados e no Senado, o projeto de lei foi aprovado sem considerar as supressões e mudanças na redação do texto defendidas pelos senadores Marinor Brito e Randolfe Rodrigues. Nem as novas redações dadas pela Medida Provisória 593/2012 e pela Lei nº 12.816/2013 acataram os pontos defendidos por esses senadores.

Verificou-se que o inciso III do Art. 4º permanece com a mesma redação desde 2011, ou seja, enquanto o “incentivo à *ampliação de vagas* e à *expansão da rede física* de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem” foi mantido como uma das ações do Pronatec, o repasse do governo federal às universidades federais tem sido reduzido ano a ano (BRASIL, 2011b, p. 2, grifo nosso).

Desde 2013, o valor empenhado, isto é, o recurso que o governo federal de fato repassa para a instituição, é inferior ao previsto, conforme aponta levantamento realizado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, no período de 2008 a 2018 e divulgado pelo portal de notícias G1.

Gráfico 4 - Repasses do governo às universidades federais (2008-2018)

Fonte: Moreno (2018, p. 1).

Por decorrência, as universidades federais agonizam por falta de investimentos do governo federal. Diversas obras estão inacabadas, há redução nos auxílios estudantis, cortes no fomento à pesquisa, demissão de funcionários terceirizados, aumento no valor das refeições em restaurantes estudantis e redução do atendimento em hospitais universitários (MORENO, 2018).

No que se refere ao Art. 3º, o trecho que inclui a participação do Sistema S no Pronatec – objeto de debates por parte dos senadores – foi mantido. Em 2012, por meio de redação dada pela Medida Provisória nº 593, acrescentou-se a participação de instituições privadas de ensino superior e incluiu-se parágrafo único que concede aos serviços nacionais sociais a participação no Pronatec “por meio de ações de apoio à educação profissional e tecnológica”. Em 2013, esse artigo recebeu nova redação incluindo-se a participação de instituições públicas de Ensino Superior e de “fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à Educação Profissional e Tecnológica”. Observa-se que muitas das alterações ocorridas após a aprovação da Lei 12.513 visaram ampliar a participação da iniciativa privada na oferta de cursos pelo Pronatec.

O Art. 14, que altera os artigos 3º, 8º e 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, também foi mantido e não passou por alterações desde 2011. Convém ressaltar a articulação entre o primeiro e o segundo parágrafos do artigo em questão. O § 1º condiciona o recebimento do Seguro-Desemprego à matrícula e frequência em cursos de formação inicial ou continuada com carga horária mínima de 160h, e o § 2º cancela esse benefício caso o trabalhador deixe de “cumprir a condicionalidade”, ou seja, ele é compelido a se matricular e a frequentar esses cursos. Essa medida foi uma das principais causas de não conclusão entre o público vinculado ao MTE, conforme será discutido no capítulo *Entre a matrícula e o certificado: motivos de conclusão e não conclusão de cursos Pronatec FIC*.

Apesar dos esforços empreendidos visando conter interesses privatistas e mercadológicos no texto do projeto de lei, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, ele foi aprovado sem considerar as reivindicações solicitadas. Posteriormente, devido à continuidade nas críticas ao Programa por meio de entidades e sindicatos educacionais, associações de pesquisadores, fóruns de EJA, entre outros, o texto da Lei nº 12.513 passou por alterações e gradativamente algumas conquistas foram alcançadas. Entre elas destaca-se a inclusão – por meio da Lei nº 12.816, de 2013 – do § 4º no Art. 2º visando estimular “a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação” (BRASIL, 2013f, p.1).

Entende-se que cada palavra, cada frase no corpo da Lei que deu origem ao Pronatec resultou da correlação de forças existente no âmbito do Estado. E mesmo as afirmações que parecem se contrapor aos princípios neoliberais, tais como “*expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional*” e “*fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica*” (BRASIL, 2011a, grifo nosso), acabam reforçando esses princípios por meio da maneira como elas foram efetivadas. Isto é, esse apoio e fomento à expansão da rede física de atendimento da educação profissional ocorreu por meio de investimentos na iniciativa privada. As expressões empregadas parecem priorizar os interesses da esfera pública, mas o sentido é subvertido em função dos interesses privados.

Ora, já que o texto da Lei 12.513 possibilitou ser subvertido conforme os interesses daqueles que o produziram e essa Lei não passaria de letra morta se não fosse implementada, então, é possível que ela seja ressignificada durante o processo de implementação. Essa forma de resistência, evidenciada por meio de relatos dos sujeitos da pesquisa, será sinalizada ao longo dos capítulos e, especialmente, nas considerações finais.

Durante a leitura dos objetivos dessa Lei, expressos a seguir, importa fazer um movimento visando ler o que está apresentado, comparar com os pontos debatidos durante a tramitação do projeto de lei e inferir o que está nas entrelinhas. O Pronatec teve por objetivos:

- a) expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- c) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- d) ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- e) estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- f) estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda⁴⁰ (BRASIL, 2011a).

Para atingir esses objetivos, o Pronatec reuniu diversas ações que estavam sendo realizadas antes de ele ser instituído – Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; Programa Brasil Profissionalizado; Expansão da Rede Federal de Educação

⁴⁰ Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013.

Profissional, Científica e Tecnológica; Rede e-Tec Brasil – e criou uma iniciativa chamada Bolsa-Formação, a qual visa à

ampliação e diversificação das oportunidades educacionais e da oferta gratuita de cursos técnicos de nível médio (cursos técnicos), cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (cursos FIC) e programas de reconhecimento e certificação de saberes, por meio da utilização da capacidade ociosa das instituições de educação profissional (BRASIL, 2017a, p. 5).

A Bolsa-Formação consiste no financiamento, pela União, da oferta de cursos presenciais de Educação Profissional e Tecnológica e assistência estudantil consubstanciada na “[...] cobertura integral de despesas com a oferta educacional, o transporte e a alimentação oferecidos a beneficiários” (BRASIL, 2011c, p. 6). O conteúdo educacional e a assistência estudantil previstos na Bolsa-Formação foram ofertados em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Serviços Nacionais de Aprendizagem, instituições privadas e escolas técnicas estaduais (BRASIL, 2011c).

A oferta de Bolsa-Formação ocorreu em duas modalidades, quais sejam, Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. A Bolsa-Formação Estudante consiste em oferecer cursos técnicos concomitantes, com carga horária mínima de 800h, previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), para estudantes que estiverem cursando o Ensino Médio em escolas públicas. A partir de 2013, conforme redação dada pela Lei nº 12.863, a Bolsa-Formação Estudante também foi destinada “para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal, nos termos definidos em ato do Ministro de Estado da Educação” (BRASIL, 2013). Por sua vez, a Bolsa-Formação Trabalhador caracteriza-se pela oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC), também denominados de qualificação profissional, com duração mínima de 160h, constantes do Guia Pronatec de Cursos FIC atualizado periodicamente pelo MEC, para “trabalhadores de diferentes perfis e beneficiários dos programas federais de transferência de renda” (BRASIL, 2011c, p. 7).

Instituída em 2011 pela lei de criação do Pronatec, a Bolsa-Formação teve por objetivos:

- I – potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica;
- II – formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País;

- III – ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País;
- IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- V – incentivar a elevação de escolaridade;
- VI – integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica;
- VII – democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e
- VIII – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2015).

A oferta de cursos Pronatec se realizou por meio de parcerias entre ministérios (demandantes nacionais), instituições responsáveis por oferecer cursos de formação profissional (parceiros ofertantes) e instituições encarregadas de identificar a demanda por cursos em âmbito municipal e mobilizar os beneficiários (demandantes municipais ou estaduais).

Os ministérios e as secretarias estaduais foram demandantes nacionais, cuja função foi “aprovar ou reprovar as ofertas de cursos disponibilizadas pelos parceiros ofertantes” (BRASIL, 2013, p. 8). Cada ministério estava vinculado a um demandante municipal, por exemplo, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vinculou-se às Secretarias Municipais de Assistência Social que, por sua vez, se comunicaram com o público-alvo por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). O então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁴¹ articulou-se às Secretarias Municipais do Trabalho, e estas mobilizaram os candidatos aos cursos Pronatec FIC por meio dos Centros de

⁴¹ Em 2015, o Ministério do Trabalho e Emprego foi unificado ao Ministério da Previdência, pelo então presidente Michel Temer, e passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu esse ministério e incorporou suas pastas nos ministérios da Cidadania, da Economia, da Justiça e Segurança Pública. Dessa forma, as atividades que ele realizava passaram a ser desenvolvidas de forma subsidiária em outros ministérios e relegadas à marginalidade na agenda governamental. Com essa mudança, quem perde é o trabalhador, porque há conflito de interesses entre os ministérios. O Ministério da Economia, por exemplo, preocupa-se mais com a organização do processo econômico e os custos da atividade produtiva que com investimentos em normas destinadas à proteção e saúde dos trabalhadores (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2019). Entre as ações até então realizadas pelo Ministério do Trabalho, destacam-se: fiscalização e controle da legislação trabalhista, das cotas de aprendizes e deficientes; combate ao trabalho em condições análogas à escravidão; medidas de proteção aos trabalhadores; regulamentação da inserção de imigrantes no setor produtivo nacional; políticas de geração de emprego e renda; diretrizes de registro profissional; seguro-desemprego; entre outras (SANTOS, 2019). A extinção desse Ministério foi uma ação estratégica com vistas a facilitar a implementação da proposta de reforma da previdência apresentada pelo governo (QUEIROZ, 2019); reduzir a fiscalização das relações de emprego e a elaboração de normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho (AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 2019; QUEIROZ, 2019; SANTOS, 2019); e submeter os temas da área do trabalho “às orientações econômicas do governo e aos interesses do empresariado” (QUEIROZ, 2019, p. 4).

Apoio ao Trabalhador e Empreendedorismo (CATE)⁴², Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e o Sistema Nacional de Emprego (Sine). As pré-matrículas foram realizadas por todos os demandantes (municipais, estaduais ou nacionais).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) foi responsável por planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica. O repasse de recursos financeiros, a coordenação e a prestação de contas referentes à Bolsa-Formação foram realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As secretarias e ministérios demandantes foram encarregados de identificar demandas, mobilizar o público-alvo e realizar a pré-matrícula. As instituições ofertantes ministraram os cursos de acordo com a pactuação de vagas realizada com os demandantes municipais, estaduais e nacionais (BRASIL, 2011c; 2012).

A rede de parceiros ofertantes foi constituída por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Redes Estadual e distrital de Educação Profissional; Redes Municipais de Educação Profissional; Serviços Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senar e Senat); universidades e fundações públicas; f) Instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2017a, p.7).

Denomina-se pactuação de cursos “o processo pelo qual a Unidade Ofertante declara sua intenção de oferta e o parceiro demandante nacional ou estadual aprova ou reprova, conforme suas necessidades” (BRASIL, 2013, p. 16). Os parceiros ofertantes ofereceram cursos conforme a “capacidade instalada” ou infraestrutura disponível e em consonância com critérios estabelecidos em editais específicos ou planos de trabalho – mediante aprovação da Setec/MEC (BRASIL, 2017a). Essa oferta foi antecedida por processos de pactuação de vagas dos quais participam os demandantes municipais ou estaduais, os parceiros ofertantes e os demandantes nacionais. Esse processo de pactuação “[...] deve refletir a relação entre interesses dos beneficiários, demandas socioeconômicas e culturais regionais e condições disponíveis para o desenvolvimento dos cursos” (BRASIL, 2012, p. 15).

Embora o Pronatec tenha sido um programa federal, a sua implementação esteve estreitamente vinculada aos municípios. Em âmbito municipal, foram articuladas as diretrizes

⁴² “O CATE (Centro de Apoio ao Trabalhador e Empreendedor) de São Paulo são postos de intermediação de mão de obra que são geridos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), cujos postos estão espalhados por toda a capital paulista. [...] O cadastro de currículo no CATE é a inclusão do perfil profissional do candidato no SINE (Sistema Nacional de Empregos) através do MTE Mais Empregos, um portal que está acessível gratuitamente para qualquer trabalhador com acesso à internet” (CATE, 2019, p. 1). Em alguns municípios, como Avaré, não há os Cates. Nesse caso, a intermediação entre empregadores e desempregados é feita diretamente pelo Sine e por instituições vinculadas à Assistência Social.

do governo federal, a capacidade de oferta das instituições ofertantes, a mobilização e matrícula do público-alvo e o levantamento de demandas por cursos junto aos empregadores e aos municípios.

Os cursos Pronatec puderam ser desenvolvidos na unidade sede da instituição ofertante ou em unidades remotas a ela vinculadas. Foi vetada a terceirização dos cursos e da gestão educacional. Foi permitida a contratação de professores externos à unidade ofertante, desde que fossem previamente selecionados conforme critérios estabelecidos por meio de portarias e notas informativas expedidas pela Setec (BRASIL, 2017a).

As vagas em cursos Pronatec foram direcionadas aos Ministérios e secretarias que, após aderirem ao Programa, receberam a denominação de “parceiros demandantes”. Essa adesão poderia ocorrer a qualquer momento, desde que fossem seguidos os procedimentos estabelecidos pela Setec/MEC.

Os parceiros demandantes estavam articulados a públicos com características próprias e necessidades específicas. Por esse motivo, foram criadas as “modalidades de demanda”. Elas possibilitaram compor “turmas com diferentes perfis de estudantes” (BRASIL, 2017a, p. 9) que resultaram de acordo entre o MEC e os Ministérios ou secretarias no momento da adesão ao Programa, delimitando o segmento ao qual corresponde cada demandante. Um Ministério poderia ter mais de uma modalidade de demanda, como é o caso do Ministério da Educação, por exemplo, exposto no quadro 9, a seguir. A modalidade de demanda poderia ser exclusiva, prioritária e compartilhada.

Modalidade de demanda exclusiva: compreende um determinado público que requer composição de turmas exclusivas em virtude de especificidades de seu perfil. Por exemplo, a modalidade de demanda *Pronatec Exército* é exclusiva porque o público beneficiário é formado por militares da ativa em turmas ofertadas em quartéis, cujo acesso é restrito aos militares.

Modalidade de demanda compartilhada: compreende um público beneficiário que não tem restrições para a composição de turmas, ou seja, admite o compartilhamento de turma com outras modalidades de demanda, desde que estas não sejam exclusivas. Como exemplo de modalidade de demanda compartilhada tem-se a modalidade *Pronatec Brasil Sem Miséria* do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Modalidade de demanda prioritária: compreende um público beneficiário que tem direito a atendimento prioritário na ocupação das vagas de uma determinada turma. Por exemplo, a modalidade de demanda *Pronatec Seguro-Desemprego* é prioritária porque os beneficiários reincidentes do Seguro-Desemprego, de acordo com a legislação em vigor, têm atendimento prioritário em função da condicionalidade de matrícula e frequência a um curso FIC (BRASIL, 2017a, p. 9).

Apesar de o público prioritário do Pronatec ter sido composto por trabalhadores, estudantes da rede pública, beneficiários de programas de transferência de renda etc., são observados, pelo quadro de modalidades de demanda, a seguir, os diferentes perfis de público que fizeram parte desse Programa e que, conseqüentemente, receberam recursos que poderiam ter sido investidos no público prioritário. A modalidade exclusiva criada pelo Ministério da Defesa para atender o Exército, a Marinha e a Aeronáutica exemplificam essa situação.

Quadro 9 - Modalidades de demanda Pronatec

	Parceiro Demandante	Modalidade de Demanda	Tipo
1	Ministério da Agricultura	Pronatec Agro	Compartilhada
2	Ministério da Cultura	Pronatec Cultura	Compartilhada
3	Ministério da Defesa	Pronatec Exército	Exclusiva
4	Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica	Exclusiva
5	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha	Exclusiva
6	Ministério da Defesa	Pronatec Exército Reserva	Compartilhada
7	Ministério da Defesa	Pronatec Aeronáutica Reserva	Compartilhada
8	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Reserva	Compartilhada
9	Ministério da Defesa	Pronatec Marinha Mercante	Compartilhada
10	Ministério da Educação	Pronatec Projovem Urbano	Exclusiva
11	Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico Integrado	Exclusiva
12	Ministério da Educação	Pronatec EJA Técnico Concomitante	Compartilhada
13	Ministério da Educação	Pronatec EJA FIC	Compartilhada
14	Ministério da Educação	Pronatec Serviços Públicos	Exclusiva
15	Ministério da Justiça e da Segurança Pública	Pronatec Sistema Prisional	Compartilhada
16	Ministério da Justiça e da Segurança Pública	Pronatec Sistema Prisional em Regime Fechado	Exclusiva
17	Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca	Pronatec Pesca e Aquicultura	Compartilhada
18	Secretaria da Previdência	Pronatec Reabilitação Profissional	Prioritária
19	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Pronatec Comunicações	Compartilhada
20	Ministério do Desenv. Social e Agrário	Pronatec Campo	Compartilhada
21	Ministério do Desenv. Social e Agrário	Pronatec Brasil sem Miséria	Compartilhada
22	Ministério do Desenv. Social e Agrário	Pronatec Mulheres Mil	Exclusiva
23	Ministério do Desenv. Social e Agrário	Pronatec Sistema Socieducativo Aberto	Compartilhada
24	Ministério do Desenv. Social e Agrário	Pronatec Vira Vida	Exclusiva
25	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	Pronatec Brasil Maior	Compartilhada
26	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Bolsa Verde	Exclusiva
27	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Catadores	Exclusiva

Continua...

Continuação

	Parceiro Demandante	Modalidade de Demanda	Tipo
28	Ministério do Meio Ambiente	Pronatec Meio Ambiente	Compartilhada
29	Ministério do Trabalho	Pronatec Seguro-Desemprego	Prioritária
30	Ministério do Trabalho	Pronatec Trabalhador	Compartilhada
31	Ministério do Trabalho	Pronatec Aprendiz	Exclusiva
32	Ministério do Trabalho	Pronatec Certific	Exclusiva
33	Ministério do Trabalho	Prontec ProJovem Trabalhador	Exclusiva
34	Pronatec Turismo	Pronatec Copa	Compartilhada
35	Pronatec Turismo	Pronatec Copa na Empresa	Exclusiva
36	Pronatec Turismo	Pronatec Copa Social	Compartilhada
37	Ministério dos Direitos Humanos	Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado	Compartilhada
38	Ministério dos Direitos Humanos	Pronatec Viver sem Limite	Prioritária
39	Ministério dos Direitos Humanos	Pronatec Pop Rua	Exclusiva
40	Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Pronatec Jovem Técnico Concomitante	Compartilhada
41	Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Pronatec Jovem FIC	Compartilhada

Fonte: (BRASIL, 2017a, p. 44-45)

Entre os objetivos do Pronatec, está a expansão das redes federal e estadual de Educação Profissional e Tecnológica. Embora essa “expansão” propalada pelo Pronatec seja diferente daquela iniciada em 2005 por intermédio da Lei nº 11.195. Em vista disso, importa analisar o processo de implementação desse Programa em cinco *campi* do IFSP.

2 IMPLEMENTAÇÃO DE CURSOS PRONATEC FIC OFERTADOS PELO IFSP

No começo, a comunicação sobre o Programa falhava muito. [...] a gente não tinha informações adequadas, suficientes, a gente não sabia adequadamente os prazos, a pactuação... Então, em 2012 a gente ofereceu poucas turmas porque a gente não sabia bem os caminhos, né?
(Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho)

Eu acredito que a maior dificuldade foi o fato de estar iniciando um projeto. Então, todos desconheciam. Todos. A gente se informava com a coordenação, mas eles também estavam perdidos. E a gente que estava na linha de frente com os alunos, foi muito difícil justamente por isso: por falta de informações. (Professor 3-São Paulo)

Explicita-se, neste capítulo, a análise do processo de implementação de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho, conferindo-se relevo aos principais desafios vivenciados ao longo desse processo e como eles foram superados. São considerados, com particular ênfase, os elementos e circunstâncias intervenientes na seleção dos cursos ofertados, os procedimentos e critérios adotados, a mobilização do público-alvo e as possíveis relações entre arranjos produtivos locais e experiência do IFSP na área de oferta desses cursos. Apresentam-se, ainda, um breve panorama histórico e econômico desses municípios e informações referentes à criação e caracterização de cada *campus* do IFSP neles localizado.

2.1 Caracterização dos *campi* selecionados para pesquisa e de seus respectivos municípios

Os *campi* lócus da pesquisa – embora tenham em comum o pertencimento ao IFSP – não são homogêneos, pois estão inseridos em contextos distintos; possuem singularidades em função da região onde se situam, da cultura local, dos sujeitos que neles trabalham. Os relatos de servidores municipais, coordenadores, supervisores e professores indicam que o processo de implementação do Pronatec foi norteado por diretrizes estabelecidas pela Setec e resultou da interação entre as especificidades de cada município e a atuação dos sujeitos responsáveis por sua implementação. Com o intuito de contextualizar essas especificidades e as interações ocorridas, apresentam-se os principais acontecimentos relativos à criação dos *campi* onde a pesquisa foi realizada, seguidos de um breve panorama histórico e econômico dos municípios⁴³.

⁴³ Os dados históricos dos municípios e seus respectivos arranjos produtivos locais confirmam acontecimentos relacionados ao processo de colonização do Brasil, tais como o extermínio de povos nativos, a busca por metais

Os *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho foram criados em diferentes momentos da História da Rede Federal. Essa dimensão temporal interferiu na receptividade do Programa em cada *campus*. Nos *campi* recém-criados (Avaré, Presidente Epitácio e Sertãozinho), o Pronatec foi o ensejo para que a instituição tivesse mais visibilidade na região, possibilitando também o acesso de pessoas que até então não vislumbravam a possibilidade de estudar no Instituto Federal. O *campus* Sertãozinho, por ter sido criado na década de 1990, já era bem conhecido, mas o público-alvo do Pronatec desconhecia o curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio na modalidade Proeja ofertado nesse *campus*. Após realizarem os cursos Pronatec-FIC, houve estudantes que ingressaram nesse curso técnico.

O *campus* São Paulo é centenário, já passou por diversos programas federais e os servidores que nele atuam há mais de 20 anos sabem que esses programas não são perenes. Soma-se a isso o fato de esse *campus* ter sido uma das primeiras escolas federais criadas no início do século XX. No período de 1909 a 2002, durante quase um século, apenas 140 unidades da Rede Federal foram construídas. Devido a esse número de unidades ser insuficiente para atender a demanda por formação profissional, instituíram-se processos seletivos que se tornaram cada vez mais concorridos e rigorosos. Por decorrência, apenas os melhores alunos conseguiram ser aprovados. Gradativamente, criou-se uma cultura de excelência nas escolas federais e alunos como os da Educação de Jovens e Adultos, cujo perfil é semelhante ao do público prioritário do Pronatec, dificilmente conseguem ingressar e quando ingressam raramente concluem os cursos. Isso faz com que haja embates entre grupos que são favoráveis ao acolhimento desses alunos dentro do *campus* São Paulo e aqueles que questionam se, de fato, esses alunos têm o perfil de aluno da rede federal⁴⁴.

A década de 1990 foi marcada pela Reforma da Educação Profissional “implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país” (BRASIL, 2010b, p. 13). Por meio da promulgação da Lei nº 8.984, de 08 de dezembro de 1994, instituiu-se o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas Federais foram gradualmente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet). Já a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais se deu

preciosos, a posse e registro de terras apropriadas por meios violentos e a presença marcante de religiosidade. A fundação das cidades e os ciclos econômicos pelos quais elas passaram estão associados tanto ao contexto econômico nacional como internacional vivenciados pelo País: ciclos do ouro, da cana de açúcar, do café, do gado, das indústrias de base.

⁴⁴ Esse assunto será retomado no final desta seção durante análise de cursos Pronatec FIC ofertados em cada *campus*.

mediante aprovação em processo de avaliação de desempenho realizado pelo então Ministério da Educação e do Desporto.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, que, pela primeira vez, apresentou um capítulo dedicado à Educação Profissional. Com o intuito de regulamentar o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 dessa Lei, foi publicado o Decreto nº 2.208, em 17 de abril de 1997. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa de Expansão da Rede Federal (Proep). A implantação desse Programa se deu por meio de acordo assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BRASIL, 2010b). Lima Filho (2002) afirma que o Proep se constituiu “[...] no principal instrumento de implantação da reforma, mediante a utilização de recursos da ordem de 500 milhões de dólares para o período 1997-2003⁴⁵”

Em 2005, por intermédio da Lei nº 11.195, iniciou-se a primeira fase da expansão da Rede Federal promovida pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diferentemente do governo anterior, Lula não assinou acordos com bancos internacionais e investiu recursos públicos em instituições públicas. Esse tipo de expansão

[...] prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (BRASIL, 2010b, p. 14).

Na segunda fase da expansão da Rede Federal, iniciada em 2007, foram criados os *campi* Avaré, Presidente Epitácio e Registro que – diferentemente do *campus* Sertãozinho – nasceram em um período de investimento em políticas progressistas. Expõe-se por meio do quadro 10, a seguir, a síntese dos principais aspectos que caracterizam esses *campi*. Percebe-se a semelhança entre os *campi* recém-criados no que se refere ao número de cursos ofertados e ao quantitativo de servidores e de alunos.

⁴⁵ Nota do autor: “O PROEP conta com 125 milhões de dólares do orçamento da União (MEC), 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 250 milhões de dólares provenientes de empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que é o principal financiador externo da reforma” (LIMA FILHO, 2002, p. 292-293).

Quadro 10 – Dados administrativos dos *campi* lócus da pesquisa

	São Paulo	Sertãozinho	Avaré	Presidente Epitácio	Registro
Início das atividades	1910	1996	2011	2011	2012
Total de cursos ofertados [2019] ¹	32	13	11	9	5
Total de professores [2019] ²	427	104	79	77	68
Técnicos administrativos [2019]	188	62	44	41	43
Alunos matriculados [2019]	5865	1215	1070	890	825

Nota 1 – Exceto cursos de extensão.

Nota 2 – Inclusive substitutos e afastados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações disponíveis Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), nos Anuários nº 1 (2011-2015) e nº 2 (2011- 2016) do IFSP, nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e nos sites dos respectivos *campi*.

*Campus São Paulo*⁴⁶

O *campus* São Paulo foi uma das Escolas de Aprendizizes Artífices criadas em 1909 por meio do Decreto nº 7.556, de 23 de setembro. Suas atividades foram iniciadas em 1910 em um galpão no bairro da Luz, depois funcionou durante alguns anos no bairro de Santa Cecília. Em 1976, a escola foi transferida para o endereço atual, no Bairro Canindé, onde também está a reitoria do IFSP. Os primeiros cursos ministrados foram Eletricidade, Mecânica e Tornearia. Havia também duas oficinas: Artes Decorativas e Carpintaria.

Ao longo de mais de um século, essa instituição escolar passou por mudanças de nome e ampliou sua área de atuação. Tornou-se Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) em 1965 e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) em 1999. Ao se tornar CEFET pôde oferecer tanto cursos superiores de Engenharias, como licenciaturas e graduações tecnológicas. Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e se tornou o maior *campus* do IFSP.

No *campus* São Paulo, são ofertados cinco cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Informática, Técnico

⁴⁶ Os textos sobre os *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho foram elaborados com base em informações disponibilizadas em seus respectivos sites, nos Anuários do IFSP e em Planos Pedagógicos de Curso.

em Mecânica, Técnico em Qualidade), três cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes (Técnico em Edificações, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Telecomunicações), dezesseis cursos Superiores, dos quais cinco são de Tecnologia (Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Superior de Tecnologia em Automação Industrial, Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos), seis Licenciaturas (Ciências Biológicas, Física, Geografia, Letras, Matemática, Química), cinco Bacharelados (Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Eletrônica), oito cursos de pós-graduação, sendo quatro *lato sensu* (Especialização em Formação de Professores – Ênfase Ensino Superior, Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA – Proeja, Especialização em Aeroportos – Projeto e construção, Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação) e quatro *stricto sensu* (Mestrado Profissional em Automação e Controle de Processos, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT) e Mestrado Acadêmico em Engenharia Mecânica).

Conforme dados obtidos por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), em 2019, o *campus* São Paulo contou com 427 docentes (inclusive substitutos e afastados), 188 servidores técnico-administrativos e possuía 5865 alunos matriculados. Esse *campus* está situado na cidade considerada o centro financeiro e de negócios do Brasil, sede de importantes empresas transnacionais nos mais diversos segmentos (A ECONOMIA, 2017). A capital paulista abriga também o *World Trade Center* São Paulo (WTC) – maior complexo de negócios da América Latina – semelhante a um condomínio empresarial com centros de convenções, shopping, hotel, além de salas e andares para locação. O WTC São Paulo faz parte da *World Trade Centers Association*, organização que visa fomentar negócios internacionais presente em 100 países e em mais de 330 cidades (WORLD, 2019).

Segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a participação da cidade de São Paulo no total da riqueza produzida no Brasil chegou a 11%, em 2016, com um PIB de R\$ 687 bilhões. O turismo de negócios tem importante participação na economia dessa cidade e, em 2018, São Paulo ocupou a 18ª posição entre os destinos mais populares do mundo nesse segmento. Nesse mesmo ano, as áreas de eventos e hospedagem obtiveram um faturamento estimado em R\$ 7,65 bilhões, segundo a Pesquisa Conjuntural do Setor de Serviços (PCSS) (FEDERAÇÃO DO

COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019a, 2019b).

Os setores de varejo e serviços têm contribuído tanto para a geração de empregos como para o crescimento econômico. Em 2018, o setor varejista contabilizou 650 mil empregos formais o equivalente a 31% do Estado – conforme Pesquisa de Emprego no Comércio Varejista do Estado de São Paulo (PESP Varejo) – e foi responsável por 67,6% do PIB da cidade. Já o setor de serviços teve 3,5 milhões de trabalhos formais, com base na Pesquisa de Emprego no Setor de Serviços do Estado de São Paulo (PESP Serviços), e seu faturamento real, apenas no mês de outubro, foi de R\$ 30,5 bilhões, segundo a PCSS (FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019c).

A cidade de São Paulo em conjunto com as cidades que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) constituem o maior polo de riqueza do Brasil. Nessa região, situam-se complexos comerciais, de serviços e industriais em diversos ramos (automobilístico, metalúrgico, farmacêutico etc.). “O município de São Paulo é também referência internacional em serviços de saúde, com modernos hospitais, clínicas e centros de diagnóstico, além de equipes especializadas nos mais recentes avanços da medicina” (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2015, p. 101). Apesar de estar entre as maiores cidades do mundo, tanto em extensão territorial como em termos econômicos, São Paulo abriga muitas desigualdades sociais (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2015).

Conforme Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na região metropolitana de São Paulo, realizada pela Fundação Seade em convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), durante 30 anos (1989-2019), a taxa de desemprego total⁴⁷ nos anos de 2012 a 2014 esteve entre as mais baixas de toda a série histórica. Em 2017, ela atingiu o percentual mais alto dos últimos cinco anos (18,6%) e apresentou redução em 2018 (17%) e 2019 (16,4%), conforme exposto no gráfico 5, a seguir.

⁴⁷ A taxa de desemprego total corresponde à soma das taxas de desemprego aberto e desemprego oculto. A taxa de desemprego oculto refere-se às “pessoas cuja situação de desemprego está oculta pelo trabalho precário – ‘bico’ – ou pelo desalento; neste último caso, não houve procura de trabalho nos últimos 30 dias, mas sim nos últimos 12 meses anteriores à entrevista” (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2019a, p. 1). Estão em situação de desemprego aberto as pessoas que não têm nenhum tipo de ocupação e estão à procura de emprego nos últimos 30 dias e não realizaram nenhuma atividade remunerada nos sete dias que antecederam a pesquisa.

Gráfico 5 - Taxas de desemprego, segundo tipo, no 1º semestre de cada ano. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2019)

Fonte: (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2019a, p. 4)

A taxa de desemprego oculto atingiu seu ápice em 2004 (7,3%), em 2005, teve queda importante e chegou a 6,5%. Desde então, entrou em fase de expressiva redução entre 2005 e 2013. Somente em 2016 essa taxa voltou a subir significativamente e em 2017 atingiu o percentual mais alto dos últimos cinco anos (3,2%).

Em junho de 2019, o setor de atividade que mais propiciou ocupações na Região Metropolitana de São Paulo foi o de serviços com 60,3%. Em seguida, ficou o de Comércio, reparação de veículos automotores e bicicletas (18,4%) e, em terceiro lugar, a Indústria de transformação (14,1%), conforme se apresenta no gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 - Distribuição dos ocupados, segundo setor de atividade. Região Metropolitana de São Paulo, junho 2019

Fonte: (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2019b, p. 6)

Campus Sertãozinho

A criação da Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) que posteriormente se tornaria o *campus* Sertãozinho resultou da cooperação técnica entre a Setec – por meio da então Escola Técnica Federal de São Paulo – e a Prefeitura Municipal de Sertãozinho. Em 30 de abril de 1996, foi publicada a Portaria Ministerial nº 403 que autorizou o funcionamento do *Campus* Sertãozinho. Porém, as atividades já haviam sido iniciadas em janeiro de 1996 em sede provisória situada à Rua Expedicionário Solano, nº 1420, Centro. Foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada em parceria com instituições não governamentais entre as quais se destaca a Associação de Assistência e Proteção ao Adolescente Trabalhador (ADOT)⁴⁸.

⁴⁸ A Associação de Assistência e Proteção ao Adolescente Trabalhador (ADOT) é uma instituição sem fins lucrativos que auxilia adolescentes de 15 a 17 anos e 11 meses “na obtenção do primeiro emprego, por meio de capacitação, encaminhamento e orientação no mercado de trabalho” (ADOT, 2009, p. 1). Essa associação tem por objetivos oferecer “formação Técnica Profissional, orientação educacional, cultural, e proteção ao trabalho dos adolescentes, capacitando-os e inserindo-os no mercado de trabalho adequado a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; incentivar o estudo e a prática dos princípios da boa cidadania; proporcionar condições favoráveis à livre discussão de todos os assuntos de interesse público, exceto os de política partidária e sectarismo religioso” (ADOT, 2009, p. 1).

Essa UNED foi criada na vigência do Proep e vivenciou indefinições quanto à sua identidade institucional, enfrentou instabilidades financeiras e dúvidas em relação à própria continuidade, pois

por um longo período de tempo, entre os anos de 1996 e 2002, a escola não recebeu, por parte do Ministério da Educação, definições claras no que dizia respeito à sua forma de gestão e, portanto, não apresentava uma conformação institucional definida. Em boa parte deste período, a escola era compreendida como uma parceria do Governo Federal com município, consoante à sua constituição. Tal situação, cheia de incertezas, acabou impedindo que a escola pudesse se estruturar do ponto de vista de recursos materiais e humanos e, por diversas vezes, representava um contexto ameaçador com perspectivas de fechamento da unidade (HISTÓRICO, 2017, p. 1).

Visando assegurar a existência da UNED Sertãozinho, em consonância com o Proep⁴⁹, criou-se a Fundação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural da Alta Mogiana (Fundam), a qual resultou do empenho e da “sensibilização local da importância da escola para o município e sua microrregião” (HISTÓRICO, 2017, p. 1). A partir de 2005, os investimentos na expansão da rede federal realizados no Governo Lula trouxeram resultados positivos para o *campus* Sertãozinho. Em 2007, após o término da construção do *campus*, a escola mudou-se para a sede atual (Rua Américo Ambrósio, nº 269, Jardim Canaã), cujo terreno foi cedido pela Fundam (IFSP, 2017).

São ofertados nesse *campus* três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Técnico em Automação industrial, Técnico em Química, Técnico em Mecânica – Modalidade Educação de Jovens e Adultos), dois cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes (Técnico em Administração e Técnico em Eletrônica), um curso Técnico em Cervejaria Subsequente ao Ensino Médio, sete cursos Superiores (Tecnologia em Automação Industrial, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras, Programa Especial de Formação de Docentes para a Educação Básica), um Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e vários cursos de extensão. Em 2019, o *campus* Sertãozinho teve 1215 alunos, 104 docentes (inclusive substitutos e afastados) e 62 técnico-administrativos.

⁴⁹ O Proep previa a parceria público-privada por meio da criação de instituições mantenedoras e propôs a criação de Centros de Educação Profissional (CEP) “geridos pela própria comunidade” (BRASIL, 2008c, p. 6). De acordo com Lima Filho (2002, p. 293), esse segmento comunitário compreende “projetos de empresas privadas – quer educacionais ou não –, de associações patronais do campo industrial, agrícola e de serviços do Sistema S”.

A cidade de Sertãozinho originou-se da religiosidade de um fazendeiro chamado Antonio Malaquias Pedroso, proveniente de Minas Gerais. Em 1876, ele doou 12,5 alqueires de suas terras a Nossa Senhora Aparecida e construiu uma capela no local onde hoje é a Igreja Matriz dedicada à santa. Posteriormente, outras pessoas contribuíram com mais doações de terras e a extensão territorial chegou a 148 alqueires (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, [20--]).

Em 1880, o negro africano conhecido como Pai Chico e os sertanejos Antonio José Rodrigues e Manoel Jacinto de Pontes solicitaram a posse do terreno – a qual foi outorgada por meio de escritura pública lavrada no 1º cartório de Ribeirão Preto – e nele deram início ao povoado. Por meio da Lei Provincial nº 31, de 10 de março de 1885, o povoado foi elevado à categoria de distrito e denominado Freguesia da Aparecida de Sertãozinho. Já a elevação à categoria de cidade se deu em 19 de dezembro de 1906 por meio da Lei Estadual nº 1.038 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017e; PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, [20--]).

Em 1975, com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), Sertãozinho se tornou um dos mais destacados centros sucroalcooleiros do Brasil e esse avanço beneficiou a indústria metalúrgica instalada nesse município. Atualmente, Sertãozinho possui cinco usinas de açúcar, oito destilarias de álcool e engenhos destinados à produção de aguardente. Realiza investimentos na produção de energia elétrica por meio da biomassa da cana de açúcar. É produtora de laranja, soja, cana de açúcar e café orgânicos o que tem atraído o interesse do mercado internacional. Embora não tenha sido agraciada por notáveis belezas naturais, a cidade é reconhecida por ser importante polo do turismo de negócios e por sediar eventos esportivos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, [20--]).

Campus Avaré

Autorizado pela Portaria Ministerial nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, o *campus* Avaré entrou em funcionamento no dia 07 de fevereiro de 2011, com apenas doze servidores. Os primeiros cursos ofertados foram Técnico em Agronegócio e Técnico em Eventos. A criação do *campus* resultou do esforço conjunto da Prefeitura de Avaré, do IFSP e do MEC, e fez parte da segunda fase do plano de expansão da Rede Federal. Localizado a 2,9 km do centro de Avaré, esse *campus* ocupa uma área superior a 29 mil m² e conta com laboratórios, salas de aula, biblioteca, auditório, salas para professores e coordenadores, refeitório, salas de apoio pedagógico.

Em 2018, o *campus* Avaré ofertou cinco cursos superiores (Engenharia de Biossistemas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras Português e Espanhol, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Gastronomia), três cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Técnico em Agroindústria, Técnico em Lazer, Técnico em Mecatrônica), dois cursos Técnicos Concomitante/Subsequente (Técnico em Eventos e Técnico em Mecânica) e um curso Proeja FIC (Auxiliar em Hospedagem) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Avaré destinado a pessoas que estão cursando o Ensino Fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Também são oferecidos regularmente diversos cursos de extensão. De acordo com dados disponibilizados no SUAP, em 2019, o *campus* Avaré possuía 1070 alunos matriculados, 79 docentes (inclusive substitutos e afastados) e 44 servidores técnico-administrativos.

O *campus* Avaré está situado em uma cidade considerada estância turística, por intermédio da Lei nº 11.162, de 21 de junho de 2002. Entre seus atrativos, destacam-se a Represa da Usina Hidrelétrica de Jurumirim, o Parque Ecológico Horto Florestal, o Santuário de Nossa Senhora das Dores, o Cristo Redentor e a fábrica de doces Gotas de Leite. Além do turismo, as principais atividades produtivas de Avaré são a indústria, a agricultura, a pecuária e os serviços. Nesse município, há indústrias pertencentes a diversos ramos, tais como: metalurgia, usinagem, alimentício, máquinas e implementos agrícolas, confecções, barcos e equipamentos náuticos. Na agricultura, destacam-se a citricultura e o cultivo de cana-de-açúcar destinado ao abastecimento da Usina Açucareira Furlan S/A. Avaré é conhecida como “A capital nacional do cavalo” por possuir diversos haras – voltados à criação das raças Manga Larga, Quarto de Milha, Apaloosa e Pôneis – e sediar importantes eventos agropecuários, como a Exposição Municipal Agropecuária de Avaré (Emapa), realizados no Parque de Exposições Dr. Fernando Cruz Pimentel (GESIEL JÚNIOR, 2015; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017a; SEM CANAVIAIS, 2018).

A história de um município esclarece algumas das características culturais e econômicas que ele possui. No início do século XIX, o Vale do Paranapanema passou a ser conhecido como estrada do Peabiru, importante rota que interligava as regiões leste e oeste do País e possibilitava acesso ao Paraguai. Essa rota facilitou o acesso de desbravadores e posseiros em busca de ouro e pedras preciosas a regiões ainda inexploradas. Por decorrência, vários núcleos de povoamento foram formados. Avaré foi um desses núcleos, cuja fundação se deu pela chegada de posseiros que estavam em busca de metais preciosos, mas encontraram terras férteis e água em abundância. Porém, como elas pertenciam aos índios, foram tomadas à força. Paradoxalmente, esses desbravadores também eram cristãos e construíram, nas terras

“conquistadas”, uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Dores (GESIEL JÚNIOR, 2015).

Posseiros liderados por José Theodoro de Souza e Tito Corrêa de Mello, nessa época, abrem o mato com os seus facões e pisam no solo do que seria a futura Avaré. Conquistam as terras exterminando os índios que ainda habitavam o local e buscam atrair moradores para aquelas terras férteis. Dentre esses posseiros estava o major Vitoriano de Souza Rocha que, a 15 de maio de 1862, apresentou-se ao tabelião Francisco Antônio Castro, em Botucatu, para doação de 24 hectares de terras às margens do ribeirão Lageado, afluente do Rio Novo, para constituir o patrimônio da capela votiva sob invocação de Nossa Senhora das Dores, orago especialmente presente nas doações de mineiros, por ele construída (GESIEL JÚNIOR, 2015).

Em 1870, por meio da Lei Provincial nº 63, de 07 de abril, foi criado o distrito denominado Nossa Senhora do Rio Novo vinculado ao município de Botucatu. Esse distrito foi elevado à categoria de cidade em 1891 pelo Decreto Estadual nº 180, de 29 de maio, e recebeu o nome Avaré de origem Tupi-Guarani awa'ré (abará), que significa missionário, padre (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017a; DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI, 2019).

Campus Presidente Epitácio

Situado a 640 km de São Paulo, o *campus* Presidente Epitácio teve a autorização de funcionamento concedida por meio da Portaria Ministerial nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, e iniciou suas atividades em fevereiro de 2011, ofertando cursos nas áreas de Automação Industrial e Edificações. As primeiras aulas ocorreram na Escola Professor Waldyr Romeu da Silveira até que o prédio do *campus* fosse inaugurado em 31 de março de 2011.

O município Presidente Epitácio situa-se às margens do Rio Paraná e está na divisa do estado de São Paulo com Mato Grosso do Sul. O *campus* fica a 5,1 km do Centro e os principais meios de transporte utilizados pelos alunos são bicicleta e mototáxi, pois até 2018 não havia linha de ônibus que atendesse a região.

São ofertados dois cursos Técnicos Integrados (Técnico em Informática e Técnico em Mecatrônica), três cursos Técnicos Concomitante/Subsequente (Técnico em Administração, Técnico em Edificações e Técnico em Eletrotécnica), quatro cursos Superiores (Bacharelado em Ciência da Computação, Bacharelado em Engenharia Elétrica, Licenciatura em Pedagogia,

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – oferta temporariamente interrompida), um curso Proeja FIC (Operador de Computador) e diversos cursos de extensão. Conforme dados obtidos por meio do SUAP, em 2019, o *campus* Presidente Epitácio possuía 890 alunos matriculados em todos os cursos, 77 docentes (inclusive substitutos e afastados) e 41 servidores técnico-administrativos.

Em 20 de julho de 1990, por meio da Lei nº 6.956, a cidade Presidente Epitácio foi considerada Estância Turística. Entre os principais pontos turísticos, destacam-se o Rio Paraná, especialmente no lago formado pela construção da Usina Hidroelétrica Engenheiro Sérgio Motta – apesar de todo o desastre ambiental que ela causou –, o Parque Figueiral e a Ponte Hélio Serejo. O pôr do sol nessa cidade também ficou famoso e é considerado o mais bonito do Brasil. Presidente Epitácio possui também indústrias voltadas à exportação de produtos de origem animal e tem implementado projetos destinados à criação de peixes de água doce (D’AUREA; RODRIGUES, 2012; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017b; PONTOS TURÍSTICOS, 2012).

Presidente Epitácio originou-se da necessidade de interligar a região oeste do estado de São Paulo à região sul do então estado do Mato Grosso⁵⁰ para transportar gado. Antes, esse transporte era feito por rota fluvial e terrestre, o que aumentava o tempo da viagem e elevava os custos:

Até então, os mato-grossenses dessa região só podiam alcançar a capital de São Paulo e Rio de Janeiro pelo Paraguai ou Uberaba, obrigados a percorrer mais de duzentas léguas para chegar a ponto de estrada de ferro. As fazendas dos vales dos rios Verde, Pardo, Ivinhema, Amambai, Iguatemi e outras da bacia hidrográfica do rio Paraguai remetiam para São Paulo o seu gado, através do Triângulo Mineiro, efetuando viagem longuíssima, que consumia grande parte de seu valor (FUNDAÇÃO, 2012, p. 2).

Nos mapas oficiais, a região era considerada desconhecida e habitada por índios. Diversas tentativas de interligar esses dois estados fracassaram devido à bravura dos indígenas das tribos Coroados, Caiuás/Kaiowás e Xavantes que lá habitavam. Por isso, a construção da Estrada Boiadeira se tornou um empreendimento histórico e sacrificou tanto desbravadores como nativos. De acordo informações divulgadas no site da Prefeitura de Presidente Epitácio a respeito da história desse município, “as dificuldades iniciais não foram pequenas. Muitos trabalhadores foram mortos pelos índios, pelos bichos selvagens e pelas doenças, comuns na frente de desbravamento” (FUNDAÇÃO, 2012, p. 3). Depreende-se do

⁵⁰ Em 1977, ele foi dividido em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

trecho a seguir, o massacre de povos nativos, infelizmente, algo ainda recorrente no Brasil⁵¹: “[...] com o avanço das frentes pioneiras, as tribos daquela região haviam reduzido suas forças, exceção apenas quanto aos Coroados. Os Caiuás haviam retrocedido, representando um risco menor” (HISTÓRIA, 2019, p. 2).

A obra foi realizada pela empresa Diederichsen & Tibiriçá, resultante da parceria entre Francisco Tibiriçá – a quem os governos paulista e mato-grossense concederam a autorização para construir a Estrada Boiadeira – e o Coronel Arthur de Aguiar Diederichsen – próspero fazendeiro produtor de gado e dono de lavouras de café na região de Ribeirão Preto –, responsável por administrar a construção no Mato Grosso. Em 1908, após a conclusão das obras, a empresa passou a ser denominada Companhia de Viação São Paulo Mato Grosso e passou a administrar a compra e venda de gado entre esses Estados, bem como a cobrança de pedágios pelo uso da estrada, dos pousos para descanso do gado e dos boiadeiros, e das balsas que completavam o trajeto entre São Paulo e Mato Grosso pelo Rio Paraná (FUNDAÇÃO, 2019).

Campus Registro

Autorizado pela portaria ministerial nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, o *campus* Registro iniciou suas atividades em 2012. A criação deste *campus* resultou do empenho

⁵¹ De acordo com o *Relatório violência contra os povos no Brasil*, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2016, 118 índios foram mortos nos 19 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Essas mortes foram causadas por violência, negligência e maus tratos. “Como em anos anteriores, o Mato Grosso do Sul continua com um elevado número de mortes por agressões. Foram registrados 18 óbitos no estado pela Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena]. Assim como os dados de assassinato, também são impactantes os 106 casos de suicídio, sendo que destes, 30 ocorreram no Mato Grosso do Sul. [...] No município de Caarapó, em Mato Grosso do Sul, o assassinato de Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza ocorreu em meio a um massacre perpetrado contra a comunidade Tey i Kue, do povo Guarani-Kaiowá, em uma retomada da Fazenda Yvu, incidente sobre a terra indígena e em processo de demarcação no Ministério da Justiça (MJ). O acampamento foi barbaramente atacado por uma centena de agressores armados que chegaram, em caminhonetes, atirando, queimaram motos e diversos pertences dos indígenas. Além do assassinato de Clodiodi, outras seis pessoas ficaram feridas, entre elas uma criança de 12 anos. Episódios como este tornaram-se frequentes no Mato Grosso do Sul, marcando com horror as tentativas desesperadas e inevitáveis de retomar as terras que, por direito, pertencem aos indígenas” (RANGEL; LIEBGOTT, 2017, p. 17).

Em matéria publicada pelo jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil, os pesquisadores e integrantes da *Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte* Caio Zinet, Israel Sassa Tupinambá e Mario Cabral afirmam com base em dados divulgados pelo Cimi que “entre 2003 e 2010, 253 indígenas foram assassinados em Mato Grosso do Sul. O poder dos latifundiários da região é tamanho que nem a presença de representantes do governo federal e da Força de Segurança Nacional é capaz de intimidá-los. [...] Em cima das terras dos guarani-kaiowá avança o agronegócio, seja por meio da produção de cana-de-açúcar, pela plantação de soja ou pelo pasto do boi. Um imenso deserto verde cobre vastas áreas indígenas em Mato Grosso do Sul” (ZINET; TUPINAMBÁ; CABRAL, 2012, p. 2).

conjunto da Prefeitura Municipal, do IFSP e do MEC. A Servidora Municipal 9 salienta que a implantação de uma unidade do IFSP no Vale do Ribeira foi uma conquista árdua:

E o Instituto Federal tem uma questão é... de luta também. Não foi assim: ‘Ah! Resolveram lá em Brasília’. A gente buscou muito. Não éramos nós que estávamos na prefeitura, mas como tinha esse acúmulo anterior – e também eu particularmente tinha sido candidata à deputada –, então tinha uma força política para levar atores sociais para conversar em Brasília. A gente conseguiu que a região de Registro fosse colocada entre as primeiras regiões no plano de expansão da Rede Federal. Essas coisas foram acontecendo com luta (Servidora Municipal 9-Registro).

O primeiro curso ofertado foi Técnico em Logística, em seguida, a partir de 2013, foram implantados os cursos Técnicos em Edificações e Mecatrônica. Em 2016, iniciou-se a oferta de cursos superiores com a Licenciatura em Física e, em 2017, implantou-se o curso de Engenharia de Produção. Situado no sul do estado de São Paulo, o *campus* Registro recebe estudantes de aproximadamente 15 municípios vizinhos e de outras regiões do Estado.

Atualmente, esse *campus* oferta três cursos Técnicos Integrados (Técnico em Edificações, Técnico em Logística, Técnico em Mecatrônica) dois cursos Superiores (Licenciatura em Física e Bacharelado em Engenharia de Produção), diversos cursos de extensão, presenciais e a distância, sendo alguns em parceria com a Secretaria Municipal de Ensino. Em 2019, o *campus* Registro contou com 68 docentes (inclusive substitutos e afastados), 43 servidores técnico-administrativos e 825 alunos.

A cidade que sedia o *campus* Registro recebeu esse nome por ser o local, às margens do rio Ribeira do Iguape, onde era registrado e cobrado o imposto do ouro antes de ser enviado a Portugal. Essa cidade foi a primeira em todo o estado de São Paulo a receber imigrantes japoneses. Muitos entre eles almejaram investir em negócios rentáveis, ampliar as posses e voltar para o Japão. Os habitantes locais cultivavam, principalmente, arroz e feijão, mas com a chegada dos japoneses, foram introduzidas novas culturas. As que mais se adaptaram ao clima da região foram a banana e, especialmente, o chá; o que proporcionou a Registro o título de Capital do Chá. Esses e outros produtos eram cultivados em terras devolutas doadas pelo governo brasileiro à Ultramarina de Implementos S/A Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017c; PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, [20--]).

O Vale Ribeira do Iguape – também conhecido como Vale do Ribeira – está entre as maiores regiões produtoras de banana no Brasil. Esse cultivo foi considerado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) como “praticamente o único produto de relevância comercial

e gerador de empregos” na região (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2017, p. 1). Durante a realização da coleta de dados, foram visitados municípios próximos de Registro, como Barra do Turvo e Eldorado. Foi notável a extensa área de cultivo de banana visível, inclusive, às margens das rodovias. Essa área foi estimada pelos pesquisadores da Embrapa em 7.556 hectares, o equivalente a 10,7% do município (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2017). Destaca-se também a presença considerável de comunidades tradicionais entre os trabalhadores do campo, especialmente, indígenas e quilombolas.

De acordo com o pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, Carlos César Ronquim, devido à instalação de agroindústrias focadas na comercialização do palmito pupunha, houve o declínio na produção de chá. Isso se deve também à disputa por terras cultiváveis. No Vale Ribeira do Iguape em sua porção paulista, há poucas faixas de terra disponíveis para cultivo, pois se trata de uma região com muitas áreas de preservação ambiental, especialmente de florestas da Mata Atlântica (SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, 2017). Embora o *campus* Registro se situe em região eminentemente agrícola, ainda não houve oferta de cursos técnicos ou superiores no eixo Recursos Naturais nem estão previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023⁵².

Expõe-se no quadro 11, a seguir, uma síntese de dados socioeconômicos desses municípios com o intuito de explicitar suas particularidades e subsidiar a análise da relação entre os cursos ofertados e a vocação econômica do município ou da região na qual eles se situam.

⁵² Esse assunto será retomado neste capítulo durante a análise de elementos e circunstâncias intervenientes no processo de escolha dos cursos ofertados pelo Pronatec nos *campi*.

Quadro 11 – Dados socioeconômicos dos municípios Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho

	Avaré	Presidente Epitácio	Registro	São Paulo	Sertãozinho
Fundação	1861	1907	- ¹	1554	- ¹
Elevado à categoria de distrito	1870	1936	1934	1558 ²	1885
Elevado à categoria de cidade	1891	1948	1944	1711	1906
Elevado à categoria de capital	-	-	-	1815	-
Número de habitantes [estimativa 2018]	90.063	44.006	56.249	12.176.866	124.453
Densidade demográfica [2010]	68,37 hab./Km ²	32,79 hab./Km ²	75,11 hab./Km ²	7.398,26 hab./Km ²	273,22 hab./Km ²
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ³ [2010]	0,767	0,750	0,754	0,805	0,761
Ramos de atividade produtiva	Turismo, indústria, agricultura e pecuária.	Turismo, serviços, indústria e agropecuária.	Agricultura, pecuária, indústria de beneficiamento, serviços e comércio.	Indústria, comércio, serviços e finanças.	Indústria sucroalcooleira e termomecânica, agricultura orgânica, turismo de negócios.
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2,2 salários mínimos	2,1 salários mínimos	2,3 salários mínimos	4,2 salários mínimos	3,1 salários mínimos
PIB <i>per capita</i> [2016]	R\$ 28.025,47	R\$ 23.820,74	R\$ 32.358,84	R\$ 57.071,43	R\$ 42.168,34

Nota 1 - Nas fontes consultadas não havia informações precisas sobre o ano de fundação.

Nota 2 - Elevado à categoria de Vila.

Nota 3 - Este índice é composto por indicadores que mensuram três dimensões do desenvolvimento humano – longevidade, educação e renda – em uma escala de 0 a 1. Considera-se que o desenvolvimento humano será maior quanto mais próximo de 1 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2019).

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações disponíveis em IBGE (2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e) e nos sites das respectivas prefeituras.

2.2 Processo de implementação de cursos Pronatec FIC: desafios vivenciados e estratégias de superação

Nesta seção, analisa-se o processo de implementação do Pronatec em Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho conforme a perspectiva de servidores municipais, coordenadores gerais e adjuntos, diretores, supervisores e docentes. Apresentam-se os primeiros acordos entre instituições demandantes e ofertantes, a procura por cursos em áreas diferentes daquelas que o IFSP possui experiência, os desafios a serem superados, principalmente aqueles relacionados ao desconhecimento do funcionamento do Programa, dos prazos a cumprir e das metas a serem atingidas. Explicitam-se também a criação e a atuação do Comitê Gestor Municipal do Pronatec na cidade de São Paulo.

Ao longo de todo o processo, as diretrizes do Programa tentam conformar os contextos de sua implementação e definir as ações das equipes de trabalho. Por outro lado, considerando-se que esses contextos não são estáticos, mas dinâmicos, que as equipes de trabalho são compostas por sujeitos históricos portadores de vontades, visões de mundo, ideais, concepções e princípios distintos, o Programa foi também influenciado por eles durante sua implementação, nem sempre de maneira ostensiva e de alcance estrutural, mas, no entanto, fazendo prevalecer, muitas vezes, as estratégias das equipes de trabalho em prol do acolhimento de necessidades e interesses do público-alvo.

Em 2011, após o Pronatec ser instituído pela Lei nº 12.513, foram realizadas diversas reuniões em Brasília visando implementá-lo, envolvendo a Setec, os Ministérios demandantes, a Rede Federal e a iniciativa privada. Os coordenadores gerais do Pronatec nas instituições ofertantes participavam dessas reuniões e se tornavam multiplicadores divulgando as informações recebidas junto às Secretarias Municipais e Estaduais. A primeira Coordenadora Geral do Pronatec, no IFSP, declara que:

Inicialmente, todos os contatos foram feitos por Brasília. Alguns ministérios já estavam tomando parte disso como o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho já estavam a par desse Programa até mesmo pelas políticas que foram desenvolvidas. Basicamente, a maior parte das reuniões foi feita em Brasília. Depois, foram descendo os níveis. Primeiro em um determinado escalão e aí foi descendo (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

No Ministério do Trabalho, inclusive, a gente tinha quase que uma reunião por mês. Esse Ministério foi muito atuante no desenvolvimento do trabalho. Teve um diretor lá que levou isso muito a sério, foi muito bom. Ele convocava as reuniões com vários setores, não só com o Instituto, mas compunha reunião o Sesi, o Senac, o Senai todos os representantes que

estavam envolvidos no Programa. Nós fizemos reuniões com a Secretaria Estadual, também (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

O Coordenador Geral 4-São Paulo explica como ocorreu o repasse de informações entre a Pró-Reitoria de Extensão do IFSP e os parceiros no Estado e nos municípios: “nós conversamos com a Secretaria Estadual de Educação, com as Secretarias Municipais de Assistência Social, conversamos com cada *campus*. Aqui pela Pró-Reitoria a gente fez a discussão mais sistêmica junto ao MDA e à Secretaria Estadual de Educação”. Ele esclarece que, posteriormente, os coordenadores adjuntos de cada *campus* mobilizaram e orientaram as Secretarias Municipais: “os *campi* fizeram essa articulação com os chamados demandantes locais, junto aos Cras, ao Sistema Penitenciário e tudo mais” (Coordenador Geral 4-São Paulo).

O fato de os coordenadores adjuntos atuarem em parceria com os coordenadores gerais e serem multiplicadores dessas informações nos municípios não impediu os servidores municipais de contatarem diretamente os demandantes nacionais com o intuito de obter mais esclarecimentos. A Servidora Municipal 7-Avaré, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, sinaliza esse diálogo ao afirmar que encontrou “um ótimo apoio junto à equipe do Pronatec de Brasília, os quais me deram um excelente suporte sempre que precisei”.

As dúvidas sobre o funcionamento do Programa associadas aos prazos para implantação e às metas a serem atingidas em curto tempo levaram os coordenadores gerais a solicitarem mais esclarecimentos junto ao MEC. Foram realizadas diversas reuniões com esse intuito, tanto em Brasília quanto em São Paulo. Inclusive, o IFSP *campus* São Paulo sediou uma dessas reuniões. A Coordenadora Geral 1-São Paulo esclarece que

algumas informações não chegavam prontas aqui no Instituto para que a gente desenvolvesse determinadas políticas. Nós fizemos algumas reuniões com o MEC em Brasília para se inteirar sobre como iria ser o Programa, o que era, como iriam ser desenvolvidas as diretrizes principais do Programa [...]. Houve até mesmo informações desencontradas, porque veio de cima e até descer para chegar à base foram necessárias várias reuniões. O Instituto sediou uma reunião aqui com todos os representantes que estavam envolvidos: Senac, Sesi, Ministério do Desenvolvimento Agrário... Em Brasília, eu cheguei a participar de algumas reuniões com esse Ministério para a gente tentar desenvolver outra parte do Programa, mas foram feitas sim várias reuniões (Coordenadora Geral 1-São Paulo, grifo nosso).

Essa coordenadora salienta que o objetivo dessas reuniões era esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do Programa, ou seja, não havia a intenção de questionar concepções e princípios ou fazer mudanças estruturais. “Nós fazíamos muitas reuniões, mas a base dele já vinha pronta” (Coordenadora Geral 1-São Paulo). Em 2012, alguns ajustes foram realizados, mas apenas aperfeiçoaram aquilo que o Programa oferecia como, por exemplo, a criação de modalidades mais adequadas ao perfil dos demandantes locais.

Somente a partir de 2013, quando as equipes responsáveis pela implementação do Pronatec nos *campi* estavam mais inteiradas do funcionamento do Programa e conheciam melhor os perfis do público atendido, foram realizadas mudanças visando atender às necessidades desse público, tais como, ofertar cursos mais voltados para as necessidades dos alunos e os arranjos produtivos locais; incluir disciplinas como Língua Portuguesa nos currículos dos cursos; distribuir as aulas em dias e horários mais condizentes com a realidade dos alunos como, por exemplo, ofertar aulas somente aos sábados para os que moram em assentamentos localizados na zona rural⁵³.

No processo de repasse das informações obtidas junto à Setec/MEC, os ministérios indicavam os representantes das Secretarias Municipais a serem contatados pelo Instituto. Porém, no interior dessas secretarias, o IFSP teve dificuldades em identificar quem seriam as pessoas responsáveis por executar o Programa nos municípios. A Coordenadora Geral 1-São Paulo esclarece:

Os contatos já vinham mais ou menos encaminhados. Alguns a gente tinha que verificar nas prefeituras. As prefeituras eram um pouquinho difíceis, porque como você tinha um contato, às vezes, mais acima até você conseguir chegar era um pouquinho difícil. Porque os contatos a gente passava para os *campi* do Instituto. ‘Olhe, na sua região o contato é fulano’. Então, eles tinham que entrar em contato com as pessoas, descobrir lá dentro, né? Porque você vai descendo e se ramificando. Vou dizer que foi difícil, sim. (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

No interior dessas Secretarias, ainda não havia clareza a respeito de quem ou qual equipe assumiria o Programa. “Muitos contatos foram difíceis, levaram tempo para realizar a implantação. Teve muita dificuldade. Às vezes, a gente chegava em setores que eles não sabiam... Então, eles tinham que buscar e não tinham muitas informações sobre como iriam proceder” (Coordenadora Geral 1-São Paulo). Os relatos da Servidora Municipal 6-São Paulo

⁵³ Os resultados decorrentes dessas mudanças são discutidos no capítulo *Entre a matrícula e o certificado: motivos de conclusão e não conclusão de cursos Pronatec FIC*.

e da Servidora Municipal 7-Avaré ilustram a situação vivenciada pelas Secretarias Municipais:

Aqui na cidade, na verdade, quem iniciou o Pronatec foram a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria Municipal do Trabalho, de formas totalmente independentes, distantes, em 2012. [...] Então, nós começamos em separado, foi um processo... bastante... vamos dizer assim autônomo da nossa parte porque éramos nós que tínhamos que aprender, éramos nós que tínhamos que procurar, éramos nós que tínhamos que fazer. E sem..., vamos dizer assim, apoio ou orientações. Logicamente, era de interesse da municipalidade participar do Programa, mas a gente não teve apoio. Foi tipo assim, meio que vai descobrindo, vai lendo a documentação que tem (Servidora Municipal 6-São Paulo).

O Pronatec era um programa novo, sem um profissional treinado e habilitado para desenvolvê-lo. A implantação foi difícil, porém objetivei: se é um programa para benefício da população carente de Avaré, vou me empenhar! Então, saí em busca de conhecimentos. [...] Baixei várias informações pela Internet e descobri a existência de recurso para montar um departamento do Pronatec na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Esse recurso era destinado também à compra de material de consumo e mobiliário; ao aluguel de um espaço para melhor atender o público-alvo; à contratação de pessoal; a servir café aos atendidos. Porém, infelizmente, foi pouco utilizado devido à burocracia política (Servidora Municipal 7-Avaré).

No início do processo de implementação, o então Ministério do Desenvolvimento Social e o então Ministério do Trabalho foram mais atuantes na oferta de cursos. A cada ministério (demandante nacional) que ingressava no Programa uma Secretaria Municipal (demandante local) era mobilizada. Diante das dúvidas em relação ao funcionamento do Pronatec, as Secretarias Municipais – que antes trabalhavam de maneira independente umas das outras – passaram a se comunicar e trocar experiências. Na cidade de São Paulo, por exemplo, essa articulação ocorreu de maneira mais expressiva:

E aqui na Secretaria [Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social], a secretária na época compreendeu que essa ação deveria ficar sob a responsabilidade da proteção social básica. Porque independente de ser um Programa de formação profissional ele foi vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e tinha um perfil específico perfil de público que ele deveria mobilizar. [...] No entanto, a questão da qualificação para atender o mercado de trabalho não era nossa *expertise*, certo? Então, isso também é uma coisa que *a gente teve que ir costurando com a Secretaria do Trabalho* [...] (Servidora Municipal 6-São Paulo, grifo nosso).

E a cada momento que cada novo ministério integrava o Programa, outras Secretarias Municipais também foram iniciando suas ações ainda de modo muito independente. Uma tentava dar alguma ajudinha para a outra... Vinha

um colega e dizia assim: ‘Olha, nossa secretaria também tem interesse. Como vocês já começaram, como é que é? Como é o sistema? O que eu preciso fazer?’. Então, cada um foi indo por sua própria conta e iniciando. Foi um processo que a gente aprendeu fazendo. Cada um de nós tanto aqui na Assistência Social, como na Cultura, na Secretaria do Trabalho nós aprendemos fazendo (Servidora Municipal 6-São Paulo).

À medida que mais secretarias aderiam ao Pronatec, as negociações entre demandantes e ofertantes no processo de pactuação de vagas se tornavam cada vez mais complexas. Por esse motivo, constituiu-se na cidade de São Paulo um Comitê Gestor do Pronatec com a finalidade de facilitar o diálogo entre os agentes parceiros e alinhar as demandas por vagas a serem encaminhadas aos Ministérios. Iniciativa semelhante, denominada Grupo de Pactuação, foi implantada em Sertãozinho, conforme afirma o Coordenador Adjunto 7:

[...] a gente tinha um grupo aqui em Sertãozinho que discutia para fazer as pactuações junto com os agentes. Esse grupo envolvia, por exemplo, uma profissional do Senac lá de Ribeirão Preto, um profissional do Senai aqui de Sertãozinho, nós do Instituto Federal e eventualmente vinha algum parceiro do Sest Senat. Também vinha o pessoal do Centro Paula Souza que tinha interesse em participar do Pronatec. Então, havia reuniões periódicas para dialogar sobre isso (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Já em Presidente Epitácio, a Coordenadora Adjunta 8, ao falar sobre dificuldades vivenciadas no processo de pactuação de vagas, sinaliza a necessidade de criar um grupo semelhante ao comitê gestor, mas essa possibilidade não chegou a ser cogitada: “Um grande problema é essa questão de fazer o arranjo com os demandantes, com cada um dos setores. São coisas diversas. Então, fazer esses laços, estreitar esses laços é um pouco complicado, um pouco difícil.”

Em Avaré, como o número de instituições demandantes e ofertantes foi menor que em São Paulo e em Sertãozinho, os membros da equipe responsável pelo Pronatec não relataram dificuldades que justificassem a criação de um comitê gestor. A Coordenadora Adjunta 2-Avaré salienta que havia constante diálogo entre o Instituto Federal e a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

[...] a gente sempre teve uma conversa muito direta com a Assistência Social, tinha inclusive um departamento específico para o Pronatec dentro da Assistência Social. A gente conversava sobre os cursos, a gente sempre combinava antes o que iria pactuar com os demandantes (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Já em Registro, na época em que o Pronatec foi implementado, houve uma articulação estratégica entre a Prefeitura Municipal, o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) – que era um fórum de desenvolvimento regional –, as instituições ofertantes e as delegacias regionais do MDA. Estas, por sua vez, dialogavam com a equipe do MDA, em Brasília, da qual o Servidor Municipal 8-Registro era membro atuante.

O que eu destacaria falando do Pronatec – depois eu tive uma oportunidade diferente que era estando no Ministério do Desenvolvimento Agrário, lá em Brasília, de observar o funcionamento do Pronatec de cima para baixo, né? Eu vi lá como é que se dava uma pactuação, a definição das vagas [...]. *Nós fazíamos questão que as delegacias estaduais do MDA participassem do processo de pactuação das vagas.* A partir das delegacias estaduais a gente fazia chegar a esses fóruns de desenvolvimento territorial a preocupação com os cursos e com as vagas oferecidas. Isso era uma preocupação que vinha lá de cima para baixo. E aqui de baixo para cima, eu acho que o fundamental foi a existência do fórum, né? [O entrevistado se refere ao Consad] (Servidor Municipal 8-Registro, grifo nosso).

[...] a minha contribuição no Pronatec, a minha participação foi como presidente do Consad um consórcio de desenvolvimento que, como eu disse anteriormente, tem que ser visto mais como um conselho gestor e não na ideia de consórcio [...]. O Consad era um espaço muito dinâmico e discutia o desenvolvimento regional. A partir da discussão de desenvolvimento regional definia prioridades de projetos de investimentos pelo governo federal, mas em um diálogo maior com o MDA (Servidora Municipal 9-Registro).

A Servidora Municipal 9 e o Servidor Municipal 8 mostram o empenho em tornar o processo de pactuação de vagas mais participativo, especialmente, para os trabalhadores rurais que faziam parte tanto do Consad como das delegacias regionais do MDA. Esse empenho denota a concepção política que orientou as ações desses servidores e das equipes que coordenavam, a qual é voltada para a valorização da participação dos trabalhadores nos processos de gestão das ações que lhes dizem respeito. Essa orientação também perpassou a definição dos cursos e a organização dos currículos nesse município. O Servidor Municipal 5-Registro esclarece como se deu esse diálogo com o público-alvo do Programa:

Convidamos as cooperativas, associações, comunidades tradicionais, quilombolas, conversamos com etnias indígenas... E, *nós fomos construindo o que era a demanda deles. Foi uma construção conjunta.* [...] Um técnico como eu e os meus colegas da prefeitura, a gente tem as mesmas lutas em torno de 10, 12 anos. [Por isso] a gente já conhecia os rumos e o que seriam as demandas, mas mesmo assim chamamos todos, inclusive, para eles se empoderarem, se sentirem parte integrante do processo. E na época o delegado do MDA também descia para o Vale para participar das reuniões. Então, tanto o nosso grupo subia para as reuniões do Pronatec no MDA, em

São Paulo como também nas reuniões de maior importância sempre a gente tinha a participação, principalmente do delegado e quando não uma assessoria (Servidor Municipal 5-Registro, grifo nosso).

Nota-se por meio dos relatos dos coordenadores e dos servidores municipais que, embora as diretrizes do Programa tenham sido seguidas, as estratégias de participação e articulação entre demandantes, ofertantes e público-alvo foram distintas. Essas estratégias variaram conforme as especificidades dos municípios, as intencionalidades dos membros das equipes de trabalho e a conjuntura no momento da implementação. No caso do *campus* Registro, essa conjuntura foi influenciada por acontecimentos políticos anteriores ao Pronatec. A Servidora Municipal 9-Registro, por exemplo, ressalta a importância da Caravana da Cidadania no processo de fortalecimento da participação social no Vale do Ribeira desde o final dos anos 1990:

A característica do plano de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira articulado pela Caravana da Cidadania é que pela primeira vez ele traz um caráter de classe. Ele não era de classe no sentido de dialogar só com os trabalhadores, só com os agricultores, só com os excluídos. Mas ele traz a agenda do povo para dentro do plano, entende? Traz o povo para discutir junto. Então, é participativo e traz também as demandas do povo. Então, é... o Pronatec remete desde essa discussão provocada pela Caravana da Cidadania que nos leva refletir sobre vocação regional, sobre caminhos do desenvolvimento de 1995 a 1998 (Servidora Municipal 9-Registro).

O Servidor Municipal 5-Registro explicita a opção pelo diálogo e construção coletiva ao afirmar que devido aos anos de experiência junto aos trabalhadores do campo ele e outros técnicos da prefeitura já sabiam quais seriam as demandas, “mas mesmo assim chamamos todos, inclusive, para eles se empoderarem, se sentirem parte integrante do processo”.

Na capital paulista, a criação do Comitê Gestor Municipal do Pronatec foi fundamental para facilitar a comunicação entre demandantes locais e ofertantes. Em abril de 2014, esse Comitê “foi instituído formalmente no âmbito da Prefeitura de São Paulo” com a finalidade de “trabalhar de maneira integrada e planejada” a demanda e oferta de cursos Pronatec (SÃO PAULO, 2014, p. 7). De acordo com o Servidor Municipal 4-São Paulo, as primeiras reuniões desse Comitê ocorreram no início de 2013 devido à necessidade de articular as demandas das diversas Secretarias Municipais às instituições ofertantes:

A finalidade do Comitê Gestor era justamente fazer essa articulação interna na Prefeitura para qualificar melhor a demanda que seria apresentada ao Ministério da Educação no momento de cadastro da demanda, de pactuação

de vagas e articulação com as instituições ofertantes para que a gente pudesse extrair o máximo do potencial de oferta de cada uma delas (Servidor Municipal 4-São Paulo).

Na Secretaria Municipal de Assistência Social, a Servidora Municipal 6-São Paulo explicita os motivos pelos quais o Comitê foi criado e os benefícios provenientes da atuação dele no município:

E a ideia do comitê surgiu justamente daí. Da necessidade que nós tínhamos de ter uma interlocução enquanto município com os ofertantes, porque embora a gente tivesse uma relação boa com eles, nós tínhamos uma fala fragmentada. [...] O ofertante tinha que falar com dez secretarias e cada uma querendo uma coisa. E o processo é muito mais dinâmico do que isso! As vagas são compartilhadas, ou seja, qualquer um pode entrar naquela vaga. Então, a partir de conversas que nós tivemos por meio de iniciativa própria – porque a gente precisava afinar um pouco essa questão da conversa com os ofertantes – nasceu a ideia de um comitê com assento de várias secretarias para que a gente pudesse fazer esse diálogo mais qualificado com os ofertantes. E também produzir uma demanda mais qualificada, ou seja, trazer a perspectiva da área da cultura, da necessidade de profissionais nessa área. Porque São Paulo tem isso muito forte, mas ao mesmo tempo não tem formação para isso (Servidora Municipal 6-São Paulo).

Nesse Comitê, tiveram assento 12 Secretarias Municipais, sendo uma delas como convidada, e duas empresas também como convidadas, a São Paulo Negócios S/A e a São Paulo Turismo S/A, conforme indicado no quadro 12, a seguir.

Quadro 12 - Membros do Comitê Gestor Municipal do Pronatec em São Paulo (2014)

Secretaria do Governo Municipal
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Serviços
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Membro convidado)
São Paulo Negócios S/A(Membro convidado)
São Paulo Turismo S/A(Membro convidado)

Fonte: Elaboração da autora a partir de informações disponíveis na primeira versão do Plano de Ação Intersecretarial Pronatec 2014.

Esse Comitê Intersecretarial foi considerado um divisor de águas na pactuação de vagas em cursos Pronatec no município de São Paulo. Os entrevistados salientaram a importância desse Comitê e os benefícios que ele trouxe para o desenvolvimento do Pronatec nesse município. Na Secretaria do Trabalho, a Servidora Municipal 10-São Paulo declara:

Esse comitê gestor tem a grande preocupação de trazer as necessidades do município seja na área de assistência, de cultura, de trabalho, de educação... Como também distribuir os cursos pelo município. De fazer uma pactuação voltada realmente para as necessidades dos munícipes. [...] O Comitê Gestor se reunia regularmente para definir os encaminhamentos e os mapas de demandas identificados para o município de São Paulo. Era o comitê quem definia tudo (Servidora Municipal 10-São Paulo).

Essa Servidora Municipal esclarece também como era a atuação do Comitê Gestor, o diálogo que ele propiciava entre as instituições demandantes e ofertantes e a aproximação que ele tinha das necessidades apresentadas pelo público atendido:

[...] as parcerias eram feitas, realizadas, a partir do Comitê Gestor. O Comitê se organizava, essas secretarias que faziam parte buscavam, pensavam o interesse das pessoas nos cursos e os cursos voltados para a realidade seja do trabalho... seja dos empregos oferecidos, ou da área de assistência social ou de imigrantes. E após levantadas essas demandas, levantados os cursos importantes para desenvolver o município e o trabalhador, se fazia o mapa de demandas identificadas. E o mapa de demandas após ter sido aprovado pelo governo federal, pelo MEC, após isso, reunia-se então com as instituições ofertantes como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sistema S, as Etecs⁵⁴ para que eles verificassem quais os cursos eles teriam condições de ofertar e quantas vagas. Então, isso era feito em conjunto por meio do Comitê Gestor. E isso era feito de forma integrada, de modo a beneficiar todos. Era uma boa parceria. Em vários momentos o Senai, o Senac, o Sistema S, o Senat, ofertaram cursos muito dentro da realidade do que nós havíamos pedido (Servidora Municipal 10-São Paulo).

Com base nos relatos de coordenadores, servidores municipais, supervisores e docentes, identificaram-se diversos desafios vivenciados no processo de implementação e estratégias desenvolvidas pelas equipes para superá-los. O agrupamento desses desafios foi realizado com base na frequência de sua aparição nos relatos desses sujeitos. Geralmente, eles mencionavam mais de um desafio, por isso o número menções é maior que o total de pessoas.

⁵⁴ETECs – Escolas Técnicas Estaduais pertencentes ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza “autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Presente em aproximadamente 300 municípios, a instituição administra 221 Escolas Técnicas (Etecs) e 68 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais, ultrapassando o número de 290 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos” (CENTRO PAULA SOUZA, 2014, p. 1).

Apesar de as equipes responsáveis pela implementação do Pronatec estarem em cidades distintas e em diferentes regiões do estado de São Paulo, houve desafios comuns como, por exemplo, dúvidas sobre o funcionamento do Programa, dificuldade em atingir as metas estabelecidas, oferta de cursos fora dos eixos tecnológicos dos *campi*, entre outros. Explicitam-se no quadro 13, a seguir, os desafios mais mencionados por coordenadores, servidores municipais, supervisores pedagógicos e professores.

Quadro 13 – Desafios vivenciados durante o processo de implementação de cursos Pronatec FIC nos *campi* lócus da pesquisa (2012-2014)

Frequência ¹	Desafio
9	Pouco conhecimento sobre o funcionamento do Programa
7	Prazos estreitos para realizar as tarefas
6	Atraso no repasse de recursos
5	Falta de infraestrutura adequada para ofertar os cursos fora dos <i>campi</i>
4	Equipes enxutas
4	Ofertar cursos fora dos eixos tecnológicos do <i>campus</i>
2	Carga horária de trabalho no Pronatec era superior à prevista
2	Problemas com o Sistec

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora com base em resultados de pesquisa.

O primeiro desafio mencionado por esses sujeitos, especialmente pelos coordenadores gerais, foi o pouco conhecimento sobre o que era o Pronatec e como ele funcionava. Parte da responsabilização por esse problema foi atribuída à gestão anterior do IFSP:

Nós tínhamos um desafio endógeno que era compreender o que era o Pronatec. Porque no momento em que o Pronatec foi apresentado aqui no IFSP, ficou muito restrito ao grupo que estava na gestão. Não houve uma discussão ampla com a comunidade. Então, poucas pessoas tinham, na verdade, o domínio do que era e para quê servia. Em abril de 2013, quando nós assumimos essa tarefa de tocar o Pronatec a gente teve que, principalmente, esclarecer para as pessoas o que era o Programa (Coordenador Geral 4-São Paulo, grifo nosso).

A gente estava em um processo de transição de uma gestão para a outra, [...] da saída de um reitor e da entrada de um novo reitor. Nesse sentido, quando me chamaram para fazer parte da coordenação e tentar executar o Programa nos *campi*, a gente teve a dificuldade em compreender um programa que já tinha nascido no ano anterior, mas que não tinha sido executado. Então, a gente teve que “correr atrás” (Coordenadora Geral 2-São Paulo, grifo nosso).

Com o intuito de superar esse desafio, os coordenadores gerais recorreram à Setec/MEC e solicitaram orientações sobre aspectos operacionais do Programa. Ressalta-se que o Pronatec já estava em andamento nos *campi* do interior.

Fui até o MEC para ficar dois dias dentro da coordenação geral do Programa para falar com a coordenadora no âmbito do MEC e entender o processo não só de execução, mas como consolidar, como fazer o termo de referência, como fazer o pedido orçamentário, como ele é distribuído... A parte financeira, a parte orçamentária e a parte da execução. Tanto no âmbito administrativo quanto pedagógico. *E foi um trabalho muito... difícil, porque foi preciso atuar como investigador. Ao mesmo tempo em que se tinha o desafio de executar o Programa a gente estava tateando para poder entender como ele funcionava* (Coordenadora Geral 2-São Paulo, grifo nosso).

Apesar do empenho dos coordenadores gerais na busca por informações, esse desconhecimento sobre o Programa não passou despercebido, conforme afirma o Professor 3-São Paulo:

Eu fiquei sabendo que houve várias reuniões em Brasília, mas eu não participei de nenhuma. Eu sei que a coordenação geral ou o pessoal ligado à coordenação geral é que participaram. Depois eles nos repassaram, mas foi muito assim... teórico vamos dizer assim. Faltou muito detalhe, muito subsídio. Eu acredito que a maior dificuldade foi o fato de estar iniciando um projeto. Então, todos desconheciam. Todos. *A gente se informava com a coordenação, mas eles também estavam perdidãos. E a gente que estava na linha de frente com os alunos, foi muito difícil justamente por isso: por falta de informações.* Porque envolve dinheiro. E quando envolve dinheiro, as dificuldades são muito grandes, porque a procura era sempre em função da parte financeira, inicialmente, né? (Professor 3, São Paulo, grifo nosso).

Essas dúvidas sobre o funcionamento do Programa explicam, parcialmente, porque os cursos ministrados no primeiro ano de oferta em cada *campus* foram majoritariamente dentro dos eixos tecnológicos existentes nesses *campi*. As equipes responsáveis pela implementação tinham pouca clareza sobre as regras para contratação de professores e os docentes dos *campi* queriam ofertar cursos FIC seguindo as mesmas regras dos FIC institucionais, ou seja, vinculados principalmente à área de atuação deles nos cursos técnicos e superiores. A respeito desse assunto, a Coordenadora Geral 1-São Paulo assim se expressa:

A implantação foi difícil por vários fatores. Houve vários problemas que nós tivemos que lidar, e o principal é o entendimento do que era o Programa. E nós tivemos muitas divergências, porque a gente tinha o FIC que era aquele FIC que os professores davam como complementação de carga horária e, de

repente, você vinha com um FIC que o professor iria receber um valor extra para lecionar. Então, isso gerou um conflito muito grande. Alguns *campi* se recusaram, outros, praticamente, quiseram deixar o FIC institucional e ficarem com o Pronatec até eles compreenderem que não era por aí... que tinha toda uma diretriz, que tinham regras. Então, foi muito difícil (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

[...] os professores achavam que eles iriam dar um curso FIC dentro do Pronatec nas bases dos cursos FIC de extensão. Eu sou um professor de Biologia e hoje eu disponho de 10 horas para dar um curso. Então, eu vou dar uma determinada matéria ou um determinado curso. E no Pronatec não era assim! Você tinha que seguir uma estrutura curricular, né? Você não podia chegar e simplesmente dizer 'eu vou dar o curso que eu quero'. [...] *um grande problema era esse de você fazer eles entenderem que não era o curso que você queria dar, mas o curso que a população precisava* (Coordenadora Geral 1-São Paulo, grifo nosso).

Essa incerteza sobre o funcionamento do Programa contribuiu para que o número de turmas pactuadas em 2012 fosse menor que nos anos seguintes, especialmente em relação a 2014. Conforme é possível observar na tabela 2, a seguir, o número de turmas ofertadas no *campus* Sertãozinho, em 2013, foi aproximadamente seis vezes maior que em 2012. Esse fenômeno ocorreu de modo semelhante nos demais *campi*. O Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho explica como as dúvidas interferiram no processo de pactuação de vagas:

No começo, a comunicação sobre o Programa falhava muito. [...] A gente não tinha informações adequadas, suficientes, a gente não sabia adequadamente os prazos, a pactuação... Então, em 2012 a gente ofereceu poucas turmas porque a gente não sabia bem os caminhos, né? (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Tabela 2 - Distribuição de turmas ofertadas por ano e por *campus* (2012-2014)⁵⁵

<i>Campus</i>	2012	2013	2014	Total
Avaré	6	12	28	46
Presidente Epitácio	5	6	22	33
Registro	0	11	40	51
São Paulo	0	5	38	43
Sertãozinho	6	38	35	79
TOTAL	17	72	163	252

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

O Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho explica como as dúvidas interferiram no processo de pactuação de vagas:

No começo, a comunicação sobre o Programa falhava muito. [...] A gente não tinha informações adequadas, suficientes, a gente não sabia adequadamente os prazos, a pactuação... Então, em 2012, a gente ofereceu poucas turmas porque a gente não sabia bem os caminhos, né? (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

O número reduzido de membros nas equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi* também foi um dos desafios mencionados por coordenadores e supervisores. Esses sujeitos relatam que, como as equipes eram pequenas em relação ao número de alunos matriculados nos cursos⁵⁶, eles trabalhavam além da carga horária definida para conseguir realizar as atividades dentro dos prazos estabelecidos. Evidencia-se por meio de seus relatos a intensificação do trabalho e a sobrejornada às quais foram submetidos:

A gente tinha poucas pessoas e, como sempre, as equipes eram muito pequenas. O número de horas-bolsa disponibilizado para cada colaborador também era muito pequeno. E a gente tinha muitos estudantes para acompanhar e muitos docentes para acompanhar. Então, infelizmente, essa parte ficou muito... é... a desejar vamos dizer assim, né? Poderia ter sido um

⁵⁵ Esta tabela e os quadros apresentados a seguir foram elaborados com base em dados extraídos de planilhas geradas pelo Sistec. Salienta-se que nem todas as planilhas puderam ser localizadas nesse Sistema porque diversos cursos foram ofertados fora de sede, ou seja, em equipamentos públicos disponibilizados pelas prefeituras (bibliotecas, escolas municipais, centros culturais etc.) e realizados em municípios próximos aos *campi*. Os dados lançados no Sistec estavam vinculados ao *campus* e ao nome do equipamento público onde o curso foi ofertado, porém, a maioria dos membros das equipes Pronatec não se lembrava dos nomes desses equipamentos e, por esse motivo, as planilhas não foram encontradas.

⁵⁶ O total de integrantes foi estabelecido de acordo com a quantidade de turmas ofertadas. Por meio do memorando nº 07/2013, a PRX orienta que os *campi* com menos de cinco turmas contarão com um supervisor de curso, um profissional de apoio e um profissional de apoio financeiro. Já as equipes dos *campi* com cinco ou mais turmas terão, além dos profissionais mencionados, um orientador e outro supervisor (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2013c).

trabalho melhor estruturado, com uma equipe maior, com mais estrutura, né? (Coordenador Adjunto 3-Registro, grifo nosso).

Eu lembro que quando o Pronatec começou não tinha uma equipe. Era uma pessoa que tomava conta de tudo. Então, ela tinha que se virar para fazer a parte de orientação, a parte burocrática, matrículas, né? Aí, depois, em 2013, eu senti a coisa se organizar, tomar força, crescer... Aí, tinha a equipe de contabilidade, a equipe financeira do Programa... A gente tinha uma sala aqui bem na frente... Aí foi legal o trabalho! (Supervisora 2-Avaré).

Era comum os membros dessas equipes acumularem funções e serem remunerados por apenas umas delas.

O Pronatec veio meio a toque de caixa. A gente... montou uma equipe, [...], eu entrei como orientadora, mas eu fiz a parte burocrática também, a parte de matrícula, de organização de documentação... tudo isso. Mas o meu cargo na época do Pronatec era de orientadora (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

A equipe era muito pequena. Nós tínhamos a coordenação, um supervisor, que era eu, e uma assistente. Então, assim... eram poucas pessoas para dar conta de tudo em pouco tempo. Depois, aos poucos, essas dificuldades foram sendo superadas. O Programa começou a se organizar e a gente começou a ter mais orientações (Supervisor 5-Avaré).

Quando a gente tinha uma quantidade menor de cursos, a equipe era muito restrita e aí a gente acabava tendo um supervisor só, e ele não dava conta de acompanhar todo esse processo. [...] Quando a gente passou a ter uma quantidade maior de turmas, a gente contou com uma equipe maior, e a gente conseguia, inclusive, dividir trabalho, dividir turmas ou mesmo dividir quem vai dialogar mais com o professor, quem vai dialogar mais com os estudantes... (Coordenador adjunto 7-Sertãozinho).

O Coordenador adjunto 7-Sertãozinho afirma que, devido à celeridade do Programa, não havia tempo hábil para analisar a maioria dos acontecimentos, especialmente aqueles que envolviam variáveis complexas e exigiam estudos detalhados, tais como os motivos de não conclusão de cursos:

Então, eu acho que não dá para julgar a razão da evasão. E, talvez, a melhor maneira realmente seria fazer um estudo mais aprofundado inclusive para tentar entender melhor isso. *Um estudo que a gente enquanto equipe acabava não conseguindo fazer, né? Porque a gente estava rodando uma turma e já começando o diálogo para pactuar novas turmas... Era um trabalho sem fim.* Era realmente um trabalho monstruoso, mas que tinha um resultado que era muito bom. A gente sabia que talvez a gente não estivesse mudando a vida de 100% daqueles alunos, mas tinha um percentual que a gente estava conseguindo transformar e isso era muito gratificante (Coordenador adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Esse coordenador sinaliza ainda a intensificação do trabalho à qual as equipes estavam submetidas, pois não havia a possibilidade de se dedicarem exclusivamente ao Pronatec e continuavam a exercer suas atribuições como docentes ou técnico-administrativos no Instituto Federal.

Eu acabei ficando envolvido diretamente com o Pronatec nos anos de 2012, 2013 e 2014. Em 2012, fui apoio administrativo e dentre as funções que desempenhei estavam o controle de frequência dos estudantes, emissão de certificados, registro de certificados auxiliando na época a coordenação de extensão e também gerar as planilhas para pagamento financeiro. Não só gerar a planilha em Excel, mas também lançar isso no SIAF⁵⁷ para fazer a lista de ordem bancária. Já nos anos seguintes, 2013 e 2014, fui coordenador e trabalhei, principalmente, junto com os agentes pactuando vagas, definindo quais vagas eram necessárias conforme o interesse desses agentes, acompanhando e organizando a seleção dos profissionais. Como coordenador a gente acaba começando o trabalho muito antes, apesar de a gente só receber quando tem aluno matriculado (Coordenador adjunto 7-Sertãozinho).

Conforme disposto no artigo 14, incisos I, II e III da Resolução CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012, a carga horária máxima de dedicação semanal ao Programa permitida tanto para servidores dos Institutos Federais quanto profissionais externos foi de 20h, exceto para docentes, cujo limite foi de 16h (de 60 minutos) (BRASIL, 2012b). Como a jornada de trabalho de servidores efetivos da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais é de 40h semanais⁵⁸, distribuídas em oito horas diárias (BRASIL, 1995), e “as atribuições e a carga-horária dos bolsistas que são servidores não poderão conflitar com suas atividades e sua carga horária regular, nem comprometer a qualidade, o bom andamento e o atendimento do plano de metas da instituição” (BRASIL, 2012b), o IFSP restringiu para 10h a carga horária semanal que os servidores técnico-administrativos em educação (TAE) vinculados ao Pronatec poderiam dedicar a esse Programa (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2013c).

Já entre os docentes, manteve-se o estabelecido no inciso IV do referido artigo, a saber: “na função de professor da Bolsa-Formação, o servidor ativo da carreira do Ensino

⁵⁷ Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

⁵⁸ Em 03 de setembro de 2013, por meio da Resolução nº 963, o IFSP aprovou a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação. Adotou-se a jornada de trabalho de 30h semanais e seis horas diárias visando o atendimento ininterrupto ao público por, no mínimo, 12h por dia, inclusive no período noturno (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2013b). Em 21 de novembro de 2019, a jornada flexibilizada foi readequada pela Portaria nº 4292, restringindo-se aos “setores/serviços onde haja necessidade institucional para funcionamento de no mínimo 12 (doze) horas ininterruptas ou trabalho no período noturno” (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2019c).

Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) só poderá atuar e receber bolsa no limite da mesma carga horária regular em que desempenha em sala de aula na instituição”. Assim, nem todos os docentes servidores do IFSP puderam lecionar em cursos Pronatec FIC por não terem disponibilidade de carga horária.

A Coordenadora adjunta 8-Presidente Epitácio, ao ressaltar que carga a horária previamente estabelecida para a realização das atividades vinculadas ao Programa era insuficiente, afirma que o Pronatec, dentro do Instituto Federal, parecia uma escola paralela:

A carga horária prevista para os trabalhos é muito baixa. São poucas horas para você fazer um serviço que é praticamente gerenciar outra escola dentro da mesma instituição. Isso é um complicador (Coordenadora adjunta 8-Presidente Epitácio).

Supõe-se que afirmações semelhantes a essa não foram feitas pelos demais entrevistados devido ao empenho da PRX em tentar desconstruir essa percepção, argumentando que o Pronatec, por se tratar de programa federal, seria executado pelo Instituto Federal como parte de suas atribuições, sem se caracterizar, portanto, uma escola à parte. Contudo, as contradições do Programa e suas características notadamente neoliberais se fizeram notar de diferentes maneiras, sobretudo pela precarização das relações de trabalho.

O Pronatec é do IFSP. Ele não é uma escola separada. Esse era um discurso muito presente na época: ‘É uma escola paralela’. E não era essa a ideia. Era um programa do governo federal dentro da instituição (Coordenador geral 4-São Paulo).

Coordenador geral 4-São Paulo: Em cursos já ofertados pelo IFSP, a gente trabalha com um orçamento que está previsto no ano é possível saber, desde anos anteriores, quais cursos serão ofertados. No Pronatec não! A gente faz a pactuação e tem toda essa parte de articulação que é feita sem o recurso ainda. Então, quem é que vai fazer isso? É o servidor do *campus* no horário de trabalho dele no *campus*, mesmo não sendo bolsista. Porque *a instituição entende que faz parte de suas atribuições; seja pelo Pronatec ou seja pelos cursos que ela vai fazer sem recurso descentralizado pelo Pronatec* (Coordenador geral 4-São Paulo, grifo nosso).

O Pronatec era uma demanda. No nosso caso, como a gente trabalha com os cursos FIC, ela é um pouco pontual porque não é por um ano, um ano e meio que acontece o curso, é por alguns meses. É uma demanda pontual que tem que correr porque o recurso chega e... dentro desse período a gente tem que correr com licitação, com pagamento dos alunos, do pessoal que está trabalhando. Então, *essa questão de ser pontual acaba exigindo mais dos servidores. E aí tem essa questão: a pessoa não quer fazer porque não recebe bolsa, mas é um trabalho da instituição e ele tem que andar* (Coordenadora geral 3-São Paulo, grifo nosso).

Como os membros das equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi* eram remunerados por meio de bolsas, a PRX recomendou aos coordenadores adjuntos transparência em relação aos horários de trabalho, especialmente de servidores efetivos, para evitar especulações em torno da possibilidade de o bolsista “[...] ganhar um dinheiro extra, dentro do horário de trabalho, fazendo o que ele já faz” (Coordenador geral 4-São Paulo). Nessa direção, esse Coordenador afirma que:

Um cuidado que nós tivemos aqui, inclusive, foi o de conversar com todos os coordenadores adjuntos dos *campi* para, se possível, separar uma sala para os servidores que iriam trabalhar com o Pronatec. E que fosse colocado, de forma bem transparente e com bastante divulgação mesmo, quais eram os horários de trabalho desses servidores ou daqueles que eram externos no trabalho do Pronatec⁵⁹. Para ficar bem claro (Coordenador geral 4-São Paulo).

Evidenciar que o tempo dedicado pelos servidores bolsistas ao Pronatec era em horário diferente de suas jornadas de trabalho no Instituto Federal parece ter sido a questão menos complexa. À medida que a implementação do Programa entrava em curso novos obstáculos vinham à tona. Havia processos de trabalho referentes ao Pronatec que tramitavam juntamente com os demais processos internos dos *campi* e eram executados por servidores não bolsistas. Isso causou descontentamento devido à realização de trabalho não remunerado, por decorrência, houve aqueles que reivindicaram o direito de receber bolsas pelo Pronatec. Embora essa reivindicação fosse justa, não foi atendida sob o argumento de que esse era um Programa institucional, ou seja, desenvolvido pelo Governo Federal e, portanto, cabia ao Instituto Federal executá-lo.

No âmbito institucional havia outra questão: os processos do Pronatec, tais como pagamentos, aquisições etc., eram executados juntamente com as rotinas de trabalho institucionais. No entanto, esses processos não eram realizados por bolsistas. Inclusive, alguns servidores questionavam: ‘Mas eu não sou bolsista, por que eu vou despachar esse processo aqui?’, ‘Ah, eu quero bolsa também!’. Então, a gente respondia: Não. Você vai fazer dentro do seu horário de trabalho, um trabalho que é institucional. [...] A bolsa era justamente porque exigia do servidor uma dedicação extra, isto é, além daquela dispendida dentro da sua carga horária (Coordenador geral 4-São Paulo).

⁵⁹ Ao fazer essa recomendação, o Coordenador geral 1-São Paulo expressa consonância com o §3º do artigo 15 da Resolução CD/FNDE nº 4/2012 que diz: “os nomes, locais e horários de trabalho dos bolsistas deverão ser fixados em local público e no sítio da instituição” (BRASIL, 2012b).

Percebe-se o esforço desse coordenador em encontrar argumentos para tentar ocultar a exploração à qual esses servidores foram submetidos. Esse sistema de remuneração por meio de bolsas foi instituído pelo MEC sem a devida atenção aos transtornos que ele causaria entre esses profissionais. Isso demonstra a prioridade concedida pelo Pronatec à lógica do setor privado dentro da esfera pública.

Por mais que se tentasse dizer o contrário, o Pronatec, da maneira como foi concebido, parecia uma escola privada dentro de uma escola pública, pois trouxe em sua gênese princípios que orientam instituições particulares de ensino tanto no que se refere às relações de trabalho (BEZERRA, 2015; LIMA, 2014; SILVA, D., 2015) quanto à proposta de Educação Profissional que preconiza (BEZERRA, 2015; DRABACH, 2018; QUEIROZ, 2015; RAMOS, 2014; SILVA, D., 2015).

A partir do segundo ano de oferta de cursos Pronatec FIC, ocorreu significativa diversificação dos cursos e ampliação do número de turmas em decorrência tanto de maior entendimento das regras do Programa – referentes à pactuação, ao pagamento de bolsas para docentes etc. – quanto à liberação de recursos que estavam atrasados, o que viabilizou a contratação de professores externos ao IFSP. Verificou-se também a presença de cursos fora dos eixos tecnológicos dos *campi* e expressivo número de turmas ofertadas em municípios no entorno das unidades do Instituto Federal.

A contratação de professores externos foi permeada por contradições, porque se por um lado contribuiu para a diversificação de cursos ofertados e possibilitou o atendimento de demandas regionais por cursos em eixos tecnológicos diferentes daqueles existentes nos *campi*, por outro, configurou-se por relações de trabalho precarizadas, trazendo para o Instituto Federal a lógica de contratos temporários de trabalho, bastante usual em instituições de ensino privadas.

A Coordenadora geral 1-São Paulo explica as dificuldades iniciais relacionadas à contratação de docentes e ao atendimento de demandas por cursos em eixos tecnológicos diferentes daqueles existentes nos *campi*:

Como a gente estava tentando ainda implantar, tinha muitas dúvidas sobre como a gente ia pagar, como ia ser aquilo... Primeiro, nós colocamos dentro do Instituto para trabalhar com os profissionais do Instituto e à medida que a gente começou a desenvolver certa autonomia, a resolver os problemas, a gente começou a abrir. [...] Nós tivemos reunião, inclusive, com a Prefeitura de São Paulo, com a Secretaria de Cultura. E eles tinham uma demanda muito grande por parte do Centro Cultural da Cidade Tiradentes. E eles tinham lá na parte de teatro, na parte de música, de palco... uma coisa muito

específica. E nós não tínhamos. Então, você tinha que ver quem eram os profissionais, muitas vezes o profissional queria, mas era muito longe e não tinha como atender. Embora você pudesse abrir para quem não fosse professor, mas era muito difícil, principalmente, no piloto (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

A oferta de cursos fora dos eixos tecnológicos de cada *campus*, embora não figure entre os três desafios mais mencionados pelos entrevistados, é relevante por sinalizar quais demandas foram priorizadas no processo de definição de cursos ofertados: as das instituições ofertantes, as dos setores produtivos ou as do público-alvo. Observou-se que o eixo tecnológico⁶⁰ “Controle e processos industriais”, existente em todos os *campi*, é o eixo no qual há maior oferta de cursos no *campus* São Paulo. Nos *campi* do interior, há no mínimo dois eixos idênticos aos do *campus* na capital, embora os arranjos produtivos locais sejam distintos, e esses *campi* estejam localizados em diferentes regiões do Estado.

Conforme exposto no quadro 14, a seguir, o *campus* Avaré é o único que oferece cursos no eixo “Recursos Naturais” e não oferta cursos no eixo “Gestão e Negócios”. O *campus* Registro, embora esteja em uma região agrícola, não oferta cursos no eixo “Recursos Naturais”. Os eixos tecnológicos do *campus* Sertãozinho estão mais articulados às demandas da região voltadas para indústria sucroalcooleira e termomecânica. Já o *campus* Presidente Epitácio não oferece cursos no eixo “Turismo, Lazer e Hospitalidade”, apesar de estar em uma cidade considerada Estância Turística.

⁶⁰ O levantamento dos eixos existentes nos *campi* foi realizado por meio de verificação dos eixos de cursos técnicos integrados, concomitante/subsequentes e graduações tecnológicas ofertadas em cada *campus* lócus da pesquisa, com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016c) e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016d).

Quadro 14 - Eixos dos *campi* lócus da pesquisa

São Paulo	Sertãozinho	Avaré	Presidente Epitácio	Registro
Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais
Gestão e Negócios	Gestão e Negócios	Produção Alimentícia	Gestão e Negócios	Gestão e Negócios
Informação e Comunicação	Produção Industrial	Recursos Naturais	Informação e Comunicação	Infraestrutura
Infraestrutura		Turismo, Hospitalidade e Lazer	Infraestrutura	
Turismo, Hospitalidade e Lazer				

Fonte: Elaboração da autora.

No primeiro ano de oferta, de maneira geral, a diversidade de eixos tecnológicos e cursos foi menor em comparação com os anos posteriores, e as aulas foram ministradas principalmente no município sede da unidade do IFSP. Apenas os *campi* Avaré, Sertãozinho e Registro ofertaram cursos em eixos tecnológicos diferentes daqueles já consolidados no *campus*. Além disso, ainda nesse primeiro ano, a variedade de cursos nos *campi* Avaré e Registro foi mais acentuada que nos demais. Tentou-se identificar junto aos coordenadores gerais e adjuntos as motivações que culminaram no surgimento dessa e de outras peculiaridades.

A priorização de cursos dentro dos eixos tecnológicos existentes nos *campi* foi pautada na justificativa de que havia laboratórios, materiais didáticos e docentes com experiência naquelas áreas. Paralelamente, o atraso no recebimento dos recursos inviabilizou, nesse primeiro momento, a contratação de professores externos. A Coordenadora Geral 2-São Paulo ressalta as vantagens de se ofertar cursos dentro da experiência do *campus*:

Quando a oferta é dentro, você tem todo o escopo material já pronto. Qual é a ideia que seria importante do Programa? Era oferecer sempre dentro. E oferecer dentro da *expertise* da oferta daquele *campus*. A minha *expertise* aqui no *campus* é a Indústria. Então, os cursos que eu vou fazer adesão ao Programa são os cursos da área da indústria, porque eu já tenho laboratório, já está tudo aqui, eu não vou correr para comprar material, ele já está pronto. (Coordenadora Geral 2-São Paulo).

Essa coordenadora esclarece ainda de que maneira os prazos estabelecidos pelo Pronatec e o atraso no repasse dos recursos financeiros dificultaram a oferta de cursos fora

dos eixos tecnológicos dos *campi*:

Então, a gente tem uma dificuldade, não só a gente, mas toda a rede ofertante, que são os prazos. Por exemplo, tudo o que você comprar ou pagar tem que ser com aquele orçamento. O orçamento sai na data X, no início do ano, vamos supor que seja em março. Como é a dinâmica, principalmente na Rede Federal? Ela não faz compra na mesma medida que uma rede particular faz. Ela passa por um processo de licitação e isso tem prazos. Você abre um processo, o processo vai ser verificado, analisado, vai para o setor jurídico, aí você faz a compra. [...] Você não pode abrir um processo de compra sem ter a garantia de um orçamento. Então, quando sai o orçamento, você abre o processo, você espera. Só que se você seguir esse calendário, não tem condições de você comprar o material e isso peca muito quando a oferta é fora da *expertise* do *campus* (Coordenadora Geral 2-São Paulo).

Inicialmente, o *campus* Presidente Epitácio ofereceu três cursos organizados em dois eixos tecnológicos já existentes no *campus*: Infraestrutura e Informação e Comunicação. Como esse *campus* ofertava o Curso Técnico Integrado em Informática e o curso Proeja FIC em Operador de computador, entende-se que isso contribuiu para a criação do curso Pronatec FIC Operador de computador, pois havia infraestrutura (laboratório de informática), corpo docente especializado e experiência prévia. Esse *campus* conta ainda com os cursos Técnicos Concomitante/Subsequente em Edificações e em Eletrotécnica, e o curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica, os quais, possivelmente, contribuíram para a oferta dos cursos de Auxiliar de eletricista e de Desenhista da construção civil.

Quadro 15 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Presidente Epitácio em 2012

Turmas	Cursos	Município	Eixos
2	Auxiliar de eletricista	Presidente Epitácio	Infraestrutura
1	Desenhista da construção civil	Presidente Epitácio	Infraestrutura
2	Operador de computador	Presidente Epitácio	Informação e Comunicação
5	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

O mesmo ocorreu com no *campus* Sertãozinho que, em 2012, ofereceu cinco cursos distintos organizados em três eixos, dos quais apenas o eixo Infraestrutura até então era inexistente naquele *campus*. Os cursos de Soldador no processo eletrodo revestido, Torneiro mecânico e Traçador de caldeiraria – vinculados ao eixo Controle e Processos Industriais – estavam diretamente relacionados ao curso Técnico em Mecânica, existente nesse *campus*, e às indústrias presentes na região onde esta unidade do IFSP se situa.

Quadro 16 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Sertãozinho em 2012

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Auxiliar de eletricista	Sertãozinho	Infraestrutura
1	Soldador no processo eletrodo revestido	Sertãozinho	Controle e processos industriais
1	Torneiro mecânico	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
2	Traçador de caldeiraria	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
1	Vendedor	Sertãozinho	Gestão e Negócios
6	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Produção Industrial.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Entre os seis cursos realizados em 2012 no *campus* Avaré, apenas dois pertenciam a eixos tecnológicos existentes nesse *campus*, a saber: Auxiliar técnico em agropecuária (eixo Recursos Naturais) e Almoxarife (eixo Controle e Processos Industriais). O curso Monitor de recreação, embora esteja em um eixo ainda inédito nesse *campus* (Desenvolvimento Educacional e Social), possivelmente teve sua realização motivada pela experiência do corpo docente e a infraestrutura (laboratório, materiais didáticos etc.) do curso Técnico Integrado em Lazer, regularmente ministrado no *campus* Avaré. Situação semelhante parece ter ocorrido com o curso Auxiliar técnico em agropecuária, pois esta unidade do IFSP oferece o curso superior em Tecnologia em Agronegócio, que é voltado a um dos principais ramos de atividade produtiva em Avaré: a agropecuária.

De acordo com a Coordenadora Adjunta 2-Avaré, os demais cursos foram escolhidos com base tanto em demandas de empregadores situados na região quanto na vocação turística do município, que recebe pessoas interessadas em adquirir peças exclusivas confeccionadas por artesãos locais.

Quadro 17 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Avaré em 2012

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
1	Almoxarife	Avaré	Controle e Processos Industriais
1	Artesão em bordado à mão	Avaré	Produção Cultural e Design
1	Auxiliar de operações em logística	Avaré	Infraestrutura
1	Auxiliar técnico em agropecuária	Avaré	Recursos Naturais
1	Monitor de recreação	Avaré	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Programador de sistemas	Avaré	Informação e Comunicação
6	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Em 2012, não houve oferta de cursos Pronatec FIC nos *campi* Registro e São Paulo. No caso do *campus* Registro, esse foi o ano no qual as atividades foram iniciadas, apesar de a autorização de funcionamento ter sido publicada em 2010. Já no *campus* São Paulo, a equipe que integrou a Pró-Reitoria de Extensão (PRX), a partir de 2013, não soube explicar porque isso aconteceu, por se tratar de decisão tomada na gestão anterior.

O *campus* Registro se destacou pela variedade de eixos tecnológicos e de cursos desde seu primeiro ano de implementação de cursos Pronatec FIC, em 2013. Foram 11 cursos organizados em sete eixos, dos quais cinco ainda não existiam nesse *campus*. Essa diversidade de eixos tecnológicos e de cursos a eles vinculados sinalizou a procura e o interesse da população, destacando a importância desse Instituto Federal na região do Vale do Ribeira. Naquele ano, as aulas foram realizadas na cidade de Registro, e os municípios do entorno ainda não haviam sido atendidos. Em 2014, quando a oferta de cursos Pronatec FIC se expandiu para os municípios vizinhos, essa demanda por cursos fora dos três eixos tecnológicos do *campus* (Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Infraestrutura) ficou evidente.

Quadro 18 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Registro em 2013

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Aconselhador em dependência química	Registro	Ambiente e Saúde
1	Agente de desenvolvimento cooperativista	Registro	Gestão e Negócios
1	Agricultor familiar	Registro	Recursos Naturais
1	Almoxarife	Registro	Gestão e Negócios
1	Auxiliar administrativo	Registro	Gestão e Negócios
1	Condutor de turismo de aventura	Registro	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Cuidador de idoso	Registro	Ambiente e Saúde
1	Instalador e reparador de redes de computadores	Registro	Informação e Comunicação
1	Introdução à interpretação em Língua Brasileira de Sinais	Registro	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Pedreiro de alvenaria	Registro	Infraestrutura
1	Trabalhador doméstico	Registro	Infraestrutura
11	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Infraestrutura.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

No *campus* São Paulo, os três cursos realizados em 2013 pertenciam ao mesmo eixo tecnológico, Informação e Comunicação, o qual faz parte dos cinco eixos já consolidados nesse *campus*. Essa escolha possivelmente se deu em função da existência de dois cursos técnicos (integrado em Informática, concomitante/subsequente em Telecomunicações) e um curso superior (Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) nesse eixo tecnológico, o que favorece a implementação do curso FIC devido à existência de docentes especializados, laboratórios e experiência prévia. No entanto, considerando-se a diversidade de cursos e eixos tecnológicos em andamento nesse *campus*, chamam a atenção o número reduzido de cursos Pronatec FIC ofertados e o atraso de um ano na implementação do Programa nessa unidade do IFSP. Isso levou-nos a buscar por motivações que possivelmente nortearam essas decisões.

Quadro 19 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* São Paulo em 2013

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Instalador e reparador de redes de computadores	São Paulo	Informação e Comunicação
2	Programador de sistemas	São Paulo	Informação e Comunicação
2	Programador web	São Paulo	Informação e Comunicação
5	TOTAL		

Nota1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Entre os coordenadores do Pronatec no *campus* São Paulo que atuaram em 2012, um não foi localizado e o outro optou por não participar da pesquisa. A Coordenadora Geral 1-São Paulo, que acompanhou a fase inicial de implantação desse Programa no Estado, afirmou que o *campus* São Paulo não teve salas disponíveis para ofertar os cursos Pronatec FIC em 2012. No entanto, em 2013, após a posse do novo reitor e de novos servidores na PRX, a oferta de cursos no *campus* foi iniciada e ampliada em 2014. Não há dúvidas de que o *campus* São Paulo enfrente problemas que dizem respeito à falta de salas disponíveis – porque isso é recorrente até nos *campi* com 10 anos de existência –, mas o fato de os cursos Pronatec FIC terem sido ofertados dentro do *campus*, no ano seguinte, logo após a nova equipe assumir a PRX, não parece ter sido coincidência.

Para entender por que o *campus* São Paulo não ofertou cursos Pronatec FIC em 2012, considerou-se fundamental investigar com se deu a relação desse *campus* com a implantação de cursos FIC vinculados ao Proeja, que foi o programa federal imediatamente anterior ao Pronatec. Pressupõe-se que esse *campus*, por ser centenário, já passou por inúmeros programas federais e na percepção de alguns servidores o Pronatec seria apenas mais um. Soma-se a isso a distância entre o perfil do público prioritário do Pronatec e aquele que historicamente tem sido o perfil do aluno da Rede Federal, especialmente no *campus* da cidade que é o principal centro financeiro do País. Se houver apenas uma sala disponível e os servidores do *campus* tiverem que escolher entre ofertar uma turma do curso de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, por exemplo, e uma turma de curso FIC, que argumentos e critérios teriam maior probabilidade de prevalecer?

Historicamente, a relação do *campus* São Paulo com a oferta de cursos FIC vinculados a programas federais foi permeada por embates (BRONZATE, 2014; SILVA, 2018). De acordo com um dos ex-diretores de políticas Proeja, na época em que a Setec instituiu a oferta

de cursos Proeja na Rede Federal, o *campus* São Paulo aderiu-lhe porque foi uma determinação da Setec:

De imediato, eu percebi que não havia lá muito interesse do IFSP em acatar esse projeto. Mas havia um compromisso, estabelecido pela Setec, que não dava para o Instituto Federal abrir mão. Então, existia certa resistência, mas ao mesmo tempo não tinha como fugir dessa empreitada. Houve empecilhos de várias naturezas, naquele momento (Diretor de políticas Proeja-São Paulo).

O relato de uma servidora pública federal que exerceu a função de diretora de Educação Básica corrobora a declaração desse então Diretor de políticas:

A questão era a seguinte: você tinha um decreto, o 5.840, que obriga a Rede Federal a ter cursos pelo Proeja. Então, assim... não teve muito 'Nós escolhemos ter Proeja', foi um processo de: 'Nós temos que ofertar'. E aí, aconteceu um movimento bem interessante, porque quem toca esses cursos? Por incrível, que pareça no *campus* São Paulo, houve uma ideia de que os professores mais novos tocariam esses cursos porque eles teriam uma cabeça um pouco mais aberta para trabalhar com esse público. Só que quem tocou foi a ala mais antiga do *campus* (Diretora de Educação Básica-São Paulo).

Na percepção desse ex-diretor de políticas, os cursos não foram bem-aceitos no IFSP apesar dos esforços da Pró-Reitoria de Ensino (PRE):

A aceitação dos cursos Proeja FIC dentro do Instituto Federal foi muito ruim. Na verdade, a Pró-reitoria de ensino, mais especificamente a diretoria de políticas, é que de certa forma... via relevância no projeto. Mas o Instituto em si não demonstrava apoiar o projeto (Diretor de políticas Proeja-São Paulo).

O então Diretor de políticas sinaliza que essa rejeição aos cursos FIC ficou escondida por trás de justificativas técnicas como falta de docentes para lecionar nesses cursos:

Então, eles apresentavam vários motivos para não ofertar. O primeiro motivo foi que, segundo eles, não havia força de trabalho disponível para atuar junto às prefeituras. Outro é que na verdade não existia por parte do Instituto elementos que pudessem fazer com que os professores se envolvessem com esse projeto. Basicamente, era isso que se argumentava e... em função disso... a coisa ficava emperrada, vamos dizer assim (Diretor de políticas Proeja-São Paulo).

Naquela época, as aulas seriam ministradas por professores do IFSP em escolas da Rede Municipal para tentar equacionar o problema da falta de salas disponíveis.

Na verdade, na medida em que o projeto Proeja FIC foi terminando, aos trancos e barrancos, os professores foram assumindo suas atividades e se desligando de fato do Proeja FIC. Há que se valorizar uma questão que diz respeito às prefeituras. Quem fornecia os professores para ministrar as aulas do Proeja FIC eram as prefeituras. Nosso papel enquanto Instituto Federal era apenas orientar esses professores contratados pelas prefeituras. Veja, o ofício 40⁶¹ diz que a força de trabalho deveria ser do Instituto Federal, mas como o Instituto Federal dizia que não tinha força de trabalho suficiente, as prefeituras trouxeram para si essa tarefa. E nosso papel era de alguma forma orientar esses professores no projeto. Então, no que diz respeito aos professores, o Proeja FIC não tinha professores no Instituto. O que o Proeja FIC tinha no Instituto era acompanhamento pedagógico e a coordenação (Diretor de políticas Proeja-São Paulo).

A então diretora de Educação Básica relata que os embates em torno da oferta de cursos Proeja FIC nesse *campus* foram sobre quem é o aluno da Rede Federal:

Mas o que a gente percebe é que... por mais que a instituição quando ela nasce lá no século XX ela tem um perfil que é para o trabalhador, né? Então, o que a gente percebe é que esse perfil vai se perdendo ao longo do tempo. E a gente vai tendo a entrada de um público diferenciado, que eleva as estatísticas... Enfim, um público que tem uma certa seleção, ele entra aqui não no padrão, mas com condições de acompanhar aquele imaginário do ensino do Cefet que é um ensino bom, excelente! Enfim, as pessoas brigavam para entrar aqui. A discussão propriamente sobre Proeja foi nesse sentido também. É uma coisa que é interessante observar: *há um estranhamento em relação a uma população que é classe trabalhadora*. Esse local de escola técnica foi feito para ela, mas vai perdendo ao longo do tempo essa característica, né? (Diretora de Educação Básica-São Paulo, grifo nosso).

Ao situar essa afirmação no contexto da História da Rede Federal, infere-se que devido ao pequeno número de escolas existentes (até 2002 eram 140 em todo o País) instituíram-se processos seletivos que se tornaram cada vez mais concorridos. Essa concorrência fez com que os trabalhadores e seus filhos, cuja formação escolar historicamente é mais precária, não conseguissem ingressar nas escolas que no início do século XX foram criadas para eles.

Atualmente, os cursos Proeja FIC e técnico integrado ao Ensino Médio se institucionalizaram por determinação da Setec/MEC e são ofertados nas dependências do

⁶¹ O entrevistado se refere ao Ofício Circular nº 40 expedido pela Setec/MEC, em 08 de abril de 2009, com a finalidade de convidar as “Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que, em parceria com os municípios brasileiros, elaborassem propostas para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA FIC)” (BRASIL, 2018b, p. 3).

campus São Paulo. Em 2013, houve a primeira oferta de cursos Pronatec FIC nesse *campus*. Apesar de terem sido poucas turmas em comparação com os outros *campi*, elas podem ser consideradas um marco na história desse *campus*.

Outro desafio vivenciado durante o processo de implementação do Pronatec e sinalizado por coordenadores, supervisores e professores foram os prazos estreitos para realizar as tarefas vinculadas ao Programa. A Coordenadora Geral 1-São Paulo esclarece que:

Nós tínhamos que seguir todas as diretrizes que estavam no catálogo de cursos FIC e *isso demandava um tempo que estava fora do tempo que a gente tinha disponível*. Porque para implantar os cursos – como eles envolviam recurso extra – tinha que fazer um planejamento para submeter ao MEC. Aí, tinha que entrar no Sistec, havia os prazos para cadastrar as turmas, mandar as planilhas, para gerar o recurso... Havia os prazos para levantar a demanda... E fazer isso era muito complicado, nem sempre conseguíamos atingir esses prazos (Coordenadora Geral 1-São Paulo, grifo nosso).

Essa dificuldade foi mencionada em todos os municípios nos quais a pesquisa se realizou. Em São Paulo, por exemplo, o Professor 11 ressaltou a preocupação das equipes em realizar as atividades dentro das datas previstas nos editais:

Eu diria que as dificuldades que a gente enfrentou é... foram mais em relação ao tempo, ao curto espaço de tempo para atender as solicitações. Porque *quando se abriam os editais, todo mundo saia correndo para poder cumprir os prazos e entregar tudo na data correta*. Então, eu creio que a maior dificuldade aí, nesse processo de implantação, foram as datas dos editais (Professor 11, São Paulo, grifo nosso).

Nessa direção, a Coordenadora Adjunta-8 Presidente Eptácio afirma que:

Os prazos em que as coisas saem são muito curtos. [...] É possível fazer, mas você tem que fazer muito rápido e esse acaba sendo o dificultador. Até você conseguir se readequar dentro da instituição, porque tem os prazos da instituição para você compor equipe, compor tudo isso e depois fazer esses arranjos (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Eptácio).

Para superar esse desafio, essa coordenadora esclarece que a equipe “[...] começou a trabalhar dentro da instituição antes de tudo isso acontecer para que quando comessem os prazos isso já estivesse mais ou menos acertado. Então, tivemos que ter essa visão e nos anteciparmos à situação” (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Eptácio).

Nota-se, pelos relatos dos coordenadores, servidores municipais e professores, a articulação entre os prazos estabelecidos pela Setec/MEC para que os recursos fossem gastos

e a demora no repasse desses recursos: “O tempo entre a chegada do recurso e a execução era muito curto, por isso algumas coisas tinham que ser priorizadas por conta do tempo para execução. E aí você tem que dar celeridade sem atropelar as outras atividades” (Coordenador Geral 4-São Paulo).

Os recursos destinados ao IFSP para execução de cursos Pronatec FIC, no período de de 2012 a 2014, totalizaram R\$ 30.391.747,77, conforme exposto na tabela 3. De acordo com os relatórios anuais de gestão do IFSP (2013a, 2014b), a liberação de recursos federais geralmente ocorria com atrasos – entre os meses de agosto e outubro – o que inviabilizava a completa execução da verba.

O recurso destinado pelo FNDE para investimento na oferta de cursos pela Rede e-Tec Brasil, por exemplo, foi recebido pelo IFSP no fim do mês de agosto. Situação semelhante ocorreu com os créditos enviados pela Capes para compra de equipamentos, que chegaram em outubro e não puderam ser executados integralmente, conforme explicitado nos seguintes trechos dos relatórios de gestão anual:

O FNDE concedeu, ainda, créditos orçamentários de despesas de capital, grupo investimentos, no valor de R\$200.135,80, e mais R\$ 40.089,65 para outras despesas correntes, da ação 8252 – Educação Profissional e Tecnológica a Distância para a oferta de cursos técnicos na modalidade EAD da Rede E-Tec Brasil. Do montante autorizado, foi possível executar aproximadamente 75% e cumprir parcialmente o objeto pactuado no Termo de Execução Descentralizada correspondente. Vale ressaltar que *a execução total do objeto não foi possível, uma vez que a liberação da primeira parcela do recurso ocorreu apenas no final de agosto, não restando tempo hábil para a execução total de todas as atividades previstas no plano de trabalho* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2014b, p. 109, grifo nosso).

O IFSP recebeu créditos da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para aquisição de equipamentos para laboratórios de Pesquisas em Robótica e Reabilitação Humana do curso de Mestrado Profissional em Automação e Controle de Processos do campus São Paulo. *A execução do recurso foi de 30,30% devido ao período da liberação do crédito que foi somente no mês de outubro* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2013a, p. 121, grifo nosso).

Tabela 3 - Repasse de recursos do FNDE para execução de cursos Pronatec FIC no IFSP (2012-2014) R\$

Natureza de Despesa	Descrição	2012	2013	2014
33.90.18	Auxílio estudantil	5.984.000,00	3.361.522,55	4.743.871,59
33.90.30	Material de consumo	1.560.000,00	900.000,00	1.216.217,52
33.90.39	Serviço de terceiros – pessoa jurídica	198.800,00	200.000,00	0
33.90.48 ¹	Bolsa docente interno e equipe de apoio interna	3.027.200,00	2.120.000,00	3.350.372,98
33.90.36 ²	Bolsa docente externo, equipe de apoio externa, serviços de terceiros – pessoa física	0	1.192.387,29	1.992.918,59
33.91.47	Obrigações tributárias e contributivas	0	238.477,45	393.779,64
33.90.14	Diárias – Pessoa Civil			12.200,16
Total		10.770.000,00	8.012.387,29	11.709.360,48

Nota 1: No empenho de alocação de recursos orçamentários, há códigos distintos para bolsa docente interno (339048-03) e bolsa equipe de apoio interna (339048-01).

Nota 2: No empenho de alocação de recursos orçamentários, há códigos distintos para Bolsa docente externo (339036-28) e Bolsa equipe de apoio externa (339036-35).

Fonte: Dados disponibilizados pela coordenação geral do Pronatec no IFSP.

O recurso tinha que ser gasto dentro do ano corrente, porém, era liberado no segundo semestre, perto do final do ano⁶². Como o processo de licitação é lento e não pode ser feito sem verba empenhada, alguns recursos voltaram porque não foi possível gastá-los dentro do prazo, conforme afirma o Coordenador Geral 4-São Paulo: “Essa questão dos prazos dos recursos e a gente ter que gastar até dezembro também era outro desafio. Então, no primeiro ano, a gente não conseguiu fazer muitas aquisições”.

Esse coordenador explicita que estratégias foram utilizadas para contornar esse problema: “No segundo ano, a gente já conseguiu fazer um SRP⁶³ para os insumos principais

⁶² Supõe-se que essa manobra realizada pelo Ministério da Educação teria por finalidade reduzir ainda mais os investimentos na Rede Federal sob o argumento de que se o recurso foi devolvido é porque ele não está sendo necessário. Além disso, o planejamento de recursos a serem destinados aos Institutos Federais é feito com base no que foi gasto em anos anteriores. Por decorrência, o orçamento do ano posterior àquele no qual houve devolução de verbas tende a ser menor.

⁶³ O Sistema de Registro de Preços (SRP) “consiste em um conjunto de procedimentos para registro formal de preços de produtos, ou de prestação de serviços, para contratações futuras. O valor a ser cobrado pelo bem ou serviço é assinalado na Ata de Registro de Preços (ARP), que simplifica o processo do SRP. A ARP representa o compromisso estabelecido entre os órgãos, os fornecedores e as condições da aquisição. Os interessados em fornecer para o setor público concordam em manter o preço inalterado por um período pré-estabelecido – normalmente, um ano. Os fornecedores concordam em disponibilizar as quantidades previamente acertadas. No entanto, o SRP apresenta uma peculiaridade: o órgão público não é obrigado a efetuar a aquisição. O Sistema de

comuns a qualquer curso, né? Caderno, bolsa, camiseta... A gente conseguiu e já estava mais organizado. Mas, tinha aqueles materiais específicos para os cursos” (Coordenador Geral 4-São Paulo). De acordo com esse coordenador, os “materiais específicos” (mudas de plantas, veículos, combustível etc.) foram conseguidos por meio de parcerias com as Prefeituras:

Dos materiais específicos, poucas coisas a gente precisou comprar porque como nós tínhamos essa articulação com as prefeituras ou com *outros agentes do município eles providenciaram esses insumos para as aulas*. Então, mudas para um curso de plantio... Registro tinha o curso de Ecoturismo Rural e precisou de uma 4x4 para levar os alunos. O grupo de escoteiros da região tinha os equipamentos e conseguiu articular. *O prefeito pagou o combustível e foram se arranjando*. Fizeram uma articulação em forma de teia (Coordenador Geral 4-São Paulo).

De acordo com o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2014a), no período de 2011 a 2014, o governo federal investiu R\$ 6.455.688.267,27 no Pronatec, dos quais R\$ 4.718.060.990,32 foram destinados à Rede Privada e R\$ 1.737.627.276,95 à Rede Pública⁶⁴ (BRASIL, 2014a). Enquanto o FNDE destinou um montante de recursos quatro vezes maior para a iniciativa privada executar o Pronatec, os valores repassados à Rede Federal foram menores e chegaram quase no final do ano. Por decorrência, esta pedia contrapartida às Prefeituras e, como elas tinham ainda menos recursos, articulavam-se aos “outros agentes do município” para conseguir viabilizar a oferta de cursos Pronatec FIC.

A Servidora Municipal 6-São Paulo considera que o Pronatec deu visibilidade para os prefeitos das cidades do interior e, por isso, eles “foram se arranjando” e providenciando os insumos que o Instituto Federal não podia comprar. “Porque no interior interessa para o prefeito e o prefeito dá tudo. O prefeito tenta fazer parceria com qualquer indústria local para ceder coisas”. Houve prefeitos que recorreram aos empresários e foram atendidos. Consequentemente, as demandas desses “agentes do município” por cursos de formação inicial e continuada não puderam ser ignoradas.

O atraso por parte da Setec/MEC no envio de recursos inviabilizou a compra de materiais didáticos como também o pagamento de professores, alunos e equipe de apoio. A Supervisora 2-Avaré afirma que “os materiais demoravam para chegar. Quando chegava a

Registro de Preços tem como característica não ser semelhante a nenhum outro, funcionando como um grande cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação” (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2017, p. 4).

⁶⁴ Conforme exposto na tabela 1, “Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014”, os totais recebidos por Rede de Ensino foram: Sistema S R\$ 4.528.266.363,68; outras instituições privadas R\$ 189.794.626,64; Rede Federal R\$ 1.315.043.126,95; Rede Estadual R\$ 404.523.150,00; e Rede Municipal R\$ 18.061.000,00.

caixa de material, o curso já tinha acabado”. Esse problema também foi relatado pelo Professor 2-Registro:

Outra dificuldade que a gente teve nas aulas é que... a gente até chegava a pedir algumas coisas para possibilitar as aulas e esse material não chegou. Quando chegou, veio pouca coisa depois de um bom tempo. Me disseram que o Instituto até utilizou da própria verba. Teoricamente, o Pronatec seria totalmente externo, né? Mas o instituto teve que arcar com algumas coisas para possibilitar o Pronatec (Professor 2-Registro, grifo nosso).

[...] para a gente umas das dificuldades é que... *o salário era pago com muito atraso e não era certeza que ele ia sair tal mês, não tinha uma data*. Ia sair alguma hora, né? A gente teve essa dificuldade com o Pronatec (Professor 2-Registro, grifo nosso).

A Coordenadora Geral 1-São Paulo salienta como esse atraso impactou negativamente a oferta de cursos Pronatec FIC, principalmente no primeiro ano: “o recurso também demorava muito. Então, se você planejava implantar no segundo semestre para começar, por exemplo, na primeira semana de agosto, às vezes, o recurso só iria chegar em setembro ou outubro” (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

A falta de infraestrutura para ofertar os cursos também foi um desafio vivenciado pelas equipes Pronatec que ofertaram cursos fora dos *campi*, em parceria com as Prefeituras. Os servidores municipais, supervisores e professores relataram que houve aulas em salas improvisadas, em prédios que originalmente não eram escolas, mas foram cedidos pelas Prefeituras, ou seja, utilizava-se a infraestrutura pública disponível nos municípios. Por outro lado, o governo federal destinava recursos do Pronatec para incentivar a “ampliação de vagas e a expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem” (BRASIL, 2011a).

A Professora 4-Sertãozinho relata que “as aulas teóricas de cursos que não exigiam laboratório foram realizadas em um bairro e as aulas práticas de cursos como traçador de caldeiraria, soldador etc., em outro bairro”. A distância geográfica entre os dois prédios cedidos pela Prefeitura era considerável, e os docentes precisavam se deslocar para ministrar as aulas, pois como os cursos eram diferentes as aulas não ficaram concentradas no mesmo local. Essa professora afirma que as aulas de alguns cursos eram realizadas à noite e não havia segurança nos prédios, embora eles fossem localizados em áreas isoladas e perigosas. De acordo com essa docente, o carro de um dos professores foi roubado próximo ao local onde ele lecionava. Por fim, ela desabafa: “os cursos do Pronatec nem sempre foram privilegiados quanto à infraestrutura e à localização” (Professora 4, Sertãozinho).

Os entrevistados consideram que apesar de os *campi* do IFSP possuírem ótima infraestrutura, nem sempre dispunham de salas suficientes para abrigar todas as turmas de cursos Pronatec FIC. De acordo com relatos desses sujeitos e com base em dados disponibilizados pelo Sistec e expostos nos quadros de cursos ofertados por *campus*, no final desta seção, a maioria desses cursos foi desenvolvida fora das unidades do IFSP, em parceria com as Prefeituras:

Eu acompanhei o processo de implantação no município de Registro. Algumas das dificuldades era a questão de espaço físico do Instituto Federal, porque eram muitas turmas e a gente tinha que dividir o espaço com os cursos do IF (Supervisora 3-Registro).

Eu fui trabalhar no curso de Bordado à Mão. [...] A gente não tinha material... era tudo muito novo e eles queriam receber os alunos. Não tinha espaço... Eu lembro que eu dei aula em uma fábrica da Prefeitura... era um espaço da Prefeitura usado para fazer artesanato. A gente tinha poucos cursos, mas muitas dificuldades (Supervisora 2-Avaré).

De acordo com o relato da Servidora Municipal 6-São Paulo, a oferta de cursos Pronatec FIC dentro do *campus* São Paulo foi pequena por falta de salas disponíveis. Além disso, o IFSP demandava que a Prefeitura da capital oferecesse espaço e insumos para a realização dos cursos, tal como acontecia nas cidades do interior.

E as participações depois foram pequenas, porque aqui em São Paulo o Instituto não tem unidades ele só tem o *campus* São Paulo, certo? E o *campus* São Paulo já é totalmente... *Ele está na exaustão de ocupação. Então, ele não tinha possibilidade de absorver cursos lá.* Bastante complicado para nós. Apesar deles participarem ativamente das inúmeras reuniões, a execução acabou bem pequena por conta do esgotamento da unidade aqui da capital. E eles não têm outras. Então, a possibilidade de eles fazerem parceria com a gente era se nós cedêssemos o espaço. Só que eles queriam que a gente cedesse espaço e infraestrutura. E o município não pode pela diretriz do Programa dar a estrutura. Ceder espaço é uma coisa. Agora, entrar com todo o *material e os insumos não.* Porque a nós não é permitido fazer a compra de equipamentos, né? E ele recebe já considerando o uso desses equipamentos. Então, a gente... acabou... tendo muita dificuldade de realização de cursos em parceria com o Instituto Federal por conta disso. *Foram poucos os cursos que a gente conseguiu realizar dentro da unidade* (Servidora Municipal 6-São Paulo, grifo nosso).

Os cursos realizados fora desse *campus*, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, eram cursos cujas aulas não dependiam do uso de laboratórios e equipamentos, ou seja, eram de baixo custo:

E os cursos que a gente conseguiu realizar fora da unidade, eram esses recursos mais na área administrativa que não requerem tanto. Mas isso, você sabe, [com o passar do tempo] tem um esgotamento (Servidora Municipal 6-São Paulo, grifo nosso).

A Servidora Municipal 6 salienta ainda que, em São Paulo, houve muita procura por cursos FIC em áreas nas quais o *campus* São Paulo tem tradição, como Mecânica, Mecatrônica etc., mas que não foi atendida, pois a prioridade foi concedida aos cursos técnicos e superiores. Ela destaca também a diferença de receptividade do Programa pelas Prefeituras na capital e no interior:

A grande procura, logicamente que nós tínhamos procura de vagas por outros cursos... mas *a gente não tinha a possibilidade de usar os recursos que o Instituto Federal tinha em outras áreas que são as áreas fortes dele, né? A parte de construção, mecânica, mecatrônica, coisas que eles tinham aqui, mas pelo esgotamento da unidade da capital... né?* E como eles trabalham muito também com o interior, eles tinham uma perspectiva muito diferente. [...] Não é o caso de São Paulo! *Eles queriam que nós nos comportássemos da mesma maneira que os prefeitos das cidades pequenas.* O nosso aqui não ia fazer isso, né? (Servidora Municipal 6-São Paulo, grifo nosso).

Situações semelhantes a essa puderam ser percebidas nos *campi* lócus da Pesquisa. No *campus* Sertãozinho, por exemplo, o total de turmas de cursos Pronatec FIC ofertadas saltou de seis em 2012 para 38, no ano seguinte. Entre os cursos mais procurados, em 2013, estão Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga, Auxiliar Administrativo, Espanhol básico, Inglês básico e Desenvolvedor de jogos eletrônicos, conforme apresentado no quadro 20, a seguir.

Observou-se no *campus* Sertãozinho a ausência de cursos por meio dos quais os egressos poderiam pleitear vagas em destilarias, usinas de açúcar e outros relacionados à indústria sucroaçucaireira, tais como, Produtor familiar de cana-de-açúcar, Produtor de cachaça, Produtor de bebidas alcólicas etc., constantes do Guia Pronatec de cursos FIC (BRASIL, 2013). Não houve também cursos no eixo “Recursos Naturais” apesar de Sertãozinho ser importante produtor de alimentos orgânicos – especialmente açúcar – e álcool orgânico destinado à produção de cosméticos (GALERA, 2016; PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, [20--]).

Salienta-se que apesar do constante diálogo com os demandantes locais, nem todas as demandas apresentadas foram acolhidas porque esse *campus*, conforme mencionado, inicialmente considerou mais viável priorizar a oferta de cursos de acordo com os eixos

tecnológicos nele consolidados. Dessa forma, eles seriam realizados com melhor qualidade técnica, pois contavam com docentes especializados, experiência na área do curso e infraestrutura adequada. Ao ser questionado sobre os aspectos que envolveram a escolha dos cursos ofertados, o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho assim se expressa:

Então, sim, era um pouco da demanda, era o interesse e a vocação regional... Só que, por outro lado, a gente também ofertava cursos e tentava fazer um diálogo com eles por meio de cursos que estivessem atrelados aos eixos que nós atuamos. [...] Teve o diálogo com os demandantes locais para saber qual interesse de curso eles têm, qual demanda está represada, o que o público que eles pretendem atender precisa... E tentar buscar, de certa forma, um alinhamento disso com o que agente consegue ofertar também de acordo com os profissionais e a estrutura que a gente tem dentro do campus. E, principalmente, fazendo parcerias, porque nós não oferecemos cursos somente no *campus*. Era necessário saber quais unidades remotas usar e se essas unidades remotas tinham a estrutura adequada para oferecer os cursos que esses demandantes solicitavam (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Nota-se que apesar da tentativa de ofertar principalmente cursos voltados aos eixos tecnológicos existentes no *campus*, em 2013, a maioria dos cursos ministrados estava agrupada em quatro eixos tecnológicos inéditos (Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Informação e Comunicação, Produção Cultural e Design) e as aulas ocorreram tanto em Sertãozinho quanto em Brodowski e Taquaritinga. Este *campus* do IFSP foi o que mais ofereceu cursos no eixo Produção Cultural e Design, sinalizando o potencial artístico da região.

O Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho explica que o diálogo com demandantes locais o levou a conhecer o interesse da população por cursos envolvendo arte e cultura. O acolhimento dessa demanda possivelmente foi impulsionado pela finalização da montagem da estátua do “Cristo Salvador”⁶⁵, em 2013, e inauguração do Parque Municipal “Antonio Gimenes Filho”, em 2014, onde foi instalada. Esse monumento de 57 metros de altura conta com elevador semipanorâmico e mirante protegido com vidro temperado, além de estacionamento e restaurante (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, 2014).

[...] os agentes pactuantes diziam qual era a demanda do público que eles tinham. Então, quando nós pactuamos, por exemplo, com a Diretoria de Cultura⁶⁶, eles apresentaram uma demanda latente que eu não conhecia até

⁶⁵ Esse monumento “[...] é composto por um pedestal que tem 39 metros de altura e, a escultura, feita de aço revestida por uma tela e argamassa de concreto, mede 18 metros. Dois artistas plásticos mineiros, Marcos Moura e Genésio Moura, são os autores da obra” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO, 2013).

⁶⁶ Esse Coordenador explicou que, naquela época, a Diretoria de Cultura estava vinculada à Secretaria Municipal de Educação, ou seja, não havia uma Secretaria Municipal de Cultura em Sertãozinho.

então. [...] Em Sertãozinho, temos um grupo de pessoas muito interessadas pela área cultural, pela área musical, pela área de eventos e havia uma demanda por parte desses profissionais. E é engraçado, porque enquanto eu não tinha trabalhado com o Pronatec, não tinha interagido com esses agentes, conhecido algumas das pessoas desse público que participaram das reuniões para a gente dialogar, confesso que nunca tinha imaginado Sertãozinho como um polo cultural! E é muito bacana, porque de fato existe um polo cultural aqui na cidade com um potencial muito interessante que eu não via. Eu, infelizmente, até aquele momento, via Sertãozinho como uma cidade realmente industrial por conta da indústria metal-mecânica e das indústrias que atendem as usinas canavieiras serem muito fortes (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Quadro 20 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Sertãozinho em 2013

Turmas	Cursos	Local	Eixos
3	Espanhol básico	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
3	Inglês básico	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Operador de computador	Sertãozinho	Informação e Comunicação
1	Operador de ensaios não destrutivos	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
1	Programador de sistemas	Sertãozinho	Informação e Comunicação
1	Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
1	Torneiro mecânico	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
2	Traçador de caldeiraria	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
1	Vendedor	Sertãozinho	Gestão e Negócios
3	Auxiliar administrativo	Brodowski	Gestão e Negócios
1	Depilador	Brodowski	Ambiente e Saúde
3	Desenvolvedor de jogos eletrônicos	Brodowski	Informação e Comunicação
1	Manicure e pedicure	Brodowski	Ambiente e Saúde
1	Assistente de produção cultural	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Camareira em meios de hospedagem	Sertãozinho	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Editor de projeto visual gráfico	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Fotógrafo	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Maquiador cênico	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Organizador de eventos	Sertãozinho	Turismo, Hospitalidade e Lazer
3	Auxiliar administrativo	Taquaritinga	Gestão e Negócios
1	Garçom	Taquaritinga	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Operador de computador	Taquaritinga	Informação e Comunicação

Continua...

Continuação

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Programador de sistemas	Taquaritinga	Informação e Comunicação
4	Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	Taquaritinga	Controle e Processos Industriais
38	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Produção Industrial.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

No terceiro ano de oferta de cursos Pronatec FIC em Sertãozinho, a diversidade de eixos e de cursos foi mantida, houve ampliação no número de municípios atendidos e mudança nos cursos ofertados. Ofertaram-se menos cursos vinculados ao eixo Controle e Processos Industriais e Produção Cultural. Não houve nenhuma turma do curso Soldador no processo eletrodo revestido ao passo que no ano anterior formaram-se quatro turmas em Taquaritinga e uma em Sertãozinho. Essa oferta concentrada em Taquaritinga chama atenção, pois esse município com população estimada em 53.988 habitantes não possui tantas indústrias quanto Sertãozinho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Por decorrência, em 2014, a redução na oferta de cursos no eixo Controle e Processos Industriais, possivelmente, foi motivada pela saturação de trabalhadores formados nessa área.

Por outro lado, ampliou-se a quantidade de cursos vinculados aos eixos Ambiente e Saúde, Gestão e Negócios, Desenvolvimento Educacional e Social. Interessante destacar que a procura por cursos neste último eixo foi mais elevada em Ribeirão Preto e Sertãozinho, e as vagas majoritariamente preenchidas por alunos do próprio Instituto Federal ou por ampla concorrência por meio de divulgação na Internet. Isso indica que esse público, ao se matricular em cursos de Inglês ou Espanhol, não estava em busca de inserção profissional imediata ou de qualificação profissional que os habilitasse a trabalhar por conta própria. Diferentemente do que ocorreu em Brodowski, Mococa e Taquaritinga, onde a procura por cursos como Cuidador de Idoso ou Auxiliar de recursos humanos foi mais recorrente.

Quadro 21 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Sertãozinho 2014

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Espanhol básico	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Espanhol intermediário	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês básico	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês intermediário	Sertãozinho	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Operador de computador	Sertãozinho	Informação e Comunicação
1	Traçador de caldeiraria	Sertãozinho	Controle e Processos Industriais
1	Agente de informações turísticas	Brodowski	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Auxiliar de recursos humanos	Brodowski	Gestão e Negócios
1	Cabeleireiro	Brodowski	Ambiente e Saúde
1	Cuidador de idoso	Brodowski	Ambiente e Saúde
1	Eletricista instalador predial de baixa tensão	Brodowski	Infraestrutura
1	Instalador de sistema eletrônico de segurança	Brodowski	Infraestrutura
1	Maquiador	Brodowski	Ambiente e Saúde
1	Mecânico de automóveis leves	Brodowski	Controle e Processos Industriais
1	Montador e reparador de computadores	Brodowski	Informação e Comunicação
1	Vigilante	Brodowski	Segurança
2	Auxiliar de recursos humanos	Mococa	Gestão e Negócios
2	Auxiliar financeiro	Mococa	Gestão e Negócios
1	Cuidador de idoso	Mococa	Ambiente e Saúde
2	Auxiliar de recursos humanos	Ribeirão Preto	Gestão e Negócios
2	Inglês básico	Ribeirão Preto	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Agente de informações turísticas	Sertãozinho	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Camareira em meios de hospedagem	Sertãozinho	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Fotógrafo	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Organizador de eventos	Sertãozinho	Produção Cultural e Design
1	Agente de gestão de resíduos sólidos	Taquaritinga	Ambiente e Saúde
1	Auxiliar administrativo	Taquaritinga	Gestão e Negócios
1	Auxiliar de recursos humanos	Taquaritinga	Gestão e Negócios
1	Depilador	Taquaritinga	Ambiente e Saúde
1	Maquiador	Taquaritinga	Ambiente e Saúde
1	Vendedor	Taquaritinga	Gestão e Negócios
35	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Produção Industrial.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Em 2014, o número de cursos ofertados no *campus* São Paulo aumentou consideravelmente. Destaca-se também a oferta de cursos em dois eixos tecnológicos ainda inéditos nesse *campus* (Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social), bem como a realização de cursos em municípios próximos à cidade de São Paulo.

Por outro lado, esses cursos sinalizam o diálogo com demandas regionais e acontecimentos históricos contemporâneos, tais como a expressiva entrada de imigrantes haitianos a partir de 2010 e a Copa do Mundo de 2014. A cidade de São Paulo possui ramos de atividade produtiva bastante diversificados (indústria, comércio, serviços e finanças), o que possibilita a geração e manutenção de empregos em empresas de diferentes portes. Por decorrência, o investimento em cursos de qualificação profissional em eixos como Gestão e Negócios, por exemplo, juntamente com a criação e manutenção de políticas de geração de emprego e renda, poderá, em médio ou longo prazo, contribuir para a inserção profissional dos egressos.

De acordo com dados do Sistema de Tráfego Internacional (STI), no período de 2010 a 2015, o Brasil recebeu 85.079 imigrantes haitianos (exceto turistas e tripulação). A maioria deles solicitou refúgio e recebeu visto humanitário. Desse total, 26.363 desembarcaram no aeroporto de Guarulhos (SP). Entre os estados brasileiros, São Paulo teve o número mais elevado de haitianos com visto permanente (8.775, 31% do total), em seguida estão Paraná (2.995 haitianos), Santa Catarina (2.879), Rio Grande do Sul (2.769) e Minas Gerais (1.210) (BAENINGER; PERES, 2017). Essa onda imigratória justifica a oferta de sete turmas do curso de Língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros das quais duas foram em São Paulo e quatro em Santo André. Conforme dados obtidos por meio de fichas de matrícula impressas, os estudantes matriculados nesse curso são francófonos e majoritariamente haitianos.

A procura por cursos de inglês aplicado a serviços turísticos possivelmente foi motivada pela Copa do Mundo de 2014. Naquele ano, a cidade de São Paulo sediou a abertura desse evento, bem como cinco jogos e uma semifinal (GLOBOESPORTE.COM, 2011; SÃO PAULO, 2011). De acordo com o Ministério do Turismo, dos 6.429.852 turistas estrangeiros que vieram ao Brasil nessa ocasião, 2.219.917 entraram por São Paulo, 1.597.153 pelo Rio de Janeiro e 907.668 pelo Rio Grande do Sul (DARSE JÚNIOR, 2015).

Quadro 22 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* São Paulo em 2014

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Agente de desenvolvimento cooperativista	São Paulo	Gestão e Negócios
1	Agente de gestão de resíduos sólidos	São Paulo	Ambiente e Saúde
1	Agente de informações turísticas	São Paulo	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Auxiliar administrativo	São Paulo	Gestão e Negócios
1	Auxiliar de recursos humanos	São Paulo	Gestão e Negócios
1	Auxiliar financeiro	São Paulo	Gestão e Negócios
1	Eletricista instalador predial de baixa	São Paulo	Infraestrutura
2	Espanhol básico	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês aplicado a serviços turísticos	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
2	Inglês básico	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
2	Língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Operador de processos químicos industriais	São Paulo	Controle e Processos Industriais
2	Programador de sistemas	São Paulo	Informação e Comunicação
3	Programador web	São Paulo	Informação e Comunicação
1	Auxiliar Administrativo	Atibaia	Gestão e Negócios
1	Auxiliar em recursos humanos	Atibaia	Gestão e Negócios
2	Espanhol básico	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
2	Inglês aplicado a serviços turísticos	São Paulo	Desenvolvimento Educacional e Social
5	Língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros	Santo André	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Operador de computador	Santo André	Informação e Comunicação
1	Programador web	Santo André	Informação e Comunicação
1	Desenhista mecânico	São Bernardo	Controle e Processos Industriais
2	Espanhol básico	São Bernardo	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Auxiliar administrativo	São Miguel Paulista	Gestão e Negócios
1	Auxiliar em recursos humanos	São Miguel Paulista	Gestão e Negócios
38	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Nota 3: Em 2014, seis turmas foram ofertadas em Mauá, mas as planilhas não puderam ser localizadas no Sistec apesar dos esforços empreendidos. Os cursos estavam vinculados aos eixos Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e comunicação.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Em 2013, o *campus* Avaré se destacou em seu segundo ano de execução do Pronatec pela diversidade de cursos ofertados em eixos tecnológicos ainda inexistentes nesta unidade do IFSP. Apesar de o número de municípios atendidos ter sido menor em comparação com os demais *campi*. Avaré é uma instância turística e possui forte tradição no ramo da agropecuária, mas a oferta de cursos pertencentes aos eixos tecnológicos Turismo, Hospitalidade e Lazer e Recursos Naturais foi pontual em 2013. Entretanto, ampliou-se no ano seguinte. Conforme exposto nos quadros 23 e 24, a seguir, o curso de Garçom, por exemplo, teve uma turma em 2013 e quatro em 2014.

A Coordenadora Adjunta 2-Avaré afirma que, inicialmente, essa unidade do IFSP priorizou a oferta de cursos dentro do próprio *campus* para que os alunos conhecessem o Instituto e se beneficiassem da infraestrutura que ele possui. Além disso, esse *campus* escolheu oferecer cursos voltados às demandas regionais mesmo se estivessem em eixos tecnológicos diferentes daqueles nele existentes. Esses cursos foram bastante procurados por municípios vizinhos, porém, a pactuação era realizada mediante contrapartida da Prefeitura (salas de aula, oficinas etc.), visando assegurar condições essenciais para o desenvolvimento das atividades, enquanto o *campus* Avaré disponibilizava corpo docente, material didático e equipe de apoio.

A gente tentava, o máximo possível, trazer esses alunos para o Instituto Federal. Inclusive para eles conhecerem as instalações, conhecerem os cursos e dar maior visibilidade. Muitos dos cursos que a gente ofereceu não eram dos eixos temáticos do *campus*. Então, a gente precisou buscar parcerias com a Prefeituras e com instituições sem fins lucrativos como o Bom Samaritano⁶⁷ – onde teve o curso de Costureiro Industrial – e o Fundo Social de Solidariedade⁶⁸ para tentar sanar essas dificuldades e encontrar lugares que contemplassem os cursos. [...] O *campus* Avaré foi o primeiro a oferecer uma turma de Pronatec dentro de um presídio. Em 2013, a gente fez um curso de Garçom na Penitenciária de Cerqueira César⁶⁹ (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

⁶⁷ Associação espírita que oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional em parceria com instituições públicas e privadas. Realiza ainda trabalho de assistência social a idosos, gestantes, desempregados e desabrigados. De acordo com o relatório de atividades desenvolvidas em fevereiro de 2020, “as despesas com salários, encargos sociais, material de consumo e serviços de terceiro realizam-se exclusivamente com recursos da entidade oriundos de contribuições de associados, donativos de pessoas físicas e jurídicas e repasses do Programa da Nota Fiscal Paulista” (ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA O BOM SAMARITANO, 2020, *on-line*).

⁶⁸ Órgão do Governo Municipal vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social que visa promover a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para isso, esse Fundo oferece cursos de qualificação profissional, realiza campanhas para arrecadar alimentos, roupas, fraldas geriátricas etc. a serem doados aos assistidos (FUNDO, 2020; SÃO PAULO, 2018).

⁶⁹ Os dados referentes a esses alunos bem como a situação deles ao final do curso foram mantidos em sigilo e, por isso, não puderam ser computados.

Essa opção pela oferta de cursos majoritariamente no próprio *campus* parece ter sido motivada pelo desejo de incluir socialmente aqueles alunos que viviam à margem do Instituto Federal. Embora esse não tenha sido o objetivo primordial do Pronatec, o Programa foi ressignificado pelas equipes que o implementaram e se tornou o meio pelo qual jovens e adultos conheceram o IFSP e deram continuidade aos estudos nessa instituição.

O Pronatec FIC aqui no *campus* foi uma ferramenta muito importante de inclusão, porque por meio dele a gente conseguiu trazer um público que normalmente a gente não traria para o ambiente escolar. Temos vários ex-alunos que depois vieram estudar no Instituto e incentivaram pessoas da família, netos, filhos a fazer os cursos que a gente tem aqui [...]. Eu acho que é uma contrapartida importante que a gente tem para a sociedade. O Pronatec fez com que a gente entendesse como é a região e soubesse o que as pessoas precisam. E... também fez com que o público da instituição entendesse qual é a função social do Instituto como um todo, né? (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Ao priorizar demandas regionais na escolha de cursos a serem ofertados, o *campus* Avaré se deparou com o desafio de não ter docentes especializados nas áreas demandas. A partir de 2013, quando os recursos que estavam atrasados chegaram e a equipe responsável pelo Pronatec no *campus* teve mais clareza sobre os procedimentos para contratação de professores, esse desafio foi superado.

[...] uma parte engraçada é que poucos professores do Instituto Federal eram professores do Pronatec. O que a gente mais tinha era professores externos no Instituto Federal ministrando aulas. Como a gente podia pagar a hora-aula desse professor a gente tinha muita gente de fora, inclusive de Etec ministrando aula no Pronatec. O que eu também acho que foi uma coisa muito positiva. Então, o Pronatec foi uma maneira de levar o Instituto até a sociedade (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Ao ser indagada sobre o motivo pelo qual havia poucos docentes desse *campus* lecionando em cursos Pronatec FIC, a Coordenadora Adjunta 2-Avaré explica:

Um pouco pelo tipo de curso que não era dentro das competências deles e, naquela época, a gente tinha pouca gente para ministrar as atividades. [...] Então, eles também não tinham muito tempo para se envolver em outras atividades que não as aulas, as coordenações e as atividades administrativas do Instituto.

Quadro 23 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Avaré em 2013

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
1	Agente comunitário de saúde	Avaré	Ambiente e Saúde
1	Agricultor orgânico	Avaré	Recursos Naturais
1	Almoxarife	Avaré	Controle e Processos Industriais
1	Artesão em pintura em tecido	Avaré	Produção Cultural e Design
1	Auxiliar de secretaria escolar	Avaré	Desenvolvimento Educacional e Social
2	Costureiro industrial	Avaré	Produção Industrial
1	Cuidador de idoso	Avaré	Ambiente e Saúde
1	Garçom	Avaré	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Maquiador	Avaré	Ambiente e Saúde
1	Monitor de recreação	Avaré	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Operador de supermercados	Avaré	Gestão e Negócios
12	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Em 2014, esse *campus* manteve a diversidade de eixos tecnológicos característica dos anos anteriores e demonstrou alinhamento com os arranjos produtivos locais voltados, principalmente, para agropecuária, turismo e serviços. Esse *campus* duplicou o número de cursos disponíveis e estendeu a oferta ao município Paraguaçu Paulista. Percebe-se pelos cursos com maior número de turmas ofertadas as profissões possivelmente mais requisitadas na região, quais sejam, Auxiliar de Cozinha, Garçom, Auxiliar Administrativo e Artesão em Pintura em Tecido.

Quadro 24 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Avaré em 2014

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
1	Agricultor familiar	Paraguaçu Paulista	Recursos Naturais
1	Agente de desenvolvimento cooperativista	Avaré	Gestão e Negócios
1	Almoxarife	Avaré	Controle e Processos Industriais
1	Aquicultor	Avaré	Recursos Naturais
2	Artesão de pintura em tecido	Avaré	Produção Cultural e Design
1	Artesão em bordado à mão	Avaré	Produção Cultural e Design

Continua...

Continuação

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
2	Auxiliar administrativo	Avaré	Gestão e Negócios
4	Auxiliar de cozinha	Avaré	Turismo, Hospitalidade e Lazer
2	Auxiliar de recursos humanos	Avaré	Gestão e Negócios
1	Costureiro industrial	Avaré	Produção Industrial
1	Cuidador de idoso	Avaré	Ambiente e Saúde
1	Eletricista industrial	Avaré	Controle e Processos Industriais
3	Garçom	Avaré	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Maquiador	Avaré	Ambiente e Saúde
1	Operador de caixa	Avaré	Gestão e Negócios
1	Operador de máquinas e implementos agrícolas	Avaré	Recursos Naturais
1	Pintor de obras	Avaré	Infraestrutura
1	Preparador de doces e conservas	Avaré	Produção Alimentícia
1	Produtor de frutas e hortaliças processadas pelo uso de calor	Paraguaçu Paulista	Produção Alimentícia
1	Programador de dispositivos móveis	Paraguaçu Paulista	Informação e Comunicação
28	TOTAL		

Nota 1: Eixos do campus: Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia; Recursos Naturais; Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Os cursos Pronatec FIC no *campus* Presidente Epitácio, em 2013, ainda ficaram bastante circunscritos aos eixos tecnológicos do *campus*, exceção feita ao curso de Aconselhador em dependência química, vinculado ao eixo Ambiente e Saúde. A Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio esclarece que nos primeiros dois anos de implementação do Pronatec, os cursos foram propostos considerando-se a formação do corpo docente disponível. Entretanto, havia procura por cursos voltados ao eixo Recursos Naturais, que, inicialmente, não pôde ser atendida, porque o *campus* não possuía docentes especializados nessa área.

De 2012 para 2013, percebemos que estávamos ofertando muitos cursos voltados ao público masculino, porque os docentes que nós tínhamos eram das áreas de Mecânica, Engenharia, Elétrica, né? [...] Nós sempre tivemos procura por cursos em outras áreas, principalmente, da parte do pessoal do movimento social, do Itesp [Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo]⁷⁰. Eles têm um grupo regional que trabalha ligado ao Ministério da

⁷⁰ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) “José Gomes da Silva” “está vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania e atualmente é o órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo. Todas as suas ações são pautadas pelo resgate da cidadania, uso sustentável e preservação dos recursos naturais, e desenvolvimento social e econômico. Atua também com os pequenos produtores rurais para gerar mais renda no campo e inseri-los em programas de acesso

Agricultura. Então, sempre houve uma demanda deles por cursos (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio).

Essa coordenadora salienta ainda que cada demandante teve uma postura diferente. Enquanto uns solicitavam cursos em determinadas áreas, outros pareciam não ter uma demanda clara e apenas encaminhavam os alunos para os cursos propostos pelo *campus*:

Nós tivemos pouca procura ou até mesmo nem fizemos pactuação com a Secretaria Municipal do Trabalho. Não houve uma demanda deles, não houve uma procura. Eu enviei e-mails, telefonei mas as tratativas não avançaram. Então, essa relação ficou restrita ao Cras. [...] Outra procura que nós tivemos, mas que não chegou a se concretizar como demandante no sistema, foi a do INSS. Nós recebemos algumas pessoas que eles nos encaminharam e incluímos nos cursos, mas não houve uma demanda efetiva por cursos. Eles ficaram sabendo que as pré-matrículas estavam abertas e fizeram a inscrição das pessoas, mas não como demandante primário, né? Então, a gente teve essas questões (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio).

As pessoas encaminhadas pelo INSS se matriculavam em cursos de qualificação profissional em cumprimento ao disposto no artigo 89 da Lei nº 8213/1991 e no artigo 136⁷¹ do Decreto nº 3.048/1999, que estabelecem a reabilitação profissional aos segurados que sofreram acidentes ou lesões por esforços repetitivos e àqueles que possuem algum tipo de deficiência, mas podem exercer profissões compatíveis com suas limitações (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, 2017). Essa matrícula compulsória, aliada à ausência de demanda específica por cursos, explica a oferta do curso Operador de computador por dois anos consecutivos (2012 e 2013) em um *campus* que já oferece regularmente o Proeja FIC em Operador de computador. Esse tipo de curso alia a experiência e a infraestrutura existentes no *campus* à diversidade de atuação profissional dos egressos, pois a maioria das ocupações exige conhecimentos básicos em Informática.

ao mercado. [...] A Fundação Itesp presta assistência técnica para 7.133 famílias distribuídas em 140 assentamentos que estão presentes em 40 municípios. Somente no Pontal do Paranapanema são 98 assentamentos e 4.913 famílias” (FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019, *on-line*).

⁷¹ Art. 136. A assistência (re)educativa e de (re)adaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visa proporcionar aos beneficiários, incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independentemente de carência, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios indicados para proporcionar o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem.

Quadro 25 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Presidente Epitácio 2013

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
1	Aconselhador em dependência química	Presidente Epitácio	Ambiente e Saúde
2	Auxiliar administrativo	Presidente Epitácio	Gestão e Negócios
1	Desenhista mecânico	Presidente Epitácio	Controle e Processos Industriais
2	Operador de computador	Presidente Epitácio	Informação e Comunicação
6	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Diferentemente dos demais *campi*, o *campus* Presidente Epitácio expandiu a oferta de cursos Pronatec FIC para outros municípios e diversificou os cursos de maneira mais expressiva apenas no seu terceiro ano de execução do Programa. O considerável número de turmas em cursos vinculados ao eixo Recursos Naturais expressa a importância da agropecuária na Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual este *campus* se situa, e o interesse da população pela qualificação profissional nesse ramo de atividade produtiva. Apesar disso, o *campus* Presidente Epitácio ainda não possui cursos técnicos ou superiores nesse eixo.

Conforme destacam Silva e Spósito (2007, p. 1), essa região administrativa “[...] está fortemente ligada ao campo e tem a cana de açúcar e a pecuária extensiva como os principais alicerces econômicos”. Embora o setor rural seja o que mais se destaca, os setores do comércio, de serviços, da indústria sucroalcooleira, da produção de borracha, fumo e couro também são importantes geradores de empregos nessa região (SANTOS; SPOSITO, 2008).

Ressalta-se também que, embora essa unidade do IFSP esteja situada em uma instância turística, ofertaram-se apenas duas turmas cujos cursos estão vinculados ao eixo tecnológico “Turismo, Hospitalidade e Lazer”, quais sejam, Camareira em meios de hospedagem e Agente de informações turísticas, ambos em 2014, conforme apresentado no quadro 26, a seguir.

Por meio do Pronatec, explicitaram-se demandas por cursos fora dos eixos tecnológicos existentes no *campus* Presidente Epitácio. No entanto, para que elas fossem atendidas, foi necessário contratar professores externos e estar aberto a mudanças, conforme esclarece a Coordenadora Adjunta 8- Presidente Epitácio:

Apesar de o nosso *campus* estar em uma região turística e agrária, não oferece cursos nessas áreas. Então, temos que estar dispostos a sair disso! Não adianta ficar ofertando cursos que estão de acordo com nosso rol de professores, mas que vão atender a região. Então, eu acho que foi fundamental usar o Programa para atender as necessidades da região. [...] Acho que quando ele é bem feito, bem amarrado ele é... bom para a região! Ainda mais se você estiver em uma instituição que esteja disposta e tenha coragem para realmente sair da zona de conforto para trabalhar o que realmente entende que precisa ser trabalhado (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio).

Essas constatações levam-nos a indagar que critérios, interesses e correlações de forças prevaleceram na escolha dos eixos tecnológicos desse *campus* e do *campus* Registro, quando foram criados. Por que alguns arranjos produtivos locais, especialmente aqueles ligados à agropecuária, foram preteridos?

Quadro 26 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Presidente Epitácio em 2014

Turmas	Cursos ofertados	Local	Eixos
1	Agente de desenvolvimento cooperativista	Presidente Prudente	Gestão e Negócios
1	Auxiliar de biblioteca	Presidente Prudente	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Auxiliar de pessoal	Presidente Prudente	Gestão e Negócios
1	Agente de informações turísticas	Presidente Epitácio	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Agricultor agroflorestal	Rancharia	Recursos Naturais
1	Agricultor agroflorestal	Teodoro Sampaio	Recursos Naturais
1	Agricultor agroflorestal	Presidente Bernardes	Recursos Naturais
1	Agricultor agroflorestal	Presidente Venceslau	Recursos Naturais
1	Agricultor agroflorestal	Narandiba	Recursos Naturais
1	Agricultor agroflorestal	Presidente Epitácio	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Presidente Epitácio	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Teodoro Sampaio	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Presidente Venceslau	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Presidente Bernardes	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Rancharia	Recursos Naturais
1	Agricultor familiar	Narandiba	Recursos Naturais
2	Auxiliar administrativo	Presidente Epitácio	Gestão e Negócios
1	Camareira de meios de hospedagem	Presidente Epitácio	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Recepcionista	Presidente Epitácio	Gestão e Negócios
1	Recepcionista	Presidente Prudente	Gestão e Negócios
22	TOTAL		

Nota 1: Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

O caso do *campus* Registro foi particularmente interessante porque, embora se situe em uma região eminentemente agrícola, não são ofertados cursos no eixo Recursos Naturais. Priorizaram-se cursos técnicos integrados em Logística, Edificações e Mecatrônica e graduações em Física e em Engenharia de Produção. Verificou-se a razão de tal acontecimento, pois uma das finalidades dos Institutos Federais é promover o desenvolvimento regional e local. De acordo com o Coordenador Adjunto 3-Registro, esse *campus* não oferta cursos técnicos e superiores vinculados ao eixo tecnológico Recursos Naturais porque a então equipe gestora do *campus* entendeu que “a missão do Instituto é trabalhar com tecnologia”. Essa afirmação sugere que a tecnologia não está presente em cursos como, por exemplo, Técnico em Agricultura, Técnico em Agroindústria ou Tecnólogo em Agronegócio⁷² e sinaliza equívoco a respeito da finalidade dos Institutos Federais (BRASIL, 2008a, 2016b).⁷³

Essa discussão foi feita muitas vezes, inclusive a partir do Pronatec, porque tem muitos profissionais lá. Não do Instituto, mas de outras áreas, profissionais liberais, profissionais de outras redes que são da área agrícola, da área de pesca etc. E... quando foi feita uma pesquisa para implantar novos cursos, ela não foi considerada. Tanto é que foi muito questionada. A gente levou a demanda do MDA que era para criar um curso Técnico em Agricultura, em Agropecuária. Foi levada a demanda para criar um curso em Agroecologia, mas a gestão da época não aceitou em hipótese alguma, porque disse que a missão do Instituto é trabalhar com tecnologia. Também é, mas não só! Tanto é que têm as demandas, as consultas públicas exatamente para definir quais são os eixos de cada instituição. E lá, praticamente, a comunidade não foi consultada, foi uma imposição, e está lá até hoje. *E é um prejuízo para aquela comunidade, porque não são cursos que atendem a necessidade daquela região que é uma região extremamente agrícola, agroecológica, de mata preservada, então teria que ter outro tipo de curso lá. Mas isso poderia ter sido revisto a partir do Pronatec, porque o Pronatec trouxe essa realidade, mas mesmo assim não foi considerada* (Coordenador Adjunto 3- Registro, grifo nosso).

⁷² De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o eixo tecnológico Recursos Naturais “[...] compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos” (BRASIL, 2016c, p. 225). Depreende-se do exposto que a tecnologia permeia os cursos organizados em torno desse eixo.

⁷³ Conforme disposto no Art. 6º, inciso IV da Lei nº 11.892/2008, uma das finalidades e características dos Institutos Federais é “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal”, ou seja, as demandas locais precisam ser consideradas no processo de definição de cursos (BRASIL, 2008a).

Esse coordenador relata como foi o processo de oferta de cursos fora dos eixos tecnológicos desse *campus*:

[...] quando nos foi solicitada, lá em Registro, a parceria com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, em uma instituição tecnológica onde os cursos eram todos nas áreas tecnológicas, na época, o diretor geral disse: ‘Não temos condições. Aqui não dá para fazer porque a gente não tem *expertise*, porque a gente não tem profissionais’. E aí, ainda bem que eu e mais algumas pessoas falamos: ‘Será que a gente não consegue?’. E aí, a gente foi buscar e foi atrás de parcerias. Mas a primeira resposta é não porque não é a *expertise*. Talvez, por um lado, o gestor estivesse certo. Não vamos nos meter onde a gente não tem *expertise*, mas ao mesmo tempo era a única instituição pública no Vale do Ribeira e que podia viabilizar essa política. Por isso que a gente acreditou e disse: ‘Nós estamos aqui para atender as necessidades. Vamos encampar na medida do possível, nos adaptar para atender’. Acho que talvez por isso houve tantos desafios e tantas dificuldades. De fato, a gente precisou contar com muito colaborador externo (Coordenador Adjunto 3- Registro).

Observa-se no quadro 27, a seguir, o expressivo número de turmas cujos cursos pertencem a eixos tecnológicos inexistentes no *campus* Registro, tais como “Recursos Naturais”, “Turismo, Hospitalidade e Lazer”, “Desenvolvimento Educacional e Social”. Entende-se que essa conquista resultou da organização dos movimentos de trabalhadores rurais do Vale do Ribeira que, com o apoio da delegacia regional do MDA, do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) e de lideranças políticas comprometidas com a causa desses trabalhadores, reivindicaram junto ao IFSP a oferta de cursos pelo Pronatec Campo.

Quadro 27 – Cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP *campus* Registro 2014

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Garçom	Registro	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Vendedor	Registro	Gestão e Negócios
2	Condutor ambiental local	Barra do Turvo	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Cozinheiro	Barra do Turvo	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Reciclador	Barra do Turvo	Ambiente e Saúde
1	Agente de informações turísticas	Eldorado	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Agricultor familiar	Eldorado	Recursos Naturais
1	Agricultor orgânico	Eldorado	Recursos Naturais
1	Auxiliar administrativo	Eldorado	Recursos Naturais
1	Horticultor	Eldorado	Recursos Naturais
1	Auxiliar administrativo	Iguape	Gestão e Negócios

Continua...

Continuação

Turmas	Cursos	Local	Eixos
1	Espanhol aplicado a serviços turísticos	Iguape	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês aplicado a serviços turísticos	Iguape	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Agricultor familiar	Itaóca	Recursos Naturais
1	Agricultor orgânico	Itaóca	Recursos Naturais
1	Bovinocultor de leite	Itaóca	Recursos Naturais
1	Condutor de turismo de aventura	Itaóca	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Auxiliar administrativo	Jacupiranga	Gestão e Negócios
1	Cuidador de idoso	Jacupiranga	Ambiente e Saúde
1	Garçom	Jacupiranga	Gestão e Negócios
1	Libras	Jacupiranga	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Manicure e pedicure	Jacupiranga	Ambiente e Saúde
1	Recepcionista em serviços de saúde	Jacupiranga	Ambiente e Saúde
1	Auxiliar de cozinha	Juquiá	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Auxiliar de garçom	Juquiá	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Camareira	Juquiá	Turismo, Hospitalidade e Lazer
1	Espanhol aplicado a serviços turísticos	Juquiá	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês aplicado a serviços turísticos	Juquiá	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Almoxarife	Pariquera-Açu	Gestão e Negócios
1	Cuidador infantil	Pariquera-Açu	Ambiente e Saúde
1	Agricultor familiar	Peruíbe	Recursos Naturais
1	Aquicultor	Peruíbe	Recursos Naturais
1	Assistente de planejamento e controle de produção	Peruíbe	Gestão e Negócios
1	Espanhol básico	Peruíbe	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês básico	Peruíbe	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Inglês Intermediário	Peruíbe	Desenvolvimento Educacional e Social
1	Agricultor familiar	Sete Barras	Recursos Naturais
1	Cuidador infantil	Sete Barras	Ambiente e Saúde
1	Instalador hidráulico residencial	Sete Barras	Infraestrutura
40	TOTAL		

Nota 1 : Eixos do *campus*: Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Infraestrutura.

Nota 2: Neste quadro, os dados referentes às turmas canceladas foram excluídos.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

De acordo com o Coordenador Geral 4-São Paulo, o MDA demandava cursos no eixo agrícola, mas o Sistema S e o Centro Paula Souza não os ofertavam porque eles preferiam realizar os cursos nas sedes das instituições em vez de se deslocarem até os assentamentos:

Nessa articulação com o antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós pudemos ver que havia uma organização territorial e que a delegacia regional do MDA aqui de São Paulo já tinha feito um trabalho. Eles tinham uma demanda em relação aos técnicos, mas eles tinham bastante demanda também na parte de cursos FIC. E eles estavam tendo muita dificuldade com os outros ofertantes: Sistema S e Paula Souza. Qual era a dificuldade? Era que esses outros ofertantes não queriam fazer o curso no local, por exemplo, no acampamento ou no assentamento para que o curso ocorresse lá para aqueles... alunos do campo no local de trabalho deles ou próximo do local de trabalho deles. E nós tivemos essa sensibilidade de perceber que era importante, no caso do trabalhador do campo, já que a gente pensava em uma perspectiva de fixação do homem do campo, de dar condições e tudo mais (Coordenador Geral 4-São Paulo).

Por meio das justificativas apresentadas pelo *campus* Registro a respeito da inviabilidade de se ofertar cursos fora dos eixos tecnológicos existentes no *campus* e da recusa do Sistema S e do Centro Paula Souza em realizar cursos nos assentamentos e acampamentos, infere-se a falta de compromisso com a formação dos trabalhadores rurais.

Para que as reivindicações desses trabalhadores fossem atendidas, foi necessário que eles se mantivessem articulados ao MDA, ao Consad etc., e encontrassem dentro da instituição ofertante um grupo que fosse sensível a essas demandas. Embora a instituição IFSP seja a mesma, as equipes mudam e estas são formadas por sujeitos que possuem ideais e princípios distintos. Além disso, houve uma conjuntura mais favorável ao acolhimento dessas reivindicações, ou seja, o Programa ensejou o atendimento dessas demandas pelo IFSP por meio da modalidade Pronatec Campo.

O Coordenador Geral 4-São Paulo esclarece como foi o planejamento desses cursos e a parceria realizada com universidades que possuem tradição na área agrícola.

Então, nós começamos a fazer cursos que eram articulados os PPCs [Planos Pedagógicos de Curso] em uma conversa com esses grupos regionais que eles tinham, com pessoas que estavam ligadas ao movimento do campo, aos assentamentos, à educação do campo, com outras universidades que colaboraram, como foi o caso dos professores da Unesp, com a organização do PPC. Inclusive, alguns cursos nós trabalhamos na perspectiva da pedagogia da alternância dentro da educação do campo (Coordenador Geral 4-São Paulo).

O Pronatec, após atingir seu ápice em 2014, não foi ofertado pelo IFSP no ano seguinte devido ao atraso no repasse de verbas⁷⁴, conforme declara o Coordenador geral 4-São Paulo:

A gente estava nessa perspectiva de continuidade, mas infelizmente houve problemas com o Pronatec em 2015. Como não tinha segurança orçamentária e o recurso financeiro chegou quase no final do ano, acabamos não executando o Programa pelo IFSP. O Instituto Federal do Sul de Minas assumiu alguns cursos que tinham sido pactuados por nós e executou algumas turmas aqui em São Paulo. O que nos causou problema da seguinte forma: como não havia estabilidade orçamentária e os recursos vieram tardiamente – houve atrasos de bolsas e tudo mais – as pessoas questionavam o IFSP! (risos) (Coordenador geral 4-São Paulo).

O relato da Servidora municipal 6-São Paulo corrobora a afirmação do Coordenador geral 4-São Paulo sobre o atraso no envio de recursos por parte do FNDE, inviabilizando a continuidade na execução do Programa em 2015:

Instituto Federal é como nós um ente público que depende de verba a receber. Se o Pronatec não pagava, ele não tinha dinheiro. O Sistema S tem a possibilidade de bancar e receber depois, mas o Pronatec no Instituto não dava para ser assim! Então, este é um desafio. Eles nos diziam: ‘Se eu não recebo não tenho como pagar o professor, não tenho como pagar a equipe, não tenho como comprar o material, não tenho como licitar...’. Se você for lá conversar com eles, você vai ouvir essa queixa, essa dificuldade operacional que o Programa trouxe. Por mais interesse que eles tinham! Eles participavam das reuniões e faziam de tudo! (risos) Mas não conseguiram executar em 2015 pela questão da forma do pagamento, do repasse que o MEC fazia, porque ele não faz o repasse fundo a fundo⁷⁵ (Servidora municipal 6-São Paulo).

A Coordenadora geral 1-São Paulo, ao comparar o processo de implementação do Programa Telecentros.BR⁷⁶ com o do Pronatec, destaca que a descontinuidade é uma característica marcante dos programas federais, e esta acarreta inúmeros prejuízos.

⁷⁴ Essa intensificação no atraso do repasse de verbas foi o prenúncio do que aconteceria com o Pronatec posteriormente. Em setembro de 2016, a Setec/MEC publicou o Edital 79 “para apresentação de propostas por instituição de educação profissional e tecnológica para a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional e cursos técnicos de nível médio, presenciais ou a distância, *sem transferência de recursos*, no âmbito do Pronatec, denominada ‘Propostas Voluntárias – Pronatec’” (BRASIL, 2016f, p. 1, grifo nosso).

⁷⁵ “As transferências fundo a fundo caracterizam-se pelo repasse por meio da descentralização de recursos diretamente de fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal” de maneira regular e sistemática (BRASIL, 2016g).

⁷⁶ Instituído em 27 de outubro de 2009, pelo Decreto nº 6.991, o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) teve por objetivo “desenvolver ações que possibilitem a implantação e a manutenção de telecentros comunitários em todo o território nacional, sem prejuízo da continuidade e

Antes do Pronatec, trabalhei no programa de telecentros comunitários do Ministério das Comunicações [...]. Houve um chamamento público e as prefeituras se cadastraram para receber um telecentro equipado com 10 ou 20 computadores, mesas etc. para que a comunidade pudesse operar. O IFSP deveria capacitar as pessoas que iriam trabalhar nesses telecentros. Na época, se não me engano, do total de aproximadamente 600 municípios conseguimos chegar a pouco mais de 400 [...]. Nas prefeituras pequenas, principalmente, houve receptividade muito grande, porque foi um ganho inestimável ter um telecentro onde as pessoas podiam preencher ficha de emprego, procurar trabalho... muito, muito bom! Tivemos depoimentos ótimos! Após todo esse trabalho, qual seria a proposta? Manter, trocar periodicamente as máquinas, ir ampliando, né? Mas, infelizmente, o Programa parou! Foi muito chato não ter essa continuidade [...]. De vez em quando, a gente ainda recebe ligação: ‘Olha, estou com uma máquina aqui que está com problema o que eu faço?’. Eu digo: ‘Gente, o programa acabou e não tenho mais condições de ajudar’. Quando a gente entra em contato com o Ministério da Telecomunicações, eles não sabem nem do que se trata. É muito difícil. Não estou criticando esse Ministério, estou falando dos programas federais em geral (Coordenadora geral 1-São Paulo).

Essa coordenadora afirma que os programas federais poderiam ser avaliados e aperfeiçoado em vez de serem descontinuados em face de novos programas. Essa descontinuidade mencionada pela Coordenadora geral 1-São Paulo está associada ao fato de esses programas serem políticas de governo, em vez de políticas de Estado (ALMEIDA, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Isso aconteceu com o Pronatec também. No começo, a implantação foi muito dispendiosa [...]. Depois de muito esforço, quando tudo começou a funcionar, quando as pessoas estavam aptas a desenvolver o trabalho de uma forma realmente eficaz, o programa quebrou! É como se fosse... um trabalho perdido. [...] Eu acho que isso acaba acarretando um desperdício de dinheiro público, porque não existe continuidade. Então, ele passa a ser mais uma política e perde aquele objetivo educacional. E aí, vêm o desânimo e a frustração. E começamos a questionar: Será que realmente foi o melhor caminho? [...] É uma crítica mesmo não só a respeito desse Programa, mas dos programas em geral que se perdem. [...] Se as coisas estão dando certo, por que não continuar? Se elas estão precisando melhorar, mas a gente já sabe os caminhos, já sabe os pontos que a gente vai ter que mexer, por que não mexer e continuar? Quando para e surge novo programa, temos que começar tudo do zero. Isso é muito chato para a instituição e para o público

implementação de outros programas da mesma natureza” (BRASIL, 2009). Esse Programa foi coordenado de maneira colegiada por representantes do Ministério da Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A cada ministério atribuiu-se uma competência específica, qual seja, respectivamente, disponibilizar “equipamentos de informática e mobiliário novos necessários ao funcionamento dos telecentros e a disponibilização e manutenção do serviço de conexão em banda larga à Internet”; conceder “bolsas para auxílio financeiro dos monitores que atuarão nos telecentros”; e disponibilizar “equipamentos de informática reconicionados e a constituição de rede de formação para monitores de telecentros apoiados” (BRASIL, 2009).

que estava esperando o atendimento daquela demanda e de repente se vê frustrado (Coordenadora geral 1-São Paulo).

Esses depoimentos confirmam as afirmações de Haddad e Di Pierro (2000), Moura (2006) e Paiva (2006) a respeito da efemeridade de programas federais, especialmente a descontinuidade que caracteriza as políticas públicas voltadas ao público da EJA no Brasil.

2.3 Definição dos cursos Pronatec FIC: projetos em disputa

Como assinalado anteriormente, o Pronatec foi implementado por sujeitos cujas escolhas foram norteadas por concepções e princípios que lhes são caros. As diretrizes do Programa, os prazos a serem cumpridos e a burocracia nos trâmites para recebimento de recursos federais interferiram nesse processo. Somam-se a isso os interesses dos empregadores por mão de obra qualificada nas áreas que melhor lhes convinham e a tradição do IFSP em eixos tecnológicos que nem sempre correspondiam àqueles aos quais se vinculavam os cursos de formação inicial e continuada.

Os cursos previstos no Guia Pronatec de Cursos FIC – não por coincidência – estavam bastante alinhados com os cursos que o Sistema S ofertava antes de o Pronatec ser instituído. A Coordenadora Geral 1-São Paulo salienta, inclusive, que embora o Instituto Federal tenha participado das reuniões de reelaboração do Guia Pronatec de Cursos FIC, a essência desse guia foi orientada pelo Sistema S:

Eu acredito que... tinha muito a ver com eles. Tinha muito a ver com o Sistema S de uma forma geral. Porque inclusive a aplicação, a formação desse catálogo se não me falhe a memória... veio muito dos cursos do Sistema S. E... eles estavam assim... eles tiveram muita facilidade para ofertar os cursos, mas não foi só por causa disso não. Porque como eles já tinham uma diretriz de ofertar determinados cursos, o próprio catálogo acabou sendo construído em cima desses cursos, né? Ele não surgiu do nada. Ele surgiu do que já estava sendo implantado. E... houve uma contribuição muito grande do Sistema S. Até mesmo depois quando eles foram rever o guia, tirar cursos, pedir sugestão... também trabalharam muito com o Sistema S. Se efetivamente eles hoje lá no Senac, no Senai eles ofertam isso dessa forma eu não posso dizer. Mas tinha sim, pelo que eu observei, muita proximidade com os cursos (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

Além dessa proximidade entre o catálogo de cursos Pronatec FIC e os cursos ofertados pelo Sistema S, a Coordenadora Geral 1-São Paulo relata a procura do público-alvo por cursos que lhe possibilitassem trabalhar autonomamente ou que tivessem relação direta com as demandas de empresas da região:

Uma coisa que deu muito certo foi para o Senac. Eu o acompanhei muito. O curso de manicure deles estava sempre lotado. Esses cursos que são para gerar renda, aquilo que a pessoa precisava aprender, pegar o certificado e gerar renda. Sertãozinho já tinha uma característica diferente. Como lá tinha muitas empresas, o curso de Caldeiraria para eles era muito interessante. Essa disciplina estava dentro do currículo dos cursos então era fácil desenvolver (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

Em relação ao processo de escolha de cursos Pronatec FIC, servidores municipais e coordenadores mencionaram 10 diferentes elementos intervenientes os quais são apresentados no quadro 28, a seguir. Os depoimentos desses sujeitos sinalizam que esse processo foi permeado por desafios, contradições e disputas.

Quadro 28 - Elementos que contribuíram para a escolha de cursos Pronatec FIC ofertados em cinco *campi* do IFSP (2012-2014)

Frequência ¹	Elementos
4	Experiência do IFSP na área dos cursos
4	Levantamento junto aos munícipes
4	Reivindicações do público-alvo
2	Confluência entre as demandas do público atendido, os arranjos produtivos locais e a capacidade de oferta do IFSP
2	Demandas apresentadas pelas prefeituras e pelos Cras
2	Demandas apresentadas por empregadores
1	Guia Pronatec de cursos FIC
1	Arranjo produtivo local
1	Infraestrutura disponível para ofertar os cursos
1	Levantamento de demandas junto aos empregadores e aos munícipes

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

De acordo com o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, as demandas por cursos eram encaminhadas às instituições ofertantes, e aquelas que possuíam maior experiência e melhores condições para atendê-las as acolhiam. Ele salienta que quando os cursos estão dentro do eixo tecnológico do *campus* podem ser ministrados com maior qualidade, pois a equipe, além de possuir experiência, tem infraestrutura adequada:

Nas reuniões que envolviam o Senai e o Senac, o Senai dizia ‘Isso daqui a gente tem condições [de ofertar]’; o Senac dizia ‘Esses nós temos condições’. E aí nessa pactuação, a gente conseguia atender algo que era mais a *expertise* do *campus*. O *campus* acaba tendo uma atuação muito forte dentro da área Industrial com a parte Mecânica, a parte Elétrica, a parte

Química... Apesar de não termos tido nenhuma oportunidade de ofertar um FIC do Pronatec no Eixo Químico. [...] Então, a gente acabou atendendo bem – penso eu – principalmente a parte Mecânica e de Elétrica, porque aí realmente era o eixo que a gente atuava nele (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

A decisão de se ofertar cursos FIC em consonância com a experiência do *campus* do IFSP na área desses cursos interferiu na maneira como o público-alvo foi consultado a respeito dos cursos que ele gostaria de fazer. Durante a pré-matrícula, geralmente realizada nos Cras e nos Cates, o público-alvo escolhia os cursos pelo nome em uma lista previamente definida, raramente lhe era concedida a possibilidade de apresentar uma demanda espontânea. Essa lista era preparada pelas instituições ofertantes e encaminhada aos Cras, conforme expressa, por exemplo, o Servidor Municipal 3-Presidente Epitácio:

Os cursos não foram escolhidos por nós. Foi o Instituto. Ele passou os cursos que tinham na grade e a pessoa que vinha se inscrever escolhia o curso e o período: manhã ou tarde. Foram passados para nós esses cursos e as pessoas escolhiam. Não tinha levantamento (Servidor Municipal 3-Presidente Epitácio).

Entre os principais elementos que culminaram na escolha dos cursos ofertados, está o levantamento junto aos munícipes, realizado de duas maneiras distintas: manifestação espontânea de interesse, ou seja, a pessoa dizia livremente que cursos ela gostaria de fazer; e escolha do curso em uma lista de opções. Embora essas duas formas de consultar os interesses do público-alvo sejam diferentes e gerem resultados bem distintos, ambas foram igualmente consideradas pelos entrevistados como participação dos munícipes. O Servidor Municipal 1 e a Coordenadora Geral 1, ambos de São Paulo, explicam como se deu a consulta de interesses dos munícipes:

Então, essas pessoas, nos diversos setores do CATe, nos procuravam e nós apresentávamos uma ficha de interesse nos cursos, na qual elas mesmas atribuíam dois cursos, por vontade própria, de interesse próprio que elas queriam fazer para poder voltar ao mercado de trabalho. Então, tiveram vários cursos de modalidades diferentes. Alguns acabaram se destacando: administração, almoxarife, recursos humanos, alguma coisa de Informática (Servidor Municipal 1-São Paulo).

Dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, a gente tinha acesso ao cadastro dos beneficiários do Bolsa-Família e então era fácil entrar em contato e saber o que eles precisavam. A maioria dos cadastrados estava desempregada e precisava desenvolver uma atividade, mas a demanda da atividade não era a que se esperava dentro daquela *expertise*. Então, você

tinha curso de panificação, manicure... era isso que eles precisavam, mas a gente não tinha isso dentro do Instituto (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

A Servidora Municipal 11-Sertãozinho afirma que “[...] é sempre um desafio conciliar a questão da vocação econômica com a questão da demanda do público. Porque nem sempre aquilo que o público almeja estudar é o que o município precisa”. Esse desafio foi “superado”, restringindo-se as possibilidades de escolha dos munícipes aos cursos disponíveis nas instituições ofertantes e às demandas dos empregadores. Então, criou-se uma lista de cursos disponíveis e encaminhou-se para os locais onde eram realizadas as pré-matrículas (Cras, CATes, PATs etc.).

Sabe-se que a criação dessa lista de opções se deu ainda, entre outros motivos, em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo IFSP durante os primeiros anos de implementação do Pronatec. No entanto, ao problematizar essa estratégia de consulta, é possível observar que lugar os interesses dos munícipes ocupam na agenda de prioridades.

Verificou-se junto aos egressos se em algum momento eles foram consultados a respeito dos cursos que gostariam de realizar. Conforme os resultados obtidos, 72% escolheram os cursos entre as opções disponíveis, ou seja, a maioria deles não teve a oportunidade de expressar livremente suas aspirações. De acordo com a Egressa 8, Almojarife, Avaré, 32 anos, “Eles deram as opções. Aí, quem se interessava ia lá e se matriculava”.

Gráfico 7 - Se os egressos foram consultados sobre que cursos eles gostariam de fazer

Nota: Esses dados referem-se apenas aos egressos contatados em 2019.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Apenas duas egressas afirmaram ter informado espontaneamente, sem lista prévia, os cursos que elas gostariam de fazer. A Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos, declarou que houve uma consulta aberta nos Cras, e os candidatos informavam que cursos eles gostariam de fazer. As inscrições eram feitas nos Cras e depois eles direcionavam as pessoas para os locais de oferta (Senai, Senac, IF etc.). Curiosamente, a Egressa 14, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, alegou ter preenchido uma ficha informando os cursos que ela gostaria que fossem ofertados. Esse aspecto chama a atenção porque ela e a Egressa 8 – que afirmou ter escolhido o curso em uma lista previamente definida – estudaram na mesma instituição e ambas foram encaminhadas pelo Cras. Isso sinaliza que ocorreram mudanças nos procedimentos de consulta ao público-alvo no decorrer do processo de implementação do Pronatec.

Por outro lado, dois egressos disseram que não foram consultados a respeito de quais seriam os cursos de sua preferência. A Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos, declara que se matriculou nesse curso porque “era o que tinha vaga no momento”, porém, ela gostaria de ter cursado Cuidador de Idosos. Apesar disso, ela concluiu o curso de Garçom.

Esses egressos foram consultados também a respeito da maneira pela qual souberam dos cursos. A maioria deles (56%) disse ter sido por meio de amigos ou familiares, 16% foram informados pelo Cate e 12%, pelo Cras; 8% por buscas na Internet; 1% por propaganda na televisão e 1% pela divulgação do IFSP.

Os interesses apresentados pelos munícipes nas diferentes formas de levantamento realizadas não foram integralmente considerados, porque as demandas expressas pelos empregadores eram priorizadas. A Servidora Municipal 7-Avaré e a Coordenadora Adjunta 2-Avaré, por exemplo, entendiam que, ao ofertar cursos em consonância com essas demandas, os egressos teriam mais chances de serem contratados.

A gente pensava muito sobre a empregabilidade e a necessidade das empresas na cidade, mas não necessariamente os cursos onde a gente observava maior empregabilidade eram os demandados pelas pessoas ou que tinha maior procura. Mas, de maneira geral, a gente tentava fazer essa ponte entre as empresas com os cursos a serem oferecidos e a empregabilidade. [...] A Assistência Social tinha mais contato com essas empresas. Ela mandava e-mails ou entrava em contato com eles. A gente menos (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Embora essa Coordenadora Adjunta ressalte a preocupação com a empregabilidade dos alunos, não houve – tanto nesse município quanto nos outros onde a pesquisa se realizou

– acompanhamento da inserção profissional dos egressos, nem estudos sobre geração de empregos na região. Essa constatação nos remete ao discurso vazio e ideológico da empregabilidade que, na maioria das vezes, é empregado para justificar escolhas sem, contudo, analisar sua efetivação.

Em relação aos critérios para escolha dos cursos a serem ofertados, a Servidora Municipal 7-Avaré afirma que, em primeiro lugar, estava a vocação econômica do município e, em seguida, as demandas dos empresários. Os interesses dos munícipes eram parcialmente considerados, pois nem sempre coincidiam com as necessidades do município e as demandas apresentadas por empregadores.

A princípio, a vocação econômica e, em segundo plano, as ofertas de emprego das empresas instaladas no município de Avaré. Era feita uma entrevista analisando o perfil do usuário para o melhor curso. Depois, eles eram matriculados no curso adequado (Servidora Municipal 7-Avaré).

Ela explica os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, daquele município, para identificar as demandas por cursos junto aos empregadores e como isso se dava junto ao público-alvo. Estes eram consultados com base em uma proposta previamente elaborada tanto pelos empresários como pelas instituições ofertantes – sejam elas públicas ou privadas. Assim, os interesses dos munícipes eram alinhados com as possibilidades de oferta das instituições ofertantes e com as demandas dos empregadores.

Antes de solicitar os cursos, era feita visitas às empresas. Em reunião com os empresários, se estabeleciam os cursos a serem ofertados conforme a disponibilidade de vagas nessas empresas. Em seguida, essa proposta era encaminhada aos Cras do município de Avaré, os quais nos encaminhavam os seus atendidos (Servidora Municipal 7, Avaré).

As coordenadoras adjuntas 2 e 4 – respectivamente, de Avaré e Sertãozinho – sinalizam a importância da função exercida pelos servidores municipais no processo de levantamento de demandas junto aos empregadores e munícipes bem como na mediação dessas demandas perante as instituições ofertantes:

[...] a gente sempre teve uma conversa muito direta com a Assistência Social. A gente conversava sobre os cursos, a gente sempre combinava antes o que iria pactuar com os demandantes. Do conhecimento que eu tive, o público chegava a essa pessoa específica do Pronatec na [Secretaria Municipal de] Assistência Social e indicava os cursos que eles tinham interesse em fazer. E a partir disso, a gente fazia reuniões e definia quais eram os cursos que seriam pactuados (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Na hora de decidir os cursos com as parcerias, a gente conversava muito com algum representante do município. Esse representante levava em consideração o interesse da população (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

Salienta-se que nesse processo os interesses dos munícipes – independentemente da maneira como eles eram expressos – dificilmente prevaleciam. No entanto, esse cenário começou a mudar a partir de 2013, e essa mudança se consolidou em 2014 em decorrência de três aspectos cruciais: a) a chegada de recursos financeiros que estavam em atraso – o que possibilitou a contratação de professores externos ao IF especializados em áreas diferentes daquelas nas quais os *campi* têm experiência; b) mudanças na composição das equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi*; c) mobilizações do público-alvo, especialmente dos trabalhadores rurais e agricultores familiares vinculados às delegacias regionais do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad).

Em Registro, o Coordenador Adjunto 3 ressalta que as reivindicações dos trabalhadores do campo por cursos na área agrícola determinaram os cursos a serem ofertados, apesar de essa área não fazer parte dos eixos tecnológicos daquele *campus*. Ao ser questionado sobre que elementos interferiram no processo de escolha dos cursos, ele afirma:

Bom, é... primeiro a demanda. Acho que o primeiro fator levado em consideração foi a *demand dos agricultores*. A gente começou com os agricultores familiares e eles não tinham formação técnica. Então, *a ideia foi atender a necessidade desses agricultores, ou seja, a vocação local vamos dizer assim, né? A expertise do Instituto, na época [2013], não dava para ser considerada*. A gente tinha um curso Técnico em Edificações, curso Técnico em Mecatrônica e curso Técnico em Logística. E nos primeiros cursos [do Pronatec], a gente precisou contar com profissionais externos. Foi feito processo seletivo para contratar bolsistas externos como colaboradores (Coordenador Adjunto 3-Registro, grifo nosso).

Em 2014, fato semelhante ocorreu em Presidente Epitácio, o que reitera a efetividade de mobilizações sociais nesse processo de escolha dos cursos. A Coordenadora Adjunta 8 declara que:

E aí, depois foi uma *cobrança direta, em 2014, do pessoal dos assentamentos que aí foi voltado para a questão agrária*. Apesar de trabalharmos com cursos na cidade também, mas em relação a atender o município nossa grande questão foi abrir para os assentamentos. Em 2014,

foi essa a característica (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio, grifo nosso).

De acordo com o Coordenador Geral 4-São Paulo, conforme mencionado, havia uma organização territorial promovida pela delegacia regional do MDA em parceria com grupos regionais. Eles tinham uma demanda de cursos Técnicos e FICs na área agrícola que não era atendida pelo Sistema S e o Centro Paula Souza (CPS), porque eles preferiam realizar os cursos nas sedes das instituições em vez de nos acampamentos e assentamentos. Esses grupos de trabalhadores rurais procuraram o IFSP e reivindicaram os cursos. O IFSP percebeu a importância de atender essa solicitação e buscou parcerias com professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) para elaborar os Planos Pedagógicos de Curso, pois era uma área na qual o IFSP não tinha experiência.

Então, foi uma coisa nova para o Instituto Federal, porque nós não tínhamos essa experiência. A maior parte dos nossos *campi* é da área da Indústria. [...] No entanto, em vários desses *campi*, mesmo sendo da área da indústria, a gente acabou tendo cursos como foi o caso do *campus* Registro no Vale do Ribeira que a demanda é uma demanda muito voltada para a questão agrícola, agroecologia e também cursos de turismo rural (Coordenador Geral 4-São Paulo).

A Servidora Municipal 9-Registro esclarece o papel político presente no processo de escolha dos cursos a serem ofertados e destaca a existência de diferentes projetos em disputa.

Como nós viemos dessa tradição de defender um modelo de desenvolvimento para o Vale, com fortalecimento da agricultura familiar e diálogo com a educação ambiental, nós não queríamos só fazer uma listinha de cursos [...], porque isso é um projeto em disputa, né? Você vai só formar trabalhador para qualificar o trabalho da fazenda? Ou você vai fortalecer a agricultura familiar para que ele possa, ao invés de ser funcionário da fazenda, ter maior renda como agricultor familiar? Eu vou fortalecer o modelo onde o homem na agricultura familiar é ainda o centro da atividade produtiva ou eu vou trazer cursos para fortalecer as mulheres? Tudo isso são projetos em disputa (Servidora Municipal 9-Registro).

As reivindicações dos agricultores familiares resultaram de esforço conjunto articulado em anos anteriores, conforme esclarece o Servidor Municipal 5-Registro:

Na parte agrária, eu acho que era um momento muito especial para o Vale, porque os trabalhadores do campo, os agricultores familiares, esse grupo já era uma coisa coesa. Eu falo ‘já era’ porque, felizmente, desde os encontros de 2012 e 2013, a gente já tinha assim... uma noção do que faltava, né? Então, por exemplo, a gente sabia que a elaboração de projetos era um ponto

falho, a parte financeira, contábil... Porque, afinal de contas, quando os agricultores passam a produzir, a poder vender, passam também a estimular, principalmente, os jovens para cuidar dessa parte burocrática, da elaboração do projeto, do planejamento, das contas institucionais, né? Então, assim, era um momento de grande crescimento das comunidades no meio rural e talvez até em cima do que eu acredito ser o maior desafio hoje na área rural que é a permanência do jovem no campo (Servidor Municipal 5-Registro).

De acordo com o relato de servidores municipais e coordenadores, o processo de levantamento de demandas por cursos norteou-se, principalmente, por consulta aos empregadores e a capacidade de oferta do IFSP. Não houve embasamento em pesquisas sobre mudanças na economia, no mercado de trabalho, no movimento de emprego-desemprego, nas mudanças nas ocupações, no conteúdo das qualificações etc. Enfim, informações que pudessem orientar a escolha dos cursos com base em estudos abrangentes e voltados para o planejamento da formação profissional.

A análise dos elementos e circunstâncias que contribuíram para a escolha dos cursos a serem ofertados evidenciou dificuldades em conciliar os interesses dos munícipes, das instituições ofertantes e dos empresários. Com base nos depoimentos desses sujeitos, afirma-se que os interesses dos munícipes prevaleciam somente quando o grupo era coeso, bem articulado e capaz de realizar mobilizações significativas em favor dos cursos pelos quais ele se interessava. Embora a capacidade de oferta ainda fosse um fator decisivo, a mobilização dos munícipes – apoiada por servidores municipais e delegados regionais do MDA – levou o IFSP a estabelecer parcerias visando atender a demanda por cursos que, na maioria dos casos, estavam fora dos eixos tecnológicos dos *campi*. Houve contratação de professores externos, empréstimo de espaços em escolas municipais e estaduais na zona rural, aulas em assentamentos, ônibus para transportar os alunos etc.

Essas constatações remetem à afirmação de Paulo Netto (2003, p. 16) sobre a relação entre Estado e políticas sociais:

O Estado apresenta respostas quando os afetados por essas expressões são capazes de exercer, sobre ele, uma pressão organizada. Não basta que haja expressões da ‘questão social’ para que haja política social; é preciso que aqueles afetados pelas suas expressões sejam capazes de mobilização e de organização para demandar a resposta que o Estado oferece através da política social.

Tal evidência reitera a importância de movimentos sociais⁷⁷ no processo de conformação de políticas públicas. Conforme assinalam Montañó e Duriguetto (2011), os movimentos sociais atuam como mediadores entre Estado e sociedade civil. Sendo o Estado aqui entendido em seu sentido ampliado, tal como concebido por Gramsci, ou seja, que “[...] se forma na conjunção de uma *sociedade política* (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) e uma *sociedade civil* (esfera da disputa da hegemonia e do consenso)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44, grifo dos autores). Já a sociedade civil, em Gramsci, “é uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Essa mediação pressupõe a existência de conflitos, pois se trata, na maioria dos casos, de interesses antagônicos. Assim,

os movimentos sociais como expressões dos movimentos de luta de classes e lutas sociais são atores políticos do processo de configuração de política sociais, onde as necessidades dos sujeitos transformam-se em demandas que serão reivindicadas através das mobilizações, pressões e lutas sociais. Este processo de lutas de classes e lutas sociais leva a uma instância de negociação e outorgamento (LEMOS; FACEIRA, 2015, p. 7-8).

Nesse processo de configuração de políticas, os interesses da população – expressos por meio de reivindicações – podem ser acolhidos integralmente ou parcialmente pelo Estado, podem também ser ignorados, negados, modificados, cooptados. Em vista disso, para que esses interesses tenham maiores chances de serem atendidos, eles precisam contar com o apoio de lideranças políticas que os representem dentro do Estado. Isso fortalece o movimento e o ajuda a superar forças contrárias. Além disso,

[...] um dos caminhos para a efetivação dos processos democráticos é o fortalecimento das esferas públicas não estatais enquanto espaço de encaminhamento das ações coletivas organizadas na definição de prioridades para a implantação de políticas públicas, bem como no processo de fiscalização e execução das mesmas (LEMOS; FACEIRA, 2015, p. 7).

⁷⁷ Os movimentos sociais se caracterizam por serem associações relativamente formais, estáveis e organizadas cujas atividades não se reduzem a uma mobilização pontual. Esses movimentos são constituídos e conformados pelos sujeitos aos quais as questões reivindicadas dizem respeito. Sujeitos esses “[...] portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Isso não significa que as reivindicações serão atendidas imediatamente, mas que em algum momento serão. Isso depende dos sujeitos envolvidos, da coesão do movimento, do contexto político, da conjuntura ser mais ou menos favorável ao êxito etc.

3 ALUNOS MATRICULADOS EM CURSOS PRONATEC FIC: PERFIS E TRAJETÓRIAS

Tem que pensar em características diferentes. Se você pensar a demanda do Cras você vai ter aquela pessoa que já é assistida pelo Cras, está na zona urbana, às vezes trabalha, às vezes não, o curso veio como uma complementação de renda e uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Se você pensar no Agricultor Familiar, não. Ele é produtor rural e aí ele tem uma demanda do assentamento, da Conab⁷⁸, então são características diferentes, né?
(Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio)

Neste capítulo, apresentam-se os perfis socioeconômico, profissional e educacional de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho; o fluxo de alunos, os índices de conclusão e de não conclusão no período de 2012 a 2014; e as comparações entre perfis de alunos concluintes e não concluintes. Delineiam-se também os perfis de egressos e a sua percepção em relação aos ganhos profissionais e educacionais advindos da realização desses cursos.

Na caracterização geral de alunos matriculados (sexo, faixa etária, escolaridade, cor da pele) foram mantidos dados referentes a todas as turmas cadastradas no Sistec, inclusive aquelas que não chegaram a ser ofertadas⁷⁹. Optou-se por manter essas turmas porque o objetivo é explicitar os perfis de alunos matriculados. Já nos dados referentes à situação dos alunos ao final do curso (expostos na tabela 5 deste capítulo), foram excluídas as turmas canceladas e, por isso, o número total de alunos matriculados nessa tabela é menor que o apresentado no gráfico 8, a seguir.

No período de 2012 a 2014, houve 8534 alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos cinco *campi* lócus da pesquisa. Entre esses *campi*, o que teve maior número de matrículas em todo o período foi Sertãozinho, com 2191 alunos.

⁷⁸ “A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional” (BRASIL, 2017b, p. 1).

⁷⁹ De acordo com os coordenadores adjuntos, são diversos os motivos pelos quais algumas turmas foram canceladas como, por exemplo, o número mínimo de alunos matriculados não foi atingido e a contrapartida das Prefeituras não pôde ser feita conforme o combinado (o espaço onde o curso seria realizado não estava mais disponível, o ônibus que transportaria os alunos nas regiões onde não há linhas de ônibus não pôde mais ser cedido etc.).

Gráfico 8 - Matrículas em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Nota: Foram incluídas todas as matrículas realizadas no período, inclusive em turmas que posteriormente foram canceladas.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Sistec.

Os alunos que se matricularam em cursos Pronatec FIC ofertados nesses cinco *campi* são majoritariamente do sexo feminino (62%), na faixa etária dos 20 aos 29 anos (32%), autodeclarados brancos (38%). No que se refere à escolaridade, a maioria (51%) possuía Ensino Médio completo. Embora este seja o perfil preponderante, houve variações de acordo com o curso ofertado, o horário das aulas, o local (zona urbana ou zona rural), o Ministério demandante (MDS, MTE, MDA), os critérios para preenchimento das vagas (se elas foram ou não disponibilizadas para ampla concorrência). Tais variações serão discutidas ao longo deste capítulo.

Ao verificar que entre os 8534 alunos matriculados, 5264 (62%) são mulheres, interessou-nos saber o que as motivou a buscar por qualificação profissional. De acordo com coordenadores, supervisores e professores, muitas eram o arrimo de suas famílias e almejavam desempenhar profissões melhor remuneradas. Além disso, a Coordenadora Geral 2-São Paulo considera que houve predomínio de mulheres em cursos Pronatec FIC porque elas foram priorizadas em programas de transferência de renda⁸⁰ e, por sua vez, pessoas

⁸⁰ Conforme notícia publicada em 2017 pelo MDS, “o Bolsa Família é voltado para famílias extremamente pobres, com renda por pessoa de até R\$ 85, e pobres, que possuem renda por pessoa entre R\$ 85,01 e R\$ 170. Ao ingressar no programa, as famílias recebem o dinheiro mensalmente e, como contrapartida, cumprem compromissos nas áreas de saúde e educação. O valor repassado a cada usuário varia conforme o número de membros da família, idade e renda declarada no Cadastro Único. [...] A inscrição no Cadastro Único deve ser feita por uma pessoa da família, chamada de Responsável Familiar, que precisa ter pelo menos 16 anos e,

beneficiárias desses programas compuseram o público prioritário do Pronatec Brasil Sem Miséria (BSM), modalidade demandada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), um dos principais demandantes nacionais. Conforme estudo divulgado pela Setec/MEC em novembro de 2013, o MDS foi responsável por 40,9% do total de 2.012.193 de matrículas realizadas (BRASIL, 2013g, slide 13).

Gráfico 9 - Distribuição por sexo em relação ao total de matrículas em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Sistec.

Em relação às faixas etárias, houve predomínio de pessoas com menos de 30 anos, ou seja, 32% são jovens com idade entre 20 e 29 anos e 24%, adolescentes de 14 a 19 anos, que, juntos, correspondem a 56% do total de matriculados. Embora esse tenha sido o público predominante, houve pessoas de diversas faixas etárias.

preferencialmente, ser mulher. Para fazer o cadastro, é necessário apresentar CPF ou título de eleitor, além de algum documento dos outros integrantes da família. Ao fazer parte do Cadastro Único, as famílias podem ter acesso a outros programas sociais do governo federal, como Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Carteira do Idoso, Programa Cisternas, entre outros” (BRASIL, 2017d, p. 1).

Gráfico 10 - Faixas etárias de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Sistec.

Apesar de a participação de pessoas com idade acima 60 anos ter sido pequena em relação ao público jovem, verificou-se por que motivos elas se matricularam em cursos de qualificação profissional. Essas pessoas almejavam se socializar, sair de casa, fazer amizades. O curso para elas era uma terapia, uma possibilidade de ocupar a mente com algo positivo. A Egressa 10, residente em Avaré, estava com 61 anos quando concluiu o curso de Artesão em Pintura em Tecido. O depoimento dela evidencia a importância social desse curso para pessoas com esse perfil: “Eu gostaria que voltasse a ter cursos pelo Pronatec, porque como eu disse para uma professora que estava lá: não é pelo fato de aprender, mas é pelo fato de sair, se comunicar... Tudo era muito bom!”. Conforme Carolino (2011), devido à elevação na expectativa de vida da população brasileira, especialmente no final do século XX, houve maior participação de idosos em cursos de qualificação profissional que estavam interessados tanto em socialização e qualidade de vida quanto em aquisição conhecimentos para trabalhar autonomamente e complementar a própria renda.

De acordo com o Supervisor 4-Presidente Epitácio e a Professora 9-Registro, os idosos eram mais motivados e constantemente demonstravam interesse pelas aulas.

A motivação a gente percebia mais no pessoal de maior idade, né? Nos adultos e no pessoal que já estava próximo da terceira idade. Nesses a gente via maior motivação por ter uma oportunidade que sempre tiveram interesse e não tiveram condição (Supervisor 4-Presidente Epitácio).

Os mais novos estudavam em outras escolas à noite e vinham aqui durante o dia. Eles tinham mais disponibilidade para estudar, só que demonstravam menos interesse pelas aulas, porque eles vinham mais por causa do benefício. Já os mais velhos tinham menos tempo para estudar, mas o interesse era maior porque eles precisavam daquilo, né? (Professora 9-Registro).

Notou-se pelo relato dos entrevistados que as turmas eram heterogêneas tanto no que refere à idade quanto aos objetivos em relação ao curso e ao nível de conhecimento prévio dos alunos. Essa característica aparenta ser um problema a ser enfrentado pelos docentes, porém, essa heterogeneidade possui grande potencial que pode ser desenvolvido em prol de toda a classe por meio do incentivo à troca de experiências, à cooperação, entre outros.

No que se refere à cor da pele, 38% dos alunos se autodeclararam brancos e 30% optaram por não declarar a cor. Em seguida, estão os que se apresentaram como pardos 24%, pretos 7%, amarelos 1% e, por fim, os indígenas, cuja participação foi de 15 alunos, ou seja, um percentual inexpressivo no total de alunos matriculados. Não foi possível investigar as motivações que levaram 2553 sujeitos (30%) a não declararem a cor da pele, embora seja um percentual significativo. Supõe-se que não se reconheceram ou não se identificaram com as opções disponíveis na ficha de inscrição⁸¹ ou a não declaração foi a maneira que encontraram para expressar sua discordância em relação às classificações que envolvem atributos pessoais, como cor da pele, tipo do cabelo, cor dos olhos etc.

⁸¹ Estudo realizado pelo IBGE, em 2008, sobre características étnico-raciais da população utilizando questões abertas constata diferentes respostas aos quesitos fechados de cor ou raça. Segundo Beltrão, Sugahara e Teixeira (2013, p. 134), “entre aqueles que declararam cor ou raça branca ou amarela na pergunta de resposta aberta, a maioria optou por uma declaração única nos quesitos de resposta fechada, o oposto acontecendo para aqueles que declararam cor ou raça morena, parda, negra ou preta. A declaração múltipla entre os autodeclarados negros chega a 85,1% e entre os autodeclarados pretos, 82,4%”.

Gráfico 11 - Autodeclaração de cor da pele dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Sistec.

Interessante notar que há semelhanças entre esses resultados e aqueles obtidos pelo IBGE no censo realizado em 2010. De acordo com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), nesse censo, 63,9% dos paulistas se autodeclararam brancos, 29,1% pardos, 5,5% pretos, 5,1% indígenas e 1,4% amarelos (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2019c, p. 1).

O predomínio de pessoas que se autodeclararam brancas pode ser explicado pela história da imigração europeia no estado de São Paulo. Conforme Gonçalves (2014, p. 285), com a expansão da produção cafeeira no final do século XIX e a economia privilegiada de São Paulo, os cafeicultores paulistas investiram no “[...] financiamento da imigração europeia, enquanto em outras regiões, onde não havia capitais para o investimento em imigrantes, aproveitou-se a mão de obra nacional livre”. Esse investimento, além de possibilitar o aumento no fluxo de imigrantes para diversas regiões do estado, reduziu os custos da produção do café por meio dos baixos salários pagos a esses imigrantes e da alta rotatividade de trabalhadores nas fazendas (GONÇALVES, 2014).

Sobre a escolaridade dos alunos matriculados, nota-se o predomínio de estudantes com Ensino Médio completo (52%), Ensino Médio incompleto (22%) e Ensino Fundamental completo (12%). Houve também a participação de alunos que estão cursando o Ensino Superior (3%) ou já o concluíram (3%). A escolaridade mínima exigida em cursos Pronatec

FIC é Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) incompleto, por isso, entre os matriculados não houve registro de pessoas sem escolarização.

Gráfico 12 - Escolaridade declarada por alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados extraídos do Sistec.

Apesar de a maioria dos alunos matriculados possuir Ensino Médio completo, o que os habilitaria a realizar cursos técnicos, a oferta de cursos Pronatec FIC foi majoritária. Ao averiguar as razões que culminaram nesse acontecimento, notou-se que, diferentemente dos coordenadores adjuntos, supervisores e professores, a maioria dos coordenadores gerais tinha experiência prévia na implementação de programas federais e conhecia os principais desafios a serem enfrentados bem como a efemeridade desses programas. O relato do Coordenador geral 4-São Paulo sinaliza que essa vivência norteou a escolha do IFSP pelos cursos de Formação Inicial e Continuada em detrimento dos cursos técnicos, pois ele temia a falta de recursos para realização de cursos mais longos.

Foi uma opção da gestão não fazer aderir ao Pronatec Médio, porque... não tínhamos muita certeza se o Programa teria orçamento para continuar durante um ano e meio – pensando no subsequente –, ou dois anos. Então, era mais seguro para nós, uma questão de segurança orçamentária mesmo, executarmos os cursos FIC (Coordenador geral 4-São Paulo).

Apesar de no IFSP a opção por cursos Pronatec FIC ter sido justificada pela insegurança orçamentária, nota-se que, em âmbito nacional, a oferta de cursos Pronatec FIC

foi predominante. Em pronunciamento realizado no programa semanal “Café com a presidenta”, em fevereiro de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff declarou que naquela época o Pronatec possuía 4 milhões de matrículas em cursos FIC e 1,7 milhões em cursos técnicos⁸² (AGÊNCIA BRASIL, 2014). Supõe-se que a prevalência de cursos FIC em relação aos técnicos se deu em função da maior visibilidade que o número de matriculados daria ao Programa. A meta estipulada pelo MEC na ocasião do lançamento do Pronatec foi atingir 8 milhões de matrículas em 2014. Como os cursos FIC possuem duração menor, essa meta seria mais rapidamente alcançada. A respeito desse assunto, a então presidenta assim se expressa: “até o final do ano, vamos chegar aos 8 milhões de matrículas que tínhamos nos comprometido quando lançamos esse programa” (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

No tocante às faixas etárias dos alunos matriculados, tendo-se em vista que as mais representativas foram 20 a 29 anos (32%) e 14 a 19 anos (24%), considera-se importante delinear o perfil de jovens brasileiros e os desafios educacionais e profissionais que eles enfrentam na contemporaneidade. Conferiu-se relevo à situação desses jovens por se assemelharem ao público da EJA que, contemporaneamente, tem passado por processo de juvenilização, conforme assinalam Haddad e Di Pierro (2000), Carvalho (2009), Silva (2019) entre outros.

Laís Abramo, então diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, ao prefaciар o livro *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*, apresentou questionamentos que permearam os debates ocorridos durante a elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), em 2010 e 2011. A autora salienta que apesar de o Brasil vivenciar nesse período “um processo de redução significativa da pobreza e da desigualdade social, de diminuição das taxas de desemprego, de aumento da renda e da formalização do mercado de trabalho” (ABRAMO, 2014, p. 9), ainda havia enormes desafios a serem superados no que se refere à educação e formação profissional de jovens. Entre eles, destacam-se os que ainda permanecem atuais:

[...] como garantir à juventude brasileira oportunidades efetivas para a construção de trajetórias de trabalho decente que possibilitem, ao mesmo tempo, incorporar esse enorme potencial produtivo à economia e à sociedade e o pleno exercício dos direitos e da cidadania por parte desses jovens?

⁸² Conforme expresso em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), no período de 2011 a 2014, houve em âmbito nacional “maior quantitativo de oportunidades educacionais a cursos FIC do que a cursos técnicos uma vez que há 2,5 milhões matriculados em cursos FIC e 622 mil em cursos técnicos, totalizando 3,1 milhões de beneficiários” (BRASIL, 2014a, p. 9). Apesar da divergência em relação aos números divulgados pela então presidenta Dilma Rousseff (AGÊNCIA BRASIL, 2014), destaca-se a consonância no tocante ao predomínio de cursos FIC.

Como responder adequadamente à necessidade de aumentar e melhorar as condições educacionais como ponto de partida desta trajetória? Como considerar não apenas as possibilidades de acesso ao emprego e ao trabalho, mas também a sua qualidade, ou seja, as condições em que este se exerce e os direitos e proteção social a ele associados? Como incluir nessa equação outra variável fundamental, que é a possibilidade de conciliação entre educação, trabalho e demais dimensões essenciais da vivência dos jovens, tais como as responsabilidades familiares e o acesso ao lazer e à cultura? Como lidar, tanto na elaboração de diagnósticos e indicadores quanto na formulação, implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, com a grande heterogeneidade constitutiva da condição juvenil no Brasil, em termos de faixa etária, nível de renda familiar, gênero, raça, etnia, região, condição rural ou urbana? (ABRAMO, 2014, p. 9-10).

Em 2018, havia no Brasil 47,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos, dos quais 34,9% estavam trabalhando e não estudavam; 28,6% dedicavam-se exclusivamente aos estudos; 23,0% não trabalhavam nem estudavam; 13,5% trabalhavam e estudavam (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Os jovens que nem estudam nem trabalham (nem-nem) são aqueles que não fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) e estão fora do ensino formal (COSTA; ULYSSEA, 2014). Entretanto, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) afirma que “a maior parte dos chamados nem-nem não está na ociosidade. Na verdade, está procurando trabalho, lidando com afazeres domésticos (casa, filhos ou parentes) ou realizando cursos não regulares. **Apenas 8% dos jovens não estavam envolvidos nessas atividades**”⁸³ (DIEESE, 2018, p. 2, grifo do autor).

O Dieese argumenta que os jovens considerados nem-nem estão nessa condição temporariamente, que eles querem trabalhar, mas nem sempre conseguem emprego, e a afirmação de que eles preferem viver longe do trabalho e dos estudos não corresponde às aspirações de todos os entrevistados, pois

- apenas 5% dos jovens disseram que realmente não queriam trabalhar;
- 41% dos jovens sem trabalho e fora da escola tinham procurado ativamente trabalho no mês em que foram entrevistados pelo IBGE;
- 31% das mulheres disseram que não podiam trabalhar porque tinham que cuidar de afazeres domésticos – ou seja, na verdade, elas estavam trabalhando, sem ser consideradas na força de trabalho;
- 6% dos jovens sem trabalho e fora da escola faziam algum tipo de curso ou estudavam por conta própria (DIEESE, 2018, p. 2).

⁸³ “Foram pesquisados os mesmos jovens no período de um ano, entre o 4º trimestre de 2017 e o 3º trimestre de 2018. A comparação é feita com os 11,4 milhões (24%) de jovens sem trabalho e fora da escola no 3º trimestre de 2018” (Nota do autor [DIEESE, 2018](#)).

O estudo *Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?*, realizado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) em parceria com o Centro de Estudos Independentes *Espacio Público* (Chile) e o Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (Canadá) (IDRC), em 2017 e 2018, apresenta resultados semelhantes aos obtidos pelo DIEESE em relação aos jovens nem-nem. Foram pesquisados aproximadamente 15.000 jovens de 15 a 24 anos em nove países (Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai) e constatou-se que esses jovens participam da força de trabalho, porém de maneira informal:

embora o termo nem-nem possa induzir à ideia de que eles são ociosos e improdutivos, a realidade na América Latina e no Caribe é outra: 31% dos jovens pertencentes a esse grupo estão procurando trabalho (principalmente os homens), mais da metade, 64%, dedicam-se a trabalhos de cuidado familiar (principalmente as mulheres), e quase todos desempenham tarefas domésticas ou ajudam nos negócios de suas famílias. Ou seja, ao contrário das convenções estabelecidas, este estudo comprova que a maioria dos nem-nem não são jovens sem obrigações, e sim realizam outras atividades produtivas (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018, p. 3).

Houve entre os jovens pesquisados aqueles que não estão trabalhando ou estudando, mas constituíram grupo menor. “Apenas 3% deles não realizam nenhuma dessas tarefas nem têm uma deficiência que os impede de estudar ou trabalhar” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018, p. 3). Apesar das particularidades de cada país envolvido na pesquisa, constatou-se entre as características convergentes que “as chances de ser nem-nem são maiores entre as famílias de baixa renda” (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018, p. 4). Essa constatação também foi assinalada nos estudos realizados pelo IBGE (2019b) e DIEESE (2018).

De acordo com o Dieese (2018, p. 3), no segundo trimestre de 2018, 25% dos jovens classificados como nem-nem na primeira fase da pesquisa já tinham saído dessa situação. A maioria deles (57,8%) estava exercendo ocupações informais, 21,8% conseguiram trabalho formal, 17,3% voltaram a estudar⁸⁴ e 3,2% trabalhavam e estudavam. A pesquisa realizada pelo Dieese (2018) indica que esses jovens

nem trabalham nem estudam porque, muitas vezes, não há vagas de trabalho disponíveis nem oportunidades para a continuação no sistema educacional –

⁸⁴ O conceito usado pelo IBGE para definir a “condição de estudo” das pessoas de 15 a 29 anos abrange “desde a frequência à escola, assim como a frequência a cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b, p. 11).

em especial no ensino superior, ainda inacessível para boa parte da população. Muitos enfrentam a falta de recursos financeiros para estudar e até mesmo para procurar trabalho (DIEESE, 2018, p. 5).

As oportunidades e perspectivas de trabalho e estudo especialmente após o término do Ensino Médio estão diretamente relacionadas ao nível socioeconômico familiar desses jovens, afirma o Dieese (2018). Entre os jovens mais pobres entrevistados pelo IBGE no segundo trimestre de 2018, apenas 4,5% ingressaram no Ensino Superior. Por outro lado, esse índice entre os mais ricos foi de 25,4%. O percentual de jovens que estava sem estudar e que procurava ativamente por trabalho foi de 14,7% entre os mais pobres e 8,1% entre os mais ricos. Enquanto 20% dos jovens que estavam sem trabalho e fora da escola fazendo algum curso pertenciam às famílias mais ricas, apenas 7,5% dos jovens mais pobres estavam nessa condição, conforme exposto no gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 - Diferentes origens, diferentes perspectivas: o que os jovens que estavam saindo do Ensino Médio em 2017 estavam fazendo em 2018

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2018, p. 4).

Entre os jovens sem Ensino Médio completo que não estudavam, 52,5% dos homens e 23,2% das mulheres estão nessa situação por “precisarem trabalhar, procurar trabalho ou aguardar início do trabalho”. Entre as mulheres, o principal motivo para a não continuidade nos estudos foi “ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais”, apresentado por 39,5% das entrevistadas. Já entre os

homens esse percentual foi de 0,9% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b, p. 102-103), o que indica a permanência da divisão social e sexual do trabalho ainda nos dias atuais.

Após esta exposição geral, apresenta-se, na próxima seção, a caracterização dos perfis socioeconômico, educacional e profissional de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC.

3.1 Perfil ou perfis? Quem são os alunos matriculados em cursos Pronatec FIC

Os alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP, de maneira geral, possuem muitas das características do público da EJA, por se tratarem de cursos destinados a quem ainda não concluiu a Educação Básica. São pessoas em situação de vulnerabilidade social, mulheres, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, desempregados, idosos, trabalhadores do campo – entre os quais estão indígenas e quilombolas –, beneficiários de programas de transferência de renda, pessoas em privação de liberdade.

Aqueles que destoam desse grupo são, em sua maioria, beneficiários do Seguro-Desemprego – cujo recebimento desse benefício foi condicionado à matrícula em cursos Pronatec –; imigrantes especialmente haitianos matriculados em cursos de Língua Portuguesa e cultura brasileira; alunos do IFSP que preencheram vagas remanescentes de cursos de idiomas ou cursos vinculados aos eixos tecnológicos dos cursos técnicos integrados que eles faziam; e pessoas que se matricularam nos cursos para aperfeiçoarem conhecimentos, se inscreveram nas vagas para ampla concorrência disponibilizadas na Internet e, normalmente, possuem escolaridade acima da mínima exigida.

Priorizou-se a análise de características que compõem esses perfis cuja menção foi mais recorrente nos relatos de servidores municipais, coordenadores, supervisores e professores. Não foi possível precisar a representação percentual de todos esses perfis em relação ao total de matrículas, porque nem todas essas informações constavam nas planilhas geradas pelo Sistec. Por isso, o relato dos sujeitos foi balizado por informações complementares disponibilizadas nas fichas de matrículas impressas, nos encaminhamentos feitos pelos Cras e na documentação dos alunos. Essa pesquisa documental juntamente com os dados quantitativos provenientes do Sistec e as declarações dos entrevistados possibilitaram delinear qualitativamente esses perfis e esboçar algumas aproximações em relação aos aspectos quantitativos.

Quadro 29 – Perfis socioeconômico, profissional e educacional de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP

Frequência ¹	Característica
17	Baixa escolaridade e dificuldade em acompanhar o curso
15	Baixa renda
11	Presença majoritária de mulheres
9	Público muito diversificado
8	Desempregados
8	Pessoas em situação de vulnerabilidade social

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Na perspectiva dos coordenadores, supervisores e professores, são considerados alunos com baixa escolaridade aqueles que possuem Ensino Fundamental Incompleto. Nota-se, pelo depoimento desses sujeitos, que alunos de diferentes municípios tinham esse perfil:

Em Brodoswski, aqui em Sertãozinho, em Itaqueritinga... O que colocavam para a gente era que na pactuação se eles pedissem e a gente atendesse um requisito de escolaridade muito alto a gente não atenderia o público, porque *a grande maioria desse público estava fora da educação formal há algum tempo e não tinha concluído sequer o Ensino Fundamental* (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

A principal característica que eu via era... a deficiência na formação de cada um, né? Porque *a maioria era limitada ao Ensino Fundamental, estavam em uma faixa etária mais elevada, eram pessoas que vêm da área rural mesmo, então é... estavam vendo o Pronatec como uma oportunidade de se qualificar - pelo nível de ensino que ele tinha, né? Era exigido só ser alfabetizado, ter alguns conhecimentos básicos* (Supervisor 4-Presidente Eptácio, grifo nosso).

De certa forma, era de se esperar que os alunos matriculados nesses cursos tivessem baixa escolaridade, porque entre os 644 cursos disponíveis no Guia Pronatec de cursos FIC (BRASIL, 2013d) a escolaridade mínima exigida em 304 deles era Ensino Fundamental II Incompleto (47%) e em 117, Ensino Fundamental I Incompleto (18%). Ou seja, a escolaridade mínima exigida em 65% dos cursos disponíveis era Ensino Fundamental Incompleto (BRASIL, 2013d).

Gráfico 14 - Escolaridade mínima exigida para matrícula em cursos Pronatec FIC

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados disponíveis em (BRASIL, 2013d).

Apesar de alunos com Ensino Fundamental Incompleto terem sido matriculados em diversos cursos, conforme será apresentado a seguir, a baixa escolaridade foi mais recorrente entre trabalhadores rurais matriculados em cursos do eixo tecnológico “Recursos Naturais”, conforme relatam o Coordenador 1-Presidente Epitácio e o Coordenador Adjunto 3-Registro:

Eu trabalhei como coordenador do Pronatec na *área rural*. Então, a principal característica era a *baixa escolaridade*, é... todos eles trabalhadores rurais e também a dificuldade de chegar ao local onde o curso era realizado (Coordenador 1-Presidente Epitácio, grifo nosso).

[...] uma das coisas que a gente observou nos cursos voltados para os agricultores familiares é que *a escolaridade desses agricultores era muito baixa*. Inclusive, tinha as exigências mínimas para que um candidato pudesse ser ou não matriculado em determinado curso. Em alguns cursos exigia então, por exemplo, Ensino Fundamental Incompleto e exigia comprovante de escolaridade. *Muitas vezes a pessoa não tinha o comprovante, muitas vezes o trabalhador não era nem alfabetizado, mas ele queria muito fazer o curso e a gente teve que pensar em algumas alternativas* (Coordenador Adjunto 3-Registro, grifo nosso).

Durante a realização da matrícula, como os alunos não precisavam apresentar comprovação de escolaridade, pergunto ao Supervisor 5-Avaré se eles declaravam a escolaridade real. Ele afirma que:

Muitos não sabiam. Eles falavam assim: ‘Ah... Eu acho que é 2ª série, 3ª série, 4ª série’. Eles não sabiam. A gente perguntava você fez até que série? ‘Ah... Eu acho que até a quarta. Mudou tanto! Eu não sei se era até quarta, até quinta, até sexta’. Muitos não sabiam realmente qual era a escolaridade

deles. [...] *Como não havia uma exigência* [de comprovar a escolaridade] *eles nem traziam nada*. Eles apenas declaravam a escolaridade. Era bem difícil essa parte (Supervisor 5-Avaré, grifo nosso).

O relato desse supervisor e dos Coordenadores adjuntos 7-Sertãozinho e 3-Registro a respeito da ausência de comprovação de escolaridade e da flexibilização de pré-requisitos no ato da matrícula levou-nos a investigar a relação entre o nível de escolaridade dos alunos, o curso no qual eles se matricularam e a escolaridade mínima exigida nesses cursos. Foram priorizados os 189 estudantes que possuíam Ensino Fundamental I Incompleto, por ser a menor escolaridade exigida para ingressar nos cursos Pronatec FIC.

Verificou-se que 91 alunos (48,2%) foram matriculados em cursos cuja escolaridade mínima era superior àquela que eles possuíam. Isso ocorreu em todos os cinco *campi* nos anos de 2013 e, preponderantemente, 2014, em 23 diferentes cursos. A escolaridade mínima exigida nesses cursos era Ensino Médio Incompleto, Ensino Fundamental Completo ou Ensino Fundamental II Incompleto. As matrículas desses alunos foram distribuídas da seguinte maneira:

Quadro 30 - Distribuição de matriculados em cursos cuja escolaridade mínima exigida era superior a escolaridade que eles possuíam

Número de matriculados	Escolaridade mínima exigida
9	Ensino Médio Incompleto
56	Ensino Fundamental Completo
26	Ensino Fundamental II Incompleto
91	Total

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

A baixa escolaridade e a dificuldade em acompanhar o curso estão inter-relacionadas, pois, tal como está pressuposto, quanto menor a escolaridade maior é a dificuldade em compreender as matérias, especialmente quando os cursos possuem disciplinas técnicas que envolvem conteúdos de disciplinas de formação geral, como Matemática e Língua Portuguesa. Os coordenadores afirmam que essa dificuldade é ainda maior entre as pessoas que além de possuírem baixa escolaridade estavam sem estudar há muito tempo:

E... uma coisa que a gente via é aquela falta de base. Os alunos tinham bastante dificuldade, por exemplo, eu dei aula no curso de Almoxarife e os alunos tinham que calcular estoque, ponto de equilíbrio e era uma matemática básica; e você percebia o ponto de dificuldade deles nessas questões básicas lá da formação inicial (Professor 1- Registro).

Alguns estavam fazendo EJA, mas a maioria já tinha um tempo que estava fora da escola. [...] Como eu dei aula de Comunicação e Expressão, eu percebi que eles tinham dificuldade de escrever, sabe? De se expressar mesmo. Era um ou outro que a gente via que tinha uma condição melhor. (Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio).

No Pronatec, a gente teve alguns alunos que tinham extrema dificuldade. Eu tive que fazer uma grande adaptação nos cálculos de elétrica e hidráulica, colocar materiais muito mais práticos. Porque eu já tinha conversado com a professora que deu aula de matemática – que era uma das matérias do curso –, ela já tinha me avisado da dificuldade muito grande com a matemática (Professor 2-Registro).

Então, eles tinham mais dificuldade porque são pessoas que ficaram muito tempo sem estudar (Professora 13-Presidente Epitácio).

Essa dificuldade em acompanhar as aulas devido à baixa escolaridade também foi assinalada em estudo realizado por Franzoi, Silva e Costa (2013) nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia situados no Rio Grande do Sul. Essas autoras destacam ainda que a formação de docentes não foi prioridade no Programa:

O Pronatec ignora a formação dos professores para atuar com este público que, muitas vezes, não têm escolaridade suficiente para os cursos propostos. Sua escolaridade é insuficiente, por exemplo, para a compreensão dos cálculos necessários para realizar um curso de Desenho Técnico; ou conhecem muito pouco de Informática para realizar um curso de Redes de Computadores (FRANZOI; SILVA; COSTA, 2013, p. 11).

Essas constatações sinalizam a importância de investimentos em políticas de qualificação profissional focadas não apenas no preparo para o exercício de uma função, mas que propiciem a elevação de escolaridade e considerem as especificidades de trabalhadores que vivenciaram processos de escolarização precária e descontínua. De acordo como Moraes (2013b), esses sujeitos foram alijados de exercer plenamente o direito à educação e historicamente foram submetidos a trabalhos degradantes e mal remunerados. Nessa direção, em consonância com essa autora, entendemos que:

A integração da educação básica com a educação profissional na modalidade EJA é uma conquista advinda das lutas pelo direito à educação e de resistência à lógica fragmentária, focalizada, compensatória e reducionista das ações de formação implementadas pelo governo FHC (decreto nº 2208/1997; e Plano Nacional de Formação Profissional – Planfor/tem) (MORAES, 2013b, p. 366-367).

No caso do IFSP, subentende-se que era esperado que os alunos conseguissem acompanhar as aulas, porque do total de matriculados, 51% possuíam Ensino Médio Completo e 22%, Ensino Médio Incompleto, ou seja, 73% dos matriculados estavam no Ensino Médio. No entanto, a falta de conhecimentos dos alunos a respeito de conteúdos básicos exigidos durante o curso chamou muito a atenção dos docentes. Supõe-se que ou o nível dos cursos estava muito elevado ou a educação recebida pelos alunos durante o Ensino Fundamental foi consideravelmente deficitária em decorrência da precariedade e do sucateamento enfrentado pelas escolas públicas, especialmente as estaduais.

Parece que mesmo entre os estudantes com Ensino Médio completo houve aqueles que também tiveram dificuldade em acompanhar o curso em decorrência tanto de lacunas na formação pregressa quanto da inadequação do nível de exigência dos cursos em relação ao perfil do público-alvo do Pronatec FIC, especialmente no primeiro ano em que os cursos foram ministrados, quando as equipes responsáveis pela implementação do Programa nos *campi* ainda não conheciam esse público.

Os equívocos originaram-se provavelmente da expectativa (não correspondida) de professores e coordenadores em relação ao preparo dos alunos e às condições objetivas de realização dos cursos. Esperava-se que eles conseguissem acompanhar as aulas da mesma maneira que os alunos de cursos FIC institucionais – ofertados regularmente à comunidade externa ao Instituto Federal por meio das coordenadorias de extensão – e não passassem por frequentes intercorrências pessoais ou profissionais. O depoimento da Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho representa essa situação:

Um professor ainda comentou comigo que ele preparou as aulas, quando ele chegou na sala, que ele começou a aula, ele viu a dificuldade dos alunos, teve que refazer todos os planos de aula dele. Ele disse: ‘Eu tive que reconstruir tudo, porque era um público muito... assim, mais carente de informação e de conhecimento do que eu imaginava’ (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

As limitações desses alunos em conhecimentos básicos, segundo relataram os professores, sugerem alguns elementos que supostamente estão envolvidos nesse processo: a falta de investimentos na Rede Estadual de ensino e, por decorrência, a baixa qualidade da Educação Básica. De acordo com Girotto e Oliveira (2018), o termo qualidade no contexto educacional é constantemente disputado e vivencia diferentes narrativas. Na perspectiva desse autor,

[...] a efetivação da qualidade educacional pressupõe garantir, a cada sujeito, nos diferentes territórios, as condições de acesso, permanência, apropriação e construção de conhecimentos, conteúdos, linguagens, recursos que lhe permitam o pleno exercício da cidadania, inclusive o de reivindicar outros direitos territoriais ainda não garantidos (GIROTTTO; OLIVEIRA, 2018, p. 36).

Com base em estudo realizado entre 2008 e 2017 em escolas da Rede Estadual paulista onde se desenvolveu o Programa São Paulo Faz Escola⁸⁵, Girotto, Passos e Oliveira (2018) apontam semelhança entre o padrão de desigualdade educacional e as variáveis socioeconômicas no estado de São Paulo, ou seja, as escolas situadas em regiões economicamente privilegiadas no Estado (Norte-Nordeste) tiveram melhor desempenho que aquelas situadas em regiões mais pobres (Sul e Sudeste). Afirmam também que a adoção de currículos unificados visando melhorar o desempenho em avaliações de larga escala⁸⁶ tem restringido a formação dos alunos ao treinamento para realização dessas avaliações, especialmente após a adoção do sistema de bonificação dos professores de acordo com o desempenho dos alunos⁸⁷. Esse estudo revela ainda o agravamento das desigualdades educacionais constatado por meio de:

- 1 – Aumento na precarização das condições de ensino-aprendizagem, com especial destaque para o fechamento dos Laboratórios de Ciências, diminuição de equipamentos e de acesso à rede de internet banda larga;
- 2 – Aumento da precarização da formação docente, com ampliação do número de professores sem licenciatura em sua área de atuação;
- 3 – Carreira docente pouco atraente e que não cria as condições para que os docentes com maior formação permaneçam na rede, o que demonstram os baixos índices de docentes com especialização e mestrado;
- 4 – Política de formação continuada insuficiente, com elevado índice de docentes que não fizeram nenhum tipo de formação, tanto em 2008 quanto em 2017;
- 5 – Piora dos resultados das escolas no que se refere às metas do IDEB e na proficiência de Português e Matemática no SARESP, com especial destaque para o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio que desde 2013 não têm conseguido atingir as metas projetadas para a rede estadual no IDEB (GIROTTTO; PASSOS; OLIVEIRA; 2018, p. 62).

⁸⁵ Os autores analisaram a “infraestrutura escolar, formação docente, variação no [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] IDEB e [Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo] IDESP, além do rendimento na avaliação do SARESP [Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo] em língua portuguesa e matemática para o 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio. As análises se deram sobre o conjunto das escolas estaduais de São Paulo, entre 2008, ano do início da implementação do Programa São Paulo Faz Escola a 2017” (GIROTTTO; PASSOS; OLIVEIRA, 2018, p. 39).

⁸⁶ Sobre as contribuições das avaliações de larga escala para o desenvolvimento da qualidade na educação, ver Machado e Alvarse (2014).

⁸⁷ Uma análise crítica desse sistema de bonificação é desenvolvida por Freitas (2011).

Essas constatações parecem explicar porque muitos alunos, inclusive com Ensino Médio completo, tiveram dificuldades em acompanhar os cursos de qualificação profissional devido à defasagem de conhecimentos referentes à Educação Básica. Isso indica que o direito à educação não tem se efetivado, pois, conforme assinalaram Girotto et al. (2018), esse direito se materializa por meio do acesso, permanência e apropriação do conhecimento. Nesse sentido, considera-se que ainda há que se avançar na luta contra mecanismos que impedem os trabalhadores e seus filhos de alcançarem uma educação ampla, capaz de lhes propiciar o pleno desenvolvimento de suas potencialidades humanas.

A segunda característica mais mencionada pelos sujeitos da pesquisa foi a baixa renda. Essa característica também já era esperada porque pessoas em situação de vulnerabilidade social fazem parte do público prioritário do Programa. No entanto, é importante destacar aspectos que decorrem da condição de pobreza vivenciada por esses alunos. O primeiro deles foi a dificuldade de contatá-los por telefone ou e-mail, porque a maioria deles não possuía telefone nem acesso à Internet.

Muitas vezes, a gente nem conseguia entrar em contato com o aluno, porque ele não tinha o contato telefônico, *não são todos que têm o celular* (Supervisora 6-São Paulo, grifo nosso).

Alguns naquela época já tinham celular, mas em geral era um público que *a renda deles era muito baixa até para [comprar] um celular, né?* Em 2012, a gente ainda não tinha essa Internet pré-paga igual é hoje. A gente tinha um sistema de SMS [mensagens de texto] era muito mais caro do que o que a gente tem hoje. Também era pouco esse celular *touch screen* [tela sensível ao toque] era mais aquele por tecla. E esse público *alguns deles tinham celular, mas, normalmente, era um modelo bem antigo* (Professor 7-Presidente Epitácio, grifo nosso).

O contato com esses alunos não era muito fácil, porque em sua maioria eles eram da zona rural, moravam em sítios, em locais distantes sem telefone, às vezes, eles davam um número de celular de recado (Coordenador Adjunto 3-Registro).

A indicação de telefone de recado também foi mencionada pelo Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho como uma prática recorrente entre os alunos. Houve ainda aqueles que indicaram números de telefones inexistentes. Nesse caso, esse coordenador ressalta a importante atuação dos Cras para que os alunos fossem contatados:

O que ficou muito evidente quando esse trabalho acabou sendo viabilizado é que, primeiro, *era muito difícil falar com as pessoas. O número de telefone que eles disponibilizam nem sempre existe*. Principalmente o público do

MDS é muito difícil contatá-los. [...] O problema é quando a gente não conseguia mesmo o contato. Infelizmente, era uma quantidade considerável. Ou o telefone está desligado, ou o número não existe. *Tinha situação de o número ser de alguém que conhece alguém que conhece a pessoa.* E aí era uma maratona conseguir falar com a pessoa. ‘Liga tal dia, tal horário que eu vou pedir para ela vir aqui’. Esses discursos foram comuns principalmente em Sertãozinho e em Ribeirão [Preto] que são cidades já um pouco maiores. Brodowski que era uma cidade com 40 mil habitantes o Cras resolvia. O supervisor falava com o Cras, e o Cras ia lá na casa da pessoa. Isso era muito bom! De fato, era um parceiro. Era um agente presente. Em Taquaritinga também o Cras ia atrás. [...] Era muito bacana isso. Eles abraçavam muito a causa (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Além disso, entre esses estudantes, houve aqueles que, por não possuírem casa própria, moravam de favor e constantemente mudavam de endereço. Na cidade de São Paulo, houve alunos que moravam em abrigos, conforme esclarece a Supervisora 6-São Paulo:

Entre os alunos encaminhados pelo Cras, vários moravam em abrigo. Alguns moravam em residências próprias, mas a grande parte morava em abrigo. Tínhamos bastante essa clientela [...] Como muitos alunos não tinham telefone, a gente entrava em contato só com o abrigo e, às vezes, o abrigo dizia: ‘Olhe, ele não está mais’. Então, também tinha essas questões, né? Então, nesse sentido a gente não conseguia interferir e falar diretamente com o aluno. Mas nós sempre nos preocupávamos em ligar, verificar o que estava acontecendo (Supervisora 6-São Paulo).

O segundo aspecto associado à baixa renda foram as dificuldades desses alunos em se deslocarem até o local onde os cursos foram ofertados. Esses estudantes moram em regiões distantes do IFSP ou dos equipamentos das Prefeituras e dependiam do transporte público que – segundo relatam os entrevistados –, na maioria das vezes, é caro e ineficiente:

A outra questão é que em geral os alunos do Pronatec são mais carentes. A maioria dos IFs está sempre em áreas mais afastadas dos centros das cidades, por ser uma talvez uma política dos IF mesmo. *Por mais que aqui nós estejamos a sete minutos do centro, a oito quilômetros do centro. Ainda assim, para uma população carente ainda é muito longe, porque dependendo de alguns bairros você pega dois ônibus e para muita gente isso não é barato.* Essa é uma parte da questão (Professor 8, Registro, grifo nosso).

[...] *muitos dos estudantes aqui são de origem rural. Então, havia dificuldade de locomoção ao local de realização do curso.* E isso o modelo do Pronatec não era capaz de resolver. Estou falando isso porque lá em Brasília também essa situação se confirmava, né? O Pronatec urbano e o Pronatec rural têm características que deveriam ser diferentes. Mas o modelo não era capaz de dar conta dessas diferenças (Servidor Municipal 8-Registro, grifo nosso).

O terceiro aspecto decorrente da situação de pobreza na qual muitos desses alunos vivem é serem beneficiários de programas de transferência de renda. Em Registro, por exemplo, “o município encaminhava aqueles que recebiam alguma bolsa do governo para participarem do Pronatec” (Professora 9-Registro). O Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho declara que em Tapiratiba – a 174 km de Sertãozinho –, “metade da população da cidade dependia dos benefícios de transferência de renda”. A Coordenadora Adjunta 2-Avaré delinea o perfil dos alunos encaminhados pelos Cras:

Aqui, da Assistência Social que a gente atendeu realmente era um público em vulnerabilidade. Foi feito um trabalho muito grande com beneficiários do Bolsa Família e do Renda Cidadã. Eles é que eram realmente os responsáveis... A Assistência Social era responsável por fazer a seleção desses alunos. Então, eu acho que a gente conseguiu atender bastante o público que mais necessitava. [...] Em 2014, ainda, a gente teve a entrada do Mulheres Mil no Pronatec, né? Então, nós tivemos também como público prioritário esse público das mulheres que estava em vulnerabilidade social também (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Esses servidores municipais, coordenadores, supervisores e professores salientaram diversos aspectos que compõem o perfil do aluno em situação de vulnerabilidade social. Percebe-se que as limitações vivenciadas por esses alunos não são apenas de ordem financeira, mas educacional e cultural. Nessa perspectiva, os entrevistados sinalizam que a vulnerabilidade social é percebida não apenas pela falta de recursos financeiros para pagar pelo transporte e alimentação, mas também pela maneira de falar e de agir, pela falta de acesso a informações e pela baixa escolaridade. Essa condição de vida faz com que essas pessoas fiquem cada vez mais cerceadas, não exerçam plenamente sua cidadania e gradativamente entrem em um processo de exclusão social:

[...] a gente percebia essa questão da vulnerabilidade social, já de cara, na questão do transporte. A primeira quinzena a gente sempre tentava antecipar. Só que a liberação de recursos era um pouco burocrática e mesmo antecipando ela, às vezes, demorava um pouquinho para sair. [...] Então, essa questão da vulnerabilidade era percebida na maneira como se comunicar, algo que a gente já não está mais acostumado na Educação Básica normal, né? A maneira como eles lidam com o professor de uma forma muito respeitosa, às vezes, até um certo medo de dizer algumas coisas... isso era muito marcante nas características desse público. (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Olha... eu sou muito simpatizante do Programa, porque ele atende um público que precisa, um público que é excluído das instituições. Eles têm baixa escolaridade, eles têm dificuldades de obter informações o que leva a

uma dificuldade maior de estar dentro das instituições da Rede Federal (Coordenadora Geral 2-São Paulo, grifo nosso).

O perfil dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC, de maneira geral, foi bastante diversificado e, por isso, considera-se mais adequado usar a palavra perfis. Essa diversidade é explicada pela abrangência do público-alvo do Programa e pelos diferentes Ministérios que aderiram a ele. Os servidores municipais, coordenadores, supervisores e professores indicaram ainda variações nos perfis dos alunos conforme o ministério demandante, o curso ofertado, o horário (manhã, tarde ou noite) e a região (zona urbana ou zona rural).

Nós tínhamos tanto a clientela que vinha do MTE que é o Ministério do Trabalho e Emprego, né? Que eles vinham direcionados pelo MTE, porque geralmente eram pessoas que tinham perdido o emprego e iam solicitar o seguro-desemprego. Aí o MTE fazia o encaminhamento para o Pronatec. E... vinham também pessoas que eram oriundas do Cras que faz toda essa parte de referência social mesmo e também eram encaminhadas para fazer cursos pelo Pronatec aqui. Então, nós tínhamos esses dois tipos de clientela. Nós lidávamos desde o aluno do Cras que é aquele com vulnerabilidade social, até um aluno que tinha, por exemplo, formação superior. Porque ele tinha ido buscar um seguro-desemprego e eles tinham encaminhado ele para o curso Pronatec. Então, a clientela era bem diversificada (Supervisora 6-São Paulo).

O perfil do público atendido era muito diverso e a gente procurou trabalhar com essa diversidade, mas se tivesse que passar uma régua assim eu diria que de maneira geral era um público de classe média baixa e de classe baixa com bastante predominância de público jovem. Mas também com um acesso interessante de um público já com mais de 40 anos que é um público que muitas vezes está desempregado e acaba tendo mais possibilidade de agenda durante o dia para fazer um curso de qualificação. Não tinha um recorte muito específico ou uma diferença muito grande entre gênero, então você encontrava uma distribuição, eu creio que, homogênea. Acho que esse era o perfil do público em geral e acho que muitos com escolaridade baixa e desempregados (Servidor Municipal 4-São Paulo).

Eu acho, assim, que o perfil variou conforme o curso [...] Mas acho que, assim, é... numa visão global atendeu todas as faixas etárias, sabe? Foram todas atendidas. Escolaridade foi diversa, né? Eu dei aula de Introdução à Agricultura Familiar, havia pessoa com escolaridade mínima, mas havia pessoas até com título superior e que estavam lá buscando outros conhecimentos, outra ocupação, né? (Servidor Municipal 5-Registro).

Na percepção dos entrevistados, apesar de haver alunos de diversas faixas etárias, o público jovem foi predominante. Essas características estão em consonância com os dados de

matrícula dos alunos apresentados no gráfico *Faixas etárias de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC*, exposto anteriormente.

É um público bem diferenciado, né? Bem mesclado, na verdade. Então, a gente via desde alunos de 15, 16 anos até pessoal de mais idade com 50 e poucos, 60 anos. Como as turmas eram bastante heterogêneas tinha diversos tipos de dificuldade, né? Desde dificuldade de locomoção, financeira... Tinha aqueles que estavam mais interessados em fazer o curso para terem uma formação e se colocarem no mercado de trabalho e outros já meio que fazendo por fazer mesmo, porque talvez viram uma oportunidade de desenvolver alguma coisa diferente, né? (Professor 6-Registro)

Vieram muitos jovens fazer os cursos principalmente os da área rural que exigiam 8ª série ou só [Ensino] Fundamental, né? Então, vieram bastante jovens (Servidor Municipal 5-Registro).

Essa diversidade também foi marcante tanto no que se refere à escolaridade quanto à situação ocupacional dos alunos:

A gente identificou o perfil socioeconômico que são aquelas pessoas que – como eu já disse – têm baixa escolaridade, estavam desempregadas, que tinham baixa renda... Esse era o perfil que tinha. Em relação ao perfil profissional, havia alguns que já trabalhavam na área, mas não tinham certificação, tá? Ou que estavam desempregados à procura também de especialização. E educacional, como eu disse, a gente tinha de tudo, né? Mas muitos com baixa escolaridade. Tinha um ou outro que estava cursando faculdade, mas a maioria era escolaridade não comprovada mesmo (Supervisor 5-Avaré).

A gente percebeu que tinha um pessoal que estava no trabalho formal, mas havia muitos também desempregados, né? [...] Então, em relação à questão da escolaridade e do trabalho, a gente teve uma diversidade (Coordenador Adjunto 3-Registro).

Apesar de a situação ocupacional dos alunos matriculados ter sido diversificada, de acordo com o relato de coordenadores, supervisores e professores, houve expressiva quantidade de alunos desempregados que frequentavam o curso enquanto não surgia uma oportunidade de trabalho. Como os cursos eram ofertados no período diurno, nem sempre era possível conciliar trabalho e estudos:

Olha, a maioria era de desempregados. Até porque quando eles conseguiam um emprego eles saíam do curso. As desistências, geralmente, eram por esse motivo, né? (Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio).

A grande maioria estava desempregada ou para não dizer todos. Porque o curso era no período da tarde, era o horário que nós tínhamos mais ocioso dentro do *campus*⁸⁸. E quem vai fazer um curso à tarde é quem está desempregado, é óbvio, para poder frequentar o curso. E no decorrer do curso, alguns conseguiam até um emprego, mas não em decorrência, acredito eu, do curso. Acho que já estava em andamento o processo deles no mercado de trabalho (Professor 3-São Paulo).

[...] os [alunos] mais velhos estavam à procura de emprego. Então, eles entravam no curso, conseguiam emprego na área e já saíam. É... eles já tinham família então acabava sendo mais difícil. Você tinha que revisar o conteúdo mais vezes por conta deles... (Professora 9-Registro).

Outro problema que a gente teve é que a maioria dos alunos era pedreiro, né? Então, muitos alunos saíram do curso justamente porque conseguiram um trabalho. Eles começaram o curso porque estavam sem serviço, né? Como o curso era de manhã, todo pedreiro trabalha de manhã e à tarde, né? Então, quando eles conseguiam um serviço largavam o curso no dia seguinte (Professor 2-Registro).

Entre os alunos matriculados, havia aqueles que estavam fora do mercado de trabalho formal e exerciam ocupações informais especialmente mulheres, conforme declara o Professor 7-Presidente Eptácio:

Uma característica bem clara deles era que a maioria estava há muito tempo sem trabalhar. Aí tinha um terço ou um quarto dos alunos que eram donas de casa que já trabalhavam em casa com alguma coisa e queriam aumentar a renda. Mas a grande maioria do curso era de pessoas que estavam há muito tempo sem trabalhar, que estavam assim... desatualizadas no mercado (Professor 7-Presidente Eptácio).

Os servidores municipais, coordenadores, supervisores e professores relataram que a presença de mulheres nos cursos foi majoritária. Essa informação foi corroborada por dados de matrícula extraídos do Sistec os quais indicam que 62% dos alunos matriculados são do sexo feminino:

O público feminino era bem maior, a maioria casada ou com companheiro. Enfim, tinham um relacionamento e com filhos. A gente até tinha uma que trazia as crianças (Supervisora 2-Avaré).

Então, esse foi o público-alvo e a grande maioria era mulheres. Tinha mais mulher mesmo (Servidor Municipal 3-Presidente Eptácio).

⁸⁸ Os cursos foram planejados em função das possibilidades de oferta do *campus*, especialmente no que se refere à infraestrutura (salas de aula, laboratórios etc.) e corpo docente.

Ele era meio mesclado, mas eram mais mulheres – para não dizer quase tudo (Supervisora 1-Presidente Epitácio).

A maioria das pessoas que procura os cursos é do sexo feminino, né? Eu me lembro disso (Servidora Municipal 11-Sertãozinho).

Nota-se pelos relatos do Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho e da Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio que a função de cuidar dos filhos ainda é uma atribuição culturalmente feminina:

[...] a gente tinha é... estudantes no curso... mulheres que tinham que cuidar dos filhos, que, às vezes, era difícil vir e não ter com quem deixar o filho. Teve curso que teve criança junto com a mãe, porque ela não tinha com quem deixar, aí ela trouxe. Tivemos, inclusive – dentre as demandas isso já foi salvo engano em 2014 aqui em Sertãozinho – uma turma só para mulheres. A gente tentou, na época, focar o Pronatec no estilo Mulheres Mil... tentar fazer uma transformação social na realidade das mulheres, e aí nessa turma isso era bem evidente. Eu acompanhei uma turma, em Mococa, de mulheres no curso de Cuidador de Idoso e ela tinha realmente muito esses problemas. Essa questão da estrutura familiar, isso interferia muito no curso, muitas das faltas eram justificadas por isso (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Eram donas de casas que, às vezes, tinham dificuldade para vir porque não tinha com quem deixar os filhos... (Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio).

Ao ser indagada se os homens também apresentaram a justificativa “não ter com quem deixar os filhos”, a Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio declara que “Mulheres, sempre mulheres. Homens não têm essa (risos), geralmente, não têm essa preocupação, né? São sempre as mulheres (risos)”.

Percebe-se que as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, por cuidar dos filhos e de familiares doentes. Enquanto os homens deixam de frequentar os cursos porque conseguem trabalho, as mulheres – por serem responsabilizadas pelo cuidado da casa e da família – têm muito mais motivações para desistirem dos cursos.

Em estudo sobre trabalhadoras militantes sindicais brasileiras e francesas, Moraes (2013) afirma que o gênero deve fazer parte de toda análise sobre qualificação profissional, desemprego, reestruturação produtiva, pois as mulheres fazem parte da força de trabalho. A introdução, na análise, das relações de gênero e da divisão entre os sexos, que atravessam o conjunto da sociedade, questionam as interpretações teóricas que partem da “figura do

trabalhador homem como encarnando o universal” (HIRATA, 1994, p. 131). Nessa direção, conforme sublinha Moraes (2013, p. 256),

[...] o gênero deve fazer parte integrante de toda análise – quer se refira à aquisição de qualificações e ao acesso ao emprego, aos impactos da tecnologia sobre a reestruturação do trabalho e das qualificações, ou às ligações entre produção e consumo –, o que possibilita, enfim, realizar interações entre políticas sociais e as que concernem ao emprego e aos salários [...].

Os relatos dos entrevistados e os dados de alunos matriculados indicam que cada vez mais mulheres têm chefiado suas famílias e, por isso, elas procuram por cursos de qualificação profissional que as possibilitem alcançar melhores salários e vínculos empregatícios formais. Para essas mulheres, cursos voltados à complementação de renda como artesanato, manicure e pedicure etc. não atendem suas expectativas de inserção profissional. Separadas de seus companheiros, cuidam dos filhos sozinhas e geralmente não recebem pensão alimentícia. Elas querem que seus filhos permaneçam na escola e não precisem abandonar os estudos para trabalhar. Por isso, essas mulheres, mães e chefes de família, rompem com os paradigmas e se lançam na disputa por vagas em profissões historicamente realizadas por homens.

O depoimento do Coordenador 7-Sertãozinho ilustra a realidade vivenciada por algumas mulheres com esse perfil:

A mulher como arrima de família, a questão de ter mesmo constituído família muito cedo, às vezes, cedo demais, inclusive por conta dessa falta de estrutura familiar, a falta de instrução, de orientação... Tinha alguns discursos muito marcantes por parte dessas mulheres: ‘Eu mudei toda a minha vida porque eu tive filho muito cedo e eu não quero que eles sigam o mesmo caminho que eu’. Mas a gente via, por outro lado, que tinha gente ali naquela situação cujos filhos já estavam seguindo os mesmos caminhos. Era muito comum o discurso de mãe com filha de 12 ou 13 anos que já estava grávida ou que já tinha inclusive filho (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

A partir de relatos como esse, e tendo-se em vista que 62% do total de pessoas matriculadas nos cursos Pronatec FIC em questão são do sexo feminino, verificou-se que motivações levaram essas mulheres a se matricularem em cursos de qualificação profissional, principalmente em áreas tradicionalmente masculinas. Entre os cursos ofertados nos *campi*, selecionaram-se 15 por pertencerem a um dos seguintes eixos tecnológicos: i) controle de processos industriais e ii) infraestrutura. Esses eixos foram escolhidos por agruparem

profissões que historicamente são exercidas majoritariamente por homens. Os eixos tecnológicos aos quais os cursos estão vinculados foram identificados por meio do Guia Pronatec de cursos FIC edições 2011, 2012 e 2013.

Os dados referentes aos cursos ofertados e ao perfil dos alunos matriculados foram obtidos por meio de consulta ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), às fichas de matrícula arquivadas nos *campi* onde a pesquisa foi realizada e às planilhas fornecidas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). As motivações apresentadas pelas alunas ao optarem por esses cursos constam das fichas de encaminhamento preenchidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) ou foram fornecidas por membros das equipes responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC nos *campi* selecionados.

Apresentam-se na tabela 4, a seguir, as matrículas nos 15 cursos selecionados. Expõe-se também a quantidade de turmas ofertadas, o número de homens e de mulheres em cada turma, bem como seus respectivos percentuais. Entre os 752 alunos matriculados, 224 (30%) são mulheres e 528 (70%) homens. Essa proporção se manteve na distribuição de matrículas por eixo tecnológico: Infraestrutura (35% M, 65% H); Controle e processos industriais (27% M, 73% H).

Tabela 4 - Distribuição de matrículas por eixo tecnológico, curso e sexo (2012-2014)

Eixo	Qtd. Turmas	Cursos	Mulheres		Homens		Total
Infraestrutura	3	Auxiliar de eletricitista	45	41%	31	59%	76
	1	Desenhista da construção civil	23	96%	1	4%	24
	2	Eletricista instalador predial de baixa tensão	3	4%	69	96%	72
	1	Instalador de sistemas eletrônicos de segurança	2	13%	13	87%	15
	1	Instalador hidráulico residencial	16	55%	13	45%	29
	1	Pedreiro de alvenaria	4	13%	26	87%	30
	1	Pintor de obras	0	0%	21	100%	21
TOTAL	10		93	35%	174	65%	267
Controle e processos industriais	1	Desenhista mecânico	19	61%	12	39%	31
	1	Eletricista industrial	5	17%	25	83%	30
	1	Mecânico de automóveis leves	2	6%	29	94%	31
	1	Operador de ensaios não destrutivos	10	45%	12	55%	22
	1	Operador de processos químicos industriais	11	27%	30	73%	41
	6	Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	52	30%	122	70%	174
	2	Torneiro mecânico	10	22%	35	78%	45
	5	Traçador de caldeiraria	22	20%	89	80%	111
TOTAL	18		131	27%	354	73%	485

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Em nove (60%) dos 15 cursos analisados, a quantidade de homens matriculados foi majoritária. Nota-se que esses cursos estão voltados para áreas da indústria, construção civil, elétrica, nas quais a oferta de trabalho é prioritariamente para ao público masculino. Os dados sinalizam, entretanto, uma demanda de inserção profissional por parte das mulheres nessas áreas.

Os cursos nos quais houve equilíbrio entre homens e mulheres – Instalador hidráulico residencial (55% M, 45% H) e Operador de ensaios não destrutivos (45% M, 55% H) – e naqueles em que o público feminino predominou – Desenhista da construção civil (96%) e Desenhista mecânico (61%) – preparam para profissões que não despertaram o interesse dos homens, provavelmente, devido aos salários pouco atrativos e menor oferta de vagas.

Nota-se que, embora essas alunas tenham realizado cursos em municípios situados em diferentes regiões do estado de São Paulo, elas possuem características em comum: em geral, tiveram o primeiro filho na faixa etária dos 16 aos 21 anos, muitas delas ainda não havia concluído o Ensino Médio, outras nem mesmo o Ensino Fundamental. Entre os homens, ocorre fenômeno semelhante, excetuando-se que eles tiveram o primeiro filho entre 19 e 24 anos. Nos casos em que o marido trabalha e o casal tem filhos com menos de dois anos de idade, geralmente, o pai é o responsável pelo sustento da família. Quando a mulher também

trabalha fora, ela recebe salário inferior ao do marido, mesmo exercendo funções semelhantes⁸⁹.

A renda familiar dessas alunas é de no máximo R\$1.500,00 e, nos municípios com IDH mais baixo, o número de famílias que participam de programas estaduais ou federais de transferência de renda (como Renda Cidadã, no estado de São Paulo, e Bolsa Família, em âmbito federal) é mais elevado. Os grupos familiares são compostos por, em média, cinco pessoas, incluindo pais, filhos e parentes idosos. Nem todos esses idosos são aposentados e aqueles que recebem aposentadoria ajudam a compor a renda familiar, principalmente, nas famílias em que os adultos estão desempregados. O tipo de moradia predominante foi alugada ou cedida.

Entre as mulheres que sustentam seus filhos sozinhas, há aquelas que também cuidam da mãe ou da avó enfermas. Essas mulheres exercem trabalhos sem vínculo formal e almejam sair dessa situação. Esse perfil foi muito comum entre os alunos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) por meio dos Cras. A respeito desse assunto o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho assim se expressa:

O público do MDS tem uma dificuldade grande de entrar no mercado formal, porque eles não têm uma formação, não têm uma habilitação técnica mínima. E aí, vão fazer os trabalhos mais desgastantes, os trabalhos que causam maior impacto à própria saúde... Eles sobrevivem (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Essas mulheres lançavam mão de várias estratégias para assegurar a sobrevivência delas e de suas famílias. Elas faziam doces, salgados, artesanatos para vender. Porém, elas estavam em busca de uma formação que as possibilitasse ter um salário fixo. O Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho ressalta que:

[...] era bem marcante isso, principalmente, a dificuldade da mulher que estava fazendo o curso para tentar se especializar para tentar ajudar no sustento da família. Muitas, às vezes, ofereciam para a gente... tentavam usar aquele canal também para vender coisas que elas faziam em casa. Então, artesanato, bala, doce, bolo, trufa, isso era muito marcante. E também foi

⁸⁹ As fichas de encaminhamento dos Cras não eram padronizadas e os modelos variavam bastante de um município para outro. As mais completas apresentaram as seguintes informações sobre a composição familiar dessas mulheres: número de pessoas que moram na mesma casa, grau de parentesco, sexo e idade; quem é responsável pelo sustento da família e como cada um contribui para compor a renda familiar; se é beneficiário de programa estadual ou federal de transferência de renda; que cursos elas gostariam de realizar e por que motivo. Como nem todas as alunas foram encaminhadas pelo Cras, recorreu-se ao relato de professores que lecionaram nesses cursos, de supervisores pedagógicos e de coordenadores adjuntos de cursos Pronatec FIC para delinear o perfil dessas mulheres.

marcante em algumas experiências que a gente teve em Taquaritinga e em Sertãozinho (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

3.2 Situações ao final dos cursos e perfis de alunos concluintes

De acordo com dados obtidos por meio do Sistec, verificou-se que, entre os 7.981 alunos matriculados, houve 4.539 (57%) que, por diversos motivos, não concluíram os cursos. Essa taxa variou de acordo com o município onde os cursos foram ofertados, mas em geral foi superior a 48%, conforme exposto na tabela 5, a seguir. Salienta-se que, entre os não concluintes, houve alunos em diferentes situações face aos critérios do Programa, por exemplo, aqueles cuja frequência inicial foi insuficiente, os que não compareceram, cancelaram a matrícula, evadiram, foram reprovados. Por esse motivo, e visando explicitar o que ocorreu com esses alunos após efetivar a matrícula, optou-se por considerá-los não concluintes em vez de evadidos.

Tabela 5 - Alunos matriculados e situação ao final do curso, por *campus* (2012-2014)

<i>Campus</i>	Turmas ofertadas	Matriculados	Concluintes		Não concluintes	
Avaré	46	1640	775	47%	865	53%
Presidente Epitácio	40	1099	574	52%	525	48%
Registro	51	1416	706	50%	710	50%
São Paulo	45	1663	549	33%	1114	67%
Sertãozinho	79	2163	838	39%	1325	61%
TOTAL	261	7981	3442	43%	4539	57%

Nota: Nesta tabela, as turmas canceladas foram excluídas e, por isso, o número de matrículas é menor que o exposto no terceiro capítulo por meio do gráfico *Matrículas em cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP 2012-2014 nos campi Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho*.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Com base no relato da Coordenadora Geral 3-São Paulo e em informações disponibilizadas nas fichas de matrículas dos alunos, as possíveis situações dos alunos ao final dos cursos Pronatec FIC são: *concluída* – o aluno frequentou o curso até o final e recebeu certificado; *não compareceu* – quando o interessado não comparece na unidade de ensino para confirmar a matrícula, dentro do prazo estabelecido; *abandono* – aluno chegou a frequentar o curso, porém não o concluiu; *frequência inicial insuficiente* – situação na qual o aluno matriculado: i) não frequentou os cinco primeiros dias consecutivos de aula, ii) teve frequência menor que 50% ao completar 20% da carga horária total de um curso FIC ou 20% da carga horária integralizada nos quatro primeiros meses de um curso técnico, iii) não teve frequência maior que 50% nos 10 primeiros dias de aula; *reprovado* – a reprovação pode

ocorrer por nota ou por falta. Como a frequência mínima no curso é de 75%, caso o aluno frequente o curso durante um período igual ou maior que 50% e menor que 75% ele será reprovado por falta.

Ao ter em mente o intuito de delinear o perfil do aluno por trás de sua situação ao final do curso bem como identificar elementos que direta ou indiretamente contribuíram para essa situação⁹⁰, percebe-se que tanto a conclusão quanto a não conclusão de cursos Pronatec FIC dependeram da confluência de fatores pessoais, institucionais e sociais. Os membros das equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi* esboçaram o perfil de alunos não concluintes por meio da comparação com o de alunos concluintes, assim o perfil dos primeiros correspondeu, de certa forma, ao oposto das características apresentadas para explicitar o perfil dos segundos. Esse conjunto de características abrange desde matricular-se espontaneamente no curso desejado, sentir-se motivado e ter disponibilidade de tempo para estudar até questões socioeconômicas, familiares e de saúde, conforme apresenta-se no quadro 31 a seguir.

Quadro 31 – Perfis de alunos concluintes

Frequência ¹	Característica
9	Mais motivados, persistentes, interessados e participativos
7	Estavam interessados na qualificação profissional, tinham objetivos definidos e maior perspectiva de ingressar no mercado de trabalho
4	Eram alunos mais jovens
3	Estavam melhor estruturados financeiramente

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

De acordo com a percepção de coordenadores, supervisores e professores, os estudantes que concluíram os cursos eram mais motivados, participativos, demonstravam interesse pelas aulas; se envolviam com a escola e aproveitavam todos os espaços e possibilidades oferecidas:

Quando a gente chegava lá na sala de aula a gente já sabia quem ia continuar e quem ia sair. Seja, pela atitude, pela forma como encaram alguns problemas, pela forma como interagem na própria instituição... Porque foi assim, o aluno do Pronatec podia pegar livros na biblioteca. Então, a gente teve alunos que pegavam livros, que estudavam, que vinham fazer outros

⁹⁰ As motivações que culminaram no êxito ou na não conclusão de cursos serão discutidas no próximo capítulo.

curso. ‘Ah, eu gostei tanto da escola que agora o meu filho vai vir, meu neto vai vir’. São pessoas que tinham uma relação diferente com a escola. Teve gente que continuou os estudos e hoje está fazendo curso superior aqui e foi ex-aluno Pronatec (Supervisora 2-Avaré).

Então, a característica principal que eu observei foi que ao longo do tempo, conforme eles iam participando, eles iam gostando cada vez mais. E isso fez com que eles persistissem e quisessem terminar o curso (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Sim, eles possuíam algumas características aí é... que os diferenciavam dos que não finalizaram como, por exemplo, persistência, não faltavam, durante a aula eles perguntavam, se interessavam mais e corriam atrás de... material à parte. É... os exercícios que eu passava eles faziam já em aula não deixavam para fazer em casa. Então, esses alunos sim eram diferenciados, ok? (Professor 11, São Paulo).

Convém destacar que as turmas nas quais o Professor 11-São Paulo lecionou foram preenchidas prioritariamente por alunos vinculados ao MTE que se matricularam no curso para receber o Seguro-Desemprego. Em cidades como São Paulo, Sertãozinho e Ribeirão Preto, o desempenho desses alunos era significativamente melhor em comparação com o público vinculado ao MDS ou ao MDA, por possuírem escolaridade mais elevada, experiência profissional e frequentemente realizarem cursos. Por isso, esse professor relata que os alunos “corriam atrás de material à parte” e conseguiam fazer todas as atividades em sala inclusive as que eram para ser feitas em casa.

Apenas no *campus* São Paulo houve número suficiente de alunos na zona urbana para formar turma de um único demandante, nesse caso o MTE. Nos *campi* do interior, de maneira geral, as turmas eram mistas (MTE, MDS e ampla concorrência) exceto nos cursos vinculados ao eixo agrícola e ofertados na zona rural nos quais o público predominante era vinculado ao MDA.

A respeito do perfil de alunos concluintes em cursos ofertados na zona rural, o Coordenador 1-Presidente Epitácio afirma que a persistência e a determinação foram primordiais na superação das dificuldades decorrentes da baixa escolaridade e da difícil conciliação entre a dura jornada de trabalho e os estudos:

Aqueles que conseguiram finalizar o curso tiveram uma persistência maior. Então, o início foi um pouco complicado devido à baixa escolaridade. O trabalho na área rural exige muito deles, né? Exige bastante dedicação. Os horários – como os cursos eram no sábado de manhã e no domingo – muitos trabalham de segunda a segunda. Então, essa dificuldade de se organizar

para participar do curso afetou alguns. Eles perdiam aulas, né? E esse fato fez com que alguns desistissem (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Motivação e força de vontade foram as palavras mais recorrentes nos relatos desses coordenadores, supervisores e professores ao caracterizarem os alunos concluintes:

E... os que foram até o final é... eles estavam muito motivados. Tanto que teve alunos que fizeram três cursos. A gente abriu turmas no início do ano, depois no segundo semestre e eles fizeram três cursos conosco. [...] Para essas pessoas o Pronatec FIC foi muito importante porque era de graça e ainda dava uma ajuda, né? Pequeninha, mas dava (Supervisora 1-Presidente Epitácio).

Olha, eu via muita força de vontade assim... da pessoa falar: 'Ai, eu trabalhei, mas eu estou aqui. Eu vim sem almoçar...' [...] Essas pessoas que permaneceram eram diferentes, sim (Supervisora 2-Avaré).

Esses estudantes têm força de vontade, sonhos, desejos de vencer e serem profissionais respeitados (Professora 4-Sertãozinho).

Eu acredito que os alunos que conseguiram é... concluir os cursos, eles eram muito mais motivados que os outros, né? Eles eram mais animados, eles compravam mais as ideias. A gente, ainda hoje em dia, encontra com eles na cidade eles cumprimentam, dão tchau, falam que têm saudades dos cursos e da época que vinham aqui (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

Será que todas as dificuldades que impedem os alunos de permanecer nos cursos podem ser superadas apenas com determinação, motivação e força de vontade? Considera-se que a permanência e o êxito desses alunos nos cursos não se restringem a atributos pessoais. Supõe-se que as condições objetivas para realização dos cursos (horário de trabalho compatível, recursos para custear alimentação e transporte etc.) foram mais favoráveis para esses alunos do que para aqueles que não concluíram. Ao distinguir os alunos concluintes dos não concluintes, a Coordenadora Adjunta-4 Sertãozinho pondera:

É... eu acho que o que diferenciava são mais ou menos as mesmas causas da evasão só que o oposto. E também é claro que em todas elas tem a questão do interesse e... questões pessoais que a gente não sabe (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

Essa coordenadora sinaliza a relação entre interesse pelo curso e condições materiais para realizá-lo como um dos elementos que contribuem para a permanência dos alunos. Nesse sentido, alguns professores observaram que os alunos concluintes tiveram melhores condições financeiras e não dependiam exclusivamente do auxílio estudantil para frequentarem as aulas. Em geral, eram trabalhadores inseridos no mercado informal que viam o curso como uma

possibilidade de saírem da informalidade. Os coordenadores e professores ao serem questionados se na percepção deles haveria algo capaz de diferenciar alunos concluintes de não concluintes afirmam:

Sem dúvida, sem dúvida. Era notório, tá? Vários alunos que terminaram realmente estavam interessados mesmo era no curso, na qualificação. Eles realmente levaram a sério o curso e estavam preocupados em qualificar e ter o certificado. Então, eu acredito que a parte financeira foi muito útil, ajudou muito sim. Mas os que permaneceram não estavam realmente preocupados com a parte financeira (Professor 3-São Paulo).

Eu me lembro que eles já desenvolviam algo na área. Teve alunos que moravam em área rural, né? Outros trabalhavam com a parte do comércio de hortaliças e queriam saber um pouco mais sobre a produção. Então, é o aluno meio que envolvido com a atividade ou querendo se envolver. Inclusive, eu tive alunos que foram trabalhar em hortas, né? (Professor 5-Avaré).

Alunos que estavam é... com uma estrutura melhor, que já tinham algum vínculo com o trabalho. Que já tinham uma perspectiva maior de ingressar no mercado de trabalho (Coordenador Adjunto 3-Registro).

De acordo com o depoimento dos professores, alguns alunos puderam se dedicar aos estudos porque possuíam recursos financeiros para frequentar as aulas, mesmo que esses recursos se restringissem ao mínimo necessário para custear despesas com transporte e alimentação. Ao ser perguntado sobre a situação ocupacional desses alunos, o Professor 3-São Paulo assim esclarece:

Tinha dois tipos de pessoas: um que fazia o seu ‘bico’, vamos dizer assim, esporadicamente e tinha uma pequena renda, né? Outro eram estudantes, que não tinham necessidade de ter uma renda, estavam em uma faixa etária menor – entre 18 e 22, 23 anos –, não estavam preocupados com a parte financeira (Professor 3-São Paulo).

Alguns alunos ingressaram nos cursos Pronatec FIC por meio de vagas não preenchidas pelo público prioritário e, por isso, foram disponibilizadas na Internet para ampla concorrência; o Egresso 26-Programador de Sistemas-São Paulo, por exemplo, foi um deles. Ele matriculou-se no curso por iniciativa própria para “agregar conhecimentos”, enquanto estava aguardando para assumir uma vaga pela aprovação em concurso público. Ele relata que não teve dificuldade em acompanhar o curso porque já tinha noções de lógica de programação e era graduado em Administração.

Entre os estudantes que demonstravam interesse pela qualificação profissional, havia aqueles que já trabalhavam na área e precisavam do certificado para apresentar no emprego, conforme relata o Supervisor 5-Avaré:

Muitas já trabalhavam como cuidadoras de idosos, maquiadoras, mas elas precisavam do certificado para comprovar que elas tinham aquela formação. E tem uns que a gente vê que fazia porque estava recebendo auxílio, porque estava desempregado. Então, assim... o que mais me chamou a atenção foi isso mesmo, porque alguns já trabalhavam e eles queriam uma certificação para comprovar (Supervisor 5-Avaré).

Conforme os depoimentos dos entrevistados, alguns alunos acreditavam que o certificado e os conhecimentos adquiridos no curso poderiam aumentar as chances de eles conseguirem emprego ou serem autônomos:

Eles eram automotivados. E... a maioria vislumbrava muito o aumento da renda, até porque na maioria das famílias somente uma pessoa trabalhava. Havia famílias com três, quatro, cinco pessoas e só uma trabalhava. Então, eles viam o curso como uma chance de ser uma entrada para eles no mercado de trabalho, de eles conseguirem até trabalhar por conta [própria]. Foi o perfil dos que continuaram. Alguns, um percentual baixo, era a família mesmo que pressionava para terminar, geralmente os alunos mais jovens (Professor 7-Presidente Eptácio).

A Supervisora 2-Avaré ressalta que os alunos concluintes tinham objetivos claramente definidos, eram pessoas que estavam em busca de crescimento pessoal e de qualificação profissional:

Elas eram pessoas muito centradas. Você ia explicar uma situação e rapidamente elas entendiam. É... queriam realmente fazer o curso e não vinham apenas pelo recurso. O recurso ajuda, mas o que eu sinto é que elas queriam ter um diploma, por exemplo, de Auxiliar em Administração. Elas diziam: 'Ah, é muito legal, muito bacana para mim ter um diploma de Auxiliar em Administração'. Então, eu senti isso. Eram realmente pessoas diferenciadas, porque elas venceram várias barreiras e queriam fazer o curso não pela bolsa, não pelo dinheiro. E eu peguei senhoras com 4ª série e eu vi que não é a questão escolar. Ah, é porque tinha mais escolaridade? É porque elas tinham um objetivo. 'Eu quero ter esse diploma. Isso aqui vai ser bom para mim'. 'Olha, isso aqui eu já estou usando na minha casa, eu já uso no meu trabalho'. Então, são pessoas com objetivos claros mesmo. É bem isso mesmo. E era nítido assim (Supervisora 2-Avaré).

A Professora 4-Sertãozinho expressa essa mesma percepção a respeito das características dos alunos concluintes, embora admita que esse tipo de aluno não constitua a maioria:

Os que permaneceram tinham um objetivo muito focado nas melhorias da carreira profissional, no aumento dos salários por possuírem certificação técnica e perspectivas para o futuro por meio da continuação nos estudos, da conclusão do Ensino Médio além de prosseguir com o sonho de cursar o Ensino Superior, porém [os alunos com esse perfil] foram em número reduzido em relação ao número de matriculados (Professora 4-Sertãozinho).

Quanto aos estudantes mais jovens, eles teriam concluído os cursos porque usufruíam de melhores condições de vida, não estavam à procura de emprego naquele momento, nem tinham filhos. As entrevistas de alguns dos docentes apontaram que esses alunos, na faixa etária dos 16 aos 21 anos, não eram responsáveis pelo sustento familiar e tinham menos atribuições domésticas que aqueles acima dessa faixa etária:

Geralmente, os que concluíam eram os mais jovens, que não estavam tanto à procura de emprego, que queriam mais para capacitação mesmo. Outros que eram mais velhos na primeira oportunidade de emprego já saiam. Então, acho que essa era a maior diferença: o objetivo do curso, né? Os mais jovens acabavam concluindo. Teve alunos mais jovens que conseguiram emprego, mas a maioria foi de alunos mais velhos (Professora 9-Registro).

Os mais velhos eram, geralmente, responsáveis pelo sustento familiar e, por isso, o emprego para eles, na maioria das vezes, era mais importante que o curso.

Olha, é... eu percebo que aqueles alunos que são mais jovens eles permaneciam até o final. E aqueles que eram, por exemplo, pai, mãe, eram pessoas que, às vezes, por algum motivo... a tendência dela era desistir mais rápido (Professor 12-Sertãozinho).

De acordo com o relato de coordenadores, supervisores e professores, os alunos que concluíram os cursos possuíam características pessoais como motivação, força de vontade, interesse pela qualificação profissional que, aliadas às condições de custear despesas com transporte e alimentação, possibilitaram-lhes permanecer e concluir os cursos. Entre esses alunos, havia trabalhadores informais que vislumbravam, por meio da obtenção do certificado, uma possibilidade de conseguir exercer ocupações formais. Havia também mulheres que trabalhavam como Cuidadoras de Idosos e faziam o curso para obter certificação, aperfeiçoar conhecimentos e assegurar a permanência delas no emprego. Houve ainda adolescentes e jovens que não trabalhavam nem eram responsáveis pelo sustento familiar e podiam se dedicar aos estudos, pois contavam com o apoio dos pais ou responsáveis.

3.3 Egressos de cursos Pronatec FIC

Pressupõe-se que a efetividade de um programa de qualificação profissional como o Pronatec possa ser avaliada por meio de seus efeitos junto aos egressos. Nessa perspectiva, entende-se ser primordial ouvir esses ex-alunos, pois, geralmente, fala-se por eles e decisões são tomadas sob o argumento de que os beneficiam, mas nem sempre são ouvidos sobre o que consideram ser importante para si mesmos.

No primeiro semestre de 2017 e 2019⁹¹, egressos concluintes e não concluintes, matriculados em 2014⁹², foram contatados por telefone. Esse ano foi priorizado por ser aquele em que houve maior número de matrículas e pela probabilidade de os egressos ainda terem o mesmo número de telefone ser mais elevada em relação aos anos anteriores. Nos *campi* lócus da pesquisa, selecionou-se um curso de cada eixo tecnológico, preferencialmente, aqueles que tiveram número mais elevado de turmas. Em seguida, priorizou-se a turma com maior número de alunos matriculados no curso escolhido. Entre os alunos matriculados nas turmas selecionadas, apenas 33 egressos foram contatados com êxito. Embora esse número seja inexpressivo em relação ao de matrículas, considera-se que, do ponto de vista qualitativo, esses sujeitos trouxeram elementos importantes em função do lugar que ocuparam no processo de implementação do Pronatec no IFSP. Por meio de seus relatos, obtiveram-se informações sobre seus perfis socioeconômico, profissional e educacional; situação ocupacional após a realização de cursos FIC; relação entre curso realizado e tipo de vínculo empregatício; justificativas de não conclusão de cursos nos quais se matricularam; perspectivas de continuidade nos estudos; vínculo desses sujeitos com o Instituto Federal antes e depois de realizarem cursos Pronatec FIC. Isto contribuiu para balizar, contrastar ou corroborar os depoimentos de coordenadores, supervisores e professores.

Entre esses 33 egressos, 21 (64%) haviam concluído os cursos, 9 (27%) não concluíram e 3 (9%) tiveram frequência inicial insuficiente. Os contatos telefônicos foram mais bem-sucedidos entre alunos concluintes⁹³. Como já se passaram alguns anos entre a

⁹¹ Esse intervalo de tempo no contato com os egressos se deu em função da realização de doutorado sanduíche no segundo semestre de 2017 e da coleta de dados nos *campi* em 2018.

⁹² O índice de respostas dos egressos matriculados nas turmas selecionadas foi baixo por mudança no número de telefone; receio em atender uma chamada desconhecida e ser vítima de fraude; ausência de telefone ou e-mail para serem contatados.

⁹³ Supõe-se que eles permaneceram com o mesmo número de telefone porque, de alguma forma, conseguiram continuar pagando pelo serviço de telefonia móvel. Conforme resolução nº 634 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), publicada em 7 de março de 2014, o provimento de serviço telefônico pode ser suspenso em caso de débito ou término do prazo de validade dos créditos (BRASIL, 2014).

matrícula e a época em que se realizou a pesquisa, a maioria dos números de telefone havia mudado. Além disso, o insucesso no contato telefônico se deu também em função de número inexistente e aparelho programado para não receber chamadas de números não cadastrados na agenda do proprietário.

Por meio do diálogo com egressos concluintes e não concluintes, percebeu-se que a situação deles ao final do curso Pronatec resultou de um conjunto de elementos que, em determinado contexto, favoreceram ou impediram a conclusão do curso. Houve egressos não concluintes que, posteriormente, matricularam-se em outro curso e o concluíram. Ao passo que o inverso também ocorreu. Portanto, disso deduz-se que um estudante que em determinado momento de sua trajetória no curso foi compelido pelas circunstâncias a deixá-lo antes do término, em outra ocasião, sob condições mais favoráveis, poderia tê-lo concluído. No entanto, convém ressaltar que, de maneira geral, o público prioritário⁹⁴ de cursos Pronatec FIC é bastante suscetível a intercorrências familiares, socioeconômicas e de saúde, por serem pessoas de baixa renda e com menor acesso a bens e serviços essenciais. Soma-se a isso a trajetória escolar descontínua característica marcante do público da EJA. Por decorrência, ora esses estudantes conseguem concluir os cursos nos quais se matriculam, ora não.

No que se refere à distribuição desses egressos em relação à unidade do IFSP à qual estavam vinculados, 15 estudaram em Avaré, 14 em São Paulo, dois em Registro e dois em Sertãozinho, conforme exposto no quadro 32, a seguir. Nenhum egresso de Presidente Epitácio foi contatado com êxito. Conforme consta no quadro “Dados socioeconômicos dos municípios” – apresentado no capítulo *Implementação de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP* –, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o salário médio mensal dos trabalhadores formais e o PIB *per capita* de Presidente Epitácio foram os menores em comparação com os demais municípios. O que nos leva a supor que as tentativas de contatar os egressos de cursos ofertados em Presidente Epitácio não foram bem-sucedidas porque a maioria dos alunos não teve recursos financeiros suficientes para manter o mesmo número de telefone por aproximadamente cinco anos transcorridos entre a matrícula e a pesquisa.

Entre os 33 egressos sujeitos da pesquisa, oito foram contatados no primeiro semestre de 2017 – durante a elaboração do relatório a ser submetido ao exame de qualificação – e 25 entre os meses de fevereiro e abril de 2019.

⁹⁴ Conforme disposto no artigo 2º da Lei nº 12.513/2011, o público prioritário do Pronatec é composto por trabalhadores (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores); desempregados; beneficiários de programas de transferência de renda; mulheres responsáveis pelo sustento familiar; alunos da rede pública de ensino, inclusive da Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 32 - Egressos contatados por curso e por *campus*

Egressos	Curso	Campus
9	Almoxarife	Avaré
5	Artesão de pintura em tecido	Avaré
1	Auxiliar Administrativo	Avaré
2	Garçom	Registro
2	Agente de Gestão de Resíduos Sólidos	São Paulo
2	Instalador e reparador de computadores	São Paulo
6	Programador de Sistemas	São Paulo
4	Programador Web	São Paulo
1	Espanhol Intermediário	Sertãozinho
1	Operador de Computador	Sertãozinho
33	Total	

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Entre esses egressos, nota-se o predomínio de jovens com idade entre 20 e 29 anos (33,34%, N=11) e, em seguida, adultos na faixa etária dos 30 aos 39 anos (21,21%, N=7). Em sua maioria, são pessoas do sexo masculino (54,5%, N=18), casadas (42,42%, N=14) e com filhos (57,58%, N=19), conforme se observa na tabela 6.

Tabela 6 - Perfil socioeconômico dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Variáveis	N=33	100%
Faixas etárias		
16-19 anos	0	0%
20-29 anos	11	33,34%
30-39 anos	7	21,21%
40-49 anos	6	18,18%
50-59 anos	4	12,12%
60 acima	5	15,15%
Sexo		
Feminino	15	45,50%
Masculino	18	54,50%
Estado civil		
Casado	14	42,42%
Solteiro	7	21,21%
União estável	2	6,06%
Viúvo	2	6,06%
Divorciado	1	3,04%
Não informado	7	21,21%
Se possuem ou não filhos		
Possuem filhos	19	57,58%
Não possuem filhos	14	42,42%

Nota: As faixas etárias se referem às idades declaradas durante a pesquisa.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Na época em que esses egressos se matricularam nos cursos, a escolaridade predominante em suas declarações foi Ensino Médio completo (57,58%, N=19), seguida por Ensino Médio Incompleto (12,12%, N=4), conforme se apresenta no gráfico 15, a seguir.

Gráfico 15 - Escolaridade declarada por egressos de cursos Pronatec FIC no ato da matrícula

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Nota-se que, embora esses estudantes possuíssem a escolarização mínima exigida para realizar cursos técnicos, eles ingressaram em cursos FIC. As razões que motivaram essa decisão não puderam ser suficientemente esclarecidas, mas percebe-se por meios de declarações desses ex-alunos que se matricularam nesses cursos visando receber o Seguro-Desemprego ou não queriam ficar parados e o curso FIC era a opção disponível naquele momento. A maioria desses estudantes foi encaminhada ao Instituto Federal pelos Cras e PAT e alguns se matricularam espontaneamente. Para a Egressa 8, Almojarife, Avaré, 32 anos, que já possuía Ensino Superior Completo, a realização do curso FIC foi motivada por interesses pessoais como busca por aperfeiçoamento e aquisição de conhecimentos para atuação profissional em negócio próprio.

Na época, estava desempregado e não queria ficar parado. Então, procurei o curso para ter uma qualificação a mais. O curso na parte teórica até que foi bom! Só que necessita de mais tempo, né? A grade é muito grande, porque tem programação, redes... Uma coisa vai levando à outra, entendeu? A grade na programação é extensa. Não é só programar. Você tem que ter pelo menos uma noção das outras áreas (Egresso 20, Programador Web, São Paulo, 38 anos).

Quando fui ao PAT pedir o Seguro-Desemprego, fiquei sabendo que precisava me matricular no curso para receber as parcelas do seguro. (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

Eu estava desempregado e recebi a indicação do curso quando dei entrada no pedido de Seguro-Desemprego (Egresso 22, Programador Web, São Paulo, 26 anos).

No PAT, fui informado que para receber o Seguro-Desemprego teria que fazer um curso, por isso fiz minha matrícula (Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos).

Estava desempregado e a assistente social do Cras me falou sobre os cursos (Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos).

Minha irmã fez Logística antes de se matricular no curso de Almoxarife. Ela me falou e eu resolvi fazer para melhorar meu currículo (Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos).

Eu havia feito um curso de Logística no IF e soube dos cursos Pronatec (Egressa 2, Almoxarife, Avaré, 17 anos).

Verificou-se também o grau de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos egressos e constatou-se que a escolaridade predominante foi Ensino Fundamental Incompleto tanto no caso das mães (64%, N=16) como no dos pais (52%, N=13).

Gráfico 16 - Grau de escolaridade das mães dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Nota1: Esses dados referem-se apenas às mães dos egressos contatados em 2019.

Nota 2: Entende-se por mãe tanto a genitora como a mulher que na ausência desta exerceu o papel de mãe.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Gráfico 17 - Grau de escolaridade dos pais dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

Nota1: Esses dados referem-se apenas aos pais dos egressos contatados em 2019.

Nota 2: Entende-se por pai tanto o genitor como o homem que na ausência deste exerceu o papel de pai.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Entre as 16 mães e os 13 pais ou responsáveis que possuem Ensino Fundamental Incompleto, 63% (N=10) e 54% (N=7)⁹⁵, respectivamente, tiveram no máximo quatro anos de escolarização formal. Verificou-se também semelhanças entre aqueles que possuíam menos anos de estudo, 25% (N=4) das mães e 32% (N=4) dos pais cursaram até a então 2ª série e apenas 6% (N=7) das mães e 7% (N=1) dos pais conseguiram estudar até a então 7ª série⁹⁶. Além de ter pais ou responsáveis pouco escolarizados, a maioria desses egressos (54,5%, N=18) não conhecia o *campus* antes de se matricular nos cursos Pronatec FIC. Por outro lado, os egressos que afirmaram conhecer o Instituto apenas passavam em frente ao *campus* e ainda não haviam sequer entrado. Seus relatos evidenciam como eles viviam à margem dessa instituição:

Eu nunca tinha estudado lá. Só passava na porta (Egresso 18, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 28 anos).

Sim, tinha ouvido falar, mas não tinha estudando lá antes (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

⁹⁵ Esses percentuais referem-se apenas às mães e pais ou responsáveis que possuem Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, 63% de 16 e 54% de 13, respectivamente.

⁹⁶ Manteve-se a denominação série por ser a nomenclatura utilizada na época em que eles estudaram. A então 2ª série corresponde ao 3º ano do Ensino Fundamental, porém quando esses pais ou responsáveis estudaram o ensino pré-escolar ainda não era obrigatório e eles ingressavam na escola na 1ª série. Nesse caso, o tempo de escolarização formal daqueles que cursaram até a 2ª série, por exemplo, é de dois anos.

Eu me lembro de quando eles estavam construindo o IF, mas nunca tinha entrado lá (Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos).

Eu já tinha ouvido falar, mas não conhecia (Egresso 9, Almoxarife, Avaré, 21 anos).

Eu moro perto do IF e sempre passo em frente, mas ainda não tinha entrado (Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos).

Conhecia, mas... ainda não tinha estudado lá (Egresso 24, Espanhol Intermediário, Sertãozinho, 16 anos).

De acordo com estudo Suplemento de Mobilidade Sócio-ocupacional realizado pelo IBGE na PNAD (2014) e divulgado pela Agência Brasil de notícias (NITAHARA, 2016), o grau de escolaridade dos pais pode influenciar tanto a escolarização quanto a inserção laboral dos filhos:

[...] entre os pais que não eram alfabetizados aos 15 anos, 23,6% dos filhos também não eram na mesma idade e apenas 4% completaram o nível superior posteriormente. Entre os pais com nível superior completo, apenas 0,5% dos filhos não tinham instrução aos 15 anos, enquanto 69,1% também completaram o nível superior (NITAHARA, 2016, p. 2).

Esse estudo revela ainda que os filhos de trabalhadores pouco escolarizados, tais como os agricultores, tendem a ingressar mais cedo no mercado de trabalho, por volta dos 13 anos de idade. Por outro lado, os filhos de profissionais ligados ao ramo das ciências e das artes iniciam sua vida profissional entre 20 e 25 anos. Outra constatação feita por esse estudo foi que

a idade com que a pessoa entra no mercado de trabalho também varia conforme a situação de ocupação dos pais. Enquanto 46,6% dos filhos de pessoas sem carteira assinada ingressam no mercado até os 13 anos, a proporção cai para 15,2% entre os filhos de militares e funcionários públicos estatutários (NITAHARA, 2016, p. 3).

Diante do exposto e com base nos resultados obtidos, infere-se que esses egressos fazem parte de uma parcela da classe trabalhadora que Ruy Braga denomina “precariado”⁹⁷, por ser um proletariado mais precarizado, ou seja,

⁹⁷ Importa salientar que o termo “precariado” possui outras acepções. Para Giovanni Alves, por exemplo, refere-se à “[...] camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social” (ALVES, 2013, p.1). Nessa perspectiva, no âmbito sociológico, o precariado “[...] seria constituído, por exemplo, por um conjunto de *categorais sociais* imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no

[...] aquela fração da classe trabalhadora desqualificada ou semiquificada e submetida a altas taxas de rotatividade do trabalho. Além disso, devemos acrescentar os jovens trabalhadores à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, além de trabalhadores sub-remunerados (no caso brasileiro, aqueles que recebem até um salário mínimo e meio, aproximadamente, 260,00 €) e inseridos em condições degradantes de trabalho. Uma população que, no Brasil, aumentou muito desde a década de 1990. Não nos esqueçamos que, mesmo com o recente avanço da formalização do emprego, as taxas de rotatividade, de flexibilização, de terceirização e o número de acidentes de trabalho no país subiram na última década. Em suma, o precariado é formado pelo setor da classe trabalhadora, pressionado pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça da exclusão social (BRAGA, 2014, p. 30).

O nível de escolaridade é um dos indicadores que compõem a condição socioeconômica da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b). Na maioria das vezes, pessoas com poucos anos de estudo e sem profissão definida não podem contar com a proteção de sindicatos de categoria, não possuem piso salarial etc. Logo, estão mais vulneráveis e suscetíveis a realizar ocupações informais e mal remuneradas.

Entende-se que a escolarização em si não assegura inserção profissional e rendimentos elevados, tal como preconizam os defensores da Teoria do Capital Humano. Entretanto, no Brasil, os trabalhadores que exercem trabalhos degradantes e desprestigiados socialmente tendem a ser aqueles que possuem poucos anos de estudo, diferentemente do que ocorre em países de economia central, onde esse tipo de trabalho é realizado por imigrantes cuja escolarização é muito superior à mínima exigida para contratação (BEGIN; RENAUD, 2012; KAMANZI, 2012; NOISEUX, 2012)⁹⁸.

Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados *em formação* e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial)” (ALVES, 2013, p. 3, grifo do autor). Optou-se pela aceção adotada por Ruy Braga por ser mais condizente com os perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC.

⁹⁸ O termo “minorias visíveis” refere-se a pessoas que não são indígenas nem caucasianas em raça ou cor. Portanto, dizem respeito aos imigrantes chineses, negros, árabes, asiáticos, filipinos, latino-americanos, japoneses e coreanos que, diferentemente dos europeus, encontram mais obstáculos para se inserir no mercado de trabalho devido a sua origem étnica (KAMANZI, 2012). Com base em estudo sobre a inserção profissional de “minorias visíveis” em Quebec e Ontário (Canadá), províncias nas quais há expressivo contingente de pessoas nessa condição, Kamanzi (2012) considera que “a Teoria do Capital Humano sustentada por economistas [...] não é suficiente para explicar as desigualdades sociais observadas no mercado de trabalho”. Em vista disso, propõe “combinar várias teorias para compreender as questões em jogo, tais como a Teoria do Capital Social, a Teoria da Exclusão Social”. De acordo com esse autor, diversos estudos sinalizam que as “minorias visíveis” são

Ao comparar a escolaridade declarada no ato da matrícula com aquela informada durante a pesquisa, notou-se que 36,5% (N=12) dos egressos elevaram a escolaridade – dos quais dez são concluintes e dois não concluintes –, conforme exposto no quadro 33, a seguir. Alguns já estavam estudando enquanto faziam o curso FIC outros afirmaram ter continuado a estudar após conhecer as possibilidades existentes no Instituto Federal (cursos de extensão, curso Proeja Técnico Integrado ao Ensino Médio, curso preparatório para o Enem, cursos superiores em Tecnologia etc.), receber incentivo e orientação de professores, supervisores e coordenadores de cursos, trocar experiências e informações com colegas.

Quadro 33 – Escolaridade declarada por egressos no ato da matrícula e durante a pesquisa

Código do(a) egresso(a), curso no qual se matriculou, município, idade e situação ao final do curso	Escolaridade declarada durante a:	
	Matrícula	Pesquisa
Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egressa 2, Almoxarife, Avaré, 17 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egresso 3, Almoxarife, Avaré, 20 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egressa 4, Almoxarife, Avaré, 34 anos, não concluiu	E. F. Incompleto	E. F. Incompleto
Egressa 5, Almoxarife, Avaré, 51 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egressa 6, Almoxarife, Avaré, 36 anos, não concluiu	E. M. Incompleto	E. M. Incompleto
Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. S. Incompleto
Egressa 8, Almoxarife, Avaré, 32 anos, concluiu	E. S. Completo	E. S. Completo
Egresso 9, Almoxarife, Avaré, 21 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. S. Incompleto
Egressa 10, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egressa 11, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos, concluiu	E. F. Incompleto	E. F. Incompleto
Egressa 12, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, concluiu	E. F. Incompleto	E. F. Incompleto
Egressa 13, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egressa 14, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, concluiu	E. S. Incompleto	E. S. Incompleto
Egressa 15, Auxiliar Administrativo, Avaré, 38 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Comp. Técnico
Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos, concluiu	E. M. Incompleto	E. M. Completo
Egresso 18, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 28 anos, concluiu	E. M. Completo	E. S. Incompleto
Egresso 19, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 47 anos, não concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egresso 20, Programador Web, São Paulo, 38 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos, concluiu	E. S. Incompleto	E. S. Incompleto
Egresso 22, Programador Web, São Paulo, 26 anos, concluiu	E. M. Completo	E. S. Completo
Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo

Continua...

discriminadas no mercado de trabalho, apesar do investimento em políticas que visam fortalecer a equidade social. (KAMANZI, 2012, p. 316, tradução livre). As pessoas pertencentes a esses grupos minoritários “trabalham em empregos precários e pouco qualificados”, “recebem, em média, salários inferiores aos de seus concidadãos que fazem parte da maioria de origem caucasiana” e são mais propensos a “ocupar postos de trabalho para os quais estão mais qualificados que os canadenses de origem étnica majoritária [caucasiana]” (KAMANZI, 2012, p. 316, tradução livre).

Continuação

Código do (a) egresso (a), curso no qual se matriculou, município, idade e situação ao final do curso	Escolaridade declarada durante a:	
	Matrícula	Pesquisa
Egresso 24, Espanhol Intermediário, Sertãozinho, 16 anos, não concluiu	E. F. Completo	E. M. Completo
Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Completo
Egresso 26, Programador de Sistemas, São Paulo, 29 anos, concluiu	E. S. Completo	E. S. Completo
Egresso 27, Programador de Sistemas, São Paulo, 34 anos, concluiu	E. M. Comp. Técnico	E.S. Incompleto
Egresso 28, Programador de Sistemas, São Paulo, 21 anos, concluiu	E. M. Comp. Técnico	E. M. Comp. Técnico
Egresso 29, Programador de Sistemas, São Paulo, 33 anos, concluiu	E. M. Incompleto	E. M. Completo
Egresso 30, Programador de Sistemas, São Paulo, 19 anos, concluiu	E. M. Completo	E. S. Incompleto
Egresso 31, Programador de Sistemas, São Paulo, 19 anos, não concluiu	E. M. Incompleto	E. M. Incompleto
Egresso 32, Instalador e reparador de computadores, São Paulo, 27 anos, concluiu	E. M. Completo	E. S. Completo
Egressa 33, Instalador e reparador de computadores, São Paulo, 16 anos, concluiu	E. M. Completo	E. M. Comp. Técnico

Nota 1: A idade corresponde àquela que possuíam quando realizaram os cursos.

Nota 2: Os alunos cujos nomes em negrito elevaram a escolaridade.

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

Observa-se por meio do gráfico 18, a seguir, o aumento significativo no número de egressos com Ensino Superior completo ou em andamento e a redução no total de alunos com Ensino Médio completo e Incompleto. Houve alunos que continuaram os estudos tanto no IF – em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade Proeja, cursos técnicos concomitantes/subsequentes ou em cursos superiores – como em Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) ou em cursos superiores em instituições privadas.

Gráfico 18 - Comparação entre escolaridade declarada por egressos no ato da matrícula e durante pesquisa

Fonte: Elaboração da autora com base em dados de pesquisa.

O Egresso 27, Programador de Sistemas, São Paulo, 34 anos, cursa Superior de Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas no *campus* São Paulo e ingressou por meio do Enem após concluir o curso pelo Pronatec. O Egresso 22, Programador Web, São Paulo, 26 anos, concluiu curso Superior em TI em uma universidade particular com bolsa concedida pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2015, o Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos, ingressou no curso de Direito em uma faculdade privada. O Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos, após concluir o curso pelo Pronatec, cursou Técnico em Administração na Etec e, posteriormente, Técnico em Edificações no Instituto Federal.

Na perspectiva dos Egressos 16, 21 e 25, o contato com os professores foi um ganho importante, porque esses profissionais ampliaram suas perspectivas em relação à continuidade nos estudos, seja no IFSP, nas Etecs ou em instituições privadas, os orientaram sobre como se preparar para processos seletivos, divulgaram informações sobre cursos ofertados pelo Instituto Federal:

Tive contato com muitos professores capacitados para estar aqui. Isso motiva a gente a buscar ser igual à pessoa, né? Às vezes, aquela pessoa que parou no meio do caminho começa a ter objetivos, porque é tipo assim: parou e automaticamente a gente acaba se acomodando, mas lá no IF não! Eu fazia um curso aqui, um curso ali conforme ia tendo curso pelo Pronatec. [Ela fez os cursos de Operador de computador, Agente de informações turísticas, Inspetor de qualidade.] Eu conheci muitas pessoas por isso, né? Conforme ia abrindo a inscrição eu ia fazendo os cursos e gostava muito! (Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos).

Esses alunos se sentiam motivados por terem aulas com docentes que lecionavam em cursos técnicos e superiores. “As dicas que eu recebi dos professores me ajudaram a ser aluno do IF” afirma o Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos.

Quando você faz um curso desse engloba outras matérias, outros conhecimentos também, né? Então, para mim foi de grande vantagem até mesmo para o concurso que eu prestei (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

Para os Egressos 27 e 30 que cursaram Programador de Sistemas no *campus* São Paulo, o curso Pronatec FIC os auxiliou a definir a área na qual eles gostariam de se graduar. O Egresso 30 afirma que o curso FIC lhe ofereceu base para cursar faculdade em Sistemas de Informação. Após concluir o curso pelo Pronatec, o Egresso 27 prestou o Enem e ingressou no curso de Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas, no *campus* São Paulo. Ele afirma que nessa graduação tecnológica está se aprofundando em assuntos apenas mencionados no FIC.

Sabe-se que o Pronatec não teve por finalidade elevar a escolaridade dos alunos, mas conforme se depreende dos relatos a seguir, realização de cursos pelo Programa nos *campi* lócus da pesquisa, ele oportunizou aos alunos o convívio com profissionais que os orientaram a ir além da qualificação profissional proposta e a conhecer os cursos ofertados regularmente no *campus*. Essa mediação foi particularmente significativa para aqueles que não teriam condições de pleitear uma vaga em cursos técnicos concomitantes/subsequentes ou nos cursos superiores por não terem concluído o Ensino Médio. Nos *campi* onde há oferta de cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio na modalidade Proeja, os alunos souberam da existência desses cursos e receberam orientações sobre como ingressar neles. A Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho afirma que:

[...] o Pronatec era uma porta de entrada para a gente conseguir aluno para o Proeja. Nós recebemos alguns alunos no Proeja que conheceram a Instituição por meio do Pronatec. Quando eles vinham para a escola, conheciam a

escola, viam a estrutura... os professores do Pronatec estimulavam esses alunos a prestarem o vestibular. Na verdade, *a gente orientava esses alunos sobre a forma de ingressar aqui* (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho, grifo nosso).

O relato dessa coordenadora corrobora as declarações dos egressos sobre a relação que eles tinham com o Instituto Federal antes de eles realizarem cursos Pronatec FIC. Esses alunos viviam à margem dessa Instituição, desconheciam os cursos e, provavelmente, julgavam que essa escola não era para eles. Fato semelhante ocorreu nos *campi* São Paulo e Registro:

Essa foi uma conquista muito grande que o Pronatec trouxe para nós. Até mesmo trazendo esses alunos para fazer o Proeja, né? Porque o Pronatec não dá uma elevação de escolaridade para a pessoa. Já o Proeja dá. Então, eles faziam o Pronatec, ficavam sabendo que tinha o Proeja e vinham fazer o Proeja aqui (Diretor de unidade-São Paulo).

Considera-se que o Pronatec ensejou contato entre a equipe de servidores do IFSP e os alunos com trajetórias escolares descontínuas. Porém, a continuidade nos estudos por parte desses alunos não pode ser atribuída ao Programa, porque ele não teve por objetivos elevar a escolaridade do público-alvo. Foram os sujeitos responsáveis por implementá-lo que fizeram dele uma possibilidade para mudar a vida desses alunos por meio de incentivo e orientações sobre as possibilidades de dar continuidade aos estudos. O Professor 1-Registro expressa a intermediação desses profissionais na aproximação entre o Instituto Federal e os alunos com esse perfil:

O Pronatec trouxe uma experiência educacional para alguns alunos que nunca tinham tido esse contato com o curso profissionalizante. Então, avalio de forma positiva não só aqui cidade, mas no Vale do Ribeira e em outros municípios também como Jacupiranga, Pariquera-Açu. E a gente via alunos que nunca tinham tido contato além da escola básica. Então, isso... a gente percebe que foi satisfatório para alguns alunos também, né? Até alguns alunos que a gente deu aula no FIC depois vieram fazer curso técnico aqui. Inclusive tem uma aluna que está se formando agora. Ela foi minha aluna em 2014, em Jacupiranga, e agora ela está concluindo Técnico em Logística aqui no Instituto Federal. Então, assim... a gente via que foi também um trampolim para os alunos. Serviu para a gente mostrar “Olha, tem coisas para vocês fazerem” vocês podem estudar, podem ir além, não só ter o Ensino Médio. Avalio positivamente dessa forma (Professor 1-Registro).

A Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho menciona o caso de um ex-aluno de cursos Pronatec FIC que continuou os estudos no IFSP e evidencia a importância da atuação dos

docentes e demais membros da equipe nesse processo em virtude do perfil do público prioritário desse Programa:

Então, o próprio C. que foi um aluno nosso do Pronatec e hoje ele é aluno aqui do Técnico em Mecânica Proeja. Ele fez Soldagem, depois ingressou aqui pelo Técnico. E assim... a gente vê que eles ficam empolgados. Eu acho que o público do Pronatec é um público muito especial, porque eles entram aqui com uma perspectiva muito pequena, às vezes, eles pensam assim: 'Ah! Eu não posso fazer mais'. *Era um trabalho que a gente fazia de abrir os olhos. 'Olha, você está aqui porque você não presta vestibular? Funciona assim...' E aí eles abrem os olhos quando eles vêm para cá, né? Eles veem que aqui não é para poucos, não é verdade?* O Instituto abraça esse público mais carente, né? E... O C. é um exemplo. Ele está fazendo o Técnico pelo Proeja e ele pensa em continuar, em fazer uma graduação (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho, grifo nosso).

Percebe-se pelo relato dessa Coordenadora Adjunta a intencionalidade de membros da equipe Pronatec em acolher esses alunos e apresentar-lhes oportunidades existentes na instituição. Entretanto, esse “abraço ao público mais carente” não seria possível sem investimento na oferta de cursos Proeja dentro dos Institutos Federais.

Ao verificar a continuidade nos estudos por parte de egressos concluintes (N=21) e não concluintes (N=12), constatou-se que entre os 21 egressos que concluíram o curso Pronatec FIC no qual se matricularam, 8 (38%) prosseguiram os estudos e 13 (62%) não. Já entre os não concluintes, 4 (33%) deram continuidade aos estudos e 8 (67%) não o fizeram. Não houve relação direta entre a conclusão do curso Pronatec FIC e a continuidade nos estudos em cursos fora do âmbito desse Programa. Notou-se por meio de seus relatos que a permanência e o êxito desses egressos estiveram relacionados à confluência de condições profissionais, pessoais, institucionais tanto na época em que se matricularam no curso Pronatec FIC como em cursos posteriores.

As justificativas apresentadas por egressos que não continuaram a estudar se referem principalmente aos âmbitos profissional, familiar, financeiro e institucional e se assemelham aos motivos de não conclusão de cursos Pronatec FIC. Infere-se que essas motivações decorrem de condições econômicas, sociais, educacionais vivenciadas pelo público que majoritariamente se matriculou nesses cursos.

Não pude continuar o curso por causa trabalho na padaria. Lá a gente não tem horário fixo. São poucos funcionários e quase ninguém quer ficar lá. Os que ficam têm que mudar de horário para cobrir os outros e dar conta do serviço (Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos).

Sou casada, tenho filhos e trabalho como costureira. Para mim ficou difícil trabalhar, estudar e cuidar da minha família (Egressa 4, Almoxarife, Avaré, 34 anos).

Antes de ingressar no curso pelo Pronatec, frequentei o superior em TI durante dois anos, mas tive que trancar a faculdade por causa de problemas financeiros. Tenho vontade de voltar, mas está difícil. (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

Assim que terminei o [curso] de Operador de Computador, me matriculei no curso Técnico em Segurança do Trabalho pelo Pronatec, mas não consegui terminar porque o curso foi suspenso. Acho que é porque o governo cortou a verba. Eu não tenho condições de pagar, por isso só faço os cursos gratuitos. Tenho vontade de fazer faculdade, mas não consigo ter boa nota no Enem. Acho que sou uma analfabeta funcional (Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos).

Tentei entrar no curso de Informática no Senac, pelo Pronatec, mas não consegui vaga (Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos).

Gostei muito de estudar no Instituto Federal e queria fazer outro curso lá, mas não consegui vaga (Egressa 12, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos).

Entre os alunos que iniciaram novos cursos, houve aqueles que não puderam concluí-los porque ficaram desempregados ou tiveram problemas familiares. A Egressa 8, Almoxarife, Avaré, 32 anos, matriculou-se em Administração na Etec, mas não pôde continuar por problemas pessoais. O Egresso 3, Almoxarife, Avaré, 20 anos, cursou Mecânica subsequente no IF durante um ano, mas não o concluiu porque ficou desempregado e sem recursos financeiros para frequentar as aulas. Ele tem a intenção de voltar, mas não sabe se vai dar certo porque o prazo para concluir o curso após período de trancamento expirou. A Egressa 14, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, matriculou-se no curso Técnico em Nutrição e Dietética na Etec e frequentou as aulas durante um semestre, mas não pôde concluí-lo por motivos relacionados à família.

No que se refere à relação entre índices de conclusão e número de filhos, diferentemente do que se poderia pressupor, a maioria dos concluintes (66,7%, N=14) tem filhos e, entre os doze egressos não concluintes, 41,7% (N=5) são pais ou mães. Entre os concluintes com filhos, nove são mulheres e cinco homens. Nesse grupo, há seis mulheres com idade acima de 50 anos cujos filhos já são independentes e três mães de crianças e adolescentes em idade escolar. Entre as mulheres com filhos menores de 18 anos, não foi possível identificar que estratégias elas utilizaram para conciliar estudos, trabalho – seja

doméstico ou externo – e cuidado dos filhos. Supõe-se que elas tiveram algum tipo de apoio familiar ou de terceiros. Esse é um aspecto importante e requer investigações, pois não ter com quem deixar os filhos foi uma das principais justificativas de não conclusão de cursos apresentadas por mulheres.

A inserção profissional foi um tema tangenciado nos relatos dos 33 egressos contatados. Por se tratar de um dos objetivos principais dos cursos Pronatec FIC, recorreu-se a estudos que tiveram esse tema por foco investigativo com o intuito de balizar os resultados que obtivemos, bem como identificar semelhanças e diferenças nas experiências vivenciadas pelo público-alvo desse Programa no âmbito profissional após realizarem os cursos.

Por meio de consulta realizada no portal de periódicos da Capes, na *Scielo* e no *Google Acadêmico*, utilizando-se a palavra-chave “Pronatec”, identificaram-se seis artigos sobre inserção profissional de egressos de cursos Pronatec FIC. A pesquisa de Barbosa Filho, Porto e Liberato (2016, p. 2), desenvolvida em âmbito nacional e que teve por sujeitos “trabalhadores desligados do mercado de trabalho formal, em 2011, e readmitidos entre 2012 e 2013, que tenham feito algum curso do Pronatec Bolsa-Formação na modalidade FIC”, indica que “trabalhadores que concluíram o Pronatec não apresentaram maiores percentuais de reinserção e de ganho salarial no mercado de trabalho formal em relação ao grupo de controle⁹⁹” e a probabilidade de reinserção profissional entre concluintes e não concluintes foi semelhante. Nessa direção, Silva et al. (2018), após analisarem o salário de reinserção de egressos de cursos Pronatec FIC oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *campus* Rio Grande, em 2013 e 2014, também afirmam que a realização dos cursos não proporcionou elevação salarial para os egressos.

Com base em estudo sobre egressas de cursos Pronatec Mulheres Mil, Carmo, Loreto e Braga (2019) assinalam que inserção e permanência no setor produtivo depende de variáveis como escolaridade, perfil pessoal, renda familiar. De acordo com esses autores, as egressas cuja renda familiar era mais elevada (de dois a cinco salários mínimos) tiveram maior capacidade e melhores oportunidades de inserção profissional. Além disso, a escolarização foi destacada como um fator importante, pois “[...] uma melhor condição de escolaridade interfere significativamente na inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, ou mesmo na manutenção de um empreendimento próprio” (CARMO; LORETO; BRAGA, 2019, p. 13).

Ao analisarem a inserção profissional de egressos do curso de qualificação profissional em Recursos Humanos no interior do estado de Tocantins, Benini e Cecchin

⁹⁹ Alunos que fizeram as pré-matrículas, mas não as confirmaram.

(2016) salientam a importância de se ofertar cursos considerando-se os arranjos produtivos locais para que os egressos tenham mais chances de ser inseridos. Já Biavatti e Deitos (2019, p. 17) assinalam que o Programa privilegia “[...] a empregabilidade, com formação imediata de mão de obra, sem discutir a questão do emprego, fortalecendo os preceitos neoliberais que incentivam a individualidade e o discurso da igualdade de oportunidades”. Em consonância com esses autores, Camara (2018, p. 20) destaca dificuldades em ingressar no mercado de trabalho vivenciadas por pessoas em situação de vulnerabilidade social residentes em Sant’ana do Livramento (RS) e considera que:

O apelo à educação profissional não é uma garantia de que haverá postos de trabalho para todos aqueles que são treinados. No âmbito do Pronatec impera a lógica da competição entre pessoas necessitadas em um contexto marcado por dificuldades econômicas e vulnerabilidade social.

Por meio da literatura consultada, nota-se que diferentemente da tese defendida pela teoria do capital humano, apenas o investimento em qualificação profissional não assegura o ingresso no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, conforme destacam Pochmann e Ferreira (2016, p. 1263), em estudo sobre políticas de escolarização de jovens no início do século XXI, “a elevação da escolaridade distante da geração de empregos de qualidade tende a manter desigual a situação social relativa à ascensão no mercado de trabalho brasileiro”.

Entre os 33 egressos, 24 (72,73%) exercem algum tipo de ocupação, sete (21,21%) estão desempregados e dois (6,06%) são aposentados. Em relação ao detalhamento da situação ocupacional desses 24 egressos, onze trabalham sem carteira assinada; dez afirmaram possuir vínculos empregatícios formais; duas são do lar e uma é autônoma. A situação ocupacional desses egressos representa a realidade vivenciada por brasileiros em 2019, especialmente em relação ao aumento da informalidade. Conforme estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgado pelo jornal *Nexo*, naquele ano, 41,1% da população desempenhava ocupações informais. Em comparação com 2018, a alta no trabalho informal foi de 0,3%. Esse aumento na informalidade pode ser atribuído à redução de postos de trabalho formais. De acordo com balanço realizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1,7 milhões de empregos formais foram extintos no período de 2015 a 2019 (ROUBICEK, 2020).

Em relação à inserção profissional desses egressos, apenas quatro entre eles trabalham na área dos cursos realizados, quais sejam, “Artesão em Pintura em Tecido” e “Sistemas de Informação”. No entanto, não possuem vínculo empregatício. Além de o número de egressos

que afirmaram atuar na área do curso ser pequeno, percebe-se que a realização do curso não propiciou inserção profissional propriamente dita¹⁰⁰.

Aprendi a pintar no curso de Artesão e hoje pinto panos de cozinha para vender (Egressa 11, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos).

Trabalho em casa com pintura e artesanato sob encomenda (Egressa 13, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos).

Sou manicure e artesã. Faço tricô, crochê, pinto fraldas para vender e dou aulas de pintura em tecido. Quando fiz o curso pelo Pronatec, já sabia pintar, mas me matriculei para aperfeiçoar meus conhecimentos (Egressa 14, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos).

Faço estágio em Sistema de Informação e me senti motivado a cursar superior nessa área por causa do curso FIC (Egresso 30, Programador de Sistemas, São Paulo, 19 anos).

Ao verificar a relação entre o tipo de vínculo empregatício, a função exercida e o curso realizado, constatou-se que entre os egressos que trabalham com carteira assinada, nenhum exercia a função aprendida no curso (tabela 7). Infere-se que o curso realizado não contribuiu diretamente para a inserção profissional desses sujeitos. Diante disso, considerou-se importante analisar dois aspectos: i) a relação entre as experiências profissionais deles e o curso no qual se matricularam; ii) a percepção desses ex-alunos a respeito de possíveis ganhos advindos da realização de cursos Pronatec FIC.

De acordo com Porsch, Carrijo e Amorim (2016), entre os principais critérios de contratação mais exigidos por empregadores nos postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (Sine), figuram a escolaridade, experiência profissional comprovada e formação profissional na área da vaga pretendida. Além disso, a qualificação profissional em si mesma não garante a inserção profissional do egresso, pois, conforme assinala Leite (1997, p. 64), “a qualificação da mão de obra é apenas um dos elementos a ser levado em conta na análise do emprego, não podendo ser utilizada como panaceia para a resolução de todos os problemas relacionados ao mercado de trabalho”.

¹⁰⁰ Esse assunto será retomado ainda nesta seção ao abordar a percepção dos egressos sobre os ganhos advindos da realização de cursos Pronatec FIC.

Tabela 7 - Relação entre tipo de vínculo empregatício, função exercida e curso realizado pelos dos egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho (2012-2014)

f	Relação	%
10	Trabalham com carteira assinada e exercem função diferente daquela aprendida no curso Pronatec FIC	30,30
7	Trabalham sem carteira assinada e exerce função diferente daquela aprendida no curso Pronatec FIC.	21,21
0	Trabalham com carteira assinada e exercem a função aprendida no curso Pronatec FIC.	0
4	Trabalham sem carteira assinada e exercem a função aprendida no curso Pronatec FIC.	12,13
7	Desempregado	21,21
2	Aposentado	6,06
2	Do lar	6,06
1	Autônomo	3,03
33		100

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Ao relacionar a experiência profissional desses egressos com o curso no qual se matricularam, observou-se que apenas quatro realizaram cursos dentro de uma de suas áreas de atuação profissional, a saber, Egressa 13, Egressa 14, Egresso 19 e Egresso 20, em destaque no quadro 34, a seguir. A maioria deles se matriculou em cursos cujas áreas eram muito distantes daquelas nas quais atuam ou já atuaram profissionalmente. Percebe-se por meio desses dados e dos relatos desses egressos sobre os ganhos advindos da realização dos cursos escolhidos que suas escolhas foram norteadas por diferentes motivações: alguns almejavam inserção profissional (Egresso 7), adquirir novos conhecimentos (Egressa 1, Egressa 32), outros estavam em busca de socialização (Egressa 12, Egressa 56), queriam sair de casa e melhorar a autoestima (Egressa 17, Egressa 25). Além disso, houve alunos que nem sempre conseguiam ingressar em cursos de sua preferência e se matriculavam naqueles cujas vagas estivessem disponíveis, tal como ocorreu com a Egressa 17 e o Egresso 24.

Quadro 34 – Experiência profissional de egressos e cursos nos quais se matricularam

Egressos	Profissões exercidas
Egressa 1, Almoxarife, Avaré, 17 anos	Empacotadora, balconista, vendedora.
Egressa 2, Almoxarife, Avaré, 17 anos	Cabelereira, vendedora.
Egresso 3, Almoxarife, Avaré, 20 anos	Auxiliar de produção, office boy.
Egressa 4, Almoxarife, Avaré, 34 anos	Doméstica, faxineira, ajudante geral, ajudante de cozinha, cozinheira, costureira.
Egressa 5, Almoxarife, Avaré, 51 anos	Do lar.
Egressa 6, Almoxarife, Avaré, 36 anos	Diarista, recepcionista, vendedora.
Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos	Auxiliar Administrativo.
Egressa 8, Almoxarife, Avaré, 32 anos	Operadora de caixa (no açougue da família), estagiária em administração de hotel.
Egresso 9, Almoxarife, Avaré, 21 anos	Porteiro de estacionamento, cobrador, área de informática, manutenção de celulares, garçom.
Egressa 10, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos	Do lar.
Egressa 11, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos	Agricultora.
Egressa 12, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos	Empregada doméstica.
Egressa 13, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos	Artesã, balconista, costureira, administradora.
Egressa 14, Artesão Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos	Artesã, manicure, cabelereira, cozinheira – fabricava sorvetes, pizzas, pastéis e pratos variados para vender – secretária em escritório de advocacia, servidora pública.
Egressa 15, Auxiliar Administrativo, Avaré, 38 anos	Trabalhou em fábrica de roupas e fábrica de sapatos.
Egresso 16, Garçom, Registro, 18 anos	Balconista, operador de caixa, estagiário em edificações.
Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos	Empregada doméstica, faxineira, balconista de padaria, operadora de caixa.
Egresso 18, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 28 anos	Administração, atendimento, contabilidade, vendas, motorista.
Egresso 19, Agente de Gestão de Resíduos Sólidos, São Paulo, 47 anos	Reciclagem de plástico, ajudante de pintor, ajudante de funileiro, ajudante de mecânica, corte <i>offset</i>, rebarbador e afinador (Metalurgia), auxiliar de biblioteca, controlador de acesso.
Egresso 20, Programador Web, São Paulo, 38 anos	Operador de copiadora, manutenção de impressoras e computadores, motorista nos Correios.
Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos	Operador de máquinas, motorista, assistente administrativo.
Egresso 22, Programador Web, São Paulo, 26 anos	Auxiliar de serviços gerais, vendedor, supervisor de vendas.
Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos	Motorista
Egresso 24, Espanhol Intermediário, Sertãozinho, 16 anos	Empacotador em supermercado, pintor predial.
Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos	Faxineira, balconista, atendente de autoescola.

Nota: Esses dados referem-se apenas aos egressos contatados em 2019.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Nota-se pelas profissões¹⁰¹ exercidas pelos egressos a diversidade de experiências profissionais que eles possuem e deduz-se o empenho deles em assegurar a própria sobrevivência e a de seus dependentes. A maioria dessas profissões não exige escolarização elevada nem longo período de formação profissional (Agricultor, Atendente, Auxiliar de Serviços Gerais, Balconista, Do lar, Empacotador em Supermercado, Empregada Doméstica, Faxineira, Porteiro de Estacionamento etc.). Há entre as profissões realizadas por mulheres aquelas que ainda são uma extensão do trabalho doméstico (Cozinheira, Doceira, Empregada doméstica, Faxineira, Salgadeira etc.), sinalizando a permanência da divisão sexual e social do trabalho.

¹⁰¹ De acordo com o então Ministério do Trabalho (BRASIL, 2019a), para adquirir uma profissão é necessário passar por um processo formativo (formal ou informal) e algumas profissões requerem mais tempo de formação que outras. Já ocupação se refere àquilo que a pessoa realiza de fato, por exemplo, um dentista (profissão) ocupa-se da saúde bucal de seus pacientes. O cargo diz respeito à posição que uma pessoa ocupa dentro de uma instituição pública ou privada, por exemplo, o professor, após ter sido eleito por seus pares, ocupa o cargo de coordenador de curso. Função refere-se à atividade executada, por exemplo, o auxiliar de cozinha tem por funções lavar, descascar, cortar alimentos, limpar e conservar as dependências da cozinha (BRASIL, 2019; PROFISSÃO, 2019; UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

Quadro 35 – Profissões exercidas por egressos de cursos Pronatec FIC ofertados pelo IFSP nos *campi* lócus da pesquisa (2012-2014)

Homens	Mulheres
Ajudante de funileiro	Agricultora
Ajudante de mecânica	Artesã
Ajudante de pintor	Assistente Administrativa
Assistente Administrativo	Atendente
Atendente	Auxiliar de produção em fábrica de roupas e calçados
Auxiliar de Contabilidade	Auxiliar em escritório de advocacia
Auxiliar de serviços gerais	Balconista
Auxiliar de Produção	Cabeleireira
Balconista	Costureira
Cobrador	Cozinheira
Empacotador em supermercado	Do lar
Estagiário em edificações	Doceira
Manutentor de celulares	Empregada doméstica
Manutentor de impressoras e computadores	Estagiária em Administração
Motorista	Faxineira
Office-boy	Operadora de caixa
Operador de caixa	Salgadeira
Operador de copiadora	Servidora pública
Operador de guilhotina (corte de papel)	
Operador de máquinas	
Pintor predial	
Porteiro de estacionamento	
Preparador de matrizes de corte e vinco	
Rebarbador e afinador (metalurgia)	
Supervisor de vendas	
Técnico em Eletrônica	
Vendedor	

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Conferiu-se relevo à profissão “Operador de Guilhotina” por exemplificar a natureza da maioria das profissões exercidas por esses egressos, ou seja, ela envolve conhecimentos técnicos que podem ser aprendidos na prática. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, a profissão 7663-20 Operador de Guilhotina (corte de papel) integra o grupo de profissões denominado “Trabalhadores do Acabamento Gráfico”¹⁰² – código 7663”, as quais requerem:

¹⁰² 7663-05 Acabador de embalagens (flexíveis e cartotécnicas), 7663-10 Impressor de corte e vinco, 7663-15 Operador de acabamento (indústria gráfica), 7663-20 Operador de guilhotina (corte de papel), 7663-25 Preparador de matrizes de corte e vinco (CBO, 2002, p. 6).

[...] escolaridade mínima, que varia da quarta à sétima série do ensino fundamental. O operador de guilhotina e o preparador de corte e vinco são qualificados em cursos básicos profissionalizantes de duzentas horas-aula. As demais ocupações são aprendidas na prática. O desempenho pleno das atividades é alcançado com menos de um ano de prática (BRASIL, 2018c, p. 6).

Os egressos também foram consultados a respeito dos principais ganhos que, na perspectiva deles, foram advindos da realização de cursos Pronatec FIC. Eles não afirmaram ter conseguido emprego em decorrência do curso realizado, mas aqueles que estavam empregados ou eram trabalhadores autônomos perceberam “melhora no desempenho profissional” (f=8)¹⁰³ mediada pelo conhecimento adquirido. De maneira geral, o curso proporcionou-lhes “aquisição de novos conhecimentos” (f=5); possibilitou-lhes “contato com os professores” (f=4) e, por decorrência, receberem orientações e incentivos sobre continuidade nos estudos (f=2); e lhes oportunizou “conhecer pessoas, compartilhar experiências, fazer amizades e melhorar as expectativas em relação ao futuro” (f=4).

O Egresso 3, Almojarife, Avaré, 20 anos, declarou que trabalhava em uma fábrica de cerâmicas na área de produção e algum tempo depois de se matricular no curso de Almojarife foi transferido para o setor de Almojarifado:

Eu não cheguei a concluir o curso, mas ele me ajudou a mudar de setor na fábrica de cerâmica onde eu trabalhava (Egresso 3, Almojarife, Avaré, 20 anos).

Antes de se matricular no curso de Almojarife, a Egressa 1, Avaré, 17 anos, havia concluído o curso Operador de Supermercado. Ela afirma que os cursos não a ajudaram a conseguir emprego, mas a auxiliaram a desempenhar melhor as funções que ela exerce atualmente. Ela é balconista em uma padaria e esses cursos a propiciaram ter mais conhecimentos sobre marketing, estoques, melhorar a disposição dos produtos nas lojas, ter mais ideias etc.

O Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos, é servidor público estadual e aplica os conhecimentos adquiridos no curso Pronatec FIC na escola onde trabalha. Embora não seja professor, ele auxilia os docentes a elaborarem projetos envolvendo Programação Web:

¹⁰³ Indica-se por meio de “f” a frequência absoluta com que essas afirmações foram feitas pelos egressos. Houve egressos que indicaram mais de um ganho advindo do curso enquanto outros optaram por não responder e, por isso, a soma das frequências não corresponde ao total de egressos.

Esse curso foi de grande valia para o meu currículo. O Pronatec é um projeto muito bom e eu tive bastante vantagem. Todo o conhecimento do curso, os conteúdos, os professores foram muito bons mesmo! (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

Graduada em Administração de Empresas, a Egressa 8-Avaré trabalhava na área administrativa e cursava corte e costura. Após abrir o próprio ateliê, ela se matriculou no curso de Almoxarife com o objetivo de aprender a controlar estoques. Ela afirma:

ganho a gente sempre tem pelo conhecimento que foi adquirido. Eu tinha muita vontade de aprofundar nessa área e o curso foi muito bom para mim. Eu queria adquirir conhecimento para o meu próprio negócio (Egressa 8, Almoxarife, Avaré, 32 anos).

A Egressa 15, Auxiliar Administrativo, Avaré, 38 anos, afirma que por intermédio desse curso ela pôde esclarecer muitas dúvidas e aplicou os conhecimentos adquiridos na administração do orçamento doméstico.

De maneira geral, os egressos afirmaram que os conhecimentos adquiridos por meio dos cursos foram úteis – seja no aperfeiçoamento do trabalho que já realizavam seja na geração de renda mediante trabalho autônomo. Eles sabem por experiência própria que a inserção profissional deles depende de outros fatores além da conclusão de cursos. A declaração feita pelo Egresso 26, Programador de Sistemas, São Paulo, 29 anos, exemplifica essa afirmação:

O curso agregou conhecimentos, mas para conseguir emprego depende do mercado. O curso sozinho não possibilita isso (Egresso 26, Programador de Sistemas, São Paulo, 29 anos).

O egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos, declara ter conseguido emprego após a realização do curso, mas não considera que a inserção profissional ocorreu exclusivamente por causa disso:

Algumas matérias você acaba aprendendo alguma coisa e levando para o trabalho, né? Logo em seguida eu consegui um emprego. Não que seja só por causa do curso, mas eu posso falar que deu um auxílio sim (Egresso 7, Almoxarife, Avaré, 20 anos).

Para o Egresso 21 que tinha conhecimento prévio em Programação e se matriculou em cursos como Programador Web, Programador de Sistemas etc., os conhecimentos adquiridos o auxiliaram a ter uma fonte de renda:

O curso trouxe bastante conhecimento sobre desenvolvimento e *design web*. Faço alguns trabalhos externos, mas não trabalho na área. Hoje, tenho um site na Internet, faço mineração de moedas *on-line*, já vendi alguns sites também (Egresso 21, Programador Web, São Paulo, 49 anos).

A percepção a respeito dos ganhos advindo da realização de cursos Pronatec FIC depende do perfil do egresso, dos seus objetivos ao se matricular e do curso realizado. Na percepção das Egressas 11 e 14, concluintes do curso Artesão em Pintura em Tecido, o curso proporcionou satisfação e aquisição de conhecimentos:

Para mim, o curso foi tudo de bom na minha vida! Porque aprendi muitas coisas de pintura que ainda não sabia. Hoje em dia, estou pintando praticamente sozinha. E foi muito bom! Foi maravilhoso! (Egressa 11, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 55 anos).

O curso me trouxe tudo de bom! Eu já pintava, mas me aperfeiçoei muito. Foi muito bom esse curso. Maravilhoso! Foi tudo o que precisava. Seria muito bom se tivesse uma segunda etapa (Egressa 14, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos).

Na percepção de pessoas como a Egressa 12, Artesão em Pintura em Tecido, Avaré, 56 anos, o ganho proporcionado pelo curso Pronatec FIC foi a socialização. Por causa dele, ela pôde sair de casa, “distrair a cabeça”, fazer amizades e não se sentir deprimida. Ela afirma que presenteia familiares e amigos com as pinturas feitas por ela. A Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos, ressaltou que o curso a ajudou a elevar a autoestima e a ter melhores expectativas em relação às possibilidades de conseguir inserção profissional:

Foi uma forma até de incentivar a gente a ter uma expectativa melhor de entrar no mercado de trabalho, conhecer melhor as tecnologias... Isso era importante até para a autoestima! Antes eu ficava ociosa dentro de casa sem ter uma expectativa e depois passei a ter expectativa! (Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos).

Essa egressa também destaca a troca de experiências e informações entre os colegas sobre oportunidades de trabalho como um dos ganhos advindos da realização de cursos Pronatec FIC:

Em relação à aprendizagem, o curso foi muito bom, porque conhecimento nunca é demais. E para a gente que está desempregado é até uma forma de... tem alunos lá que estão trabalhando e um dá referência para o outro. Alguns até conseguem trabalho e outros não (Egressa 25, Operador de Computador, Sertãozinho, 35 anos).

Os ganhos mencionados pelos egressos foram os mais diversos – desde socialização até meio para continuar os estudos. Nota-se que essa diversidade de ganhos se deu em função dos perfis dos egressos, dos cursos realizados, dos membros das equipes com os quais eles tiveram contato, com os objetivos deles ao ingressarem nos cursos etc. Por isso, em uma mesma turma, como a de Garçom, ofertada no *campus* Registro, houve alunos como o Egresso 16, que conheceu o IF por meio do Pronatec e, posteriormente, ingressou nos cursos ofertados regularmente pelo IFSP devido ao contato que teve com os professores do Instituto Federal que lecionavam no curso FIC; e a Egressa 17, que afirma não ter obtido nenhum ganho:

Para mim, não trouxe nada. Nenhum dos cursos que eu fiz me ajudou. Eu tenho 56 anos¹⁰⁴ e não consegui nada. Sabe por quê? Se não tem nem para os jovens, imagine para mim! Na verdade, eu fiz o curso só para não ficar dentro de casa deitada, porque eu não estou trabalhando. Eu fiz para não ficar parada e era o único curso que tinha vaga no momento. Mas eu nunca me interessei [por essa área] (Egressa 17, Garçom, Registro, 51 anos).

Com base nos relatos desses sujeitos e na literatura consultada, considera-se que a qualificação profissional curta e desvinculada da elevação de escolaridade não é garantia de inserção profissional em ocupações formais, pois ela depende da articulação com contexto econômico nacional e internacional; geração de emprego e renda; incentivo ao micro e pequeno empresário que geralmente estão na base movimentando os arranjos produtivos locais e empregando pessoas da região.

Depende também do investimento em creches e pré-escolas para que as mães tenham lugar adequado para deixar seus filhos e não sejam preteridas em entrevistas de emprego por terem crianças pequenas. Envolve ainda melhoria na qualidade e quantidade do transporte público e redução do tempo de espera entre as viagens para que os trabalhadores não fiquem restritos às oportunidades de trabalho próximas de suas residências e possam pleitear vagas no entorno.

¹⁰⁴ Idade na época em que participou da pesquisa.

4 ENTRE A MATRÍCULA E O CERTIFICADO: MOTIVOS DE CONCLUSÃO E NÃO CONCLUSÃO DE CURSOS PRONATEC FIC

Uma coisa que eu percebi também é que os alunos de mais baixa renda, geralmente, não ficavam no curso pela dificuldade de vir, pela necessidade de trabalhar, pela necessidade maior de ter um auxílio financeiro, por várias questões [...]. As pessoas que ficaram, geralmente, tinham condições de vir, de aguentar, de ter material... Então, isso eu percebi também. Talvez, o Programa falhou nesse ponto – a meu ver, né?
(Supervisora 2-Avaré)

Este capítulo realiza a análise dos motivos pelos quais 57% do total de alunos matriculados nos cinco *campi* não concluíram os cursos bem como dos aspectos favoráveis à permanência e ao êxito dos concluintes. Tomaram-se por fonte de dados os relatos de servidores municipais, coordenadores adjuntos, professores, supervisores pedagógicos e egressos. Consultaram-se ainda 281 fichas de desligamento respondidas por alunos evadidos.

Esses estudantes foram contatados por telefone pelos supervisores pedagógicos dos *campi* durante a oferta de cursos Pronatec. Nem todos os ex-alunos puderam ser contatados, pois, conforme explicam os Coordenadores adjuntos 3 e 7, “O contato com esses alunos não era muito fácil, porque, em sua maioria, eles eram da zona rural, moravam em sítios, em locais distantes sem telefone, às vezes, eles davam um número de celular de recado” (Coordenador Adjunto 3-Registro), “O número de telefone que eles disponibilizam nem sempre existe. Principalmente o público do MDS é muito difícil contatá-los” (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho). Na cidade de São Paulo, houve alunos que moravam em abrigos e se matricularam em cursos Pronatec. De acordo com a Supervisora 6-São Paulo, quando esses alunos deixavam de frequentar as aulas, o contato era ainda mais complicado, porque eles não possuíam telefone celular. Então, ela ligava para os abrigos e pedia informações a respeito dos alunos. Geralmente, eles haviam deixado o abrigo por terem conseguido trabalho ou porque voltaram para as ruas.

Apesar disso, as tentativas continuavam sendo feitas e, em alguns casos, foram duplamente exitosas, pois possibilitaram identificar os motivos pelos quais alguns alunos deixaram de frequentar as aulas e, em algumas situações, uma vez resolvido o problema que os impedia de estudar, muitos voltaram ao curso.

O total de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC bem como as taxas de conclusão e não conclusão no período de 2012 a 2014 foram calculados por meio de dados de matrícula lançados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e

Tecnológica (Sistec). As planilhas referentes aos cinco *campi* foram obtidas junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao IFSP nos primeiros semestres de 2017 e 2018.

Verificou-se por que motivos houve alunos matriculados nesses cursos que não frequentaram as aulas, visou-se ainda identificar as condições que favoreceram a permanência e o êxito daqueles que concluíram os cursos.

4.1 Causas de não conclusão em cursos Pronatec FIC: percepção das equipes pedagógicas e justificativas apresentadas por alunos não concluintes

Diante do exposto, apresentam-se algumas notas conceituais sobre evasão e abandono escolar com o intuito de justificar a opção, neste texto, pelo termo não concluinte em vez de evadido ao que se refere à situação de 57% do total de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP. Nos *campi* lócus da pesquisa, entre os alunos que não concluíram os cursos, houve aqueles cuja frequência inicial foi insuficiente, não compareceram, foram reprovados, evadiram, cancelaram a matrícula. Entende-se que restringir todas essas situações ao termo evasão pode ocultar aspectos que remetem às condições de vida desses alunos.

A educação, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, visa ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua *qualificação para o trabalho*” (grifo nosso). Um dos princípios norteadores desse direito, expresso no artigo 206, é a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Em vista disso, considera-se que a evasão escolar compromete o exercício do direito à educação.

Um dos objetivos dos Institutos Federais, expresso no artigo 7º da Lei nº 11.892/2008, é “ministrar cursos de *formação inicial e continuada de trabalhadores*, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em *todos os níveis de escolaridade*, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008a, grifo nosso). Nessa perspectiva, entende-se que o estudo da evasão, permanência e êxito em cursos de qualificação profissional destinados a jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica é tão importante quanto em cursos técnicos ou superiores.

Na língua Portuguesa, o verbo evadir originou-se do latim *evadere* e significa “escapar de; evitar, desviar, fugir às ocultas, escapar-se furtivamente” (FERREIRA, 2010, p. 892). E o verbo abandonar é sinônimo de “deixar, largar, afastar-se de, renunciar a, desistir de” (FERREIRA, 2010, p. 5). Nessa perspectiva, abandono escolar pode denotar uma decisão um pouco mais duradoura enquanto evasão escolar teria um caráter temporário, ou seja, o aluno –

que por diversos motivos foi levado a se evadir – ainda tenta retomar os estudos. Todavia, no contexto escolar, a delimitação do sentido dessas palavras parece que ainda não está tão precisa quanto no dicionário.

No Brasil, face à multiplicidade de fatores envolvidos no fenômeno da evasão escolar, há controvérsias sobre a distinção entre evasão e abandono escolar (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017; SILVEIRA, 2017). A ausência de consenso em relação a esses termos dificulta a comparação de resultados e pode ocasionar definições antagônicas, conforme Silva Filho e Araújo (2017) sinalizam:

A diferença entre evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998)¹⁰⁵. Nesse caso, ‘abandono’ significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na ‘evasão’ o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb (2012)¹⁰⁶ aponta o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 37-38).

Essa imprecisão conceitual também foi assinalada por Dore e Luscher (2011) em um estudo sobre a permanência e evasão na Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado de Minas Gerais. Elas não abordam diretamente a ausência de distinção entre evasão e abandono, mas afirmam:

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno (DORE; LUSCHER, 2011, p. 775).

Em 1996, o Ministério da Educação instituiu a Comissão Especial para o Estudo da Evasão nas Universidades¹⁰⁷ com o objetivo de “esclarecer o conceito de evasão, analisar as

¹⁰⁵ INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar*, 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 22 maio 2016.

¹⁰⁶ IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. *Formação em Ação*, 2012. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/File/CIENCIAS_IndicedeDesenvolvimentodaEducaçãoBásica.pdf. Acesso em: 22 maio 2016.

¹⁰⁷ Essa comissão “suruiu dentro de um contexto de discussão de avaliação institucional, definido pelos indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), realizado por diferentes instituições de ensino, especificamente as públicas” (MEC/SETEC, 2014, p. 16).

taxas e as causas desse fenômeno e uniformizar uma metodologia a ser empregada pelas instituições”, visando propor soluções para o problema (MEC/SETEC, 2014, p. 16). O *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*, elaborado pela Setec/MEC, apresenta o entendimento dessa comissão a respeito da evasão nos seguintes termos:

[...] a saída definitiva do aluno de seu curso de origem sem concluí-lo é considerada evasão de curso e a evasão de instituição é entendida como o desligamento da instituição na qual o estudante estava matriculado. É entendida como evasão do sistema quando o aluno abandona o ensino de modo geral (MEC/SETEC, 2014, p. 16)¹⁰⁸.

Ao definir evasão por meio de situações que expressam “saída definitiva”, “desligamento”, “abandono”, parece não haver distinção entre uma situação temporária e algo considerado definitivo. Nessa perspectiva, as palavras evasão e abandono teriam sido consideradas como sinônimas.

Ao analisarem artigos brasileiros apresentados na Conferência Latino-Americana sobre Abandono na Educação Superior (Clabes), entre 2011 e 2013, Verdum e Guidotti (2014) constataram que

referente ao conceito de evasão, boa parte dos estudos salienta a dificuldade de conceituação, tendo em vista tratar-se de um fenômeno complexo. Porém, nem todos os trabalhos identificam claramente a concepção da qual partem. Naqueles artigos que destacam claramente o conceito utilizado, a maioria associa evasão a não continuidade no curso [...] (VERDUM; GUIDOTTI, 2014, p. 5).

Silveira (2017, p. 44), em sua tese intitulada *A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes*, considera que “não há uma definição única para o termo evasão, como também é possível encontrar diferentes termos sendo utilizados para se referir ao fenômeno”.

Enquanto a acepção do termo evasão ainda é tema de debate entre especialistas, existe consenso em torno da complexidade e da confluência de fatores que dão origem a esse

¹⁰⁸ Percebe-se por meio da literatura consultada que as preocupações acerca do estudo da evasão se diferenciam de acordo com o nível de ensino. Nos cursos superiores, há ênfase em esclarecer de onde o aluno se evadiu, ou seja, da disciplina, do curso, da faculdade, da universidade, do sistema de ensino (POLYDORO, 2000; MEC/SETEC, 2014; VERDUM; GUIDOTTI, 2014; SILVEIRA, 2017). Já nos estudos sobre evasão escolar no Ensino Médio, na Educação Profissional de Nível Médio e em cursos de Qualificação Profissional, a ênfase recai sobre os fatores de evasão e como evitá-los (DORE; LÜSCHER, 2011; MEDINA, 2012; TROGIANI et al., 2012; DORE; SALES; CASTRO, 2014; CARVALHO, 2015; SILVA, 2015; JARDIM, 2016).

acontecimento, os quais precisam ser identificados e analisados para que soluções possam ser encontradas. Dore e Lüscher (2011) assinalam que a evasão escolar possui três dimensões conceituais a serem consideradas, a saber,

1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais isoladamente (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775).

Em seguida, acrescentam uma dimensão que, segundo as autoras, não seria classificada como conceitual, pois

[...] refere-se à perspectiva adotada no exame do problema: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino. Algumas vezes, o que é entendido pelo sistema como um problema de evasão não o é para o indivíduo ou para a escola considerada isoladamente (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775).

No que se refere às causas de evasão escolar, Dore e Lüscher (2014, p. 776) afirmam, com base em Rumberger (2004)¹⁰⁹, que

[...] entender as causas da evasão é a chave para encontrar soluções para o problema. Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

Segundo a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (1996) e o *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica* (BRASIL, 2014b), as causas de evasão são de três ordens: a) pessoal – se referem aos estudantes e às suas famílias, b) institucional – dizem respeito às instituições de ensino, ao corpo docente, à equipe pedagógica etc., c) conjuntural – envolvem fatores sociais, econômicos, culturais e políticos.

Conhecer as causas que produzem o fenômeno evasão escolar é essencial no processo de busca por soluções. No entanto, é preciso ter clareza a respeito de qual fenômeno está

¹⁰⁹ RUMBERGER, R. Why students drop out of school. In: ORFIED, G (Org.) *Dropouts in America: confronting the graduation rate crisis*. Cambridge (MA): Harvard Education, 2004. p.131-155.

sendo abordado: evasão ou abandono? Essa questão se coloca porque se considera existir duas situações distintas, porém interdependentes. A primeira: o aluno se matricula em um curso e, por diversos motivos, sai antes do tempo previsto para conclusão. Superada a situação que o impediu de concluir o curso, ele retorna, faz nova matrícula e pode tanto concluir como novamente sair antes do término. A segunda: o aluno se matricula em um curso e por motivos de ordem pessoal, institucional ou conjuntural sai antes de finalizar o programa de estudos. Porém, diferentemente do que ocorreu na primeira situação, o estudante não retorna para fazer nova matrícula nem na instituição onde ele estava nem em outra. Entende-se que o fenômeno ilustrado na primeira situação pode ser denominado evasão escolar, enquanto o que ocorreu na segunda, abandono escolar.

No caso dos cursos Pronatec FIC em questão, houve alunos que, de fato, evadiram, mas nem todos os que não concluíram os cursos podem ser classificados dessa forma. Por esse motivo, optou-se por utilizar a expressão não concluinte e conferir relevo aos motivos pelos quais esses alunos deixaram de frequentar as aulas, seja imediatamente após a matrícula seja algum tempo depois de efetivá-la. Com esse intuito, foram ouvidos coordenadores, supervisores e professores vinculados às equipes Pronatec FIC em cada *campus*. Esses sujeitos mencionaram 11 diferentes motivos pelos quais os alunos não concluíram os cursos. Desse conjunto, os mais recorrentes foram “atraso no pagamento do auxílio financeiro”, “não ter com quem deixar os filhos” e “conseguir emprego”.

Quadro 36 – Causas de não conclusão em cursos Pronatec FIC - percepção de coordenadores, supervisores e docentes (2012-2014)

Frequência^I	Situação
22	Atraso no pagamento do auxílio financeiro
18	Conseguiu emprego
13	Não ter com quem deixar os filhos ou precisou cuidar de algum familiar
7	Escolheu o curso apenas pelo nome sem saber do que se tratava e não se identificou com o curso
4	Transporte público precário ou inexistente
4	Incompatibilidade entre horário de trabalho e de estudos
4	Residir longe do local onde o curso foi ofertado
4	Dificuldade em acompanhar as aulas
1	Problemas familiares
1	Problemas de saúde

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

As justificativas apresentadas por alunos que não concluíram os cursos estão no quadro 37, a seguir. Esse quadro foi elaborado com base em 281 fichas de desligamento cujas informações foram obtidas por membros das equipes Pronatec que contataram esses alunos por telefone e pelo relato de doze egressos não concluintes, totalizando 293 estudantes.

Em conjunto, coordenadores, supervisores, professores e alunos não concluintes apresentaram 32 motivações para não concluir os cursos, das quais oito também foram coincidentes, a saber, a) “conseguiu emprego”, b) “não ter com quem deixar os filhos ou precisou cuidar de algum familiar”, c) “transporte público precário ou inexistente”, d) “incompatibilidade de horário”, e) “dificuldade em acompanhar as aulas”, f) “problemas de saúde” e g) “problemas familiares”.

Quadro 37 - Justificativas apresentadas por alunos que não concluíram os cursos, todos os campi (2012-2014)

Frequência	Justificativa
85	Conseguiu emprego
48	Não declarou
21	Problemas de saúde
20	Não consegue chegar no horário de início das aulas
20	Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos
17	Mudou de curso
10	Familiar doente
10	Transporte público precário ou inexistente
10	Dificuldade em acompanhar as aulas
10	Sem recursos financeiros para pagar a condução
8	Não ter com quem deixar os filhos
8	O curso não atendeu as expectativas
5	Precisa realizar tarefas domésticas
4	Mudou de cidade
3	Abandonou o abrigo onde morava
4	Está estudando em outra instituição
4	Falta de apoio familiar
2	Dificuldade de adaptação à turma
2	Precisou viajar
2	Problemas pessoais ou familiares

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Notou-se que houve correspondência entre duas justificativas relatadas por coordenadores, supervisores e professores e duas apresentadas pelos alunos. Enquanto esses profissionais afirmam que os alunos não concluíam os cursos devido ao “atraso no repasse do

auxílio”, os estudantes alegam que não concluíram porque “estavam sem recursos financeiros para pagar condução”. Entre os estudantes, oito afirmaram que “o curso não atendeu as expectativas”. Coordenadores, supervisores e professores explicam essa afirmação, pois disseram que os alunos “escolhiam os cursos apenas pelo nome sem saber do que se tratava e não se identificavam com eles”.

Apesar de o “atraso no repasse do auxílio financeiro” estar entre os principais motivos de não conclusão de cursos apontados por esses profissionais, esse motivo não apareceu entre as justificativas apresentadas pelos alunos. No entanto, conforme exposto no quadro 37, dez estudantes afirmaram ter deixado de frequentar o curso por “falta de recursos financeiros para pagar a condução”. Como o auxílio estudantil era repassado pelo IFSP, supõe-se que alguns alunos tiveram receio de falar abertamente para um servidor desse Instituto Federal que não permaneceu no curso por falta de recursos financeiros, o que, indiretamente, responsabilizaria a instituição pelo seu insucesso. Por outro lado, as equipes responsáveis pelo Pronatec no *campus* acompanhavam esses estudantes e percebiam a situação de vulnerabilidade social na qual muitos deles se encontrava. Por decorrência, dimensionaram os impactos do auxílio estudantil na permanência deles nos cursos.

Em todos os *campi* onde a pesquisa se realizou, houve estudantes que faziam o trajeto até o local do curso a pé ou de bicicleta. Mas, em São Paulo, dependendo da região onde o aluno reside, ele precisa pegar ônibus, metrô e trem para chegar ao destino. Esse dado sinaliza a importância de se ofertar os cursos em locais mais próximos da região onde os alunos residem ou trabalham. Geralmente, os alunos foram encaminhados pelo Cras situado perto do bairro onde eles moram, mas os cursos nem sempre eram ofertados em regiões próximas aos Cras. Após serem encaminhados e efetivarem as matrículas, os alunos descobriam o local onde o curso seria ofertado. Ao perceberem que não poderiam fazer o trajeto a pé, ou de bicicleta, e que não tinham recursos para pagar as passagens, eles deixavam de comparecer às aulas. Isso explica a situação de alguns alunos cuja frequência inicial foi insuficiente.

Já o público encaminhado pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) ou pelo Sistema Nacional de Empregos (Sine) – que se matriculou nos cursos para receber o Seguro-Desemprego – podia pagar as passagens com recursos próprios até a vinda do auxílio financeiro. O público encaminhado pelos Cras – por não exercer ocupações formais – não recebia o Seguro-Desemprego e dependia exclusivamente do auxílio financeiro para frequentar as aulas. Esse público encontra-se em situação mais vulnerável do que os beneficiários do Seguro-Desemprego. Nesse contexto, o atraso no recebimento do auxílio prejudicou aqueles que mais precisavam de apoio para permanecer nos cursos.

Dessa maneira, o atraso no repasse do auxílio financeiro impactou negativamente os estudantes que estavam desempregados há mais tempo e que não podiam receber Seguro-Desemprego, por não terem exercido trabalhos formais, os que moravam em regiões distantes do local onde o curso foi ofertado, em bairros onde o transporte público é precário ou inexistente. Segundo os servidores municipais, coordenadores e supervisores, esses alunos dependiam do auxílio para frequentar as aulas e se alimentar no período em que eles estavam na escola:

Um dos motivos que a gente percebeu era o atraso no pagamento das bolsas dos estudantes. Porque eles vinham e ficavam o dia inteiro fora de casa, precisavam se alimentar, precisavam de transporte... Então, tinha prefeitura que cedia o transporte e o aluno não precisava pagar. Tinha município que o estudante precisava custear o transporte. Então, se ele não recebe e não tem outra fonte de renda... Ele deixa de ir ao curso. Então, muitas vezes a justificativa que eles davam era essa. Infelizmente, alguns alunos a gente não conseguiu contatar (Coordenador Adjunto 3-Registro).

O que nós sabemos é que muitas vezes o aluno não tinha o vale-alimentação, não tinha o transporte, e aí ele tinha dificuldade de chegar à escola por conta disso. Porque na maioria das vezes eles contavam com esse recurso para ir até a escola (Servidora Municipal 10-São Paulo).

Alguns desistiam por causa do recurso que demorava para chegar. Os cursos eram no período da manhã e da tarde, os alunos falavam que não tinham condições de bancar, porque se eles estão fazendo o curso é porque estão desempregados, né? Esses cursos são para aquele público que realmente está em vulnerabilidade. Então, o que acontece... para ele bancar o ônibus, o transporte, a alimentação é complicado, né? Esse atraso fazia com que eles desistissem (Supervisor 5-Avaré).

E... a principal causa que a gente pode levantar foi o atraso no repasse de verbas, né? Foi daí que a gente começou a questionar que tinha alguns alunos que falavam que eles estavam ali por conta do dinheiro, outros não. Outros era porque realmente moravam em locais de difícil acesso por conta do transporte que isso dificultava a continuidade no curso (Coordenadora Adjunta 6-Sertãozinho).

Para o público em situação de vulnerabilidade social, a frequência ao curso se torna mais uma despesa com a qual ele não consegue arcar. Esse público precisaria investir em transporte, alimentação e até materiais didáticos antes de o auxílio chegar. Posteriormente, ele seria ressarcido, mas, se o aluno não dispunha de recursos financeiros para assumir essas despesas, a sua permanência no curso ficava comprometida. Nesse sentido, a Supervisora 2-Avaré afirma que o Pronatec falhou como público prioritário do Programa:

[...] uma coisa que eu percebi também é que os alunos de mais baixa renda, geralmente, não ficavam no curso por essa dificuldade de vir, pela necessidade de trabalhar, pela necessidade maior de ter um auxílio financeiro, por várias questões. As pessoas que ficaram, geralmente, tinham condições de vir, de aguardar a chegada do auxílio, de ter material próprio... Então, isso eu percebi também. Talvez, o Programa falhou nesse ponto – a meu ver, né? O que percebi é que falhou nesse ponto, por conta dos atrasos, as pessoas que realmente precisavam não permaneciam. A gente tinha uma evasão alta (Supervisora 2-Avaré).

Tanto na zona rural como na urbana, o atraso no pagamento do auxílio estudantil dificultou a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social:

Nos assentamentos, as aulas eram aos sábados e domingos, oito horas de curso, em semanas alternadas, mas ainda havia o problema de transporte e alimentação. Nos locais onde a Prefeitura não entrou garantindo o transporte e a alimentação, a permanência do aluno foi dificultada. Então, essas coisas também influenciaram, né? (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio).

O que a gente mais sentia dificuldade é que os valores das bolsas deles atrasavam. Então, algumas vezes a gente conversava eles falavam ‘eu não posso ir porque eu não tenho o dinheiro da condução’. Esse era um fator que realmente atrapalhava e aumentava a evasão (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

O segundo motivo mais apontado pelos sujeitos foi o de “conseguir um emprego”. Os alunos beneficiários do Seguro-Desemprego e vinculados ao Ministério do Trabalho (MTE) ingressaram nos cursos Pronatec FIC como condição *sine qua non* para receberem esse benefício. No entanto, eles tiveram por prioridade a inserção profissional, porque estavam desempregados e queriam sair dessa condição. Por esse motivo, deixavam de frequentar aulas nos dias em que participavam de entrevistas de emprego, testes práticos e demais etapas dos processos seletivos para admissão em empresas. Uma vez aprovados e convocados para trabalhar, deixam o curso por haver coincidência de horários entre este e o trabalho – isso ocorreu nos casos dos cursos ministrados no período diurno. Conforme o depoimento de coordenadores, supervisores e professores, esse público frequentava as aulas enquanto estava desempregado e, quando fosse preciso escolher entre trabalhar ou estudar, não havia dúvidas de que eles priorizariam o trabalho, pois é dele que provém o sustento familiar:

[...] os que recebiam o seguro-desemprego estavam procurando trabalho, então eles iam para entrevistas e faltavam, às vezes, por mais de um dia, porque estavam em processos seletivos que duravam uma semana. Então,

seria uma semana de falta. Tudo isso era motivo. Às vezes, eles estavam desempregados e arrumavam emprego no meio do curso. Então, são coisas que faziam com que eles realmente é... faltassem e, às vezes, abandonassem mesmo os cursos (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

E muitas vezes ele faltava muito porque ele estava procurando emprego, ele tinha entrevistas de emprego, ou porque ele já tinha conseguido um emprego, e aí acabava acontecendo a evasão também (Supervisora 6-São Paulo).

Em relação ao porquê de muitos alunos não terem concluído o curso, é como eu te disse, existem aí vários perfis de alunos, né? O perfil do meu aluno era o perfil do aluno desempregado e que recebia Seguro-Desemprego. Quando o aluno conseguia um emprego, era automático ele seguir para o trabalho e largar o curso. Mas todos os meus alunos que não conseguiram trabalho nesse período de três, quatro meses de curso, eles permaneceram até o fim e concluíram (Professor 11- São Paulo).

Entre os alunos encaminhados pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e vinculados ao MDS, também houve aqueles que não concluíram os cursos porque conseguiram emprego. De acordo com o Professor 6- Registro, eles não puderam conciliar trabalho e estudo porque ambos eram em período diurno:

Pelo que eu me lembro, a grande maioria dos que desistiram foi porque arrumou um emprego. Era um curso durante o dia, né? Então, muitas vezes, os que estavam fazendo o curso não trabalhavam, mas, às vezes, arrumavam um emprego. E para uma pessoa que estava nessa situação e precisava sustentar uma família, o emprego é prioridade. Essa pessoa acabava tendo que sair, que desistir do curso e deixar para outro momento e ir trabalhar, né? (Professor 6- Registro).

De acordo com os entrevistados, houve maior frequência de ingresso de alunos vinculados ao MDS em ocupações informais e temporárias, diferentemente do público que recebe Seguro-Desemprego:

Alguns que eu pude conversar a maioria era trabalho informal mesmo. Eles falavam: 'Professor, eu estou trabalhando, consegui um 'bico' em uma loja e por isso desisti do curso' (Professor 1-Registro).

Por conta de precisar complementar renda a maioria era trabalho temporário, infelizmente (Coordenadora Adjunta 6-Sertãozinho).

Na maioria das vezes eram trabalhos informais. Era raro, realmente, o trabalho com carteira assinada. E quando esse trabalho era com carteira assinada, eram as funções para as quais não exigia grandes responsabilidades

nem grandes formações... Era o auxiliar de serviços gerais, era o assistente... (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Todo serviço de pedreiro, às vezes, tem um registro ou, às vezes, trabalham sem registro. É uma realidade que a gente tem aqui. Eles trabalham sem registro e trabalham numa obra. Assim que a obra termina eles são dispensados. Trabalham de acordo com o serviço (Professor 2-Registro).

Por meio dessas justificativas, percebe-se a centralidade do trabalho na vida desses alunos. Suas escolhas são feitas em função da necessidade de vender sua força de trabalho para garantir minimamente sua sobrevivência, essa é a condição imposta pelo modo de produção vigente. Para esses alunos, o trabalho tanto os impulsiona a ingressar nos cursos como os impede de continuar, pois se matriculam com a esperança de se formar e conseguir empregos regulamentados e melhor remunerados. No entanto, saem antes de obter o certificado porque conseguiram uma ocupação, na maioria das vezes, informal.

As recentes reformas trabalhista e da previdência – que retiram direitos e violentam a constituição – têm contribuído para agravar ainda mais a crescente precarização e intensificação do trabalho. “Dos 50 mil empregos formais criados até julho [de 2018], cerca de 80% correspondem a contratos intermitentes ou parciais” (SUDRÉ, 2018, p. 1). De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE e divulgada pelo jornal *Esquerda Diário* (PESQUISA, 2018), entre 2015 e 2017, houve redução de 2,3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada e 1,2 milhões de trabalhadores passaram a exercer ocupações informais. No que se refere à proporção de trabalhadores informais por atividade econômica, em 2017,

[...] 70,1% dos trabalhadores de serviços domésticos se encontram sem carteira assinada, um posto de trabalho quase integralmente composto por mulheres. Em segundo lugar, as atividades agropecuárias, que representam o principal nicho econômico do país, se revelaram compostas por 68,5% de postos de trabalho informais. [...] O terceiro setor que mais emprega mão de obra informal no Brasil é, segundo o levantamento do IBGE, a construção civil, composta por 62,7% de informalidade (PESQUISA, 2018, p. 1).

Na época em que a pesquisa se realizou, não havia monitoramento da inserção profissional de egressos nos cinco *campi* selecionados. Os professores e demais membros de equipes Pronatec que residem nos municípios onde os cursos foram ofertados encontravam os ex-alunos em espaços públicos ou em estabelecimentos comerciais e perguntavam em que área eles estavam trabalhando:

A gente não teve um retorno, até porque não tinha um acompanhamento dos egressos. Mas como eu sou deste município e moro aqui eu vejo alguns que estão trabalhando. Teve um que fez curso de Auxiliar Administrativo e trabalha na área, outro trabalha como Auxiliar de Escritório em um escritório de Contabilidade. Mas assim... é um ou outro, não é todo mundo, né? (Supervisora 1-Presidente Epitácio).

A inserção profissional desses alunos não pode ser atribuída exclusivamente ao curso realizado. Diversos aspectos precisam ser considerados, tais como: a escolaridade deles, a formação e experiência profissionais pregressas e a criação de vagas de trabalho na época em que eles terminaram os cursos. O depoimento do Professor 12-Sertãozinho demonstra como a inserção profissional está vinculada à geração de empregos:

Nós inauguramos aqui em Sertãozinho a estátua do Cristo Salvador. Então, o Cristo é um ponto turístico e tal. E eu tive o prazer de alguns dos meus alunos serem selecionados para trabalhar como Agente de Informações Turísticas no Cristo e no portal do município. Eu não sei se eles ainda estão lá. Mas seis alunos da minha turma foram contemplados com isso que, eu acho que... é o grande objetivo do Pronatec. Fazer com que as pessoas tenham uma qualificação e que elas possam ingressar no mercado de trabalho (Professor 12-Sertãozinho).

Embora esse seja “o grande objetivo do Pronatec”, ele não foi alcançado apenas por meio da qualificação profissional; esta e a geração de emprego e renda precisam andar juntas para que a inserção profissional ocorra. Segundo Pochmann (2001, p. 124), “[...] o desemprego no Brasil segue tratado como um problema menor, na maioria das vezes identificado pelas autoridades governamentais como de ordem individual”. Em vista disso, esse autor considera importante desenvolver uma política social voltada ao atendimento de trabalhadores desempregados, integrada às políticas de assistência social e concretizada por meio de:

[...] centros específicos de atendimento, que deveriam contar com restaurantes, dormitórios, banheiros e postos de saúde públicos. Ao mesmo tempo, uma agência especial para o emprego deveria fortalecer e unificar os seguintes serviços: (i) definição vocacional e intermediação de mão de obra; (ii) atendimento dos benefícios sociais; (iii) formação e qualificação dos trabalhadores; e (iv) operacionalização de linhas de crédito popular. A construção de um banco de dados público e transparente sobre o mercado de trabalho no Brasil também teria grande importância na definição de políticas públicas de emprego num país marcado por ampla heterogeneidade (POCHMANN, 2001, p. 124).

Entretanto, esse autor ressalta que sem um “plano nacional de compromisso com a produção e o emprego, por meio do desenvolvimento econômico e social sustentado”, essas iniciativas não seriam capazes de “reverter o fenômeno do desemprego em massa” (POCHMANN, 2001, p. 124-125). Isto é, a promessa de empregabilidade que orienta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego não será concretizada apenas por meio da qualificação profissional de trabalhadores.

De acordo com os entrevistados, a necessidade de cuidar dos filhos ou de algum familiar doente levou as mulheres a deixar de frequentar as aulas e abrir mão dos estudos. Essa justificativa foi apresentada por mulheres tanto casadas – cujo cônjuge é o principal responsável pelo sustento familiar – como solteiras, divorciadas ou separadas que cuidam dos filhos sem apoio do pai. Houve mulheres que usaram o auxílio financeiro para pagar uma babá, geralmente, uma vizinha ou alguém da família, mas o atraso no repasse desse auxílio desestruturava essa estratégia adotada pelas mães que almejavam realizar os cursos. A Coordenadora Adjunta 5-Presidente Eptácio e o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho esclarecem como a demora na chegada do auxílio afetou a permanência das mulheres:

Houve sim atraso. Era bem recorrente, inclusive. Olha, muitas delas usavam esse dinheiro para pagar alguém para cuidar dos filhos, né? Então, assim, eu já ouvi várias vezes ‘Ah! Eu preciso pagar a babá e eu não tenho dinheiro. Estou dependendo desse dinheiro para fazer o curso’. [...] Elas se preocupavam com essa questão do dinheiro para poder continuar no curso (Coordenadora Adjunta 5-Presidente Eptácio).

[...] a gente tinha estudantes no curso... mulheres que tinham que cuidar dos filhos, que às vezes era difícil vir e não ter com quem deixar os filhos. Teve curso que teve criança junto com a mãe porque ela não tinha com quem deixar, aí ela trouxe (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

A Egressa 6, ao explicar o motivo pelo qual não concluiu o curso, assim se expressa:

Houve uma mudança de planos na minha vida. Antes de entrar no curso, eu trabalhava como diarista todos os dias da semana. Me casei pouco depois de as aulas começarem. As tarefas aumentaram e ficou muito difícil, por isso acabei deixando o curso (Egressa 6, Almoxarife, Avaré, 36 anos).

As justificativas de não conclusão de cursos apresentadas pelas mulheres são diferentes das apresentadas pelos homens, exceto quando ambos não concluem o curso em decorrência de atrasos no pagamento do auxílio estudantil ou porque conseguiram emprego. Percebe-se por meio de justificativas apresentadas pelas mulheres que cuidar da prole, realizar

tarefas domésticas, acompanhar familiares doentes etc., ainda são atribuições destinadas ao público feminino. Isso sinaliza que a divisão social e sexual do trabalho tem sido perpetuada.

É uma questão bem cultural e isso aqui é muito forte. Quando uma pessoa fica doente, dificilmente eles chamam alguém de fora para cuidar. É alguém da família que vai cuidar. Aqui tem muito isso. E, geralmente, é a mulher, é a neta, é a filha ou é a sobrinha... (Professora 9 – Registro).

O trabalho de cuidado, realizado pelas mulheres no seio da própria família, além de não ser remunerado ainda é pouco valorizado socialmente. Segundo a pesquisa sobre o trabalho remunerado e não remunerado na América Latina e Caribe, realizada por Abramo e Valenzuela (2016), as trabalhadoras domésticas que exercem essa atividade profissionalmente nem sempre possuem direitos trabalhistas, proteção social e condições de trabalho apropriadas. As autoras salientam que essa desvalorização social também se expressa por meio da baixa remuneração a qual essas trabalhadoras são submetidas:

O nível de remuneração das trabalhadoras domésticas evidencia a baixa valorização social e econômica dessa ocupação. Seus rendimentos estão entre os mais baixos das escalas salariais. Além disso, a legislação da maioria dos países da região estabelece a possibilidade de deduzir de seus salários uma proporção que pode ser considerada pagamento em espécie (ABRAMO; VALENZUELA, 2016, p. 121)

Em face ao exposto, considera-se que as mulheres que não concluíram os cursos nos quais se matricularam foram compelidas a priorizar o trabalho de cuidado, sendo duplamente exploradas, pois exerceram atividade não remunerada e foram cerceadas do exercício de seu direito à educação.

Kergoat (2016), no colóquio internacional “Teorias e Práticas do Cuidado”, realizado em Paris, no ano de 2013, apresenta a seguinte definição de *cuidado*:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p. 18).

Nessa perspectiva, entende-se que o cuidado está essencialmente ligado à manutenção da vida, à formação do caráter – no caso da educação dos filhos, à recuperação e atenção à saúde – no caso de pessoas enfermas, idosas ou deficientes que depende de acompanhamento

constante. Ora, por que essa “relação de serviço, apoio e assistência” é vista como algo menor? Moraes (2013), em sua pesquisa intitulada *Trajetórias de vida, trabalho e educação/formação profissional de trabalhadoras militantes sindicais brasileiras e francesas: uma perspectiva comparada*, salienta que:

Ao lado das relações de classe, as desigualdades de poder entre homens e mulheres modelam as relações de trabalho e o próprio trabalho, [...] a natureza dos postos de trabalho e a organização do trabalho estão estreitamente ligados à natureza das relações de gênero existentes em determinadas sociedades (MORAES, 2013, p. 255-256).

Tendo-se em vista que na contemporaneidade a “desigualdade de poder entre homens e mulheres” ainda persiste, o trabalho doméstico e mais especificamente o trabalho de cuidado tendem a ser pouco valorizados porque são realizados por mulheres. E a busca pelo equilíbrio começa na luta pelo fim da discriminação de gênero, classe e raça (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2016). Conforme assinalam Abramo e Valenzuela (2016, p. 114),

A possibilidade de uma articulação mais equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal e familiar é uma dimensão estratégica central para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho e está intrinsecamente relacionada ao conceito de trabalho decente. Os mecanismos tradicionais de divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo hierarquizam a sociedade e o mercado de trabalho e reproduzem as desigualdades e discriminações de gênero.

Ainda que “realizar tarefas domésticas” não tenha figurado entre as principais justificativas apresentadas pelas alunas para a não continuidade nos estudos, o trabalho doméstico não é um empecilho para os homens continuarem os estudos, pois, na maioria das vezes, ele é atribuído às mulheres, conforme sinaliza o relato da Professora 9-Registro. Ao ser questionada se o trabalho doméstico foi motivo de não conclusão de cursos entre as mulheres, essa professora afirma: “Não... de casa até que não. Acho que elas conseguiram se virar. Os cursos eram todos de manhã”. No entanto, nas fichas de desligamento dos cursos, verificou-se que cinco mulheres interromperam os estudos devido ao trabalho doméstico. Outra justificativa indicada nessas fichas foi a falta de apoio familiar, ou seja, para que a mulher que é mãe, esposa, cuidadora, trabalhadora possa estudar, ela precisa delegar algumas funções e nem sempre encontra na família o apoio necessário.

É interessante notar que, segundo o IBGE, entre 2016 e 2017, houve aumento na taxa de realização do trabalho doméstico por pessoas do sexo masculino: “os filhos homens

passaram a fazer mais essa tarefa, com percentual passando de 12,7% a 16,2%, um crescimento de 27,6%. Por outro lado, ainda são os cônjuges ou companheiros que mais se ocupam com isso, atingindo uma taxa de 34,7% em 2017” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a, p. 5). Essa pesquisa revelou ainda que, entre os homens, a relação entre o grau de escolaridade e a taxa de realização de trabalho doméstico é diretamente proporcional, ou seja, “quanto maior o nível de instrução, maior a taxa de realização, saindo de 73,0% para o menor nível a 83,8% para o nível superior completo” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a, p. 7).

A menor discrepância na taxa de realização desse trabalho entre homens e mulheres foi obtida pela região Sul (11,8%), ao passo que a região Nordeste obteve a maior (27,7%). Ora, se a realização de trabalhos domésticos foi mais elevada entre homens com Ensino Superior completo, essa discrepância assinalada na região Nordeste poderia ser parcialmente explicada pelos baixos índices de escolarização dos nordestinos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) realizada no primeiro trimestre de 2019, 38,4% das pessoas com idade acima de 14 anos, residentes nessa região, não haviam concluído a Educação Básica (OLIVEIRA, 2019). Além disso, os trabalhadores da região Nordeste têm o menor rendimento médio salarial, o que dificulta ainda mais a continuidade nos estudos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b).

Essa discrepância indica também que as relações entre homens e mulheres, tanto em família quanto em sociedade, estão permeadas pela cultura, tradições e condições de produção da vida e do trabalho nas quais esses sujeitos estão inseridos e, por isso, esses elementos não podem ser tratados de maneira isolada.

De acordo com o IBGE (2019a), o tempo dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico, incluindo-se o cuidado de pessoas, em 2018, ainda foi maior que o dos homens. Conforme os dados apresentados no gráfico 19, a média de horas dedicadas pelas mulheres a esse trabalho foi praticamente o dobro daquelas investidas pelos homens.

Gráfico 19 - Afazeres domésticos e cuidado de pessoas em 2018

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2019a)

No que se refere ao tipo de cuidado realizado, 49,8% das pessoas cuidaram de crianças com idade entre zero e cinco anos, 49,7% cuidaram de crianças e adolescentes de seis a 14 anos e 8,8%, de idosos. A participação de mulheres foi superior a de homens nas atividades de:

auxiliar nos cuidados pessoais (86,0% frente a 65,5% para os homens) e nas atividades educacionais (73,0% frente a 61,0% para os homens). Nas demais atividades, os percentuais registrados por homens e mulheres são menos discrepantes, mas sempre superiores para as mulheres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a, p. 7).

Outras situações podem interferir na não conclusão do curso pelos estudantes. Segundo relatam os coordenadores e professores, alguns alunos que se matriculavam em cursos Pronatec FIC escolhiam o curso apenas pelo nome, com base em algumas orientações verbais no ato da matrícula, sem saber previamente do que se tratava. Não eram oferecidas palestras ou oficinas para que eles pudessem conhecer o conteúdo dos cursos. Por decorrência, alguns não se identificavam com a proposta e deixavam de frequentar as aulas:

Eles não faziam ideia do que era um Desenho Técnico. Aí tinha é... Eletricista. Eles não faziam ideia do que fazia um eletricista de verdade, sabe? Viam aquela questão do cara montando painel... É um curso muito mais avançado que o Técnico atende, mas na parte que eles iam exercer que é Auxiliar de Eletricista – eles tinham que fazer preparação de algumas ferramentas do cabeamento, eles não faziam ideia do que era o trabalho. Então, teve alguns que entenderam o que era a profissão ali quando foram fazer o curso. Muitos ficaram no curso até o fim, mas teve um percentual pequeno de alunos que desistiram porque eles não faziam ideia do que era (Professor 7-Presidente Epitácio).

A gente percebeu que... os alunos oriundos desses equipamentos da Prefeitura que faziam as pré-matrículas, nem sempre entendiam do que se tratava o curso, principalmente o de Programador Web. Alguns vinham para esse curso achando que era um curso de Internet, que eles iriam aprender a mexer na Internet... E quando eles chegavam aqui e percebiam que era uma programação... então a gente teve sim desistência por conta disso. Porque eles não tinham o entendimento eles vinham fazer o curso sem o entendimento do que se tratava (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

E teve também aqueles que não gostaram do curso... que não se adaptaram, acharam que o curso não atendia às expectativas deles. O que foi em menor número. Poucos alunos a gente compreendeu que desistiu porque o curso não era legal ou que não atendia à sua expectativa, mas também teve esses casos assim (Coordenador Adjunto 3-Registro).

O Egresso 24, por exemplo, matriculou-se em um curso que não era sua primeira opção e, sentindo-se desmotivado, não o concluiu:

Eu queria me matricular em um curso na área de indústria, mas como não tinha vagas me encaixaram no curso de Espanhol. Mas o Espanhol para mim, não era interessante, porque o forte na cidade onde moro é a indústria, né? Então, teria que ser um curso de mecânica, caldeiraria, solda... (Egresso 24, Espanhol Intermediário, Sertãozinho, 16 anos).

Para os alunos vinculados ao MTE, a matrícula em cursos Pronatec FIC foi compulsória, pois o recebimento do Seguro-Desemprego estava condicionado à realização desses cursos. Por esse motivo, eles acabavam sendo matriculados nas turmas em que houvesse vagas disponíveis, sem considerar o perfil profissional e a afinidade do aluno com a área do curso. Naquele momento, o mais importante era não perder o Seguro-Desemprego.

E nos alunos encaminhados pelo MTE, o que eu percebi que gerava muita evasão era que... assim, eles perderam o emprego e foram até o MTE para buscar o Seguro-Desemprego. E, muitas vezes, lá eles indicavam o curso que ele deveria fazer, mas esse curso, na maioria das vezes, não tinha muito a ver

com o perfil daquele aluno, com o que ele trabalhava, com o que ele era formado... E aí ele vinha meio que por obrigatoriedade, né? Então, nessa obrigatoriedade ele não conseguia se identificar com aquele curso. E muitas vezes ele faltava muito porque ele estava procurando emprego, ele tinha entrevistas de emprego, ou porque ele já tinha conseguido um emprego. E aí acabava acontecendo a evasão também (Supervisora 6-São Paulo).

Teve alguns, e isso sempre acontece, que se inscreveram, mas o perfil deles não era de acordo com o curso. Só que já serviu para ele ver que não gosta de determinada área, por exemplo, Desenho Técnico (Professor 7- Presidente Epitácio).

Outro aspecto que dificultou a permanência dos alunos foi a distância considerável entre a moradia deles e o lugar onde realizavam os cursos. De maneira geral, esses estudantes dependiam do transporte público e, às vezes, em cidades como São Paulo, por exemplo, eles precisavam pegar mais de uma condução para frequentar as aulas, conforme relata o Egresso 23:

Não consegui terminar porque não podia pagar as passagens. O curso era lá no Jabaquara e eu moro na Zona Oeste. Eu tinha que pegar um ônibus, um trem, e aí fazer baldeação para outro trem. Então, eram dois trens e um ônibus. No final das contas eram seis conduções que eu tinha que pegar (Egresso 23, Programador Web, São Paulo, 24 anos).

Na época em que a pesquisa foi realizada, não existia metrô nas cidades do interior e na capital a rede de metrô e trens não atendia a todos os bairros. Em alguns municípios, como Presidente Epitácio, ainda não havia transporte público e os alunos dependiam do fornecimento de ônibus escolar pelas Prefeituras:

O que também causava evasão, às vezes, era a localização dos lugares onde tinha aula. Aqui mesmo no *campus* a localização era um problema porque é afastado do centro da cidade, é afastado da rodoviária. Aqui a questão de transporte coletivo não é muito boa. Então, a distância dependendo da unidade, ter que pagar pelo transporte, filhos nos casos das mães e trabalho quando eles conseguiam um emprego nesse meio tempo (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

A gente não tem transporte público na cidade¹¹⁰. Os alunos vêm de bicicleta, a pé, alguns de carro (Coordenadora Adjunta 5-Presidente Epitácio).

¹¹⁰Em Presidente Epitácio, em 2018, havia uma linha de ônibus que interligava a zona urbana à rural. Os alunos matriculados em cursos da área Agrícola moravam em sítios e essa linha de ônibus não circulava entre esses sítios, ela passava em uma rodovia próxima a eles. Dependendo da localização do sítio, alguns alunos caminhavam em torno de 40 minutos da sua moradia até o ponto de ônibus mais próximo. Além disso, poucos moto-taxistas atendiam essas regiões e o valor de uma corrida do Centro até a zona rural variava entre R\$ 25,00 e R\$ 40,00 dependendo da distância.

A gente tinha outro impedimento também que não foi um fator grande, mas assim, a gente tentou ajudar: o transporte público no nosso município é muito ruim¹¹¹. Então, se elas perdessem o ônibus ia demorar para ter outro e quando chegava levava falta nos primeiros horários. Então, elas reclamavam muito disso e pediram para a gente até intervir junto à empresa de ônibus e ver se não tinha como é... aumentar o número e ter mais horários (Supervisora 2-Avaré).

A Prefeitura tinha se comprometido a ajudar ofertando o transporte, mas por motivos internos deles, em alguns períodos, esse transporte não foi disponibilizado. Isso provavelmente ocasionou um pouco da evasão também, mas depois esse problema foi corrigido. Como isso aconteceu no início do curso, provavelmente, desmotivou algumas pessoas e acabou sendo um dos motivos de evasão (Supervisor 4-Presidente Epitácio).

Verificou-se por meio dos relatos dos sujeitos e das justificativas apresentadas nas fichas de desligamento que alguns alunos não concluíram os cursos por não “conseguir acompanhar as aulas”. Essa dificuldade está associada à baixa escolaridade, às trajetórias escolares descontínuas e aos anos fora da escola:

E também teve aluno que relatou que não estava conseguindo acompanhar o curso e por isso ia desistir, foi uma quantidade menor, mas teve (Professor 1-Registro).

A desistência eu acredito foi muito em função do próprio nível de escolaridade, nível de educação, né? Em função da vergonha, muitas vezes, eles simplesmente evadiam, abandonavam. E quando a gente conseguia contato por telefone – porque a gente fazia um contato, tentava ter um *feedback* para saber os motivos do afastamento e fazer um levantamento –, muitos falavam que era por falta de dinheiro. Pelo menos essa era a desculpa. Mas muitas vezes não tinha nexos falar porque tinha acabado de receber o auxílio ou o dinheiro estava na conta (Professor 3-São Paulo).

O perfil socioeconômico na grande maioria era pessoas de baixa renda, muitos não tinham concluído o Ensino Médio ou já tinha concluído há muito tempo, outros tinham escolaridade baixa tanto que alguns tinham dificuldade para acompanhar o curso. Talvez esse seja um dos motivos da evasão, porque eles não tinham uma bagagem boa para isso. E... sobre o perfil

¹¹¹ Nessas cidades, como o transporte público é precário ou inexistente, as pessoas usam o serviço de moto-taxi. Em 2018, o preço médio de uma corrida em uma distância de aproximadamente 8km, em Presidente Epitácio variava entre R\$ 8,00 e R\$ 10,00 porque, nesse município, os moto-taxistas não concorrem com o transporte público. Para aos alunos que dependiam dos auxílios para pagar as passagens esse custo era considerável. Já em Avaré, como os moradores podem contar com alguns ônibus que circulam entre os bairros, o valor cobrado pelos moto-taxistas para percorrer essa mesma distância era em média R\$ 5,00. Para aos alunos que dependiam dos auxílios para pagar as passagens, esse custo ainda era elevado, pois eles gastariam no mínimo R\$ 10,00 por dia apenas com o transporte.

profissional seria muitos desempregados, talvez a maioria, né? Basicamente isso (Coordenadora Adjunta 6-Sertãozinho).

O auxílio financeiro foi instituído com a finalidade de assegurar a permanência de alunos de baixa renda nos cursos por meio do custeio de gastos com alimentação e transporte. No entanto, o atraso no pagamento do auxílio financeiro foi a principal causa de não conclusão de cursos apontada por coordenadores, supervisores e professores. Se esse auxílio atrasa, aqueles que de fato dependem dele não conseguem continuar no curso.

De acordo com o depoimento desses sujeitos, houve alunos que pareciam estar mais interessados no auxílio financeiro do que nos cursos. Considerando-se que o valor diário desse auxílio era de R\$ 3,75, repassados aos alunos no final do mês, para que as aulas não frequentadas pudessem ser descontadas, e que os atrasos eram constantes, é possível indagar que tipo de público estaria disposto a se matricular nos cursos apenas por causa do auxílio? E, em caso afirmativo, que situação de vida o levaria a isso? Na capital paulista, em 2014, a média anual do preço cesta básica foi de R\$ 344,90 (DIEESE, 2015) e do gás de cozinha botijão de 13kg, no estado, foi R\$ 42,20 de acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGAS, 2015). A necessidade de assegurar a própria sobrevivência e dos seus dependentes pode ser um dos indicativos da procura dos cursos por esses trabalhadores. Inicialmente, o auxílio financeiro pode ter sido um atrativo para os alunos, mas verificou-se que sua ausência comprometeu a permanência daqueles que estavam em situação de vulnerabilidade social.

Entre os alunos encaminhados pelos Cras, há os que almejam adquirir qualificação profissional e sair da informalidade, no entanto, dependem do auxílio financeiro para custear transporte e alimentação. Esse aspecto, aliado às limitações de ordem pessoal (não ter com quem deixar os filhos, problemas de saúde etc.) associadas, muitas vezes, à precariedade ou inexistência do serviço de transporte público local, levam esses alunos a não concluírem os cursos.

Tendo-se em vista que o atraso no repasse do auxílio financeiro foi apontado pelos entrevistados como a principal causa de não conclusão entre alunos matriculados em cursos Pronatec FIC no IFSP, verificou-se junto aos servidores que exerceram a função de apoio financeiro bem como aos coordenadores, supervisores e professores por que motivos houve atraso nos pagamentos desses auxílios. As explicações apresentadas estão expostas no quadro 39, a seguir.

Quadro 39 – Motivos pelos quais houve atrasos no repasse do auxílio financeiro

Frequência^I	Motivo
5	O MEC não apresentou justificativas
3	Burocracia
1	Necessidade de melhorar processos administrativos

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Conforme o relato dos sujeitos responsáveis pelo apoio financeiro e administrativo, o MEC não apresentou justificativas para os atrasos:

Como apoio financeiro, nesse período, a gente visualizou uma dificuldade de gestão muito grande, porque realmente eram dois, três meses para a gente conseguir efetuar os pagamentos, né? Tanto dos alunos, como da equipe de apoio e dos docentes. E, na época, não foi apresentada nenhuma justificativa pelo o MEC [para os atrasos]. Simplesmente o recurso chegava depois de alguns meses sem dizer o porquê daquele atraso (Professor 6-Registro).

Os repasses para os alunos atrasaram algumas vezes, por parte do MEC. Já para os colaboradores, o atraso era frequente. Do IFSP para os alunos os repasses eram feitos sem atrasos, desde que o MEC não atrasasse. O motivo não era esclarecido (Apoio financeiro 1-Avaré).

Teve muito atraso no repasse de verbas. A justificativa – pelo menos aos que vieram me perguntar – eu falava a verdade, que não tinha o que esconder, que dependia do repasse financeiro do MEC mesmo, não era algo do orçamento do *campus*, ou que a gente pudesse fazer algo para agilizar, né? A gente falava a verdade (Apoio financeiro 4-Registro).

Esses sujeitos responsáveis pela parte administrativa e financeira do Pronatec nos *campi* não tinham acesso direto ao MEC. Os entrevistados afirmam que as informações sobre liberação de recursos eram repassadas pela Pró-Reitoria de Extensão:

Houve atrasos, mas a gente entrava em contato com a reitoria que era quem comandava essa questão. E eles só informavam que estavam esperando a liberação do pagamento pelo MEC. Isso ocorreu várias vezes (Apoio financeiro 2-Presidente Eptácio).

Na verdade, assim... a equipe local não tinha o acesso direto ao MEC. O que a gente fazia era se reportar à equipe central que estava localizada na reitoria e eles faziam esse meio de campo. Mas nunca teve um e-mail do MEC, por exemplo, falando ou justificando. A gente só sabia que estava tendo atraso porque nós perguntávamos para equipe central. Eram eles que repassavam o dinheiro para o *campus* e faziam toda a parte do pagamento (Apoio financeiro 4-Registro).

Na percepção das supervisoras 6 e 1, os atrasos ocorriam por causa dos trâmites burocráticos pelos quais os recursos públicos precisam passar:

Nós tínhamos alguns atrasos, porque o procedimento todo era bem burocrático. Então, vinha a verba e tinha todo um procedimento interno a ser feito também que... tinha várias etapas. Então, às vezes, isso atrasava um pouquinho para o aluno e ele acabava desistindo, sim (Supervisora 6-São Paulo).

Eu não entendo muito essa parte financeira, mas até onde eu pude entender precisava de um orçamento, precisava ser liberado por um setor, por outro setor... É a burocracia. Eu entendi que foi a 'burrocracia' (risos). Porque eu acho que má vontade não teve, porque o programa estava rolando e verba tinha. Então, foi essa burocracia que fez acontecer essa demora, né? Ficar dois, três meses sem receber... Até nós da equipe também ficamos (Supervisora 1-Presidente Epitácio).

O atraso no repasse de recursos prejudicou não apenas a permanência dos alunos, mas também a compra de materiais para os cursos, principalmente por causa dos trâmites do processo de licitação:

Foi nessa parte administrativa que eu percebi que a gente teve a maior dificuldade, né? Faltou material, porque não foi feita a compra, porque tinha que ser licitado e a licitação demora no mínimo três meses para qualquer objeto. E a gente não conseguiu essa possibilidade, porque para licitar é preciso ter a verba empenhada. Sem recurso não pode fazer a licitação com antecedência (Professor 2-Registro).

A gente tem que fazer um processo para abrir uma licitação. Depois que faz a licitação, o fornecedor tem 60 dias para entregar. Então, acaba atrasando muito. É um processo burocrático e lento. [...] A mesma coisa é quando a gente vai abrir um curso novo. Daí a gente tem que ir pensando no que vai ser comprado. Tem espaço para guardar? Tem que ver tudo isso. Mas a demora é geralmente por causa do processo de licitação mesmo (Apoio administrativo 1-Avaré).

Eram questões burocráticas. Porque antes de a gente fazer a compra, tem todo um processo de licitação. Então, a gente fazia um pedido até antes, às vezes, de o curso abrir, mas raramente ele chegava no começo das aulas. A questão do material foi realmente... um grande dificultador. Não só... assim... quando eu fui professora, mas também quando fui orientadora. Eu vi o professor chegar e vir angustiado e dizer: 'Estou sem material. O que eu faço?' (Supervisora 2-Avaré).

Olha, essa parte eu não entendo muito bem, porque eu trabalhava mais na parte pedagógica. Mas pelo que a gente acompanha é burocrático, né? Na

Rede Federal ou em qualquer rede pública você tem que fazer a cotação de três fornecedores... eu lembro porque eu ajudei a fazer muito isso. Também ver três materiais... pedir, licitar etc. até chegar! E a gente já estava com o curso ali rodando. Então, a gente estava fazendo compra, licitação e o curso caminhando. A gente muitas vezes chamava os professores e falava: Olha, dá uma seguradinha, tenta adequar alguma coisa aí'. (Supervisor 5-Avaré).

Face ao atraso no repasse de verbas e à lentidão no processo de licitação de compras, coordenadores e professores compraram materiais com recursos próprios para que as aulas pudessem ser realizadas, uma vez que os cursos já estavam em andamento e não havia materiais:

Nem todas as aulas eram teóricas. Eu cheguei a comprar material para as aulas práticas, porque a gente sabia que não ia chegar o material. Então, eu fazia assim: 10% do que eu ganhava eu comprava material para dar aula (risos) (Professor 2-Registro).

As professoras de maquiagem acabavam trazendo alguma coisa que elas tinham porque elas já eram maquiadoras. Então, elas traziam o que elas tinham. A própria coordenadora de extensão comprou bastante coisa com o dinheiro dela, entendeu? (Supervisor 5-Avaré).

A Supervisora 2-Avaré afirma que os materiais chegavam quando os cursos estavam acabando. Então, eles guardavam esses materiais e tentavam ofertar os mesmos cursos para que os próximos alunos pudessem receber o material no início das aulas:

E a gente fazia tudo: as cotações, as compras... Quando a turma estava formando no curso, chegava o material. Era muito demorada essa questão de licitação, essa questão burocrática mesmo, né? Aí, o que acontecia? *A gente tentava abrir mais uma turma do mesmo curso, porque para a primeira turma o material não chegou, mas quando a segunda ia entrar tinha o material que chegou para a primeira.* Então, quando a gente conseguia abrir mais de uma turma era legal, porque aí a gente tinha material para trabalhar. Mas a questão do material foi um complicador seríssimo (Supervisora 2-Avaré, grifo nosso).

O Servidor Municipal 5-Registro esclarece como o atraso no envio de verbas por parte do MEC contribuiu para que professores contratados desistissem das aulas por falta de recursos:

Esse atraso no repasse interferiu tanto na vida do professor como também na dos alunos que recebiam uma ajuda de custo. Então, quando deu o primeiro mês e essa ajuda de custo não chegou, houve desistência considerável. E também houve professores que não conseguiram manter o compromisso porque, por exemplo, o processo seletivo foi feito aqui em Registro então

mais pessoas de Registro acabaram participando. E o curso, por exemplo, foi lá em Peruíbe, a 100 km daqui. Então, houve professores que desistiram das aulas porque também julgavam que não tinham condições de ir, rodar 100 km... Como os horários não batiam, mesmo a gente tentando carona solidária era muito difícil conseguir uma carona dessas, porque os horários acabavam sendo distintos. Houve até uma situação que não teve professor interessado em terminar um curso sobre Piscicultura. E mesmo com toda a dificuldade financeira desse ir e vir eu acabei assumindo aulas que eu não tinha participado do processo seletivo para que houvesse a conclusão do curso e os alunos não perdessem, né? Acho que o repasse em dinheiro deveria ser dentro do combinado. Porque daí você tem tudo certinho e tudo caminha, né? (Servidor Municipal 5-Registro).

De acordo com a Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho, era necessário melhorar processos administrativos e financeiros para que esse atraso pudesse ser reduzido:

[...] havia falhas administrativas que acredito que seriam ou poderiam ser melhoradas com a otimização. [...] aqui em baixo no nosso trabalho era um processo burocrático. Na verdade, eu não podia falar ‘Ah, todo dia 15 eu vou enviar as listas de presença’. Como não? Por exemplo: se um professor na unidade remota lá em Brodowski atrasasse um dia – e a gente tinha aí eu não vou me lembrar quantos vamos chutar aí 40 professores – se um deixasse de fazer o trabalho dele na data o que acontecia? Era uma coisa que por mais que você avisasse ‘Olha, você precisa entregar no prazo’, atrasos aconteciam. Então, normalmente, o professor atrasava, o supervisor acabava repassando esse atraso na hora de entregar para o coordenador. O próprio supervisor, às vezes, atrasava porque esses dados tinham que ser todos planilhados e conferidos para a gente não fazer lançamento errado. Era um processo burocrático. O supervisor planilhando eu tinha que conferir. Enfim, os processos administrativos do Pronatec na escala do IF precisavam ser melhorados. Eu acho que isso era normal porque o Programa ainda estava imaturo, pelo menos eu tinha essa visão. [...] No IF era um programa que estava há pouco tempo e precisava amadurecer (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

No que se refere ao funcionamento interno do repasse de verbas, o processo de pagamento era constituído por diversas etapas que tramitavam entre *campus* e reitoria. Os pagamentos poderiam ser feitos de maneira centralizada, ou seja, pela equipe do Pronatec, na Reitoria, e descentralizada, pela equipe do próprio *campus*, com a anuência da Reitoria. Além dos atrasos recorrentes no envio de verbas pelo MEC ao IFSP, cujas causas não puderam ser claramente identificadas, uma visão geral das etapas e os fluxogramas de pagamento podem ajudar a esclarecer a lentidão desse processo.

A primeira etapa do processo de pagamento era o “empenho de alocação dos recursos orçamentários”. Esse empenho era gerado no Sistema Integrado de Administração Financeira

do Governo Federal (Siafi) pela equipe do Pronatec, na Reitoria. Nesse sistema, são realizados todos os processamentos financeiros, contábeis, patrimoniais do governo federal.

A segunda etapa consistia na montagem do processo de pagamento propriamente dito, constituída por cinco fases que variavam conforme o tipo de *campus* (centralizado ou descentralizado). Na primeira fase, era necessário preencher vários documentos (memorandos, lista de presença, planilha para pagamento); na segunda fase, elaboravam-se as listas de credores com dados bancários de docentes, discentes e membros das equipes pedagógica, financeira e administrativa. Na terceira fase, os documentos eram enviados para análise da coordenação geral do Pronatec na reitoria. Na quarta fase, após aprovação, o processo era liberado para pagamento. Na quinta e última fase, o processo era apropriado no Siafi Web.

Apresentam-se, a seguir, três fluxogramas de pagamento para ilustrar as etapas descritas. O primeiro deles é o fluxograma de pagamento para os *campi* com o financeiro centralizado; o segundo, para os *campi* com financeiro descentralizado e sem perfil Siafi; já o terceiro, para os *campi* cujo financeiro era descentralizado e possuíam perfil Siafi.

Figura 2 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec Reitoria

Fonte: Documentação interna IFSP disponibilizada pela Coordenadora Adjunta 2-Avaré.

Figura 3 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec reitoria *campus* com Financeiro descentralizado e com equipe Pronatec Financeiro sem perfil Siafi

Fonte: Documentação interna IFSP disponibilizada pela Coordenadora Adjunta 2-Avaré.

Figura 4 - Fluxograma de pagamento realizado pela equipe Pronatec reitoria *campus* com Financeiro descentralizado e com equipe Pronatec Financeiro com perfil Siafi

Fonte: Documentação interna IFSP disponibilizada pela Coordenadora Adjunta 2-Avaré.

4.2 Ações adotadas para prevenir a não conclusão de cursos

As ações adotadas pelos entrevistados visando prevenir a não conclusão pelos alunos em cursos Pronatec FIC foram reunidas em três grupos. O primeiro e mais representativo consiste em ações didático-metodológicas que incluem mudanças nas metodologias das aulas, na maneira de expor o conteúdo, nas atividades propostas, nos instrumentos de avaliação. No segundo, estão as ações institucionais e relativas ao Programa, pois elas dizem respeito às providências destinadas ao acolhimento dos alunos na instituição, ao aperfeiçoamento de processos tais como fluxo de pagamento, compra de materiais etc., e à adequação de diretrizes do Programa ao contexto dos alunos. No terceiro, encontram-se as ações extrainstitucionais, ou seja, aquelas desenvolvidas por membros da equipe Pronatec em locais fora do Instituto Federal (tais como Cras, Prefeituras etc.), mas diretamente relacionadas ao público-alvo. Antes de apresentar essas ações, importa explicitar o processo de elaboração dos currículos e as intencionalidades de sujeitos que os produziram sinalizadas em seus relatos.

De acordo com o *Manual de Gestão da Bolsa-Formação* (BRASIL, 2011c, p. 13), o único componente curricular previsto pelo MEC foi o módulo introdutório denominado “Orientação Profissional e Cidadania”. Com carga horária de 20h e destinado aos cursos FIC “oferecidos a públicos de elevada vulnerabilidade social”, esse módulo contemplou diversos temas visando atender “necessidades específicas dos beneficiários”, tais como se decidirem a respeito de quais cursos gostariam de realizar, serem auxiliados pelos parceiros ofertantes a “se inscreverem no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)” etc. Essas orientações, especialmente esta última, indicam o quanto distantes essas pessoas estão de exercerem plenamente sua cidadania.

Os demais componentes curriculares eram definidos por membros da equipe Pronatec em cada *campus* com base no *Guia Pronatec de Cursos FIC*, respeitando-se o nome do curso, o eixo tecnológico ao qual está vinculado, a carga horária, a área de atuação profissional e a escolaridade mínima exigida constantes nesse documento (BRASIL, 2011c). Os Planos Pedagógicos de Curso (PPC) nos quais constavam os currículos dos cursos Pronatec FIC eram submetidos à análise da Pró-Reitoria de Extensão, que poderia sugerir mudanças ou adequações conforme a natureza do curso. Depois de aprovados, esses PPCs eram disponibilizados em uma pasta virtual de acesso restrito aos servidores do IFSP para que as equipes Pronatec de todos os *campi* pudessem consultá-los. A Coordenadora Geral 1-São Paulo explica como era o procedimento e as alterações mais recorrentes:

Quando a gente fazia a análise dos cursos, a gente consultava o catálogo do Pronatec para ver o que era preciso para aquele profissional. [...] Esse curso foi feito para esse profissional, então, quais são as atribuições desse profissional? Nós checávamos, porque de repente aquele curso estava sendo colocado de uma forma errada e aquilo não atendia aquele profissional. Então, muitas vezes, a gente pedia para corrigir: ‘Olha, isso aqui não está de acordo com a profissão’, ‘Por que essa disciplina?’ [...] De repente, você tinha uma disciplina ali que não se justificava dentro daquele curso. Mas por quê? Porque o professor queria dar aula, né? Ele queria participar. Então, muitas vezes, a gente cortava. ‘Olhe, isso aqui não tem nada a ver com o curso’. [...] Então, a gente tinha que checar se a disciplina não estava solta, saber quem eram os docentes, qual a formação deles, saber a carga horária que eles destinavam para a disciplina, em que áreas eles atuava no Instituto... [...] Existia toda essa análise aí para a gente poder fazer a grade curricular do curso (Coordenadora Geral 1-São Paulo).

Embora apenas os cursos previstos no *Guia Pronatec de Cursos FIC* pudessem ser ofertados, não houve prescrição curricular por parte da Setec/MEC. Isso possibilitou aos professores, supervisores e coordenadores adequar os cursos às necessidades do público atendido tanto por meio dos componentes curriculares ofertados como, principalmente por mudanças nas metodologias, nas avaliações a até mesmo em alguns conteúdos das aulas.

Ressalta-se que eles não podiam incluir componentes curriculares sem relação direta com o curso ofertado, pois, conforme expressou a Coordenadora Geral 1-São Paulo, durante a análise feita pela Pró-Reitoria de Extensão, os que não estivessem condizentes com os cursos seriam retirados. Em vista disso, e diante das dificuldades dos alunos em acompanhar as aulas devido à escolarização precária ou aos anos sem estudar, alguns docentes optaram por incluir componentes de formação geral, tais como Matemática, Língua Portuguesa etc., ou abordar os conteúdos dessas disciplinas transversalmente em outros componentes curriculares. Os relatos dos professores, supervisores e coordenadores ilustram parte desse processo de construção dos currículos:

Tivemos algumas tentativas de reformular o projeto de curso. Eu acho que nisso a [Pró-Reitoria de] Extensão do IF como um todo amadureceu muito, porque... criou-se um Conselho de Extensão. Esses projetos passaram a ser aprovados em uma instância superior, passaram a ter, inclusive, uma correção, passou realmente a observar esse processo como algo em construção. Como algo que nunca está 100% pronto. [...] Então, a gente foi, conforme possível, revisando alguns planos de curso, revendo alguns conceitos... A gente sempre dizia para os professores que o plano de curso e das disciplinas era uma proposta, que mais do que cumprir conteúdo o importante seria desenvolver o que fosse possível com a turma respeitando a identidade e o contexto de cada turma, né? (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

O Professor 1-Registro expressa a preocupação da equipe em priorizar as características da região do Vale do Ribeira – área eminentemente agrícola – e contemplar as especificidades dos alunos nos currículos:

O ponto de partida foi aquele catálogo do Pronatec. A gente trouxe os cursos um pouco para a realidade da região e montou uma matriz mais aproximada da realidade dos alunos. [...] A gente foi pesquisando cursos semelhantes que já tinham um projeto de curso e a gente foi montando baseado nas características da região (Professor 1-Registro).

A Supervisora 2-Avaré e a Professora 9-Registro ressaltaram os perfis dos alunos como critério norteador da elaboração dos currículos:

A gente se reunia com os professores do *campus* que tinham *expertise* na área, né? Então, a gente sentava e montava um currículo pensando em algo integrado, dinâmico e contextualizado. Tentando buscar aí um contexto do dia a dia do aluno. Não era um currículo muito teórico, sabe? Era um currículo vivo, mais prático, com bastante dinâmicas... (Supervisora 2-Avaré).

E a gente foi vendo a faixa etária dos alunos e pensando o que poderia agradá-los um pouco mais. Tinha turma que era muito mista, a gente não podia trabalhar coisas muito lúdicas, tinha que ser uma coisa mais séria... [...] Eram alunos muitos carentes, a maioria estava vindo por conta da renda que era oferecida... Então, a gente tinha que tentar levar em consideração tudo isso para formar o currículo (Professora 9-Registro).

O relato do Coordenador 1-Presidente Epitácio indica que quanto maior a situação de vulnerabilidade social na qual se encontravam os alunos, menores os níveis de conhecimentos gerais e noções de cidadania, de acesso a computadores e Internet. Essa condição vivenciada pelos alunos levou os professores que lecionavam nesses cursos a trabalharem diversos temas transversalmente:

Nos cursos do Pronatec Campo havia as matérias específicas, mas também havia o curso de Português, o curso de Matemática, né? Muitos não estudam Matemática há muito tempo, por isso não sabem quanto que eles ganham no leite, quanto que eles tiram na sua propriedade, quanto que eles estão ganhando na realidade, né? Além disso, eles não têm acesso a um computador, a um notebook, muitos não têm acesso sequer a uma simples planilha que iria auxiliá-los nesses cálculos para eles saberem quanto de renda realmente eles têm daquilo que produzem nos sítios. [...] Por isso, os professores das áreas específicas tentavam resgatar a importância de se escrever bem, de saber o que está se escrevendo e saber fazer contas novamente, as quatro operações básicas para que eles pudessem entender a

importância de eles administrarem bem a sua propriedade, tá? (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Esse coordenador relata também a troca de informações entre alunos e professores em torno de assuntos que diziam respeito aos problemas sociais que eles vivenciavam, pois a maioria desses alunos vivia em sítios, acampamentos ou assentamentos:

Ao mesmo tempo, os professores falavam sobre problemas sociais, explicavam que os alunos tinham direito de participar de associações, sabe? E muitos perguntavam: ‘Como eu participo?’. Então, o professor ia buscar a informação e trazia. Às vezes, o colega já participava e eles perguntavam: ‘Como você conseguiu?’. Então, essa interatividade, essa troca informações foi importantíssima, importantíssima! O Pronatec Campo foi muito importante nesse sentido também. (Coordenador de curso 1-Presidente Epitácio).

A Coordenadora 6-Sertãozinho explica como os professores foram orientados a modificar a metodologia das aulas e a trabalhar temas transversais ao longo do curso:

A gente sempre buscava orientar o professor: ‘Olha, a aula que você dá aqui no Instituto não é a mesma que você vai dar lá [nas turmas Pronatec] porque é um público diferenciado, por isso o propósito é outro’. [...] A gente não estava focado só no mercado de trabalho. A gente procurava passar assim a imagem: ‘Vamos tentar mostrar para esse aluno que ele está aqui não só para se preparar para um cargo – até porque é um curso de curta duração –, mas para a formação profissional e pessoal também’ (Coordenadora 6-Sertãozinho).

O relato do Professor 7-Presidente Epitácio expressa algumas das dificuldades vivenciadas por esses alunos e o anseio deles em conseguir uma ocupação no setor produtivo:

Os alunos queriam aprender coisas que permitissem a eles ser independentes. Teve até uma turma que me pediu para ensinar a montar currículo. Isso não fazia parte do curso, mas a gente pegou uns dois dias de aula no laboratório e montou. A gente até imprimiu para alguns que estavam procurando emprego. *Mas... isso foi fora do layout oficial do currículo original do curso, sabe?* Foi percebido assim: aqueles cursos que trazem para eles uma chance de trabalho independente causava neles mais interesse e eles aderiam mais (Professor 7-Presidente Epitácio, grifo nosso).

Essa procura por trabalho “independente”, ou seja, autônomo, sinaliza a maneira como os trabalhadores estão sendo levados a assimilar o discurso do empreendedorismo e da empregabilidade. Se eles estão desempregados e não conseguem empregos formais, tornam-se trabalhadores “independentes” não por opção, mas por falta dela.

Os relatos desses entrevistados indicam ausência de neutralidade nas escolhas que fizeram e denotam o quanto as disputas por hegemonia também se expressam no campo do currículo. Nos casos em análise, essas disputas foram norteadas por interesses em favor de alunos em situação de vulnerabilidade social, trabalhadores que estavam há muito tempo sem estudar ou que possuíam diversas lacunas na formação. Entretanto, a construção desses currículos também poderia ter sido orientada por interesses neoliberais.

Supõe-se que a carência do público atendido sensibilizou alguns membros das equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi* e isso os despertou para a importância de ajustar o Programa visando atender as necessidades desse público. O relato do Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho sinaliza a mudança de percepção que ele teve após conhecer as dificuldades vivenciadas por alunos em situação de vulnerabilidade social:

Eu me transformei muito trabalhando com o Pronatec. Eu mudei muito as minhas perspectivas de vida, de sociedade, de pessoas... Com certeza, eu passei a olhar para o sujeito e imaginar que ele tem muito uma história. Ele não é mais um. E eu confesso que antes disso eu, às vezes, pensava: é mais um! Então, são muitos discursos que pesam sabe... e que pesaram muito na minha formação. [...] E aí o discurso de que: 'Ah! A pessoa não se esforçou'. Mas como é que alguém que tem filho aos 13 anos, que tem que largar a escola para cuidar do filho, ou que tem que manter a família, tem que trabalhar, como é que essa pessoa se esforça? [...] Se você privou esse sujeito da educação de qualquer maneira... o discurso, para mim, da meritocracia cai por terra nesse contexto. Realmente, a gente precisa repensar, enquanto sociedade, essas questões (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Supõe-se também que os professores com experiência prévia em turmas de EJA ou em curso Proeja, embora em número reduzido, possam ter compartilhado experiências exitosas com os colegas e os auxiliado a promover mudanças favoráveis ao êxito dos alunos. O mesmo pode ter ocorrido em relação aos professores que cursaram Formação Pedagógica de Docentes (Professor 5-Avaré, Professor 7-Presidente Eptácio e Professor 12-Sertãozinho) e com a Professora 13-Presidente Eptácio, que é Pedagoga e Bacharela em Ciências da Computação.

Tendo-se em vista que esses coordenadores, supervisores e professores induziram ajustes no Programa, por meio dos currículos, em função dos perfis e necessidades dos alunos, importa destacar as ações que eles implementaram visando assegurar a continuidade e o êxito desses alunos nos cursos.

Quadro 38 – Ações didático-metodológicas visando assegurar a permanência e o êxito

Frequência¹	Ações didático-metodológicas
5	Rever ou ensinar conteúdos básicos
4	Adequar as aulas ao perfil dos alunos
4	Priorizar a dimensão formativa das avaliações
4	Tornar as aulas mais práticas e próximas das vivências dos alunos
3	Passar menos conteúdos e de forma gradativa
1	Dedicar mais atenção aos alunos com dificuldades
1	Motivar os alunos

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de resultados de pesquisa.

Devido à heterogeneidade do público atendido – tanto no que se refere à idade como escolaridade e experiência profissional –, houve professores que optaram por revisar e ensinar conteúdos básicos relacionados ao curso com o intuito de garantir o aprendizado dos alunos:

Como eu disse, o público era bem mesclado, tinha gente quase semianalfabeta dentro do curso. Então, você tem que ter essa flexibilidade porque se não você não consegue nivelar o pessoal para poder passar o conhecimento mínimo do curso (Professor 6-Registro).

Nas minhas disciplinas, houve, sim, casos de eu ter que mudar a metodologia pelo fato mesmo de... pedir um assunto e eles não terem conhecimento básico para poder entender aquele assunto. Então, a gente tem que dar uma volta, uns dois passos para trás, sair da disciplina para falar algumas coisas que são básicas para eles poderem entender alguns níveis um pouquinho maiores (Professor 8-Registro).

Essa revisão de conteúdos básicos ao mesmo tempo em que possibilitou aos alunos com dificuldades acompanharem as aulas consumiu parte da carga horária destinada às disciplinas do curso. A respeito desse assunto, o Professor 8-Registro assim se expressa:

O problema em relação a isso [rever conteúdos básicos] é que como o tempo realmente é contado direitinho, não tem como você colocar dez, quinze minutos a mais. Então, acaba que alguma coisa no final do processo acaba faltando. Mas ainda assim, é mais interessante eles entenderem 80% do processo do que você conseguir passar 100% do processo e eles não entenderem nada. Melhor você passar 80% e ter a certeza que esses 80% eles saíram sabendo (Professor 8-Registro).

De acordo com o relato da Professora 9-Registro, percebe-se que os alunos mais velhos, que concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na modalidade EJA e estão há mais tempo sem estudar têm mais dificuldade em acompanhar as aulas:

Teve um curso de Dependentes Químicos que a gente trabalhou e eram alunos bem mais velhos. Todos com um histórico muito sofrido em casa. Então, a escolaridade era muito baixa, muitos se formaram no supletivo, tinham uma escolaridade bem abaixo da média dos adolescentes da sala. Então, eu tentava explicar de uma forma se não desse certo eu tinha que modificar tudinho, tentar voltar lá atrás para ver onde eles tinham parado... Tinha aulas que eu colocava uma palavra na lousa e eles não sabiam o significado... Aí eu falava: 'Vamos ver a origem da palavra. Não lembra a palavra tal?'. Tinha que começar todo o trabalho de interpretação... Então, a gente teve muita dificuldade; eu, principalmente em Português e Comunicação, tive muita dificuldade. *A gente chegou com material, com vídeos e eles não entendiam nem o conteúdo dos vídeos. A gente tinha que voltar, pegar tirinhas, muitas imagens para trabalhar com eles.* Isso aconteceu em alguns cursos, não em todos. Os cursos que tinham mais jovens, como eles estão no Ensino Médio, já são acostumados... era mais fácil (Professora 9-Registro, grifo nosso).

E eram coisas tão básicas que a gente pensava: 'Meu Deus como que eles não conseguem entender isso?'. Então, eu mudava toda a metodologia, aí eles começavam a entender e conseguiam acompanhar. Eu acho que isso fez diferença. No Pronatec, o nivelamento é muito difícil. Tem pessoas muito mais velhas que fizeram aquela provinha de progressão e outros que estudam no ensino regular... Junta todo mundo na mesma sala... Ficou complicado. Mas assim, deu para levar, deu mais trabalho (risos), mas foi gratificante! (Professora 9-Registro).

O Professor 10-Presidente Epitácio, que lecionou em cursos de Informática Básica, explica a diferença de conhecimentos entre alunos de diferentes faixas etárias:

É assim. Se você comparar com um aluno que tem no máximo 18 anos, ele já nasceu com o computador fazendo parte da vida dele. Essas pessoas que fizeram curso Pronatec, muitos deles não tiveram nenhum contato com computador. E por conta disso... eu tive que explicar coisas que outros alunos mais jovens já sabem. Como a questão de acessar internet, e-mail... A geração nova já faz isso, indiretamente, já faz isso. Essas pessoas que estavam na faixa de quarenta até sessenta anos eles não sabiam nem o básico para acessar a Internet, o que era um e-mail, enviar e-mail... Mouse e teclado eles sabiam, mas não sabiam a posição correta [dos dedos] para digitar ou a ordem, o que fazia cada tecla além das teclas que indicam o alfabeto (Professor 10, Presidente Epitácio).

À medida que esses professores tiveram contato com o público atendido, eles perceberam as necessidades desse público e mudaram o planejamento das aulas, as

metodologias, os exercícios, a maneira de expor a matéria etc., almejando o aprendizado dos alunos e a permanência deles nos cursos:

Cada turma tem um perfil, cada curso, às vezes, tem um perfil. Por exemplo, o perfil de quem trabalhou no curso de Operador de Computador é um, o perfil de quem trabalhou no curso de Agente de Informações Turísticas é outro. Então, são pessoas que vêm com experiências diferentes, com propósitos diferentes e nem sempre a gente tem que... ensinar do mesmo jeito para todo mundo. A gente tem que ‘se virar nos 30’¹¹². A gente tem que personalizar, tem que ser criativo... Eu tive uma experiência muito bacana aqui (Professor 12-Sertãozinho).

Nós fomos nos adequando conforme fomos conhecendo o público-alvo [...]. Fomos adequando porque detectamos que os alunos não tinham nível suficiente, né? E fomos adequando ao nível deles (Professor 3-São Paulo).

É que nem eu disse, pelo fato deles não terem comprovação de escolaridade mínima os professores tiveram, sim, que fazer adaptações, teve que adequar à realidade dos alunos, ao nível de conhecimento deles [...]. As avaliações é... não eram obrigatórias, não existiam avaliações (Supervisor 5-Avaré).

Eu tive que adaptar principalmente porque os alunos dos cursos técnicos normais nossos, a maioria já são estudantes e já tem uma bagagem maior. A gente teve dificuldade porque o pessoal dos cursos Pronatec tinha dificuldade muito grande na matemática. Daí, em vez de usar uma conta para fazer um cálculo, eu adaptei planilhas para que numa aula eles conseguissem cumprir a função do curso (Professor 2-Registro).

O Professor 2-Registro lecionou Matemática no curso Pedreiro de Alvenaria. Ele afirma que como a maioria dos alunos já exercia a profissão de pedreiro, eles calculavam intuitivamente a quantidade de materiais a ser utilizada e não realizavam operações matemáticas no papel. Durante as aulas, esses alunos tiveram muitas dificuldades e pensavam em desistir do curso. Por isso, esse professor adaptou uma planilha do Excel para que os alunos pudessem fazer os cálculos necessários:

Na verdade, eles tinham uma dificuldade porque eles têm o conhecimento prático, mas na hora de passar para o papel eles têm dificuldade. A gente percebe que alguns não têm muita vontade de aprender a passar para o papel, né? Como se diz: ‘Ah, eu sempre fez assim e sempre funcionou, né?’. É um trabalho difícil, né?. A gente tem que mostrar para eles: ‘Oh, é o seguinte, se você fizer dessa maneira aqui você tem como ampliar um pouco mais. Daí, se aparecer uma coisinha diferente você já vai conseguir entender’. É uma

¹¹² Esta expressão é uma menção a um quadro em um programa de televisão no qual o participante deveria realizar uma tarefa difícil e inusitada em 30 segundos. O nome do quadro é “Se vira nos 30”.

coisa difícil de passar. A gente tenta, mas nem sempre a gente consegue o resultado que a gente quer, né? (Professor 2-Registro).

Tendo-se em vista a semelhança entre o público da EJA e a maioria dos alunos matriculados em cursos Pronatec FIC, a Professora 4-Sertãozinho e o Professor 5-Avaré afirmam que adaptaram previamente as aulas considerando-se as especificidades desses alunos, pois ambos já haviam lecionado para jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas:

[...] inicialmente, o planejamento foi previamente adaptado para esse público tanto em relação aos conteúdos quanto à disposição das disciplinas nas grades curriculares, ou seja, intercalar aulas práticas e teóricas bem dispostas para facilitar a compreensão dos alunos (Professora 4-Sertãozinho).

A Professora 4-Sertãozinho declara que essa estratégia foi desenvolvida com base em sua experiência profissional tanto em cursos de EJA como em cursos técnicos integrados Proeja. Já o Professor 5-Avaré, docente no curso de Horticultor Orgânico, considera que os anos de docência contribuíram para que ele percebesse que intercalar teoria e prática favorece tanto alunos jovens como adultos e idosos:

Eu não tive que fazer mudanças [no planejamento das aulas]. Devido à própria experiência, eu já trabalhava com a parte teórica e parte prática. Então, isso facilitava bastante. Mesmo quando tinha alunos mais novos que eu tinha que mostrar a parte concreta, né? A parte prática ajudava bastante. E aqueles mais velhos viam só a parte teórica [no curso de Horticultor Orgânico] e já estava resolvido porque eles tinham experiência com plantio, mas a parte prática é o reforço para a fixação do conteúdo. Então, eu sempre trabalhei dessa forma: teoria, prática, teoria, prática. Nesse aspecto, eu acho que é a melhor metodologia tanto para o pessoal de menor idade como para o pessoal de maior idade. Eu não vejo outra forma de trabalhar (Professor 5-Avaré).

Para que os alunos pudessem acompanhar as aulas e aprender, os Professores 7 e 10, ambos de Presidente Epitácio, passavam menos conteúdos e de forma gradativa. Eles esclarecem que:

Uma aula que a gente tem aqui de uma hora e quarenta a gente a distribui, às vezes, em oito horas para que os alunos do FIC conseguissem acompanhar. Muitos não conseguiam escrever. Eles sabiam escrever e tinham ideia de como escrever, mas eles escreviam de uma maneira muito lenta. O raciocínio na parte de cálculo era muito lento. Muitos não conheciam o básico do cálculo, o que era percentual... Então, chegou um momento que a gente não chegava na sala e perguntava quem sabia percentual, a gente chegava e

falava: ‘Oh, percentual funciona assim. A gente vai utilizar ele na aula de hoje dessa maneira’. (Professor 7-Presidente Epitácio).

[...] o curso FIC é diferente de um curso técnico com uma duração maior. E até mesmo por causa da questão da idade dos alunos egressos de outros cursos eu tive que fazer uma adaptação no ritmo das aulas. Essa adaptação foi... pelo menos eu tentei fazer passo a passo, de uma forma mais minuciosa (Professor 10-Presidente Epitácio).

Infere-se por meio do relato Professor 7-Presidente Epitácio algumas consequências do descaso com que a Educação Básica tem sido tratada especialmente nas escolas estaduais frequentadas, principalmente, por trabalhadores e seus filhos: “Muitos não conseguiam escrever”, “Muitos não conheciam o básico do cálculo”.

Percebe-se pelo relato do Professor 1-Registro e da Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho que eles fizeram tentativas, testaram metodologias e perceberam que articular aulas práticas e teóricas favoreceu a aprendizagem e contribuiu para a permanência dos alunos:

A primeira aula que planejei foi uma aula teórica. E aí eu vi que ficava pesado para os alunos entenderem. Então, ao longo do curso, fui mudando um pouco a metodologia para tornar a disciplina um pouco mais prática. Fazer com que eles participassem também da disciplina, né? Fizessem discussões para justamente eles entrarem no meio e conseguirem desenvolver junto (Professor 1-Registro).

A gente percebeu que como a maioria dos alunos estava parada há muito tempo, eles não tinham hábito de estudo. Aquele hábito de chegar, sentar e ficar cinco horas ali assistindo a uma aula. E alguns não viam o porquê disso: ‘Porque eu vou ficar sentado aqui ouvindo se o curso é um curso técnico?’. E aí a gente percebeu que funcionava muito bem mesclar [aulas teóricas e práticas] porque, às vezes, a gente fazia assim: ‘Ah, vamos fazer primeiro uma batelada de aulas teóricas depois a gente entra com as práticas’. Mas não deu muito certo (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

Os relatos dos Professores 1 e 2, ambos de Registro, e da Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho sinalizam que, até aquele momento, eles ainda não haviam lecionado para alunos com trajetórias escolares descontínuas, que estavam há bastante tempo sem estudar e possuíam dificuldade de acompanhar aulas muito teóricas. Diante das limitações apresentadas por alunos com esse perfil, esses sujeitos repensaram a própria prática visando assegurar o êxito desses estudantes no processo ensino-aprendizagem. Após perceberem que a articulação entre teoria e prática era mais adequada ao perfil daqueles alunos, pois fazia com que as aulas ficassem mais interessantes, revisaram o planejamento e as metodologias das aulas. De acordo

com esses entrevistados, depois que as mudanças foram implementadas, o aprendizado dos alunos melhorou, porque eles conseguiram perceber a finalidade da teoria que estavam estudando:

A gente viu que não separar as aulas práticas e as teóricas ajudava, porque eles gostavam, acho que aquilo era um estímulo. Para quem fica parado há muito tempo é complicado, né? Quando a gente fica muito tempo sem frequentar aula a gente perde o hábito. Então, no [curso] de Soldador, a gente intercalou duas teóricas, duas práticas e isso ajudou muito (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

Na parte de elétrica, eu comprei umas peças para demonstrar para eles uma ligação de lâmpada... Montei um painelzinho básico e a gente utilizou na própria sala de aula para ter a parte prática. Porque nesse curso se a gente não colocar um pouco de prática, só teoria eu acho que não vai funcionar (Professor 2-Registro).

A gente percebe que os alunos, quando participaram mais das aulas, até eles mesmos se surpreendiam: ‘Pô! Agora eu entendi professor!’. Então, uma das estratégias que eu adotei foi ao final de toda aula eu fazia um *breafing* com algumas questões para eles responderem como lição de casa sobre aquela aula. Então, era uma forma deles estudarem e absorverem o conteúdo também e deixar um pouco mais prática aquela aula (Professor 1-Registro).

O Professor 1-Registro sinaliza que o planejamento inicial das aulas dele no curso Pronatec FIC foi inspirado em aulas que ele teve na pós-graduação. Após mencionar que a primeira aula que ele planejou foi uma aula teórica e que ele percebeu que ficou “pesado para os alunos entenderem”, ele explicita os ajustes e adequações feitas nas metodologias das aulas e destaca a principal mudança realizada:

Essa foi uma das dificuldades, até mesmo porque em um mestrado ou doutorado os professores são mais teóricos, né? É muito conteúdo, conteúdo, conteúdo... E num curso desses, que é profissionalizante, uma pessoa que, às vezes, não tem nem o Ensino Médio você tem que ser um pouco mais prático, trazer mais para a vivência, para a experiência do dia a dia da pessoa. Então, essa foi a mudança maior que tive que fazer nas minhas aulas (Professor 1-Registro)¹¹³.

Juntamente com mudanças nas metodologias das aulas houve docentes que repensaram a concepção de avaliação que eles estavam adotando. Por isso, priorizaram a

¹¹³ O relato desse professor suscita interessante tema para pesquisas futuras: a titulação e a experiência profissional de docentes que ingressaram nos Institutos Federais a partir da primeira fase de expansão da Rede Federal.

dimensão formativa, diversificaram os instrumentos de avaliação e conferiram relevo à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno:

Nós tivemos que mudar, sim, porque a gente tinha um critério de avaliação que era mais rigoroso e... na verdade... nós tivemos que pegar mais leve, porque senão nós iríamos ter vários alunos retidos por não fazer os trabalhos, por causa da presença etc. (Professora 13-Presidente Epitácio).

A gente criou avaliações não que não reprovavam, mas que permitissem a eles terem continuidade no curso, porque já se tinha uma ideia que grande parte – as turmas, normalmente, eram de 40 alunos – de 25 a 30 não tinham noção alguma. Se tiveram essa noção em algum momento da vida, eles não absorveram. A visão que a gente tinha, na época, era que nós tínhamos que buscar maneiras de eles terminarem o curso para poder ter acesso a um emprego. Não que a avaliação não fosse importante, mas ela só era um marcador para informar para a gente aqui do Instituto como aquele aluno estava [no curso]: ‘Ah, esse aluno está bem, esse aluno está mal...’. Então, eu posso até dizer, assim, que as avaliações eram mais para nós professores ficarmos cientes da situação de aprendizagem deles, o quanto eles conseguiram absorver, mas não era muito para eles não (Professor 7-Presidente Epitácio).

Mesmo que a avaliação seja processual, formativa e sem a finalidade de reter o aluno, é importante que intervenções no processo-ensino aprendizagem sejam realizadas, de acordo com o resultado dessas avaliações, e que o aluno também conheça o desenvolvimento dele no curso.

Em Presidente Epitácio, cada docente teve liberdade para definir as adequações a serem feitas nas avaliações de acordo com a disciplina ofertada. O Professor 10, por exemplo, esclarece que:

Ao mesmo tempo que a gente... entrava de uma maneira assim... bem minuciosa explicando os periféricos dos computadores, a gente também cobrava no mesmo nível para que tivesse uma coerência entre o que foi passado e que está sendo cobrado (Professor 10-Presidente Epitácio).

No *campus* Avaré também não havia avaliações com caráter eliminatório. Os alunos faziam diversas atividades e trabalhos ao longo do curso e avaliação não se restringia a esses instrumentos. A frequência, a participação durante as aulas e nos trabalhos em grupo compunham o conjunto de elementos a serem avaliados pelos docentes:

É que nem eu disse, pelo fato deles não terem comprovação de escolaridade mínima, os professores tiveram sim que fazer adaptações, teve que adequar à

realidade dos alunos, ao nível de conhecimento deles. Então, as avaliações é... não eram obrigatórias, não existiam avaliações (Supervisor 5-Avaré).

O acompanhamento da frequência dos alunos foi uma medida institucional prevista no Programa com o intuito de prevenir a não conclusão de cursos. No decorrer do processo de implementação, as equipes responsáveis pelo Pronatec FIC nos *campi* desenvolveram outras ações, as quais são apresentadas no quadro 40 a seguir.

Quadro 40 – Ações institucionais visando assegurar a permanência e o êxito

Frequência¹	Ações institucionais e relativas ao Programa
5	Acompanhar a frequência dos alunos e entrar em contato rapidamente após detectar faltas consecutivas sem justificativa.
4	Otimizar processos administrativos e financeiros
2	Ofertar cursos mais condizentes com os perfis dos alunos
1	Matricular o aluno em cursos adequados ao perfil dele
1	Orientar os docentes sobre os perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC
1	Acolher os alunos institucionalmente
1	Oferecer apoio pedagógico aos alunos com mais dificuldades

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Os supervisores pedagógicos eram responsáveis por acompanhar a frequência dos alunos e, caso eles tivessem aproximadamente três faltas consecutivas sem justificativa, esses profissionais os contatavam para saber o que motivou essas ausências. Esse contato também poderia ser feito pelos coordenadores adjuntos:

A gente fazia um levantamento diário de quais alunos faltavam e de que turmas, entrava em contato, ligava para os equipamentos quando eles moravam nos abrigos para saber o que estava acontecendo, né? Porque a partir de um número de faltas ele não formaria mais... a gente precisava saber se iria ter uma continuidade... e qual era a dificuldade (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

As medidas que a gente implementou foram principalmente acompanhamento, né? Acompanhamento de frequência e entrar em contato o mais rápido possível quando era detectada a falta desse aluno. Conversava-se muito, chamava essa pessoa conversava, faziam-se ligações, procuravam-se

as pessoas também, né? Então, era uma das coisas que a equipe tinha que fazer. Acho que... na maioria das vezes era isso (Coordenadora Adjunta 2-Avaré).

A gente conseguiu acompanhar mais a frequência do aluno, ver se ele está vindo ou não está e por qual motivo. Então, a gente começou a fazer um trabalho mais efetivo de controle de frequência para evitar a evasão. Mas foi um trabalho em conjunto é meio de formiguinha porque é difícil você também trabalhar com adultos a gente não conseguia fazer muita coisa porque... não dependia só da gente. Tinha coisa que dependia do MEC (Supervisora 2-Avaré).

Normalmente, o estudante era contatado por telefone e quando ele dava indícios de que não permaneceria no curso os membros da equipe tentavam ajudá-lo a resolver o problema que o impedia de frequentar as aulas com o intuito de assegurar a permanência dele:

A gente já reverteu situação em que o aluno ia sair por questões pedagógicas, por estar com dificuldade, isso a gente conseguiu reverter. É... a questão da distância do *campus* é um fator considerável e não tinha muito o que a gente fazer, né? ‘Ah, é longe eu gasto muito, eu tenho dor na perna, eu tenho não sei o que...’. Outra questão é a não identificação com o curso escolhido. Já aconteceu de a pessoa começar em um e terminar em outro (Supervisora 2-Avaré).

A gente entrava em contato e quando era possível a gente falava com o aluno, a gente verificava porque ele não estava vindo e tentava reverter isso se fosse possível, né? Motivando, orientando, dando datas. ‘Ah! Mas o auxílio vai sair’, se fosse o caso do auxílio, né? (Supervisora 6-São Paulo).

Por outro lado, se a situação não pudesse ser revertida, esse profissional preenchia a ficha de desligamento do curso e registrava o motivo pelo qual aquele estudante não o concluiu:

Agora, algumas coisas a gente não conseguiu reverter, por exemplo, quando o aluno arrumava emprego, né? (Supervisora 2-Avaré).

Em Presidente Epitácio, nos cursos ofertados na zona rural, os alunos que estavam infrequentes eram contatados pelos colegas ou familiares. Essa estratégia foi desenvolvida porque nos assentamentos poucas pessoas tinham telefone. Então, a equipe aproveitou a interação entre os membros dessa comunidade para contatar os alunos e motivá-los a permanecer nos cursos:

Éramos orientados a procurar os alunos. Quando isso não fosse possível, convidá-los através dos próprios alunos que continuavam ingressando para persistirem e participarem, mesmo que eles já tivessem desistido há algum tempo que fossem lá novamente a qualquer momento. Mesmo que eles estivessem há bastante tempo afastados ou desclassificados, mas que eles continuassem participando do curso. Dessa maneira, nós estávamos sempre em contato com esses alunos de alguma forma. Porque, o detalhe é que eles moram próximos. A área rural, a área de assentamento – o curso Pronatec ocorreu em um assentamento – é uma área bastante grande, né? Mas havia muitos vizinhos, familiares... Então, havia muita interatividade entre eles. Sempre havia aquele que estava gostando e passava convidando os colegas: ‘Vamos, estou indo! Vamos novamente?’ Isso foi um fato importante que nos ajudou a resgatar bastante alunos (Coordenador 1-Presidente Epitácio).

Em alguns *campi*, os sujeitos responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC tentaram otimizar processo administrativos e acelerar a tramitação do processo de pagamento dos auxílios financeiros visando assegurar a permanência dos alunos:

Conforme o Programa foi sendo otimizado, a gente conseguia liberar essas bolsas sem atraso, mais rápido. Porque tinha toda uma logística, né? A bolsa era condicionada à frequência do aluno. Então, tinha que ter um controle. Esse controle do aluno o professor tinha que fazer e passar para o supervisor. Depois, o supervisor tinha que ‘planilhar’ e passar para o coordenador... Eles tinham um tempo. E até tudo isso acontecer e o dinheiro chegar até o aluno demorava. E esses atrasos eram motivo de evasão, muita gente parava por isso. Otimizar isso também foi importante. Então, otimizar os processos administrativos de pagamento, os processos administrativos financeiros para garantir que o aluno recebesse essa bolsa no menor tempo possível ajudava muito. Então, a bolsa é... um fator importantíssimo na manutenção desse aluno. Na viabilidade mesmo! Porque tem aluno que não tem mesmo dinheiro para vir para aula! A não ser a bolsa. A gente tentou ser receptivo. Os professores eram bem... até flexíveis. Porque se o professor também é muito rígido, né? Para alguns alunos também a gente fazia trabalho para reposição de falta, né? Enfim, acho que essas foram grosso modo algumas ações para ajudar a reduzir a evasão (Coordenadora Adjunta 4-Sertãozinho).

[...] a gente começou a trabalhar com o setor financeiro evitando atraso de pagamento... Acho que a equipe foi se apropriando das ferramentas e aí a gente começou a ter mais resultados mais satisfatórios, por exemplo, é dia tal que vai cair? Então, caia realmente naquele dia (Supervisora 2-Avaré).

Em Presidente Epitácio, coordenadores, supervisores e professores perceberam que nem todos os cursos pactuados no primeiro ano de oferta correspondiam aos perfis dos alunos e isso os desmotivava. Por esse motivo, a partir do segundo ano, os cursos foram modificados:

[...] como os primeiros cursos não batiam com o perfil daqueles alunos, no ano seguinte, foi feita essa mudança. E... eu acredito que isso tenha ajudado. [...] Os alunos que não tinham perfil para fazer aquele curso acabavam

saindo ‘Ah, não gostei do curso’, mas também não tinha como, né? (Coordenadora 5-Presidente Epitácio).

Inicialmente, os cursos ofertados estavam muito vinculados aos eixos tecnológicos dos *campi* e eram ministrados por docentes do IFSP. A partir do segundo ano de oferta, após conhecer as necessidades do público prioritário do Pronatec e compreender as regras do Programa, os sujeitos responsáveis por implementá-lo articularam mudanças em prol desse público. Em alguns *campi*, esse movimento aconteceu de maneira mais ostensiva como, por exemplo, em Presidente Epitácio:

Eu acho que o principal de 2012 para 2013 foi entender que a gente teria que sair da nossa zona de conforto. A gente decidiu não trabalhar somente com cursos que a gente tinha a mão de obra dentro da instituição, mas trabalhar com o que realmente é necessário, ou seja, com o perfil de público que eu tenho. Eu acho que isso foi fundamental. E acho que outra coisa que a gente conseguiu foi brigar junto à Reitoria para ter os supervisores, né? Que no caso dos assentamentos faziam acompanhamento pedagógico e acompanhamento do aluno no local das aulas nos assentamentos. Então, acho que isso foi fundamental (Coordenadora Adjunta 8-Presidente Epitácio).

Ressalta-se que alunos com trajetórias escolares descontínuas ou que possuem diversas lacunas na formação precisam de mais tempo para revisar conteúdos de formação geral, que, no âmbito de um curso de qualificação profissional, são essenciais para subsidiar as disciplinas técnicas. Entende-se que estudantes com esse perfil têm mais chance de êxito ao realizarem cursos mais aprofundados nos quais haja tempo hábil para que as estratégias de ensino sejam melhor desenvolvidas e o aluno se sinta sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem.

Uma das ações desenvolvidas pela equipe do Pronatec no *campus* São Paulo foi verificar se o curso era adequado ao perfil do aluno antes de ele efetuar a matrícula. Essa triagem era feita principalmente com os alunos vinculados ao MTE que se matriculavam compulsoriamente para receber o Seguro-Desemprego. Devido a essa obrigatoriedade, as matrículas eram realizadas em turmas cujas vagas estavam disponíveis e em cursos que nem sempre eram os mais adequados aos alunos. A Supervisora 6-São Paulo salienta ainda a importância de ofertar cursos em regiões próximas às residências dos alunos:

Eles já chegavam aqui dizendo: ‘Olha, mas eu moro lá do outro lado e fui encaminhado para cá’. A gente já até orientava para que ele voltasse lá e tentasse um polo que fosse mais próximo da residência dele, porque a gente sabia que ele era um aluno muito propenso à evasão, né? Porque aí para ele

fazer todo esse trajeto, né? Então, tinha cursos que as aulas eram duas, três vezes por semana, né? Isso também dificultava muito. Então, a gente já fazia esse trabalho aqui mesmo antes da matrícula dele para tentar filtrar isso, né? Então, eu acho que quando está próximo da residência do aluno, quando facilita nessa questão, quando faz o encaminhamento correto, quando está dentro do perfil daquilo que o aluno faz profissionalmente, eu acho que aí os resultados são muito positivos. É um programa que tem uma ideia muito boa, os cursos são muito bons, né? Eu acho que a ideia é legal, mas que tem a aprimorar em algumas coisas (Supervisora 6-São Paulo).

O Coordenador Adjunto 3-Registro ressaltou a importância de orientar e sensibilizar os docentes a respeito dos perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC como uma medida preventiva de não conclusão de cursos, pois a maioria desses professores não havia lecionado para alunos com características semelhantes às do público prioritário do Pronatec.

E a gente tentou fazer esse trabalho de orientação aos docentes, um trabalho de orientação pedagógica. O que não garante 100% a permanência, mas que ajuda. Então a gente procurou orientar esses professores no sentido dizer para ele quem era esse estudante... O que não era fácil, porque como a gente trabalhou com 10 municípios, a gente tinha mais de 100 professores. [...] Então, a ideia que a gente teve foi: ‘Olha, a gente precisa acolher o estudante, a gente precisa entender quem é esse estudante e fazer o melhor possível para ele poder crescer’. [...] Mas a gente tentou fazer reuniões periódicas convidando os professores, porque eles não recebiam para participar de reunião. Então, tinha uns que não iam, alguns iam. (Coordenador Adjunto 3-Registro)

O acolhimento institucional desses alunos também foi uma medida implementada pela equipe do *campus* São Paulo visando assegurar a permanência e o êxito nos cursos:

Todas as vezes que a gente abria turmas, a gente fazia uma aula inaugural no auditório com a presença dos diretores, do diretor geral, com certeza, da equipe... e era feita uma palestra de recebimento deles, de acolhida. Em 2013, como eram duas turmas de manhã e três à tarde, eu fazia um café para que eles pudessem estar por aqui... e a gente ter um pouco mais de contato, eles se sentirem abraçados pela escola, se sentirem parte da escola (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

A principal vantagem que tinha nos cursos do Pronatec é que, primeiro: o aluno, quando vinha para cá, nós fazíamos questão de que ele entendesse que ele era aluno do Instituto Federal de São Paulo. Então, ele tinha quase que um orgulho. A gente dava camisetas para ele com o nome do Instituto e do Pronatec, crachá, carteirinha da escola, o material... A gente percebia que isso dava um certo orgulho para eles. Então, a gente falava ‘Agora, vocês são alunos do Instituto Federal e nós temos muito mais cursos que vocês podem vir fazer’. Então, muitos desses alunos do Pronatec se tornaram nossos alunos por questão de... assim: ‘Poxa, agora que eu conheço o

Instituto eu sei que eu posso estudar lá, então eu vou querer estudar lá'. E eles se tornaram nossos alunos (Diretor de unidade-São Paulo).

Nota-se pelo relato da Coordenadora Adjunta 1-São Paulo e do Diretor de unidade que havia uma barreira cultural a ser quebrada. Eles sinalizam que esses alunos eram diferentes e, de certa forma, não correspondiam à imagem historicamente construída de aluno da Rede Federal. Então, eles precisavam da camiseta, do crachá, dos materiais com a logomarca do IFSP e do Pronatec para indicar que eles pertenciam àquela instituição, embora nem sempre fossem vistos como iguais aos alunos matriculados em cursos técnicos e superiores. A Coordenadora Adjunta-1 expressa preocupação ao falar sobre a receptividade desses alunos dentro do *campus* São Paulo:

A gente tinha a percepção que... iria ser complicado para eles e para a escola esse contato, então a gente procurou fazer uma coisa para que eles tivessem essa... recepção de uma forma mais agradável. E aí com o tempo houve o aumento no número de cursos e isso inviabilizou a continuidade do café, porque eram muitas turmas... muita gente... e os horários cada um num horário diferente... Então, a gente acabou não fazendo mais a partir de 2014. Mas com esse acontecimento em 2013, a escola se acostumou com a frequência deles. Uma população diferente... mais sofrida. Mas a comunidade interna já estava acostumada com a presença deles aqui. Então, a gente não teve maiores problemas, foi... é... uma convivência bem... bem calma... bem sem... dificuldades. E quando acontecia alguma coisa, eu como orientadora chamava, orientava... Então, a gente não teve maiores problemas (Coordenadora Adjunta 1-São Paulo).

Com o intuito de assegurar a permanência dos alunos e priorizar as necessidades do público atendido, alguns coordenadores e supervisores, após terem mais clareza a respeito das regras do Programa, fizeram adequações na distribuição da carga horária dos cursos, mudaram os dias e horários das aulas etc.

Para não ser de uma maneira pesada, o curso deles não era de segunda a sexta. A gente tentava fazer três vezes na semana, duas ou três horas... Se eram três horas, a gente recomendava um intervalo de 15 minutos... (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

A gente colocou alguns cursos aos sábados, no período da manhã, abrimos alguns cursos à noite... Tinha alunos que já até trabalhavam e puderam vir fazer um curso à noite. Então, isso reduziu a evasão. E quando as bolsas, os auxílios vinham certinho também (Supervisor 5-Avaré).

O acompanhamento pedagógico de alunos com mais dificuldades foi uma das ações implementadas pela equipe Pronatec no *campus* Avaré:

Tanto eu como o outro supervisor pedagógico fizemos algumas ações em conjunto com a Coordenadora Adjunta Pronatec, a equipe, os professores... A gente até pediu ajuda de todos para dar apoio pedagógico para os alunos com mais dificuldade, né? Então, a gente acompanhava as atividades... Era um contato frequente com esse aluno para ver como estava o desenvolvimento dele. Na parte pedagógica a gente fez isso (Supervisora 2-Avaré).

As ações extrainstitucionais foram realizadas pelos sujeitos responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC nos *campi* em parceria com as Prefeituras, os Cras e as famílias dos alunos. São elas:

Quadro 41 – Ações extrainstitucionais visando assegurar a permanência e o êxito

Frequência¹	Ações extrainstitucionais
1	Contatar os alunos por meio do Cras
1	Visitar as casas dos alunos e conversar pessoalmente
1	Contatar as prefeituras e solicitar correção de falhas no transporte público

Nota: 1 – Refere-se à frequência com que essas menções apareceram nos relatos dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados de pesquisa.

Como a maioria dos alunos não possuía telefone, o contato foi efetivado por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (Cras):

Quando não era possível falar com o aluno, a gente conversava no Cras e pedia para eles entrarem em contato com a gente se o aluno retornasse para o abrigo, né? Então, foi nesse sentido que nós fizemos o trabalho para tentar evitar essa evasão (Supervisora 6-São Paulo).

Nos municípios onde não havia transporte público, algumas Prefeituras se comprometiam a transportar os alunos em ônibus escolares. No entanto, nem sempre o acordo era cumprido. A equipe do *campus* Presidente Epitácio contatou a Prefeitura e reivindicou a regularização do atendimento aos alunos para que eles pudessem frequentar as aulas: “A gente entrou em contato novamente com a Prefeitura que era parceira no transporte aí houve a correção das falhas que ocorriam” (Supervisor 4-Presidente Epitácio).

Em seguida, os alunos foram informados que o problema com o transporte escolar havia sido resolvido. Alguns membros dessa equipe foram à casa dos alunos com o intuito de convencê-los a permanecer no curso:

[...] eu junto com outro professor visitamos as casas dos alunos que já tinham evadido e conseguimos tentar convencer o pessoal e mostrar que já tinha sido regularizadas algumas coisas. E isso motivou o retorno de alguns alunos. Então, a gente fez visita e houve a regularização da falha no transporte que houve por um período (Supervisor 4-Presidente Eptácio).

Diversas ações realizadas pelas equipes responsáveis pela oferta de cursos Pronatec FIC no IFSP contribuíram para a permanência e o êxito dos alunos nesses cursos. Cada entrevistado, no exercício de sua função, implementou mudanças visando assegurar a frequência dos alunos às aulas e o bom aproveitamento deles nos cursos. Obviamente que nem todas as causas de não conclusão puderam ser revertidas ou evitadas apenas pelo empenho de coordenadores, técnicos de apoio, supervisores e professores, por extrapolarem o âmbito institucional. No entanto, observou-se que a maioria das situações adversas ligadas ao escopo do Programa, à instituição ofertante, às instituições parceiras, ao corpo docente, ao apoio pedagógico e administrativo-financeiro, pôde ser evitada ou atenuada, especialmente, a partir de 2014, quando o Pronatec entrou em seu terceiro ano de oferta¹¹⁴.

Apesar de o Pronatec não ter previsto a formação de professores para lecionar nos cursos, o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho relata que realizou reuniões para abordar especificidades formativas do público da Educação de Jovens e Adultos, pois ele notou que entre os docentes poucos tinham experiência nessa modalidade.

E aí, inclusive, a gente passou a olhar para os professores com um olhar diferente, né? A gente passou a entender a necessidade de reuniões periódicas de formação. No começo, a gente não tinha ideia dessa dimensão. Nós tínhamos professores internos, majoritariamente, mas conforme houve o aumento de turmas, a gente passou a ter muito mais professores de fora do IF e aí a gente percebeu a importância de trabalhar aspectos pedagógicos com eles. Trabalhar, por exemplo, a questão da Educação de Adultos que é uma experiência totalmente diferente da que eles tinham, por exemplo, na rede de privada ou na rede pública municipal. Muitos deles trabalhavam com Ensino Fundamental, às vezes, com Ensino Médio, mas não com Educação de Jovens e Adultos (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho).

Um dos objetivos dessas reuniões formativas, conforme relata o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, era mudar a percepção dos docentes a respeito da ênfase nos conteúdos em detrimento da contextualização do ensino, visando transformar qualitativamente a vida dos

¹¹⁴ Em 2013 e 2014, foram pactuados cursos mais voltados para as demandas do público atendido e em sintonia com os arranjos produtivos locais o que ampliou as possibilidades de inserção profissional; o planejamento das aulas foi mais condizente com o nível dos alunos; os materiais didáticos (tintas, pincéis, produtos para maquiagem etc.) que chegaram após o término dos primeiros cursos ofertados foram utilizados nas turmas seguintes.

alunos. Observa-se a maneira como essa concepção em relação aos conteúdos foi, ao longo da narrativa desse coordenador, atribuída ao Programa:

A gente tentou resgatar o conhecimento que os alunos tinham e trabalhá-los para realmente fazer diferença, *porque só chegar e jogar um monte de conteúdo eu acho que não era o foco mesmo do Programa*. [...] O Pronatec tinha um papel social muito diferente. E esse papel social era inclusive maior que o papel conteudista. Na verdade, a gente sempre tentava dizer que era muito mais interessante contextualizar o ensino, trazer coisas para a realidade que aquele profissional iria trabalhar do que simplesmente cumprir conteúdo. É lógico que o conteúdo é importante, mas não adianta cumprir conteúdo e o profissional entrar e sair da mesma maneira desse curso. Então, a gente tentava realmente fazer formações para os professores visando sensibilizá-los para que eles vissem aqueles alunos como pessoas, não como um número em sala de aula, não como mais um aluno. E eu imagino que assim a gente conseguiu atingir esse objetivo (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Em função da situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo público prioritário do Pronatec, o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho acentuou a dimensão social do Programa e impulsionou mudanças na formação de professores, nos currículos, nas avaliações etc.

A gente dialogou com esses professores em algumas reuniões sobre a questão da avaliação. *A avaliação em um curso Pronatec precisa ser uma avaliação para verificar se aquela pessoa aprendeu algo*. E não uma avaliação como infelizmente a gente tem tradição na educação, né? Uma avaliação de caça às bruxas [...] (Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, grifo nosso).

Esse coordenador, além de expressar sua preocupação em preparar os professores para lecionar para alunos cujo perfil se assemelha ao do público da EJA, sugere que a dimensão formativa da avaliação seja priorizada em cursos cujos alunos têm esse perfil. Em seguida, ele associa essa concepção de avaliação ao Programa: “A avaliação em um curso Pronatec precisa ser uma avaliação para verificar se aquela pessoa aprendeu algo”.

Nota-se por meio do *Manual de Gestão da Bolsa-Formação* (BRASIL, 2011c) e do *Manual de Procedimentos Bolsa-Formação* (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, 2014c) que o Pronatec não estabeleceu diretrizes para a avaliação da aprendizagem. Portanto, essa parte não prescritiva da lei foi interpretada de acordo com as concepções e intenções que orientam os membros das equipes responsáveis pela implementação do Programa. Infere-se que o Coordenador Adjunto 7-Sertãozinho, ao propor uma avaliação formativa e realizar formação de professores com

ênfase na Educação de Jovens e Adultos, tentou incorporar uma dimensão progressista em uma política cujo escopo é acentuadamente neoliberal.

O relato dos coordenadores e professores nos diferentes *campi* evidencia como a política gradualmente pode ser modificada pelos sujeitos que a implementam de acordo com a maneira como interpretam essa política e a materializam. Conforme assinala Paulo Netto (2003), os sujeitos que implementam as políticas desempenham papel central na maneira como ela é efetivada. Mainardes (2006, p. 50), por sua vez, enfatiza que os textos políticos passam por pressões e disputas desde sua formulação e, por isso, há neles trechos mais prescritivos e outros menos prescritivos. Segundo ele, “é possível também que o estilo de textos políticos iniciais seja diferente do estilo de textos secundários (textos de subsídio, produzidos no decorrer da implementação de um programa ou política).” Assim, os trechos menos prescritivos das políticas podem ser interpretados de acordo com a intencionalidade daqueles que as implementam. E a forma dessa apropriação pode ser observada pela maneira como a política é articulada ao contexto, à situação concreta.

No caso do Pronatec, os currículos dos cursos foram elaborados pelas equipes encarregadas de implementá-lo em cada *campus* do IFSP. E naqueles *campi* onde se realizou a pesquisa, as intencionalidades dos sujeitos foram expressas – como se viu – por meio de mudanças nas metodologias das aulas, na distribuição da carga horária dos cursos ao longo da semana, nos dias e horários de realização das aulas, nos critérios de avaliação etc., Enfim, diversas dimensões não prescritas pelo Pronatec foram reinterpretadas durante o processo de implementação visando adequá-lo às necessidades do público em situação de vulnerabilidade social. Considera-se que esta seria uma sutil forma de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de implementação de cursos Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho, considerando-se as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014, possibilitou-nos chegar a alguns resultados e considerações, apresentados a seguir.

Verificou-se que os sujeitos responsáveis por colocar o Pronatec em ação, no IFSP, nos *campi* lócus da pesquisa, puderam dar vida ao texto da lei de acordo com suas concepções, princípios, posicionamentos políticos. Pode-se afirmar, portanto, que o processo de implementação é um dos momentos em que a assimetria na correlação de forças em disputa na política ou programa pode ser reduzida em função daqueles que a implementam.

As mudanças realizadas pelas equipes resultaram tanto de críticas ao Programa quanto do esforço para superar recorrentes desafios. Por meio dos relatos de coordenadores, supervisores e professores foi possível notar diversas situações em que esses sujeitos, submetidos às diretrizes e normas do Programa, realizaram movimentos visando adaptá-las ao contexto que vivenciavam e às demandas do público atendido. Nesse sentido, ofertaram cursos em dias e horários mais propícios aos alunos, tais como o noturno durante a semana ou o diurno aos sábados; modificaram os currículos, ofereceram formação continuada para professores voltada ao perfil do público atendido; reduziram a quantidade de aulas semanais estendendo o período para realização do curso sem, contudo, alterar a carga horária visando possibilitar aos alunos mais tempo para desenvolverem o aprendizado; readequaram os cursos ofertados de acordo com os arranjos produtivos locais e necessidades de aprendizagem dos alunos em detrimento da experiência dos *campi* na área desses cursos visando assegurar a permanência e elevar as chances de inserção profissional. Por decorrência, houve aumento no número de cursos em áreas fora dos eixos tecnológicos dos *campi*, especialmente, a partir de 2013. Apesar dos esforços empreendidos, a maioria dos egressos afirmou não ter conseguido oportunidade de trabalho na área do curso realizado.

O público-alvo também foi importante indutor de mudanças, pois, ao vivenciar o Programa que se implementa, percebeu tanto inadequações, limites, contradições quanto elementos favoráveis ao seu desenvolvimento no curso. No entanto, esse público nem sempre

tem consciência disso e depende das equipes de trabalho, especialmente professores e supervisores, para se fazer ouvido. Dessa maneira, os ajustes ou mudanças em favor da permanência, da aprendizagem e do desenvolvimento exitoso dos alunos nos cursos dependeram, em grande medida, da sensibilidade e disponibilidade dos docentes, supervisores pedagógicos e coordenadores em identificá-los junto aos discentes, sistematizá-los e implementá-los.

Ainda em relação ao processo de implementação, observou-se que cada *campus* possui particularidades decorrentes da região onde se situa, das suas equipes de trabalho, da cultura que se desenvolve no *campus*. Apesar de todos os *campi* lócus da pesquisa pertencerem ao IFSP, a implementação do Pronatec se deu de maneira distinta em cada um deles. Enquanto nos *campi* recém-inaugurados o Programa foi um meio de divulgar o Instituto Federal, o *campus* São Paulo, por sua vez, por ser centenário e conhecido na região, não dependeu do Pronatec para ter visibilidade.

Nesse *campus*, há servidores que trabalham na Rede Federal há mais de vinte anos e já vivenciaram outros programas federais de qualificação profissional. Portanto, optaram por não se envolver com o Pronatec porque discordavam de suas concepções e princípios, especialmente no que se refere à ausência de integração com a Educação Básica, o retorno dos cursos curtos e descontínuos e a prevalência do modelo baseado na noção de competências. Além disso, conforme declaram, sabiam por experiência própria que esses programas não são perenes, ou seja, são políticas de governo e podem ser descontinuados a qualquer momento. O que se confirmou¹¹⁵.

Perspectiva semelhante a essa não foi identificada nos *campi* recém-inaugurados porque neles os membros das equipes responsáveis pela implementação do Pronatec ingressaram na Rede Federal há menos de dez anos e esse Programa foi o primeiro que viram ser implementado. Portanto, eles ainda não haviam sofrido as decepções que os colegas mais experientes provavelmente teriam passado e estavam motivados com o valor da bolsa – R\$ 50,00 a hora (no caso dos docentes) e sem tributação. Era atrativo!

De certo modo, a inexperiência dos membros das equipes Pronatec em relação aos programas federais trouxe benefícios ao público atendido. Inicialmente, eles não questionaram as concepções e princípios do Programa porque a maioria não participou de nenhuma discussão a respeito desse assunto e desconhecia o Proeja. Essa particularidade

¹¹⁵ Em outubro de 2019, a Setec/MEC apresentou mais um programa para a Educação Profissional: “Novos Caminhos”. A declaração do ministro da Educação, Abraham Weintraub, evidencia a diretriz norteadora do Programa: “A educação tem que estar voltada para o mercado de trabalho, não pode dar as costas e ignorar as demandas do setor produtivo” (BRASIL, 2019b, p. 1).

aliada à motivação fez com que investissem muitos esforços na implementação do Pronatec. No entanto, ao lidarem com desafios decorrentes dos processos iniciais de implementação, ao conhecerem o público-alvo, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidade social começaram a perceber as contradições e limites do Programa.

À medida que esses sujeitos compreenderam a dinâmica do Pronatec em relação à contratação de professores, atribuição de carga horária aos docentes efetivos, cursos que seriam mais interessantes para os alunos etc., foram capazes de promover ajustes almejando superar essas contradições e beneficiar o público-alvo. Assim, apesar de as diretrizes mais amplas não terem sido alteradas, o Pronatec, em certa medida, foi modificado pelos sujeitos que o implementaram.

No *campus* Registro, o processo de implementação se caracterizou pela construção coletiva e dialogada com os trabalhadores rurais, pois havia na região do Vale do Ribeira um histórico de lutas pela valorização desses profissionais. Havia também reivindicações pela oferta de cursos que não foram atendidas nem pelo Sistema S nem pelo Centro Paula Souza. Com a chegada do Pronatec e a mudança de gestão na Reitoria do IFSP, o contexto se tornou mais propício para que as demandas desses trabalhadores fossem externadas e acolhidas pelo Instituto. Salienta-se que isso não ocorreu apenas em função do Programa. Considera-se, por exemplo, que, no caso do *campus* Registro, abriu-se a perspectiva para que líderes políticos progressistas representassem os movimentos da localidade junto ao MDA e às instituições ofertantes. A atuação dessas lideranças contribuiu para que o Pronatec fosse ajustado em favor dos interesses de trabalhadores rurais por meio da participação e construção coletiva visando a oferta de cursos demandados por eles, cujos currículos fossem planejados com base na pedagogia da alternância e as aulas realizadas em locais próximos à residência dos alunos, em dias e horários condizentes com as necessidades desses estudantes trabalhadores.

Entre os entrevistados vinculados ao IFSP, apenas seis tiveram alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, dos quais três foram coordenadores gerais. De maneira geral, os demais sujeitos desconheciam esse Programa bem como os debates promovidos por universidades, entidades e sindicatos educacionais em torno das concepções e princípios do Pronatec. Em vista disso, cabe ressaltar a necessidade de que equipes responsáveis por implementar políticas federais de Educação Profissional nos IFs estejam em constante interação com diferentes universidades, grupos de pesquisas e especialistas que fomentam essas discussões para que, juntos, possam delinear estratégias de superação, enfrentamento e resistência a políticas e programas cujo viés seja contrário aos interesses dos trabalhadores.

Com base na análise do Projeto de Lei 1.209/2011, que deu origem ao Pronatec, e nos debates ocorridos tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, afirma-se que as diretrizes norteadoras do Programa estavam em sintonia com a equipe que o formulou. Nessa direção, considera-se fundamental identificar as pessoas que fazem parte do MEC, especialmente da Setec, as concepções que defendem e quais intencionalidades permeiam as propostas que apresentam. Nota-se que políticas elaboradas por equipes que têm princípios comuns são mais propensas a serem semelhantes, por exemplo, Pronatec, MedioTec¹¹⁶ e Novos Caminhos¹¹⁷ são programas que tendem a priorizar demandas do mercado.

Ao que se refere aos alunos matriculados nos cursos Pronatec FIC analisados, apesar da considerável diversidade de perfis, houve predomínio de jovens, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Alguns coordenadores adjuntos, ao constatarem que a maioria dos docentes não possuía experiência ou conhecimentos em Educação de Jovens e Adultos, ofereceram cursos de formação continuada e os orientaram sobre as especificidades e características desse público. Essa foi uma ação imprescindível que não estava prevista no Programa e trouxe benefícios diretos para os alunos. Essa evidência corrobora a perspectiva de Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (1992). sobre a atuação dos sujeitos no processo de implementação de políticas e sinaliza importante campo de luta e resistência contra a ofensiva neoliberal.

Com base nos dados cadastrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) e nos relatos de coordenadores, supervisores, professores e egressos, identificou-se, como se pôde verificar, a existência de diferentes perfis de alunos matriculados em cursos Pronatec FIC. Esses perfis variavam conforme o curso ofertado, o turno, a região (zona urbana ou zona rural), o ministério demandante etc. De maneira geral, o público encaminhado pelos CATes ou Sines possuía maior experiência profissional no exercício de profissões regulamentadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive em áreas relacionadas ao curso realizado. Como eles se matricularam nos cursos para receber o Seguro-Desemprego, frequentavam as aulas apenas enquanto aguardavam ser chamados pelas empresas onde haviam participado de processos seletivos. Geralmente, não

¹¹⁶ De acordo com a Setec/MEC (BRASIL, 2017c, p. 2), o MedioTec é uma ação do Pronatec destinada ao “aprimoramento da oferta de cursos técnicos concomitantes para o aluno regularmente matriculado no ensino médio regular nas redes públicas estaduais e distritais de educação, como uma proposta de fortalecimento de uma formação profissional com produção pedagógica específica para o público atendido e em parceria com os setores produtivos, econômicos e sociais”.

¹¹⁷ O programa Novos Caminhos foi lançado pela Setec/MEC, em outubro de 2019, com a promessa de abrir “[...] novas oportunidades e novos cursos com foco nas demandas do mercado e nas profissões do futuro” (BRASIL, 2019b, p. 1).

dependiam do auxílio financeiro para custear passagens e alimentação, embora o recebessem, pois tinham direito à Bolsa-Formação trabalhador.

Por outro lado, os estudantes que exerciam ocupações informais – e por esse motivo não tinham direito ao Seguro-Desemprego – dependiam do auxílio financeiro concedido pelo Programa para custear despesas com transporte, alimentação e permanecerem nos cursos. Verificou-se que os constantes atrasos no pagamento desse auxílio prejudicaram principalmente esses alunos, porque não possuíam recursos suficientes para assegurar a própria sobrevivência, a de seus dependentes e simultaneamente arcar com as despesas decorrentes do curso enquanto aguardavam a vinda do auxílio. Em vista disso, considera-se que o público prioritário do Pronatec teve mais dificuldade de nele permanecer em decorrência de falhas do próprio Programa.

Nas turmas de cursos Pronatec FIC, as vagas não preenchidas pelo público prioritário eram disponibilizadas na Internet para ampla concorrência. Os alunos que as ocupavam, geralmente, possuíam nível de escolaridade muito superior ao mínimo exigido para realização do curso e matriculavam-se porque queriam adquirir ou aperfeiçoar conhecimentos. Alguns estavam realizando curso técnico ou superior na área do curso FIC escolhido e o viam como um complemento, uma possibilidade de obter conhecimentos mais voltados para a prática e em pouco tempo.

A análise da participação de mulheres em cursos de qualificação profissional historicamente realizados por homens e os motivos pelos quais optaram por esses cursos possibilitou verificar que a procura é maior por parte daquelas que são chefes de família, separadas e não recebem auxílio dos ex-companheiros. Ressalta-se, aqui, a necessidade de atenção direcionada ao público feminino que deseja se qualificar profissionalmente para compor a renda familiar ou exercer profissões melhor remuneradas e assegurar o sustento das famílias que chefiam.

Cursos tradicionalmente femininos, como cabeleireira, manicure etc., não preparam essas mulheres para disputar as vagas de emprego que almejam e requerem investimento inicial para compra de materiais, o qual nem sempre elas possuem. Exigem ainda conhecimento de gestão financeira, técnicas de venda e relacionamento com o cliente. Por isso, esses cursos podem ser interessantes para pessoas que exercem funções com salário fixo e veem neles uma oportunidade de complementar a renda. Eles também são requisitados por mulheres casadas que cuidam de filhos pequenos e querem trabalhar em casa para ajudar o companheiro a manter a família.

Ao se matricularem em cursos de qualificação profissional que preparam para o exercício de profissões historicamente masculinas, essas mulheres almejam sair da condição de vulnerabilidade social na qual se encontram. No entanto, essa formação desvinculada de políticas de geração de emprego e renda não lhes proporcionará o êxito esperado. Salienta-se ainda a importância de se articular políticas sociais de saúde e educação para mulheres com esse perfil, de ampliar o número de creches e pré-escolas públicas para que elas possam deixar seus filhos enquanto trabalham ou estudam, bem como de investir na valorização de profissionais que atuam na Educação Infantil e na qualidade do atendimento destinado a essas crianças.

Os aspectos que favoreceram a permanência e aqueles que contribuíram para a não conclusão em cursos Pronatec FIC foram identificados por meio dos relatos de coordenadores, supervisores, professores e de fichas de desligamento respondidas por alunos não concluintes. Esses sujeitos apresentaram 32 diferentes motivos pelos quais estudantes não concluíram os cursos, entre os quais oito foram mencionados tanto pelos alunos quanto pela equipe pedagógica, a saber, “conseguiu emprego”, “não ter com quem deixar os filhos”, “transporte público precário ou inexistente”, “incompatibilidade de horário”, “dificuldade em acompanhar as aulas”, “precisou cuidar de algum familiar”, “problemas de saúde” e “problemas familiares”.

Notou-se que a não conclusão de cursos decorreu da confluência de motivações pessoais (“problemas de saúde”, “falta de apoio familiar”, “não ter com quem deixar os filhos” etc.); institucionais (“atraso no pagamento do auxílio financeiro”, “escolheu o curso apenas pelo nome sem saber do que se tratava” etc.); conjunturais (“conseguiu emprego”, “transporte público precário ou inexistente”, “falta de recursos financeiros para pagar a condução”). Em certas circunstâncias, um desses motivos predomina e leva o aluno a sair do curso antes de concluí-lo. Embora apenas o motivo predominante tenha sido apresentado pelos alunos como justificativa nas fichas de desligamento, os relatos de coordenadores, supervisores, professores e egressos indicam que esses motivos estavam correlacionados.

É importante destacar que as justificativas de não conclusão de cursos variaram conforme o sexo dos alunos. Excetuando-se o motivo “conseguiu emprego” – que foi apresentado tanto por homens como por mulheres –, as justificativas relacionadas ao trabalho doméstico e trabalho de cuidado (“cuidar de pessoas doentes”, “não ter com quem deixar os filhos”, “falta de apoio familiar”) foram declaradas apenas por pessoas do sexo feminino. Isso sinaliza a perpetuação da divisão social e sexual do trabalho, apesar dos avanços ocorridos.

Houve justificativas que sinalizam aspectos institucionais e conjunturais – ainda que em menor número se comparadas com as de ordem pessoal (“dificuldade em acompanhar as aulas”, “o curso não atendeu as expectativas”, “sem recursos financeiros para pagar a condução”). Esta última, quando tomada em conjunto com as motivações apresentadas pelos coordenadores adjuntos, indica uma das principais contradições do Programa: o atraso no repasse do auxílio financeiro destinado à alimentação e transporte dos estudantes visando assegurar a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.

Com base nos relatos de coordenadores, supervisores e professores, identificaram-se situações que elevam a probabilidade de alunos vinculados ao MTE não concluírem cursos, as quais podem ser observadas no ato da matrícula, a saber: a) matrícula compulsória em cursos Pronatec FIC visando receber o Seguro-Desemprego; b) matrícula em curso fora da área de interesse ou de atuação profissional do aluno; c) oferta de cursos em regiões distantes da residência do aluno; d) o principal objetivo do aluno era conseguir emprego, portanto, fazer um curso de qualificação profissional não era prioridade naquele momento.

A permanência de estudantes desempregados nos cursos foi dificultada, ainda, pela oferta de cursos em horário diurno. Como eles participavam de entrevistas e processos seletivos durante o dia, o percentual de infrequência às aulas era elevado. Ao serem admitidos pelas empresas para trabalharem no período diurno, eram compelidos a optar pelo trabalho em detrimento dos estudos. Se os cursos fossem ofertados à noite, o índice de não conclusão por causa do trabalho seria menor.

No que se refere aos limites da investigação realizada, considera-se que o número de egressos foi inexpressivo em relação ao total de matriculados, mas os relatos e as informações que apresentaram foram significativos e evidenciaram aspectos relativos às causas de não conclusão de curso, inserção profissional, perspectivas de continuidade nos estudos que precisam ser melhor explorados. No processo de elaboração de programas de formação inicial e continuada, seria interessante conhecer e considerar a perspectiva desses sujeitos a respeito de cursos a serem ofertados, de disciplinas, metodologias e avaliações mais apropriadas às necessidades de estudantes trabalhadores, de condições para assegurar permanência, de dificuldades que eles vivenciam na busca pela inserção profissional etc.

No desenvolvimento da pesquisa, foram identificadas algumas possibilidades de investigação futuras, tais como: o exame da formação acadêmica e da trajetória profissional de docentes que ingressaram nos Institutos Federais a partir de 2005, quando foi iniciada a primeira fase de expansão da Rede Federal, pois supõe-se que o perfil desses sujeitos seja bastante distinto daqueles que ingressaram em fases anteriores à expansão; a trajetória de

formação e inserção profissional de alunos que continuaram os estudos após concluírem os cursos Pronatec FIC e a influência de orientações dos docentes nesse processo; a precarização das relações de trabalho por meio da contratação de professores externos aos IFs para lecionar em cursos Pronatec FIC e a percepção desses sujeitos sobre o assunto; a análise de semelhanças e diferenças no processo de implementação do Pronatec nos Institutos Federais; e o estudo de políticas públicas tal como elas se configuram contemporaneamente conferindo relevo à perspectiva de diversos sujeitos envolvidos no processo, ou seja, idealizadores, implementadores e público-alvo e às circunstâncias nas quais realizaram seu trabalho.

REFERÊNCIAS¹¹⁸

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Org.) **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

ABRAMO, Laís. Prefácio. *In*: CORSEUIL, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Org.) **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 9 – 11.

Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23414. Acesso em: 02 jan. 2019.

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho na Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Tradução Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-123.

ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE TRABALHADOR – ADOT. 2009. Disponível em: <http://www.cmdcasertaozinho.com.br/conteudo/ver/adot-associacao-de-assistencia-e-protecao-ao-adolescente-trabalhador>. Acesso em: 29 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA O BOM SAMARITANO. Relatório de atividades – fevereiro/2020. Disponível em: <http://obomsamaritanoavare.com.br/conteudounico/relatorio-de-atividades-fevereiro-2020>. Acesso em: 15 abr. 2020.

A ECONOMIA da cidade de São Paulo. **Blog Praça Capital**, Campinas, 6 mar. 2017. Disponível em: <https://www.pracacapital.com.br/blogpost/a-economia-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. Debatedores alertam para risco à fiscalização com fim do Ministério do Trabalho. Brasília, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/24/debatedores-alertam-para-risco-a-fiscalizacao-com-fim-do-ministerio-do-trabalho>. Acesso em: 05 jul. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Sobre políticas de governo e políticas de Estado_ distinções necessárias _ Instituto Millenium.pdf Disponível em: <http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>. Acesso em: 20 jun. 2016

ALVES, Giovanni. O que é o precariado? *In*: **Blog da Boitempo**, [São Paulo], 22 jul. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

¹¹⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023/2018).

AMORIM, Rovênia. Em 2017, Pronatec ofertará quase 10 vezes mais vagas em cursos técnicos a alunos do ensino médio. **Portal MEC**, 27 dez. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/43591-em-2017-pronatec-ofertara-quase-10-vezes-mais-vagas-em-cursos-tecnicos-a-alunos-do-ensino-medio>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ANELLI, Renato. Centros educacionais unificados: arquitetura e educação em São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 05, dez. 2004. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/517>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID) **Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?** Sumário executivo. 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Millennials-na-Am%C3%A9rica-Latina-e-no-Caribe-trabalhar-ou-estudar-Sum%C3%A1rio-executivo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PORTO, Rogério; LIBERATO, Denísio. Pronatec Bolsa-Formação uma avaliação inicial sobre reinserção no mercado de trabalho formal. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPEC, 2015. Comunicação oral. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i13-b96b730ed095ec6aec5c375de1e9d6dd.pdf. Acesso em: 21 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARRIAULT, Lucie. **Les conséquences économiques du décrochage scolaire**. Québec: PRÉCA, 2016. 14 p. Disponível em: http://www.ctreq.qc.ca/wp-content/uploads/2016/05/Feuillet-de-sensibilisation_WEB.pdf. Acesso em: 01 set. 2017.

BASSO, Cláudia. **Aspectos pessoais e contextuais favoráveis à permanência de estudantes em cursos técnicos do Pronatec**. 198f. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128655/327708.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 nov. 2016.

BEGIN, Karine; RENAUD, Jean. Emploi qualifié et sous-qualifié chez les travailleurs immigrants sélectionnés du Québec: cheminements en emploi et effet de la grille de sélection. **Recherches sociographiques**. v. 53, n. 2, maio/ago. 2012, p. 287-313. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/rs/2012-v53-n2-rs0287/1012402ar.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoê; TEIXEIRA, Moema De Poli. Múltiplas respostas aos quesitos fechados de cor e origem. In: PETRUCCELLI, José Luís; SABOIA, Ana Lucia. (Org.) **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**.

Rio de Janeiro: IBGE, 2013. p. 125-142 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BENINI, Edi Augusto; CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. Pronatec: o novo programa velho? Desafios entre a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. **Revista Trabalho (En)Cena**, Tocantins, v. 01, n. 2, p. 128-144, Jul. /Dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/download/2382/9695/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Emanuely. **A educação profissional em debate: uma avaliação política da formação para o trabalho ofertada pelo SENAC/RN através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, maio/2014: p. 25-52. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n103/n103a03.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995**. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20jornada%20de,federais%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. **Diário Oficial da União**, 15 jul. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12862-formacao-superior-para-a-docencia-na-educacao-basica-em-programas-especiais>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Referencial curricular para o curso técnico de agente comunitário de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Referencial-Curricular-Curso-Tec.-em-ACS..pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec_5478.pdf. Acesso em: 16 out. 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/95639/decreto-5840-06>. Acesso em: 16 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proeja – Programa nacional de integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos: Educação Profissional técnica de nível médio / Ensino Médio**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/Proeja_medio.pdf. Acesso em: 04 nov. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2008b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Proep**. 2008c. Sumário executivo. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/sumario_executivo_proep_2008.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009**. Institui o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR, no âmbito da política de inclusão digital do Governo Federal, e dá outras providências. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6991.htm. Acesso em: 23 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**. Concepção e Diretrizes. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). **Documento Final**. 2010b. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Presidente (2010 – 2014: Dilma Rousseff). **Discurso de posse**. Brasília, 1º jan. 2011. 15 f. 2011a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/noticia/2011/01/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma.html> Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...] Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 05 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de gestão da Bolsa-Formação**. Brasília, DF: 2011c. Disponível em: <http://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Manual-de-Operacao-C3%A7%C3%B5es-Bolsa-Formacao-C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda 3 ao Projeto de Lei da Câmara 78/2011**. Brasília, DF: 2011d. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102117>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda 7 ao Projeto de Lei da Câmara 78/2011**. Brasília, DF: 2011e. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102117>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda 11 ao Projeto de Lei da Câmara 78/2011**. Brasília, DF: 2011f. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102117>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Emenda 12 ao Projeto de Lei da Câmara 78/2011**. Brasília, DF: 2011g. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/102117>. Acesso em: 24 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Proeja – Apresentação**. 2011h. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-Proeja&catid=259:Proeja-&Itemid=562. Acesso em: 03 dez. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão 227.1.5.4.O. Orador: Ivan Valente. **Discurso do(a) Deputado(a) em 31_08_2011 às 15_42**. Brasília, DF: 2011i. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.1.54.O&nuQuarto=82&nuOrador=2&nuInsercao=39&dtHorarioQuarto=15:42&sgFaseSessao=OD&Data=31/08/2011> Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão 227.1.5.4.O. Orador: Ivan Valente. **Discurso do(a) Deputado(a) em 31_08_2011 às 15_42**. Brasília, DF: 2011j. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.1.54.O&nuQuarto=82&nuOrador=2&nuInsercao=17&dtHorarioQuarto=15:42&sgFaseSessao=OD&Data=31/08/2011> Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão 227.1.5.4.O. Orador: Ivan Valente. **Discurso do(a) Deputado(a) em 31_08_2011 às 15_42**. Brasília, DF: 2011k Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=227.1.54.O&nuQuarto=82&nuOrador=2&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=15:42&sgFaseSessao=OD&Data=31/08/2011> Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento referência para a Bolsa-Formação trabalhador no âmbito do Pronatec**. 2012. Disponível em: https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732_documento-referencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012**. Altera a Resolução CD/FNDE nº 62, de 11 de novembro de 2011. 2012b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3514-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-4-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2012>. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013a**. Altera as Leis nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm#art1. Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. **Nota informativa 12/2013b – Pronatec EJA**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013b. Disponível em: https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Notas_Informativas. Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Referência Pronatec Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013c. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013c. Disponível em: [http://forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br/files/PRONATEC__\[1\].pdf](http://forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br/files/PRONATEC__[1].pdf) Acesso em: 21 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Pronatec de cursos FIC**. 3. ed. Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013d. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=61771-guia-pronatec-de-cursos-fic-2013-pdf&category_slug=marco-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria nº 168, de 07 de novembro de 2013e**. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013e. Disponível em: <http://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/programas/programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego-pronatec/base-legal/portaria-ndeg-168-de-07-de-marco-de-2013/view>. Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.816, de 05 de junho de 2013f.** Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pronatec 2011-2013g.** Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013g. 27 slides: color. Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/20250/Pronatec-execucaoOfertantes-25-11-13%20v3.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 168, de 07 de março de 2013h.** Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2013h. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-168-de-7-de-marco-de-2013-30414048-30414048>. Acesso em: 01 jan. 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de auditoria anual de contas.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2014a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2014-pdf/16416-setec-relatorio-de-auditoria-certificado-e-parecer-exercicio-2013/file>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, DF: 2014b. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2017/03/Documento-Orientador-SETEC.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015.** Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. 2015. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20462540/do1-2017-02-13-portaria-no-817-de-13-de-agosto-de-2015--20462295. Acesso em: 01 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal.** 2016a. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec:** total de matrículas por iniciativa e rede ofertante. 2016b Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** 3. ed. 2016c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. 2016d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Diário Oficial da União, 24 de maio de 2016 – seção 1, 2016e. p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Edital Pronatec oferta voluntária**. 2016f. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2016-pdf/47651-edital-79-setec-pdf/file>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fundo a Fundo**. Brasília, 07 jun. 2016. 2016g. Disponível em: https://portalfns.saude.gov.br/fundo-a-fundo_. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de Gestão Bolsa-Formação**. 2. ed. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2017a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). **Companhia Nacional de Abastecimento** (Conab). 2017b. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia Mediotec**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2017c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64871-guia-meiotec-2017-pdf/file>. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**: saiba como se inscrever no programa. Brasília, DF: MDS, 2017d. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/bolsa-familia-saiba-como-se-inscrever-no-programa#:~:text=A%20inscri%C3%A7%C3%A3o%20no%20Cadastro%20%C3%9Anico,dos%20outros%20integrantes%20da%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Perguntas frequentes oferta voluntária Pronatec**. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=70121:perguntas-frequentes-oferta-voluntaria-pronatec>. Acesso em: 07 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Saiba mais – Proeja**. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/259-programas-e-acoes-1921564125/proeja-406236091/12294-saiba-mais-proeja?Itemid=164>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Grande grupo 7 Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. 2018c. Disponível em: <http://www.conatig.org.br/wp-content/uploads/2018/05/DOC-0011-CBO-7661-Pre%CC%81-Impressa%CC%83o-7662-Impressa%CC%83o-7663-Po%CC%81s-Impressa%CC%83oAcabamento-Atualizac%CC%A7a%CC%83o-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Guia trabalho: profissão, formação e mercado de trabalho**. 2019a. Disponível em: <https://www.guiatrabalho.com.br/mte-ministerio-do-trabalho-cbo.html>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **MEC lança Novos Caminhos para impulsionar a educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: Setec/MEC, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/81071-mec-lanca-novos-caminhos-para-impulsionar-a-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 31 out. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 [1974].

BRONZATE, Sandra Torquato. **O currículo integrado no contexto de implantação do PROEJA FIC: a experiência dos municípios de Francisco Morato, Guarulhos, Itapevi, Osasco, São Bernardo do Campo e Várzea Paulista**. 278 f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30032015-112301/publico/SANDRA_TORQUATO_BRONZATE_rev.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

CAMARA, Guilherme Dornelas. Formação técnica e empregabilidade em programas sociais: a experiência do programa Bolsa Família e do Pronatec em uma cidade da fronteira Brasil-Uruguaí. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-24, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e180893.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

CAMPENHOUDT, Luc Van; MARQUET, Jacques; QUIVY, Raymond. **Manuel de recherche en sciences sociales**. 5. ed. revista e ampliada. Paris: Dunod, 2017.

CAMPOS, Ana Cristina. Dilma: Pronatec terá 8 milhões de matrículas até o fim do ano. **Agência Brasil**, Brasília, 03. Fev. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-02/dilma-pronatec-tera-8-milhoes-de-matriculas-ate-o-fim-do-ano>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre as relações sociais capitalistas. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 25-66.

CAROLINO, Jacqueline Alves. **Envelhecimento e perspectivas sociológicas de inclusão pelo viés da arte: um estudo no Centro de Produção Artístico-cultural da Pessoa Idosa no município de João Pessoa**. 136 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7195?locale=pt_BR. Acesso em: 24 dez. 2019.

CARVALHO, Roseli Vaz. A juventude na educação de jovens e adultos: uma categoria provisória ou permanente? *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Educere*. 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA - ESBP. 3., 2009, Curitiba: PUCPR, 2009, p. 7803 - 7815. **Anais** [...]. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2937_1947.pdf. Acesso em: 23 set. 2018.

CARVALHO, Soraya Colares Leão. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec**: estudo de caso sobre o abandono escolar no curso de eletricista instalador predial de baixa tensão ofertado no IFPR. 141f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CATE. **Como cadastrar currículo e se candidatar as vagas pela internet**. Disponível em: <https://www.saopaulo-sp.org/empregos/cate-como-cadastrar-curriculo-e-se-candidatar-as-vagas-pela-internet/>. Acesso em: 05 jan. 2019.

CENTRO PAULA SOUZA. **Perfil e histórico**. 2014. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico/>. Acesso em: 05 fev. 2018.

CIAVATTA, Maria. Educação Básica e Educação Profissional: descompassos e sintonia necessária. *In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende (Org.). EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja*. Brasília: Liber Livro, 2012a. p. 67-99.

CIAVATTA, Maria. A pesquisa histórica em trabalho e educação. *In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012b. p. 115-129.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS –ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 06 ago. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Os riscos do Pronatec para a educação técnica profissional. **Retratos de Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/57/54>. Acesso em: 03 jan. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO. **Posicionamento da CONTEE sobre Projeto de Lei 1209/2011**. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/contee/docs/PRONATEC.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2015.

CORTI, Ana Paula. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 41-68, jan./mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100041. Acesso em: 31 jul. 2017.

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: CORSEUIL, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhôa. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 115-137. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23414. Acesso em: 02. jan. 2019.

COSTA Jucélia Ferreira da Silva. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): a experiência do Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Ceará – IFCE**. 117f. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88513>. Acesso em: 19 set. 2019.

DARSE JÚNIOR. Ministério do Turismo. **Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014**. O número representa um recorde histórico e um crescimento de 10,6% em relação a 2013. A Copa do Mundo foi a principal responsável pelo salto. 08.07.2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5227-mais-de-6,4-milh%C3%B5es-de-turistas-estrangeiros-visitaram-o-brasil-em-2014.html#:~:text=%C3%9Altimas%20not%C3%ADcias-,Mais%20de%206%2C4%20milh%C3%B5es%20de%20turistas,visitaram%20o%20Brasil%20em%202014&text=No%20ano%20da%20Copa%20do,dos%206%20milh%C3%B5es%20de%20estrangeiros>. Acesso em: 15 jan. 2018.

D'AUREA, Graça; RODRIGUES, Suzete. **Tanques-rede: alternativa de renda para a região de Presidente Epitácio**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. 17 jan. 2012. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/tanques-rede-alternativa-de-renda-para-a-regiao-de-presidente-epitacio>. Acesso em: 26 out. 2018.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00985.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). **Cesta Básica de Alimentos**. Banco de Dados. 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades no mercado. **Boletim Emprego em Pauta**, n. 11, dez. 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta11.html>. Acesso em: 02. jan. 2019.

DIAS, Marcílio Carneiro. **Evasão escolar e permanência no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**: um enfoque a partir da gestão dos processos de aprendizagem organizacional. 168f. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Centro de Educação – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. **Avaré**. 2019. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/avare/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

DOMINGUES, Maria do Amparo Cardoso. **Pronatec**: um estudo com egressos no litoral do Paraná. 184f. 2016. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2033/1/CT_PPGTE_M_Domingues,%20Maria%20do%20Amparo%20Cardoso_2016.pdf Acesso em: 03 maio 2017.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César; MENDES, Josué de Souza (Org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 379-413. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicase%20propostas.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

DRABACH, Neila Pedrotti. **O “desvio de rota” na política de Educação Profissional**: uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do Pronatec. 308 f. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11042019-122430/publico/NEILA_PEDROTTI_DRABACH.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

EPSJV/Fiocruz. Pronatec é aprovado sem modificações no Senado. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 25 out. 2011. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pronatec-e-aprovado-sem-modificacoes-no-senado>. Acesso em: 24 out. 2018.

EPSJV/Fiocruz. MedioTec – a mesma qualificação para a mesma classe social. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 07 jun. 2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mediotec-a-mesma-qualificacao-para-a-mesma-classe-social>. Acesso em: 06 out. 2018.

EPSJV/Fiocruz. MEC apresenta novo programa para educação profissional. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 11 out.

2019. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mec-apresenta-novo-programa-para-educacao-profissional>. Acesso em: 31 out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1986].
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 de jan. 2019. FECOMERCIO, 2019a. Cidade de São Paulo faz 465 anos com economia aquecida. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/cidade-de-sao-paulo-faz-465-anos-com-economia-aquecida>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cidade de São Paulo é 18º destino mais popular de negócios no mundo, **FECOMERCIO**, São Paulo, 18 de jan. 2019. 2019b. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/cidade-de-sao-paulo-e-18o-destino-mais-popular-de-negocios-no-mundo>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Varejo e serviços paulistanos têm trajetória ascendente de faturamento e geração de empregos. **FECOMERCIO**, São Paulo, 18 de jan. 2019. 2019c. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/varejo-e-servicos-paulistano-tem-trajetoria-ascendente-de-faturamento-e-geracao-de-empregos>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Coord. Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERRETTI Celso João; SILVA JUNIOR; João dos Reis. Educação profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 43-66, março 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a03.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. Proeja e Pronatec: a dança dos atores entre a formulação e a implementação de políticas governamentais. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO - Anpae. 26., 2013, Recife. **Anais** [...]. Recife: ANPAE, 2013. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/NairaLisboaFranzoi-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnismo? SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 3. Simpósio PNE – Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional. **Anais** [...]. Campinas: CEDES, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO. **História de Presidente Epitácio – SP**. Disponível em: <http://presidenteepitacio.com.br/epitacio/Fundacao.html>. Acesso em: 03 fev. 2019.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Quem somos**. [2019]. Disponível em: http://201.55.33.20/?page_id=786. Acesso em: 23 maio 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). **PIB dos municípios paulistas (2002-2014) São Paulo**: Fundação Seade, 2016. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2017/07/PIB_2002_2014_FINAL_reduzido.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). **Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de São Paulo**, ano 35, jun. 2019a. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/07/PED_RMSP_415.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de São Paulo. **Taxa de desemprego em relativa estabilidade pelo segundo mês consecutivo**. Divulgação nº 415. jun. 2019b. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/07/Apres_PED_RMSP_415_jun_2019.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade). **Retratos de São Paulo**. 2019c. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=1&indId=5&locId=1000&busca=avar%E9>. Acesso em: 26 set. 2019.

FUNDO social promove campanha para arrecadação de leite. **O Victoriano**, Avaré, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ovictoriano.com.br/page/noticia/fundo-social-promove-campanha-para-arrecadacao-de-leite>. Acesso em: 25 abr. 2020.

GALERA, Vinícius. Revitalizador de ecossistemas. **Revista Globo Rural**, 11 jul. 2016. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Raca-Forte/noticia/2016/07/revitalizador-de-ecossistemas.html>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GESIEL JÚNIOR. Câmara de vereadores da estância turística de Avaré. **Nossa História**. 2015. Disponível em: <http://www.camaraavare.sp.gov.br/nossahistoria.php>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; PASSOS, Felipe Garcia; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. 10 anos do Programa São Paulo faz escola. In: GIROTTTO, Eduardo Donizeti (Org.) **Atlas da rede estadual de educação de São Paulo**. Curitiba: CRV, 2018. p. 37-64.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. Disputando a qualidade educacional: conceitos e perspectivas. In: GIROTTTO, Eduardo Donizeti (Org.) **Atlas da rede estadual de educação de São Paulo**. Curitiba: CRV, 2018, p. 25-36.

GLOBOESPORTE.COM. São Paulo receberá seis jogos em 2014, incluindo abertura e semifinal. **Globo**, 19 set. 2011. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2011/10/sao-paulo-recebera-6-jogos-em-2014.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, nº 67, p. 283-308, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v34n67/a13v34n67.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v. 1., tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 5-66.

GRAMSCI, Antonio. **L'Ordine Nuovo**: 1919-1920. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, p.108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07.pdf>. Acesso em: 23 set. 2018.

HIRATA, Helena. Apresentação. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; FERRETTI, Celso João. (Coord.) **Diagnóstico da formação profissional**: ramo metalúrgico. São Paulo: Artchip, 1999.

HIRATA, Helena. Socialisation familiale, éducation scolaire et formation en entreprise: comparaison France-Brésil-Japon, **Revue internationale d'éducation de Sèvres**, Sèvres, v. 1, n.1, p. 47-56, 1994. Disponível em: <http://ries.revues.org/4302>. Acesso em: 17 out. 2017.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 2, n. 17-18, p. 139-156, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

HISTÓRIA do município. **Prefeitura da Estância Turística de Presidente Epitácio**. Disponível em: <http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br/?pagina=historia.html>. Acesso em: 03 fev. 2019.

HISTÓRICO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, *Campus Sertãozinho*. 2017. Disponível em: <https://srt.ifsp.edu.br/sobre-o-campus>. Acesso em: 31 ago. 2018.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Perfil socioeconômico da população. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>. Acesso em: 23 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Avaré**. IBGE, 2017a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/avare/historico>. Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Presidente Epitácio**. IBGE, 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-epitacio/historico>. Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Registro**. IBGE, 2017c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/registro/panorama>. Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Paulo**. IBGE, 2017d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/historico>. Acesso em: 30 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sertãozinho**. IBGE, 2017e. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sertaozinho/panorama>. Acesso em: 30 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taquaritinga**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/taquaritinga/panorama>. Acesso em: 16 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Contínua 2017: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres ainda dedicam quase o dobro do tempo. **Agência IBGE de notícias**, Rio de Janeiro, 10 abr. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo>. Acesso em: 20 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas. **Agência IBGE de notícias**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 30 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Educação 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão do exercício de 2012**. 2012. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/1497-relatorio-de-gestao-2012.html>. Acesso em: 01 nov. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão do exercício de 2013**. 2013a. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/acessoainformacao/relatorioGestao2013.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Jornada de trabalho (30 horas semanais – TAE s)**. 2013b. Disponível em: <https://ifsp.edu.br/o-que-e-rss/86-procedimentos/263-jornada-de-trabalho-30-horas-semanais-tae-s>. Acesso em: 04 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Pró-Reitoria de Extensão (PRX). **Memorando nº 07 de 21 de julho de 2013**. 2013c. No prelo.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Pró-reitoria de Extensão. **Relatório de pactuação Pronatec 1º semestre 2014a**. Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/reitoria/pro-reitoria-de-extensao/1608-pronatec.html>. Acesso em: 04 nov. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Relatório de Gestão do exercício de 2014b**. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/acessoainformacao/relatorioGestao2014.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Manual de procedimentos Bolsa-Formação Pronatec 2014c**. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/352-manuais.html?download=8554%3Amanual-de-procedimentos-bolsa-formacao-pronatec-2014>. Acesso em: 05 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Anuário nº 1 (2011-2015)**. 2016. Disponível em: <http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/52-reitoria/4520-i-anuario-do-ifsp-traz-informacoes-academicas-e-institucionais.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Anuário nº 2 (2012-2016)**. 2017. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/GAB/Outros_documentos/Anuario_IFSP_2_2016.pdf. Acesso em: 02 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023**. 2019a. Disponível em: https://ifsp.edu.br/images/pdf/PDI1923/PDI-2019-2023_Aprovado-CONSUP-12.03.2019-valendo.pdf. Acesso em: 23 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Mapa dos Câmpus 2019**. 2019b. No prelo.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Portaria nº 4.292, de 21 de novembro de 2019**. Readéqua o Regulamento da Jornada de Trabalho padrão e flexibilizada dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação do IFSP. 2019c. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Portarias/2019/>

novembro/NOV_PORT_4292_Readequa_o_Regulamento_da_Jornada_de_Trabalho_padro_e_flexibilizada_dos_Tcnico-Administrativos_2019_30h_GAB.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Reabilitação Profissional**. 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/orientacoes/reabilitacao-profissional/>. Acesso em: 25 maio 2020.

JARDIM, Ana Lúcia Petrocione. **Políticas educacionais de formação profissional**: fatores que contribuíram para a evasão ou a permanência de estudantes do curso técnico subsequente em logística oferecido pelo IFTO/Rede e-Tec Brasil. 314 f. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Gestão de Políticas Públicas, Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/237>. Acesso em: 04 dez. 2017.

KAMANZI, Pierre Canisius. L'emprise des titres scolaires sur l'emploi chez les membres de minorités visibles: comparaison entre le Québec et l'Ontario. **Recherches sociographiques**. v. 53, n. 2, maio/ago. 2012, p. 315–336. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/rs/2012-v53-n2-rs0287/1012403ar/>. Acesso em: 05 maio 2017.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho na Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Tradução Carol de Paula. São Paulo, Boitempo, 2016. p. 17-36.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Coleção Rumos da cultura moderna, v. 26)

LAURENTINO, Thiago da Silva. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**: avaliação da implementação no IFPB – *Campus Picuí*. 98f. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23930> Acesso em: 05 jan. 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LECLERC, Danielle; POTVIN, Pierre; MASSE, Line. Perception du type d'élève, du cheminement anticipé, de l'attitude des enseignants à la maternelle, première année, deuxième année et qualification des élèves à la fin du secondaire: diplomation ou décrochage? **Revue de psychoéducation**, v. 45, n. 1, p. 113-130, 2016. Disponível em: http://www.pierrepotvin.com/6.%20Publications/VOL45NO1_113-130_LECLERC.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Perspectivas do homem; v. 100)

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LEITE, Marcia de Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./mar. 1997, p.64-69. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n01/v11n01_07.pdf. Acesso em: 24 ago. 2018.

LEMOS, Ana Thyara Leal. **O Pronatec e a política de formação da classe trabalhadora no contexto da proclamada sociedade do conhecimento**: um exame onto-crítico. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

LEMOS, Amanda dos Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva. Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2015, p. 1-8. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180727/Eixo_3_056.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 mar. 2019.

LIMA, Marcos Ricardo. **PRONATEC-Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego**: uma crítica na perspectiva marxista. 2014. p. 1-15. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. Trabalho simples. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 460 – 463. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As políticas públicas e o direito à educação: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego versus o Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 489-504, abr.-jun., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-es0101-73302017167752.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional. **Perspectiva**, Florianópolis. v. 20, n.02, p. 269-301. jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10379> Acesso em: 31 ago. 2018.

LIMA FILHO, Domingos Leite. O Pronatec e a expansão da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. **Palestra proferida na Mesa SINASEFE: PRONATEC e relações de trabalho no IFSC. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica**. Florianópolis: IFSC, 2012, 25 slides: color.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUKACS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Cristiana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p.

413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a05.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

MARTINS, Carla Alves Ribeiro. **Política de Educação Profissional: a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – (2011-2014)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 1., tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MAINARDES, Jefferson; GANDIN, Luís Armando. A abordagem do ciclo de políticas como epistemometodologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 143-167

MASSON, Gisele. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. p. 55-76.

MEDINA, Maria Angélica Lozano. **Causas de evasão em programas de qualificação profissional: análise dos casos de Osasco e Bogotá**. 24f. 2012. Artigo (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração Pública de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10040/21.08.12%20MPGPP%20ARTIGO%20INDIVIDUAL%20-%20LOZANO%20%281%29.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 03 ago. 2018.

MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de; MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec): expansão e privatização da educação profissional. **Holos**, Natal, v. 6, n. 32, ago./set., 2016, p. 103-119. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4995>. Acesso em: 25 jan. 2018

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O que há de novo na educação profissional no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 8, jan./jun., 2001. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1662/1257>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e sistema nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, jul./set., 2013a, p. 979-1001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302013000300017&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2016.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Trajetórias de vida, trabalho e educação/formação profissional de trabalhadoras militantes sindicais brasileiras e francesas: uma perspectiva comparada. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. (Org.) **Educação de trabalhadores por trabalhadores**: educação de jovens e adultos e formação profissional. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2013b. p. 193-262.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal Moraes. **Trabalho como princípio educativo**. Palestra proferida para professores da Rede Municipal de Ensino de Santo André por ocasião do ciclo de palestras “Escola de Gestores” evento organizado pelo Centro de Educação, Estudos e Pesquisas (CEEP) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação desse município. 2015. Mimeo.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, set./dez. 2005, p. 1435-1469. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27288.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

MORENO, Ana Carolina. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **Portal de notícias G1**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MOURA, Dante Henrique. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. In: Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância. **EJA**: formação técnica integrada ao Ensino Médio. Boletim 16. Set. 2006, p. 3-23. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 24 jan. 2017.

MOURA, Dante Henrique. **Projeto de Lei do novo PNE, DCNEPTNM e PRONATEC**: tríade que se articula em detrimento da formação humana integral e a favor da submissão da Educação aos interesses do capital. Palestra proferida no Seminário: O SINASEFE-SC debate o PRONATEC. Florianópolis: IFSC, 2012, 18 slides: color.

MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja: entre

potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. In: GOMES, Cristina Azevedo et al. (Org.) **Livro de Atas do XIII Congresso da SPCE**. Fronteiras, diálogos e transições na educação. Lisboa: SPCE, 2016, v. 1, p. 381-392. Disponível em: <http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XIII%20Congresso%20SPCE%20-%20Viseu%202016.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

NITAHARA, Akemi. IBGE: educação dos pais é determinante na formação e no rendimento dos filhos. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/ibge-educacao-dos-pais-e-determinante-na-formacao-e-rendimento-dos-filhos>. Acesso em: 18 jul. 2017.

NOISEUX, Yanick. Mondialisation, travail et précarisation : le travail migrant temporaire au coeur de la dynamique de centrifugation de l'emploi vers les marchés périphériques du travail **Recherches sociographiques**. v. 53, n. 2, maio/ago. 2012, p. 389-414. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/rs/2012-v53-n2-rs0287/>. Acesso em: 05 maio 2017.

OLIVEIRA, Cida de. Para 75% da população, escolas estaduais paulistas pioraram nos últimos anos. **Rede Brasil Atual**, 10 out. 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/10/para-75-da-populacao-escolas-estaduais-pioraram-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Educ. Soc.** [online]. 2011, vol.32, n.115, pp. 323-337. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

OLIVEIRA, Elida. 35% dos brasileiros com mais de 14 anos não completaram o ensino fundamental, aponta IBGE. **Portal de notícias G1**, Rio de Janeiro, 16 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/16/35percent-dos-brasileiros-com-mais-de-14-anos-nao-completaram-o-ensino-fundamental-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 30 maio 2019.

OLIVEIRA, Ramon de (Org.) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique. O percurso do Proeja/ES: conflitos, desafios e proposições. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende (Org.). **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 13-43

OLIVEIRA, Edna Castro de; MACHADO, Maria Margarida. O desafio do Proeja como estratégia de formação dos trabalhadores. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende (Org.). **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 121-141.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. In: **EJA: formação técnica integrada ao Ensino Médio**. Boletim 16. Set. 2006, p. 24-35. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 24 jan. 2017.

PAIVA, Jane. Desafios da formação de educadores na perspectiva da integração da Educação Profissional e EJA. In: OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende (Org.). **EJA e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja**. Brasília: Liber Livro, 2012. p. 45-65

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 13-31.

PAULO NETTO, José. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Org.). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PEREIRA, André Luís Gonçalves. **A implementação dos cursos técnicos do Pronatec no campus Vitória de Santo Antão do IFPE**. 229 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20162>. Acesso em: 04 out. 2017.

PESQUISA do IBGE revela um Brasil de crescente precarização do trabalho em nome do lucro. **Esquerda Diário**, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Pesquisa-do-IBGE-revela-um-Brasil-de-crescente-precarizacao-do-trabalho-em-nome-do-lucro>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO. **História de Registro**. [20--] Disponível em: <https://www.registro.sp.gov.br/conheca/index.php?mpid=historia>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO. **Conheça Sertãozinho**. [20--]. Disponível em: <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/nossahistoria.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO. **Cristo Redentor abraça Sertãozinho**, Sertãozinho, 26 abr. 2013. Disponível em: <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/conteudo/cristo-redentor-abraca-sertaozinho.html#.XzsAPpNKjs0>. Acesso em: 25 maio 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTAOZINHO. Inauguração do Parque do Cristo é nesta quinta-feira, dia 29, Sertãozinho, 23 maio 2014. Disponível em: <http://www.sertaozinho.sp.gov.br/conteudo/inauguracao-do-parque-do-cristo-e-nesta-quinta-feira-dia-29.html#.Xzr8fpNKjs0>. Acesso em: 25 maio 2020.

POCHMANN, Márcio. Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 125-155, 1998. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1914/2289>. Acesso em: 11 nov. 2016.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à Instituição**. 179 f. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2000. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253539/1/Polydoro_SoelyAparecidaJorge_D.pdf. Acesso em: 03 fev. 2018.

PONTOS TURÍSTICOS. **Presidente Epitácio**, 2012. Disponível em: <http://presidenteepitacio.com.br/epitacio/Pontos-Turisticos.html>. Acesso em: 26 out. 2018.

PORSCH, Paulo; CARRIJO, Rodrigo; AMORIM, Vivian. **Gestão do SINE**: manual para os postos de atendimento. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência Social. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Manual-de-gest%C3%A3o-do-SINE.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

POTVIN, Pierre. Le décrochage scolaire: dépistage et intervention. **Les cahiers dynamiques**, n. 65 p. 50-57, 2015. Disponível em: <http://www.pierrepotvin.com/6.%20Publications/D%C3%A9crochage%20scolaire.pdf>. Acesso em: 06 set. 2017.

PROFISSÃO, cargo, ocupação e função: entenda as diferenças, **Salário**, São Paulo, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.salario.com.br/carreira/profissao-cargo-ocupacao-funcao-diferencas/>. Acesso em: 20 set. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. O que é o IDHM. **PNUD 2019**. 2019. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 02 fev. 2019.

QUEIROZ, Antonio Augusto de. **Esquartejamento do Ministério do Trabalho afetará gravemente as estruturas regionais**. Consultor Jurídico, 08 jan. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-08/antonio-queiroz-esquartejamento-ministerio-trabalho>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RAMOS, Leandro da Fonseca. **O Pronatec como política social de estado**: historicidade e contradição na construção de uma política de Educação Profissional. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação tecnológica como política de estado. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.) **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional**: políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 9-46.

RAMOS, Moacyr Salles. Educação profissional: ampliação de vagas para obtenção de consenso. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 34, p. 259-276, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_12_Ramos.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inez Terezinha. Políticas de Educação Profissional: naturalização das expressões da questão social? **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 74-88, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10492/8242>. Acesso em: 21 fev. 2019.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inez. O Pronatec como política social: contradições da ampliação do acesso à educação profissional no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, mês, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/10162>. Acesso em: 02 fev. 2019.

RANGEL, Luciana Helena; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Disputas pelo poder político no país causam aumento da violência contra os povos. *In*: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil**. Dados de 2016. Brasília: CIMI, 2017.

RIBEIRO, Isabella Medeiro Lopes. **A implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 135f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9331/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

RUGGIERO, Maria Fernanda. **Análise de implementação do Pronatec/Bolsa Formação no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) 2012-2015**. 151f. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organização e Sistemas Públicos) – Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9110?show=full>. Acesso em: 04 out. 2017.

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPED SUL. 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/14>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SANTIAGO, Ariane de Cássia Queiroz. **A qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: um debate necessário**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Débora Faria. Quais os reflexos do fim do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE)? Migalhas, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI295301,21048Quais+os+reflexos+do+fim+do+Ministerio+do+Trabalho+Emprego+e>. Acesso em: 04 fev. 2019.

SANTOS, Eliane Carvalho dos; SPOSITO, Eliseu Savério. A dinâmica recente do setor industrial e de seu mercado de trabalho formal da região administrativa de Presidente Prudente – SP. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 8, 2008, p. 1-9. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/240/pdf18>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Gramsci, Lênin e o problema da formação nacional da América Latina. *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. 4., 2010,

Londrina. **Anais** [...]. Londrina: 2010. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt8/6_fabiosantos.pdf. Acesso em: 27 out. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e Portal do Governo do Estado. **São Paulo será sede da abertura da Copa do Mundo 2014 Fifa confirmou a cidade como local do evento.** 20 out. 2011. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sao-paulo-sera-sede-da-abertura-da-copa-do-mundo-2014> 1/#:~:text=A%20Fifa%20anunciou%20nesta%20quinta,12%20de%20junho%20de%202014._Acesso em: 15 jan. 2018.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado. **Fundo Social de Solidariedade oferece cursos em diversas áreas.** 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/fundo-social-de-solidariedade-oferece-aulas-para-diversos-publicos/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SEM CANAVIAIS, Grupo Furlan concentra esforços em Avaré (SP). **O Liberal (SP)**, Americana, 09 jul. 2018. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/canaviais-grupo-furlan-esforcos-avare-090718>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). **Sistema de Registro de Preços – SRP.** Brasília: Sebrae, 2017. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/SEBRAE/Sistema-de-Registro-de-Preos---SRP.pdf>. Acesso em: 31 out. 2019.

SILVA, Sandra Maria Glória da. **Concepções pedagógicas em TCCs da Especialização Proeja (2007-2011).** Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Danilma de Medeiros. O Pronatec e a proposta de atuação na EJA: algumas inquietações sobre os rumos do Proeja. *In: COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024)*, 3., 2015a, Natal. **Anais** [...]. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-6.pdf> Acesso em: 24 abr. 2020.

SILVA, Danilma de Medeiros. **Desvelando o Pronatec: uma avaliação política do programa.** 2015b. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Marcos André da. **Pronatec e a evasão escolar nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva – 2013.** 135f. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/771/1/DISS_2015_Marcos%20Andr%C3%A9%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 19 ago. 2016.

SILVA, José Felipe et al. Pronatec e salário de reinserção: uma análise para os cursos oferecidos no IFRS *campus* Rio Grande. *In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL - ANPEC/SUL*, 21., 2018, Curitiba, **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPEC, 2018. Comunicação oral.

SILVA, Maria Zélia Pinto da. **Teleologia e causalidade no Pronatec**: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* de Maracanaú. 94f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20843/1/2016_dis_mzpsilva.pdf Acesso em: 04 mar. 2017.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da; SPOSITO, Eliseu Savério. Pequenas cidades da região de Presidente Prudente-SP: produção do espaço e redefinições regionais. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.2, n. 7, 2007, p. 1-15. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/244/paulon7v2>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, Polyanna Venturela da. **O Pronatec-FIC no Rio Grande do Sul**: quem é o seu participante? 108f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/151614>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SILVA, Michelle Chaves da. **A modalidade EJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (2006-2018)**. 2018. 362 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/52737/2018-0679.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2019.

SILVA, José Humberto da. Juventudes, trabalho e educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da EJA no Brasil? **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 19, p. 43-63, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46588/31706>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de. A trajetória do Pronatec e a reforma do Ensino Médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 16, n. 30, p. 183-206, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10092>. Acesso em: 25 fev. 2019

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências, **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 36-48, jan./jun. 2017. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/download/24527/15729>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da. **A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes. 2017. 209 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330452>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SILVEIRA, Renê José Trentin. Escola e classe social de uma perspectiva gramsciana: a sala de aula, o intelectual e os simples. **EDT Educ. Temat. Digit.**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 558-575, set./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638307/9836>. Acesso em: 21 dez. 2015.

SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (Sindigas). **Evolução dos preços de GLP (R\$ / botijão de 13 kg) 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.sindigas.org.br/Download/DADOS-ESTATISTICOS/MARGEM/Margens%20Rev%20e%20Distr%20por%20estado%20Dezembro%2014%20P13%20Tabela.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Produção de banana do Vale do Ribeira está ameaçada**. SNA, 2017. Disponível em: <https://www.sna.agr.br/producao-de-banana-do-vale-do-ribeira-esta-ameacada/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

STAKE, Robert E. **Investigación con studio de casos**. 4. ed. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 2007.

SUDRÉ, Lu. Ministério do Trabalho confirma: a reforma trabalhista é um desastre. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/19/ministerio-do-trabalho-confirma-a-reforma-trabalhista-e-um-desastre>. Acesso em: 30 dez. 2018.

TANGUY, Lucie. Une socialisation à l'esprit d'entreprise dans l'école en France. **Formation Emploi**, Paris, v. 4, n. 140, p. 147-164, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/formationemploi/5244>. Acesso em: 25 jan. 2018.

TANGUY, Lucie. **Enseigner l'esprit d'entreprise à l'école: le tournant politique des années 1980-2000 en France**. Paris: La Dispute, 2016.

TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

TROGIANI, Caio de Resende et al. **Desafios para a implementação do programa Pronatec/Osasco Sem Miséria**: proposta de plano de ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. 150f. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração Pública de São Paulo, São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Pró-reitoria de gestão de pessoas – Progep. **Descrição do cargo auxiliar de cozinha**. 2013. Disponível em: <http://www.progep.ufes.br/descricao-de-cargo/cargo-b-auxiliar-de-cozinha>. Acesso em: 24 abr. 2019.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de; AMORIM, Mário Lopes. Qualificação profissional no Pronatec e as demandas do neodesenvolvimentismo lulo-petista: formação voltada para a empregabilidade. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 16, n. 30, p. 129-155, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/10090/7021>. Acesso em: 21 fev. 2019.

VERDUM, Priscila; GUIDOTTI, Viviane. A produção científica sobre os fatores de abandono do ensino superior no Brasil: um estado de conhecimento dos estudos publicados na CLABES 2011-2013. *In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACION SUPERIOR*, 4., 2014, Medellin - Colômbia, **Anais eletrônicos...** Madrid: E.U.I.T. de Telecomunicacion. Disponível em: <https://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/1029>. Acesso em: 05 ago. 2018.

VENTURA, Jaqueline Pereira; LESSA, Ludmila Lustosa; SOUZA, Samantha Castro V. de. Pronatec: ampliação das ações fragmentárias e intensificação da privatização da formação do trabalhador. **Trabalho Necessário**, Niterói, ano 16, n. 30, p. 156-182, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10091> Acesso em: 02 fev. 2019.

WORLD trade center de São Paulo. **WTC**. Disponível em: <http://wtc.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2019.

YIN, Robert K. **Pesquisa estudo de caso: desenho e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. Introdução. *In: ZANARDINI, Isaura Monica Souza; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. (Org.) Produção de conhecimento no Proeja: cinco anos de pesquisa*. Curitiba: UTFPR, 2012, p. 7-14.

ZINET, Caio; TUPINAMBÁ, Israel Sassá, CABRAL, Mario. O massacre do povo guarani kaiowá. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n.54, 04 jan. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-massacre-do-povo-guarani-kaiowa/>. Acesso em: 03 fev. 2019.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para alunos egressos**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(Conforme resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: um estudo de caso** que tem por objetivo analisar o processo de implementação dos cursos Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os procedimentos e critérios para definição dos cursos escolhidos, tendo em vista a vocação econômica de cada município e a experiência do IFSP. Propõe-se examinar as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014.

A sua participação nessa pesquisa ocorrerá por meio de questionário respondido por telefone. A sua imagem, bem como todos seus dados pessoais serão preservados e mantidos em sigilo. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins acadêmicos e não serão associados a sua pessoa.

Ao participar dessa pesquisa, você correrá o risco de se sentir constrangido (a) por expor sua situação ocupacional, educacional e socioeconômica. Por isso, você poderá retirar seu consentimento e parar de responder as perguntas a qualquer momento sem prejuízo a você ou ao estudo.

Salienta-se que essa pesquisa não lhe trará nenhum retorno financeiro, nem benefício direto. Ao participar desse estudo, você colabora com o desenvolvimento científico da área e auxilia futuras pesquisas e intervenções. Ressalta-se que essa pesquisa não lhe causará nenhum tipo de despesa ou ônus.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida pela doutoranda Sandra Maria Glória da Silva, nº USP 9526479, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Caso tenha alguma dúvida, solicite esclarecimentos à pesquisadora responsável via e-mail sandragloria@usp.br, telefone (11) 98710-1494 ou contate o Comitê de Ética em Pesquisa localizado na Av. Arlindo Bértio, nº 1000, Bairro Ermelindo Matarazzo, São Paulo SP, cep 03.828-000.

Se você concorda em participar dessa pesquisa, por gentileza, declare o seu consentimento à pesquisadora durante a chamada telefônica e indique um e-mail para receber uma cópia assinada deste termo.

Tendo em vista o estabelecido acima eu (informe seu nome completo sem abreviações), declaro que consinto, por livre e espontânea vontade, em participar dessa pesquisa, sem receber qualquer bonificação ou despesa, que tenho clareza do uso dos dados e do sigilo garantido além de que posso comunicar minha desistência a qualquer momento.

São Paulo, ____ de _____ de 201__.

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B – Questionário para alunos egressos de cursos Pronatec FIC no IFSP

- 1 – Qual o nome do (s) curso (s) Pronatec FIC que você realizou e quando?
- 2- Que ganhos o (s) curso (s) realizado (s) pelo Pronatec trouxe (ram) para você?
- 3 - Como você soube do (s) curso (s)?
- 4 - Em algum momento você foi consultado (a) sobre que cursos você gostaria de fazer?
() Não () Sim
- 5 - Você conhecia o Instituto Federal antes de se matricular no (s) curso (s) Pronatec?
() Não () Sim
- 6 - Você conseguiu emprego na área do (s) curso (s)? () Não () Sim
- 7 – Atualmente você está trabalhando?
 - a) Não.
 - b) Sim. Com carteira assinada e **exerço a função que aprendi no curso Pronatec FIC.**
 - c) Sim. Com carteira assinada e exerço função **diferente** daquela que aprendi no curso Pronatec FIC. Indique o nome da função que você exerce.
 - d) Sim. **Sem carteira assinada** e exerço a função que aprendi no curso Pronatec FIC.
 - e) Sim. **Sem carteira assinada** e exerço função diferente daquela que aprendi no curso Pronatec FIC. Indique o nome da função que você exerce.
- 8 - Você continuou seus estudos após a realização do (s) curso (s) Pronatec?
() Não. Porque () Sim. Porque
- 8.1 Se sim, que cursos realizou ou realiza e em que instituição/instituições?
- 9) Qual o seu grau de escolaridade atual?
- 10) Qual a sua idade?
- 11) Qual o seu sexo? () feminino () masculino
- 12) Você tem filhos? () Não () Sim
- 13) Você possui companheiro ou companheira? () Não () Sim
- 14) Que profissão/profissões você já exerceu?

15) Informe o grau escolaridade de seus pais ou responsáveis:

15.1 Mãe ou pessoa que exerceu o papel de mãe:

- a) Não sei.
- b) Analfabeta.
- c) Estudou até a ____ série do Ensino Fundamental.
- d) Estudou até o ____ ano do Ensino Médio.
- e) Ensino Médio completo.
- f) Ensino Superior incompleto.
- g) Ensino Superior completo.

15.2 Pai ou pessoa que exerceu o papel de pai:

- a) Não sei.
- b) Analfabeto (a).
- c) Estudou até a ____ série do Ensino Fundamental.
- d) Estudou até o ____ ano do Ensino Médio.
- e) Ensino Médio completo.
- f) Ensino Superior incompleto.
- g) Ensino Superior completo.

16 - Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido para servidores municipais e servidores do IFSP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conforme resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: um estudo de caso** que tem por objetivo analisar o processo de implementação dos cursos Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) nos *campi* Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho considerando-se os procedimentos e critérios para definição dos cursos escolhidos, tendo em vista a vocação econômica de cada município e a experiência do IFSP. Propõe-se examinar as relações possíveis entre os cursos ofertados, os arranjos produtivos locais, os perfis dos alunos matriculados e o número de concluintes e de não concluintes no período de 2012 a 2014.

A sua participação nessa pesquisa ocorrerá por meio de entrevista e apenas o áudio será registrado. A sua imagem bem como todos seus dados pessoais serão preservados e mantidos em sigilo. Os dados obtidos serão utilizados somente para fins acadêmicos e não serão associados a sua pessoa.

Ao participar dessa pesquisa, você correrá o risco de se sentir constrangido (a) por analisar criticamente um programa federal de qualificação profissional. Por isso, você poderá retirar seu consentimento e interromper a entrevista a qualquer momento sem prejuízo a você ou ao estudo.

Salienta-se que essa pesquisa não lhe trará nenhum retorno financeiro, nem benefício direto. Ao participar desse estudo, você colabora com o desenvolvimento científico da área e auxilia futuras pesquisas e intervenções. Ressalta-se que essa pesquisa não lhe causará nenhum tipo de despesa ou ônus.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela doutoranda Sandra Maria Glória da Silva, nº USP 9526479, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes, do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Caso tenha alguma dúvida, solicite esclarecimentos à pesquisadora responsável via e-mail sandragloria@usp.br, telefone (11) 98710-1494 ou contate o Comitê de Ética em Pesquisa localizado na Av. Arlindo Bértio, nº 1000, Bairro Ermelindo Matarazzo, São Paulo SP, cep 03.828-000.

Se você concorda em participar dessa pesquisa, por gentileza, assine este termo de consentimento em duas vias, sendo que uma delas ficará com você e a outra com a pesquisadora.

Tendo em vista o estabelecido acima eu (coloque seu nome completo sem abreviações) _____, declaro que consinto, por livre e espontânea vontade, em participar dessa pesquisa, sem receber qualquer bonificação ou despesa, que tenho clareza do uso dos dados e do sigilo garantido além de que posso comunicar minha desistência a qualquer momento.

São Paulo, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista apoio administrativo e apoio financeiro

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 – Atualmente, que função você exerce no IFSP e há quanto tempo?
- 3 – Que função você exerceu durante a oferta de cursos Pronatec FIC?
- 4 – Você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
- 5 – Como foi o processo de implementação do Pronatec pelo IFSP neste município? Que dificuldades surgiram e como elas foram superadas?
- 6 – Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocaço econmica do municpio, demanda do pblico atendido, experincia do IFSP na rea do curso, etc.)?
- 7 – Por meio do trabalho que voc realizou nessa coordenadoria junto aos alunos de cursos Pronatec FIC, foi possvel identificar caractersticas dos perfis socioeconmico, profissional e educacional desses estudantes? De maneira geral, quais so essas caractersticas?
- 8 – Os alunos que permaneceram e concluíram os cursos possuíam algumas caractersticas capazes de diferenci-los daqueles que no finalizaram os cursos? Se sim, quais seriam?
- 9 – Houve algum atraso no repasse de verbas por parte do Ministrio da Educao? Se sim, de que forma isso afetou a permanncia dos alunos nos cursos?
- 10 – De maneira geral, como voc avalia o Pronatec FIC? Que melhorias voc sugere?
- 11 – H algo que voc gostaria de dizer, mas no foi perguntado?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista coordenação de cursos FIC institucionais

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 - Que função você exerce atualmente no IFSP? Há quanto tempo? Você já exerceu alguma função relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
- 3 – A partir de que ano os cursos FIC institucionais começaram a ser ofertados pelo IFSP?
- 4 – Por que motivo foram criados? De onde surgiu a demanda?
- 5 – Eles são mantidos com que recursos?
- 6 – Como é a estrutura curricular desses cursos? Há alguma orientação do MEC a ser seguida? Como o planejamento é realizado?
- 7 – Esses cursos FIC são ofertados em outros *campi*? Por qual motivo?
- 8 – Há semelhanças entre esses cursos FIC e aqueles ofertados pelo Sistema S?
- 9 – Como é feita a escolha dos cursos que serão ofertados? Há modificações na oferta de acordo com as demandas locais ou os cursos são fixos?
- 10 – Há semelhanças entre esses cursos e aqueles ofertados pelo Pronatec FIC no *campus* São Paulo?
- 11 – Há possibilidade de algum curso Pronatec FIC que teve maior procura ser ofertado como curso FIC institucional?
- 12 – Quem são os professores e como a carga horária deles é distribuída?
- 13 – Qual o perfil do público atendido? (Faixa etária, sexo, escolaridade, cor da pele, situação ocupacional)
- 14 – Esses cursos têm muita procura? De onde vem a maior demanda (comunidade interna: funcionários, familiares de alunos ou comunidade externa)?
- 15 – Como são os índices de aproveitamento e evasão?
- 16 - Que indicadores são utilizados para se definir a criação ou a extinção de um curso FIC? Com que frequência isso ocorre?
- 17 - Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista coordenação geral do Pronatec no IFSP

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 - Que função você exerce atualmente no IFSP? Há quanto tempo?
- 3 - Antes de exercer essa função você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
- 4 – Como o Pronatec foi organizado no estado de São Paulo? Houve reuniões de planejamento com as prefeituras, o governo estadual, a iniciativa privada, o IFSP?
- 5 – Como foi o processo de implementação do Pronatec Bolsa-Formação no IFSP?
- 6 - Quais os principais desafios enfrentados no momento de implementação e como eles foram superados?
- 7 – Por que houve oferta de cursos Pronatec em unidades remotas?
- 8 - Qual a relação que você percebe entre a oferta de cursos em unidades remotas, professores contratados, criação de laboratórios específicos e a qualidade dos cursos ofertados nessas unidades, em comparação com os cursos ofertados nos *campi* do IFSP?
- 9 - Foi possível avaliar se os laboratórios montados nas unidades remotas tinham a mesma qualidade dos laboratórios existentes na instituição há mais tempo?
- 10- Por que nos *campi* recém-inaugurados houve maior adesão ao Pronatec?
- 11 – Por que o IFSP priorizou a oferta de cursos Pronatec FIC?
- 12 – Qual a relação dos professores do IFSP com o público de mais alta vulnerabilidade social atendido pelo Pronatec?
- 13 – Qual era a situação do Pronatec FIC no IFSP no momento em que você assumiu a coordenação geral?
- 14 - Quais os principais desafios enfrentados pelo Pronatec FIC no IFSP e como eles foram superados?
- 15 – Houve oferta de cursos Pronatec FIC em parceria com a prefeitura de São Paulo? Como essa parceria funcionava?
- 16 – Por que não houve oferta de cursos Pronatec em 2015 e 2016? Há alguma perspectiva de oferta em 2017?
- 17 – Sobre a organização curricular dos cursos Pronatec FIC, como os currículos são organizados? Há alguma orientação do MEC a ser seguida?

18 – Com relação aos professores concursados que lecionam em cursos Pronatec FIC, como a carga horária deles é distribuída? Se eles foram concursados para exercer uma jornada semanal de 40h, por exemplo, como eles terão horas livres para lecionar no Pronatec?

19 - Como foi a aceitação do Pronatec FIC por parte dos professores concursados? Houve algum questionamento em relação às concepções e princípios desse Programa?

20 – Como são organizados os cursos FIC institucionais? Eles seguem o catálogo de cursos Pronatec FIC ou têm orientação própria?

21 – De maneira geral, como você avalia o Pronatec? Se você pudesse sugerir melhorias quais seriam?

22 – Tanto o Proeja quanto o Pronatec são programas federais que os institutos federais, por força de lei, tiveram que executar, embora as concepções e princípios desses programas sejam distintas. O Proeja se aproxima da proposta de currículo integrado existente nos cursos técnicos ofertados pelos institutos federais. Já no Pronatec há mais ênfase na qualificação profissional. Como você avalia o Pronatec FIC, nesse aspecto, considerando-se a baixa escolaridade do público que ele atende?

23 – Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista coordenadores adjuntos Pronatec

- 1 - Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 - Que função você exerceu durante a oferta de cursos Pronatec FIC? Em qual período?
- 3 - Atualmente, que função você exerce no IFSP e há quanto tempo?
- 4 - Você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?

4.1 Se sim, qual a sua percepção sobre o processo de transição do Proeja para o Pronatec no IFSP?

- 5 - Como foi o processo de implementação do Pronatec pelo IFSP neste município? Que dificuldades surgiram e como elas foram superadas?
- 6 – Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocação econômica dos municípios, demanda do público atendido, experiência do IFSP na área do curso, etc.)?
- 7 – Como foi o processo de pactuação de vagas? Houve algum tipo de disputa por vagas entre o público vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e o público vinculado ao Ministério do Trabalho (MTE) por meio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT)? Foi possível atender a todos?
- 8 – De que maneira os alunos matriculados nos cursos foram mobilizados?
- 9 – Por meio do trabalho que você realizou na coordenação de extensão junto aos alunos de cursos Pronatec FIC, foi possível identificar características dos perfis socioeconômico, profissional e educacional desses estudantes? De maneira geral, quais são essas características?
- 10 – Foi possível realizar algum tipo de monitoramento ou acompanhamento dos alunos com várias faltas consecutivas? Quais foram as principais justificativas de faltas e as principais causas de evasão apresentadas por esses estudantes?
- 11 – Os alunos que permaneceram e concluíram os cursos possuíam algumas características capazes de diferenciá-los daqueles que não finalizaram os cursos? Se sim, quais seriam?
- 12 – Que medidas puderam ser implementadas pelo IFSP com o intuito de prevenir e reduzir a evasão em cursos Pronatec FIC?

13 – Houve algum atraso no repasse de verbas por parte do Ministério da Educação? Se sim, de que forma isso afetou a permanência dos alunos nos cursos?

14 – De maneira geral, como você avalia o Pronatec FIC? Que melhorias você sugere?

15 – Há algo que você gostaria de dizer, mas não foi perguntado?

APÊNDICE H - Roteiro de entrevista Direção de Unidade *campus* São Paulo

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 - Que função você exerce atualmente no IFSP? Há quanto tempo?
- 3 - Antes de exercer essa função você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
- 4 – Como foi o processo de transição do Proeja para o Pronatec no IFSP?
- 5 – Durante a tramitação do Projeto de Lei que deu origem ao Pronatec, houve diversos debates acadêmicos em torno das concepções e princípios desse Programa, especialmente, no que se refere à ausência de elevação de escolaridade do público atendido, ao repasse de recursos públicos para a iniciativa privada, à reduzida carga horária dos cursos etc. Como foi a aceitação do Pronatec no IFSP? Esse debate também aconteceu no IFSP, ou seja, houve pessoas que questionaram as diretrizes desse Programa?
- 6 – Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista diretoria de Educação Básica e coordenação de cursos Proeja FIC

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 – Que função você exerce no IFSP? Há quanto tempo? Atualmente, você exerce alguma função relacionada ao Pronatec?
- 3 – Como os cursos Proeja FIC ofertados pelo IFSP são organizados?
- 4 - Na sua percepção, como foi a aceitação do Proeja, especialmente, o Proeja FIC no IFSP?
- 5 – A partir de que ano esses cursos passaram a ser incorporados pelo IFSP? Como foi esse processo e por que ele ocorreu?
- 6 - Esses cursos são ofertados nas dependências do *campus* São Paulo? Em qual horário?
- 7 – Esses cursos são mantidos com quais recursos?
- 8 – O que mudou a partir do momento em que os cursos foram incorporados pelo IFSP?
- 9 – Atualmente, os cursos Proeja FIC são ofertados apenas no *campus* São Paulo? Por qual motivo?
- 10 – Como é a estrutura curricular desses cursos? Há alguma orientação do MEC a ser seguida? Como o planejamento é realizado?
- 11 – Como é feita a escolha dos cursos que serão ofertados? Há modificações na oferta de acordo com as demandas locais ou os cursos são fixos?
- 12 – Há relação entre os cursos Proeja FIC e aqueles que estão dentro da *expertise* do *campus* São Paulo?
- 13 – Quem são os professores e como a carga horária deles é distribuída?
- 14 – Qual o perfil do público atendido? (Faixa etária, sexo, escolaridade, cor da pele, situação ocupacional)
- 15 – Há muita procura? De onde vem a maior demanda (comunidade interna: funcionários, familiares de alunos ou comunidade externa)?
- 16 – Como são os índices de aproveitamento e evasão?
- 17 – Considerando-se o perfil do público atendido, como a elevação de escolaridade oferecida juntamente com a qualificação profissional tem beneficiado esse público? Há casos de alunos que após realizar um ou mais cursos Proeja FIC conseguiram ingressar no Ensino Médio ou passaram a exercer função melhor remunerada?
- 18 – Que indicadores são utilizados para se definir a criação ou a extinção de um curso Proeja FIC? Com que frequência isso ocorre?

19 – Como você avalia os cursos Proeja FIC de maneira geral? Que melhorias você sugere?

20 – Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE J – Roteiro de entrevista diretoria de Políticas Educacionais

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 - Que função você exerce atualmente no IFSP e há quanto tempo?
- 3 - Antes de exercer essa função, você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja? Se sim, durante quanto tempo?
- 4 - Você acompanhou o processo de implementação do Proeja no IFSP?
- 5 – Que fase desse processo você conseguiu acompanhar, como foi a sua vivência em relação ao Proeja, o que você percebeu naquele momento?
- 6 - Como você percebeu a aceitação dos cursos Proeja FIC dentro do IFSP?
- 7 - A partir do momento em que o IFSP passou a ofertar cursos Pronatec, o que aconteceu com os cursos Proeja?
- 8 - A equipe que implantou o Pronatec foi a mesma que implantou o Proeja no IFSP ou houve mudanças?
- 9 - Houve algum questionamento por parte dos professores ou coordenadores sobre diferenças entre o Proeja e o Pronatec, especialmente, em relação às concepções e princípios?
- 10 - O Proeja foi considerado uma conquista dos movimentos sociais ao priorizar a integração entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. O Pronatec, diferentemente do Proeja, priorizou a qualificação profissional em detrimento da elevação de escolaridade. Como você avalia o Pronatec nesse aspecto?
- 11 - Há algo que você gostaria de acrescentar?

APÊNDICE K – Roteiro de entrevista professores

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 – Qual a sua formação e em que ano você ingressou no IFSP?
- 3- Atualmente, que função você exerce no IFSP?
- 4- Em quais cursos Pronatec FIC você lecionou?
- 5 – Você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
 - 5.1 Se sim, qual a sua percepção sobre o processo de transição do Proeja para o Pronatec no IFSP?
- 6 – Como foi o processo de implementação do Pronatec FIC no IFSP? Que dificuldades você vivenciou e como elas foram superadas?
- 7 – Você recebeu algum tipo de preparação para lecionar em cursos Pronatec FIC?
- 8 - Como os currículos dos cursos foram planejados? Houve participação dos professores?
- 9 – Em que os alunos dos cursos Pronatec FIC se diferenciam dos alunos dos cursos técnicos e superiores (em relação à faixa etária, disponibilidade para estudar, interesse pelas aulas, participação, facilidade para aprender etc.)?
- 10 – Houve necessidade de realizar mudanças na metodologia das aulas, na maneira de expor a matéria, nas avaliações em função do perfil dos alunos de cursos Pronatec FIC? Por quê?
- 11 – Como foi a sua relação com o público atendido? Que dificuldades surgiram e como elas foram superadas?
- 12 – Com base em sua experiência junto ao público do Pronatec FIC, por que motivo houve alunos que não concluíram o curso? Eles apresentaram alguma justificativa antes de pararem de frequentar as aulas?
- 13 - Os alunos que permaneceram e concluíram os cursos possuíam algumas características capazes de diferenciá-los daqueles que não finalizaram os cursos? Se sim, quais seriam?
- 14 - Como você avalia o Pronatec FIC? Se você pudesse sugerir melhorias quais seriam?
- 15 - Há algo que você gostaria de dizer, mas não foi perguntado?

APÊNDICE L – Roteiro de entrevista servidores municipais

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 – Que função você exerce ou exerceu nesta Secretaria Municipal? Durante quanto tempo?
- 3 – Que função você exerceu na equipe que gerenciou o Pronatec neste município? Em qual período?
- 4 - Como foi processo de implementação do Pronatec neste município? Quais foram os principais desafios e como eles foram superados?
- 5 – Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocaço econmica do municpio, demanda do pblico atendido etc.)
- 6 – Como foi o processo de levantamento de demandas por cursos junto aos municpes e junto aos empresrios?
- 7 – De que maneira esta Secretaria Municipal mobilizou o pblico-alvo do Pronatec FIC? Que equipamentos da Prefeitura foram utilizados?
- 8 – De maneira geral, qual o perfil do pblico atendido? (Sexo, faixa etria, escolaridade, situao ocupacional...). Havia muitas pessoas em situao de vulnerabilidade social?
- 9 – Como foi o processo de pactuao de vagas? Houve algum tipo de disputa por vagas entre o pblico vinculado ao Ministrio do Desenvolvimento Social (MDS), por meio dos CRAS, e o pblico vinculado ao Ministrio do Trabalho (MTE), por meio dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT), em funo da prioridade concedida queles que precisaram se matricular em cursos Pronatec FIC para receber o seguro-desemprego? Foi possvel atender a todos?
- 10 – Houve algum atraso no repasse de verbas por parte do Ministrio da Educao? Se sim, de que forma isso afetou os cursos em andamento?
- 11 - De maneira geral, como voc avalia o Pronatec?
- 12 – H algo que voc gostaria de acrescentar?

APÊNDICE M - Roteiro de entrevista supervisores pedagógicos

- 1 – Você autoriza a gravação desta entrevista?
- 2 – Qual a sua formação e em que ano você ingressou no IFSP?
- 3- Atualmente, que função você exerce no IFSP?
- 4 – Você teve alguma experiência profissional relacionada ao Proeja, programa que antecedeu o Pronatec?
- 4.1 Se sim, qual a sua percepção sobre o processo de transição do Proeja para o Pronatec no IFSP?
- 5 – Como foi o processo de implementação do Pronatec FIC no IFSP? Que dificuldades você vivenciou e como elas foram superadas?
- 6 – Que elementos e circunstâncias contribuíram para a escolha dos cursos ofertados (vocação econômica dos municípios, demanda do público atendido, experiência do IFSP na área do curso, etc.)?
- 7 – De que maneira os alunos matriculados nos cursos foram mobilizados?
- 8 - Como os currículos dos cursos foram planejados? Houve participação dos professores?
- 9 – Em que os alunos dos cursos Pronatec FIC se diferenciam dos alunos dos cursos técnicos e superiores (em relação à faixa etária, disponibilidade para estudar, interesse pelas aulas, participação, facilidade para aprender etc.)?
- 10 – Houve necessidade de realizar mudanças na metodologia das aulas, na maneira de expor a matéria, nas avaliações em função do perfil dos alunos de cursos Pronatec FIC? Por quê?
- 11 – Como foi a sua relação com o público atendido? Que dificuldades surgiram e como elas foram superadas?
- 12 – Com base em sua experiência junto ao público do Pronatec FIC, por que motivo houve alunos que não concluíram o curso? Eles apresentaram alguma justificativa antes de pararem de frequentar as aulas?
- 13 - Os alunos que permaneceram e concluíram os cursos possuíam algumas características capazes de diferenciá-los daqueles que não finalizaram os cursos? Se sim, quais seriam?
- 14 - Como você avalia o Pronatec FIC? Se você pudesse sugerir melhorias quais seriam?
- 15 - Há algo que você gostaria de dizer, mas não foi perguntado?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa da EACH/USP

Continuação do Parecer: 2.059.604

Objetivo Primário:

Examinar a relação entre o perfil socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec Formação Inicial e Continuada (FIC), ofertados pelo IFSP e a formação que eles recebem nesses cursos.

Objetivo Secundário:

- Identificar o perfil socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC.
- Descrever o processo de implantação do Pronatec FIC no município de São Paulo.- Examinar a proposta de qualificação profissional norteadora desses cursos Pronatec FIC.- Analisar a organização curricular dos cursos Pronatec FIC e como esse currículo é implementado.- Compreender o processo de transição do Projea FIC para o Pronatec FIC no IFSP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com a pesquisadora, seguem os riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos:

Os participantes correm o risco de se sentirem constrangidos por analisarem criticamente o trabalho que realizaram.

Benefícios:

O IFSP terá o registro escrito da pesquisa realizada; os participantes conhecerão o trabalho desenvolvido nos cinco campi com maior número de matrículas; professores e coordenadores terão oportunidade de falar sobre o Pronatec FIC e as mudanças que ele causou ou não na instituição; a instituição terá mais detalhes sobre o perfil dos alunos beneficiários de cursos Pronatec FIC; os estudantes egressos que forem contatados poderão indicar o alcance da qualificação profissional recebida; a instituição terá conhecimento da opinião desses egressos acerca dos cursos Pronatec FIC ofertados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa bem fundamentada e relevante para a área. Fará uso de questionário e entrevistas para identificar as informações para desvelar o objeto da pesquisa, no entanto, o modo como tais informações serão obtidas, não está explicitado no projeto ou nos documentos anexados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Av. Adolfo Bello, nº 1000
Bairro: Emílio Matarazzo
UF: SP
Município: SÃO PAULO
CEP: 03.828-000
E-mail: cep-each@usp.br

Página 02 de 04

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRONATEC FIC: RELAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO

Pesquisador: SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67087317.4.0000.5390

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.059.604

Apresentação do Projeto:

A pesquisa visa examinar a relação entre o perfil socioeconômico, educacional e profissional dos alunos de cursos Pronatec FIC, ofertados pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e a formação que eles recebem nesses cursos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil visa ao atendimento de pessoas que não tiveram acesso à Educação Básica durante a infância e a adolescência e daquelas que acessaram, mas não concluíram os cursos.

Para tanto, a pesquisa será realizada numa abordagem metodológica de acordo com o modelo de estudo de caso. Nessa abordagem, serão adotados três instrumentos para coleta de dados: análise documental, entrevistas e questionários. Serão analisados os registros de alunos, a documentação pedagógica, os planos de curso, os planos de aula, os diários arquivados nas secretarias dos campi selecionados. Também serão analisadas leis, decretos, notas informativas, portarias, notícias, publicações e demais documentos divulgados pelo MEC. As entrevistas serão realizadas com pró-reatores de extensão, coordenadores gerais, coordenadores de extensão, coordenadores adjuntos e professores de cursos Pronatec FIC. Entrevistas e questionários serão instrumentos utilizados com alunos egressos.

Objetivo da Pesquisa:

Seguem os objetivos informados pela pesquisadora:

Endereço: Av. Adolfo Bello, nº 1000
Bairro: Emílio Matarazzo
UF: SP
Município: SÃO PAULO
CEP: 03.828-000
E-mail: cep-each@usp.br

Página 01 de 04

Continuação do Parecer: 2.059.594

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_875283.pdf	24/04/2017 11:20:42		Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaProfessores.pdf	24/04/2017 11:17:11	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaCoordenacaoGeraisPro natecfESP.pdf	24/04/2017 11:07:28	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaCoordenacaoCursosPr oiaFIC.pdf	24/04/2017 11:04:37	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaCoordenacaoCursosFic Institucionais.pdf	24/04/2017 11:03:05	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Outros	QuestionarioAlunosEgressos.pdf	24/04/2017 11:00:54	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ QuestionarioV2.pdf	24/04/2017 10:26:50	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ EntrevistasV2.pdf	24/04/2017 10:24:30	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoSandraMariaGloriaDaSilv a.pdf	15/03/2017 17:21:22	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoSandraMariaGloriaDaSil va.pdf	09/03/2017 20:48:57	SANDRA MARIA GLORIA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 2.059.594

SAO PAULO, 11 de Maio de 2017

Assinado por:
Rosa Yuka Sato Chubaci
(Coordenador)

ANEXO B – Autorização da Comissão de Ética em pesquisa da FEUSP

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA

FEUSP 076/2017

Projeto: “PRONATEC FIC: RELAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO”

Interessados: Sandra Maria Glória da Silva e a Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes

A Comissão de Ética em Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo analisou os materiais apresentados referentes à pesquisa: “PRONATEC FIC: RELAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO”, de autoria da pesquisadora de doutorado: Sandra Maria Glória da Silva, orientanda da Profa. Dra. Carmen Sylvia Vidigal Moraes. Considerou que a pesquisa cumpre com todos os requisitos e determinações da Resolução CNS 510/2016 sobre a Ética na Pesquisa com Seres Humanos.

São Paulo, 28 de março de 2017

Profa. Dra. **Flávia I. Schilling**

Presidente da Comissão de Ética em Pesquisa da FEUSP

cep.fe@usp.br

ANEXO C – Autorização do IFSP para realização da pesquisa

DIRETORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
IFSP – CAMPUS SÃO PAULO

DECLARAÇÃO

Declaro que autorizamos a aplicação da pesquisa “PRONATEC FIC: Relação entre qualificação profissional e perfil do público atendido” no IFSP – *campus* São Paulo, pela pesquisadora Sandra Maria Gloria da Silva.

Informo que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EACH/USP, sob número de parecer 2.059.604.

A autorização está condicionada ao cumprimento dos pesquisadores aos requisitos da Resolução CNS 466/2012 e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa.

Maiores informações sobre o projeto e dados solicitados pelo pesquisador podem ser obtidas na Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Câmpus São Paulo.

São Paulo, 12 de maio de 2017.

Mariana Pelissari Monteiro Aguiar Baroni
Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação
IFSP - *Campus* São Paulo
Portaria nº 264 de 26/01/2015